Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

ANA SYLVIA MARIS RIBEIRO

**“VAI CRÉDITO HOJE?”: DO “CURTO-CIRCUITO” AO
BLACKOUT DA REPRODUÇÃO CRÍTICA DO CAPITAL FICTÍCIO
EM SÃO PAULO**

(Versão Corrigida)

São Paulo
2015

Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Departamento de Geografia
Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana

ANA SYLVIA MARIS RIBEIRO

**“VAI CRÉDITO HOJE?”: DO “CURTO-CIRCUITO” AO
BLACKOUT DA REPRODUÇÃO CRÍTICA DO CAPITAL FICTÍCIO
EM SÃO PAULO**

Dissertação de mestrado apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em Geografia
Humana da Faculdade de Filosofia, Letras
e Ciências Humanas da Universidade de
São Paulo, sob orientação do Prof. Dr.
Anselmo Alfredo

São Paulo

2015

Ficha de Aprovação

Autor: Ana Sylvia Maris Ribeiro

E-mail: anageousp@yahoo.com.br

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

Título: “Vai crédito hoje?” Do curto-circuito ao *blackout* da reprodução crítica do capital fictício em São Paulo

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, sob a orientação do Professor Dr. Anselmo Alfredo, como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre na área de Geografia Humana.

Banca examinadora:

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof(a). Dr(a). _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aprovado em: _____.

Resumo

A presente pesquisa se constitui como um esforço de crítica. Um esforço de crítica negativa, teórica e social, que se debruça sobre a análise do processo de expansão e abertura das mais variadas formas de crédito às parcelas consideradas *pobres* da população brasileira, fenômeno recente e inédito na história do país que se expressa principalmente na primeira década do século XXI. O enfoque é dado particularmente ao caso de São Paulo. Sob a perspectiva da crítica do valor desenvolvida por Marx n' *O Capital* e da *dissociação-valor* elaborada por Kurz e Scholz, a pesquisa se constrói a partir da consideração de depoimentos de mulheres residentes na periferia de São Paulo, no desdobramento da crítica às formas de entendimento produzidas acerca desse fenômeno, notadamente a realizada pelo Estado, por meio de dados e relatórios oficiais, e na geografia pela teoria dos *dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*.

Palavras-chave: Pobreza, crédito, crise, circuitos da economia, modernização.

Abstract

The present study constitutes one critical effort. A negative theoretical and critical social effort, which looks at the analysis of the expansion and opening of various forms of credit to the installments of the population considered poor, recent and unprecedented phenomenon in the history of the country which is mainly expressed in the first case decade of this century. The focus is particularly given to the case of São Paulo. From the perspective of critical value developed by Marx in *O Capital* and dissociation-value developed by Kurz and Scholz, the research builds from the consideration of testimonials from women residing in the outskirts of São Paulo, in the unfolding of the critical ways produced on the understanding of this phenomenon, notably by the State, by means of data and official reports, and geography in the theory of two circuits of the urban economy in underdeveloped countries.

Key words: Poverty, credit, crisis, economics circuits, modernization.

Agradecimentos

Agradeço aos meus familiares e amigos que me apoiaram, me ajudaram das mais diversas formas e ainda toleraram minhas ausências no período da pesquisa. Agradeço ao Anselmo pela orientação e pela amizade e agradeço, sobretudo, às mulheres, as quais gentil e pacientemente, me cederam a possibilidade de ouvi-las.

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)

Atualmente predomina essa escrita do rigor, estilo ou ausência de estilo de um mundo fechado, que se procura 'estruturar' e sistematizar definitivamente, fechando-se todas as saídas, todos os horizontes, toda possibilidade que não a combinação formal dos elementos dados. É a impessoalidade e a objetividade do 'nouveau roman'. É o domínio da escrita filosófica despojada tanto de paixões quanto de historicidade, de dramas e de dialética, centrada no espaço, na espacialidade e nas metáforas espaciais até nos dar uma impressão patológica. É o triunfo da estrutura.

Henri Lefebvre

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO E MÉTODO.....	10
INTRODUÇÃO.....	21
CAPÍTULO 1 – A <i>FINANCEIRIZAÇÃO</i> DA POBREZA – CONTRADIÇÃO E CRISE DO CAPITAL.....	32
1.1 – A <i>FINANCEIRIZAÇÃO</i> DA POBREZA	32
1.1.1 – <u>A Pronunciada Redução da Pobreza no Brasil nas Últimas Décadas</u>	32
1.1.2 - <u>Financeirização enquanto Política Pública?</u>	40
1.1.3 – <u>As Finanças Enquanto Variável Chave na Concepção Atual da <i>Teoria</i> <i>dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos</i></u>	47
1.2 – <i>CONTRADIÇÃO E CRISE DO CAPITAL</i>	57
1.2.1 – <u>A Forma Mercadoria e seu Caráter Fetichista</u>	57
1.2.2 – <u>Identidade Contraditória entre Acumulação e Crise</u>	62
1.2.3. – <u>Crise de Valorização, Colapso da Modernização</u>	68
1.2.4. – <u>A Contradição como Coerência</u>	71
CAPÍTULO 2 – A POBREZA E O SUBDESENVOLVIMENTO COMO QUESTÕES.....	79
2.1 – <i>A POBREZA COMO QUESTÃO</i>	79
2.1.1 <u>Introdução: O Caráter Quantitativo e Material da Pobreza</u>	79
2.1.2 – <u>A Pobreza como Necessidade Lógica Crítica e Produção Histórica Contraditória do Capitalismo</u>	94

2.2 – QUESTIONAMENTOS SOBRE A PARTICULARIDADE DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES CAPITALISTAS NO BRASIL.....	104
---	-----

<u>2.2.1 – Crítica ao Dualismo Teórico: o Caráter Funcional da Pobreza.....</u>	104
---	-----

<u>2.2.2. – O Consumo e a Satisfação de Necessidades como Sentido Fetichista da Produção Capitalista.....</u>	115
---	-----

<u>2.2.3 – O Espaço como Segunda Natureza.....</u>	122
--	-----

CAPÍTULO 3 – SOBRE A REPRODUÇÃO CRÍTICA FICTÍCIA DO CAPITAL: O ESPETÁCULO DA INCLUSÃO E ASCENSÃO SOCIAL.....	144
---	------------

3.1 – DISCUSSÃO SOBRE A REPRODUÇÃO CRÍTICA DO CAPITAL.....	144
--	-----

<u>3.1.1 – Crise entre Departamento I e Departamento II da Economia.....</u>	144
--	-----

<u>3.1.2 – Modernização Periférica como Modernização Retardatária.....</u>	160
--	-----

3.2 – O ESPETÁCULO DA INCLUSÃO E ASCENSÃO SOCIAL.....	167
---	-----

<u>3.2.1 – <i>Faux Frais</i> e o Endividamento Familiar.....</u>	167
--	-----

<u>3.2.2 – Ascensão Social como “Ascensão do Dinheiro aos Céus”.....</u>	186
--	-----

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	203
----------------------------------	------------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	210
--	------------

APRESENTAÇÃO E MÉTODO

A presente pesquisa constitui um momento do processo de amadurecimento de reflexões que vem me acompanhando desde meus estudos para a realização do Trabalho de Graduação Individual (TGI), no curso de geografia da Universidade de São Paulo, em 2007. Reflexões que tinham, e que de certa forma ainda têm, como problemática o que na época da graduação eu entendia como *contradições espaciais*, que se revelavam e se punham em minha experiência cotidiana como crítica das condições dessa experiência, sobretudo enquanto estudante da USP, moradora da periferia da zona oeste de São Paulo, mulher, desempregada (em muitos períodos). Tal processo, que não se finda com o término dessa dissertação, ocorre no sentido de aprofundamento dos estudos – nesse aspecto a leitura d’*O Capital* em grupo tem importância fundamental – mas também de constantes rupturas em relação ao mesmo, que vem se constituindo como momentos de inversão da crítica à minha própria crítica e/ou à forma pela qual esta se constrói. Na maioria das vezes essas rupturas me possibilitaram ressignificar e requalificar os momentos anteriores das minhas reflexões.

No Trabalho de Graduação Individual intentei discutir a problemática do que se apresentava para mim como *contradições espaciais*¹ sob o enfoque do sistema coletivo de ônibus do município de São Paulo, me voltando para a crítica ao caráter de *segregação espacial* que este sistema, no meu entendimento, produzia, principalmente nos *espaços-tempos do não-trabalho*².

¹ De maneira resumida, no TGI, a noção de *contradições espaciais* por mim perseguida estava embasada nas leituras de José de Souza Martins, as quais afirmavam que a contradição fundamental da sociedade capitalista se constituía na “(...) produção social e a apropriação privada dos resultados da produção” Assim sendo, as contradições espaciais se constituiriam “(...) no embate gerado pela apropriação privada do solo urbano”. MARTINS, J. S. *A sociabilidade do homem simples*, 2000, p. 117-118. Apud. RIBEIRO, A. S. M. *Sistema de Transporte Coletivo de ônibus em São Paulo: Um Elemento de Segregação Espacial. Trabalho de Graduação Individual*, 2007, p. 7.

² RIBEIRO, A. S. M. *Sistema de Transporte Coletivo de ônibus em São Paulo: Um Elemento de Segregação Espacial. Trabalho de Graduação Individual*, 2007, *passim*.

Sob a orientação muito cuidadosa e instigante da professora Ana Fani, no TGI fiz descobertas teóricas fundamentais para o amadurecimento das discussões presentes nesta pesquisa que, naquele momento, eu estava ainda Tateando. Entretanto, foi o momento do trabalho de campo, da entrevista com um alto funcionário da SPTRANS, mas principalmente na conversa com as pessoas que utilizavam diariamente o ônibus, inclusive aos finais de semana, que tomei conta da dimensão da complexidade que envolvia as questões concernentes à *segregação espacial* e às *contradições* que até então pareciam bastante evidentes para mim. Foi no enfrentamento das teorias e pensamentos, até então estudados, com as conversas com algumas pessoas que utilizavam ônibus em São Paulo – seja esperando o ônibus no ponto final da Ilha do Bororé num domingo à tarde, ou voltando do Jaraguá para a Vila Madalena num sábado à noite – que pude perceber, naquele momento, que o sistema de transporte coletivo de ônibus era apenas um elemento, ou fenômeno que expressava a *segregação* e a *contradição* e, enquanto tal, não era suficiente para explicá-las. Hoje posso pensar que esse momento representou uma primeira ruptura na forma de pensamento que vinha desenvolvendo até então. Todavia a ruptura experimentada com a realização dos trabalhos de campo ganhou um novo sentido no momento da defesa do TGI, em dezembro de 2007. A professora Amélia Damiani, participante da banca na defesa da pesquisa, apontou – por meio de uma leitura que procurou os desvios de meu texto, com base sobretudo nas entrevistas por mim realizadas – a possibilidade do esboroamento ou ainda diluição, no cotidiano, das *contradições* que tanto afirmei no trabalho. Nova ruptura. Chamou-me atenção para a problemática da alienação do cotidiano, seus termos, que na trajetória da pesquisa não havia aparecido em minhas discussões. A defesa do TGI, dessa forma, embora representasse o desfecho da graduação e do trabalho de pesquisa, colocou-me questões que me puseram a pensar desde então e que procuro discuti-las na presente pesquisa; uma das mais importantes, que já adianto aqui, é a problemática, ou ainda, contradição posta pelo fetichismo da mercadoria.

* * *

Com o término da graduação, assumi o cargo de professora de ensino básico de geografia numa escola estadual na periferia da zona oeste de São Paulo. Na tentativa de continuar estudando e ingressar no mestrado – ainda sem saber direito como formular as minhas perguntas e como encaminhar essas reflexões em uma nova pesquisa, sabendo apenas que gostaria de continuar pesquisando fenômenos e processos ligados à periferia – assisti algumas matérias da pós-graduação em geografia humana na USP, tanto como aluna especial, quanto como ouvinte. No segundo semestre de 2009, tive a oportunidade de assistir, como ouvinte, a matéria da pós-graduação “Modernização e Contradições Espaço-Temporais”, ministrada pelo professor Anselmo Alfredo. As leituras e discussões desenvolvidas na disciplina trouxeram-me uma outra perspectiva de crítica, fundamentada na negatividade do capital e na crítica do valor como fundamento da sociabilidade fetichista moderna.

O entendimento do processo de modernização a partir de uma leitura chamada de marxiana, crítica das categorias do capital, me colocou diante de duas questões inter-relacionadas: 1) a necessidade de aprofundar os estudos em relação às categorias e formas de interpretação advindas do marxismo, muito utilizadas na geografia, e até então reproduzidas por mim acriticamente, sem um entendimento construído fundamentado na leitura das obras do próprio Marx. Essa tensão me levou a participar do grupo de leitura d’*O Capital*, no LABUR (laboratório de geografia urbana da USP), sob a coordenação do professor Anselmo Alfredo, leituras realizadas até o momento atual e que têm representado para mim um verdadeiro processo formativo dialético de conhecimento; 2) a possibilidade de um aprofundamento e, ao mesmo tempo, uma ruptura em relação à noção de *contradição*.

Adianto aqui, em relação à segunda questão, que a leitura d’*O Capital*, conjuntamente a outras leituras e abordagens exploradas nessa disciplina, sinalizou-me a passagem de um entendimento das *contradições espaciais*, que se apresentavam para mim como uma contradição posta no plano da apropriação e distribuição do capital produzido, para a contradição no próprio conceito de capital, e como tal, em todos os seus momentos, constituindo, dessa forma, uma problemática posta enquanto contradição que está presente na própria relação sujeito-objeto enquanto forma social capital. Ademais, a

crítica ao fetichismo da mercadoria permitiu alçar a *contradição* ao plano das relações entre o concreto e o abstrato, o que de certa forma me remete, não sem novos questionamentos, aos apontamentos realizados pela professora Amélia Damiani, já antes descritos, sobre a questão da alienação.

A prática da docência, em nível básico e também no EJA (Ensino de Jovens e Adultos), além da convivência prolongada e longas conversas com os alunos da escola estadual em que dava aula, situada na periferia considerada pobre da zona oeste de São Paulo, trazia-me constantes inquietações, principalmente no que diz respeito à noção de *pobreza* e *necessidades sociais* que tanto é estudada na geografia e em outras ciências humanas. A presença marcante de objetos ultramodernos, como celulares, iPhones, TVs portáteis etc, além de ser um problema no momento da aula, me punha a pensar sobre a realidade do consumo dessas mercadorias possibilitadas pelas mais diferentes formas de crédito e seus desdobramentos, para além do cotidiano escolar.

Ditos questionamentos, na esperança de formular um projeto de pesquisa para o mestrado, me levaram a procurar, na geografia, bibliografias e trabalhos acadêmicos que tratavam do assunto, isto é, do processo de *financeirização* das parcelas consideradas pobres da população no Brasil. Percebi que sobre o assunto, nas duas últimas décadas, tanto na USP como em outras universidades brasileiras, as discussões sobre essa questão são tratadas, na imensa maioria dos casos, a partir da perspectiva teórica dos *Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos* e de suas releituras. A dificuldade de compreender e, por vezes até em concordar com as pesquisas realizadas sob essa perspectiva, que se mostraram muitas vezes incompatíveis com minha experiência cotidiana na periferia e com o trajeto de estudos e pensamento que vinha desenvolvendo até então, me colocaram o desafio de como fazer a pesquisa.

Estudando *O Capital*, mas não só, como também bibliografias de autores como Robert Kurz, Henri Lefebvre e outros – sem me esquecer de mencionar a participação no último ano, no grupo de sexta, no LABUR, grupo este que já foi chamado de *Krisis*, mas que já não se identifica dessa maneira, e principalmente graças às longas conversas com meus amigos que estudam a crise de alguma maneira – pude perceber que a possibilidade de conhecimento é inseparável da crítica às formas do conhecimento e do pensamento que

conformam o real; que a crítica do conhecimento é a crítica do social e vice-versa, visto que o moderno é a unidade contraditória entre sujeito e objeto, de modo que as formas de consciência participam de sua efetividade.

Assim sendo, pesquisar o processo do que é entendido como *financeirização* da população mais pobre de São Paulo está indissociável da crítica radical desse processo, da busca da negatividade e de seus conteúdos que reproduzem ficcionalmente o capital na primeira década do século XXI. Mas está indissociável também da crítica às formas de pensamento que se põe para entender esse fenômeno e que estão assentadas em categorias da Economia Política. Dessa maneira, o desafio se requalifica: Como fazer a crítica?

Gostaria de ressaltar a enorme dificuldade em enfrentar o desafio da pesquisa crítica e da crítica teórica na atualidade, uma vez que – atendendo a critérios que acreditamos estar de certa maneira ligados aos níveis de produtividade acadêmica em âmbito mundial – o tempo de pesquisa em nível de mestrado e doutorado foi sensivelmente reduzido nas últimas décadas, fator que atravanca e algumas vezes impossibilita a crítica a teorias que levaram anos, às vezes décadas, de estudos para se constituírem. Não estando descolada do mundo do trabalho e das pressões postas por sua crise, a pesquisa acadêmica muitas vezes se torna mais um momento de sofrimento e angústia frente às imposições de eficácia e coerência do mundo moderno, subjetivadas na forma de culpa e cobrança individual.

* * *

As leituras realizadas no grupo de sexta, anteriormente mencionado, têm como pano de fundo a crítica à forma social e à dissociação-valor, desenvolvidas pela revista *Exit*³, principalmente por Roswitha Scholz e Robert Kurz, o que me proporcionou ficar frente a frente ao problema de como fazer a crítica negativa, sem me deixar enredar pela lógica dedutiva e, ao mesmo tempo, sem perder de vista a totalidade negativa da reprodução capitalista mediada pela forma fundamental social no *patriarcado produtor de mercadorias*

³ Boa parte dos textos dessa revista está traduzida para o português e disponível no endereço eletrônico: <http://obeco.planetaclix.pt/>.

(SCHOLZ, 2009). Talvez não tenha conseguido, uma vez que relendo essa pesquisa ela me parece bastante lógica, embora um tanto quanto bagunçada e repetitiva. Em vista disso, como crítica negativa à totalidade contraditória capitalista, além de envolver a crítica às formas de pensamento e ao processo de expansão e constituição das mais variadas formas de crédito à população considerada pobre na atualidade brasileira e de São Paulo, a crítica tem que se voltar constantemente contra meu próprio pensamento e crítica, permitindo, dessa forma, a possibilidade de expor um pensamento em movimento, um pensamento dialético, que o tempo todo avança e se nega como forma de pensamento que compõe a contradição do real.

* * *

Mergulhada nessas reflexões produzi um primeiro texto ensaístico para a qualificação no verão de 2013. Um texto bastante fragmentado, descontínuo e em certo sentido estanque que, embora tenha sido alvo de justificada crítica por parte da banca, principalmente quanto à forma de exposição, revelou uma primeira tentativa minha de introduzir os diversos momentos de reflexão que compunham a pesquisa naquela época e ao mesmo tempo a minha enorme dificuldade em mover esse raciocínio e acirrar a crítica. A exigüidade de trabalho de campo até o momento, bem como as dúvidas de como realizá-lo, teriam me tornado refém em muitas passagens do meu texto, e de certa maneira em meu entendimento, das noções que eu pretendia criticar. Entretanto, uma questão que ficou marcada na discussão da qualificação e que apareceu não por acaso em meu texto foi a coincidência entre a linguagem e concepção dos dados estatísticos oficiais sobre a pobreza e os fenômenos sociais de aumento e expansão financeira, bem como de seus relatórios, com grande parte das análises teóricas empreendida pelos autores que tratam da teoria dos dois circuitos, o que nos pôde revelar, nesse caso, uma certa colagem interpretativa dessas duas “esferas”, academia/ciência, o considerado “pensamento científico”, e órgãos oficiais de pesquisa e estatística em âmbito público institucional. Os desdobramentos dessa reflexão, que *a priori* parece uma obviedade sem maior importância, foi fundamental para a constituição da crítica aqui apresentada.

Depois da qualificação tive a oportunidade de realizar uma viagem pela Venezuela, Santarém e Bolívia, também motivada pela pesquisa e pelas questões que esta me punha sobre o que eu entendia ou pelo menos estava assumindo para minhas reflexões como “parcela pobre da população”. Queria entender e problematizar o que estava sendo chamado de “circuito inferior” fora da metrópole de São Paulo, em outro estado, em outros países também considerados *subdesenvolvidos*, na tentativa de talvez me aproximar da experiência da digestão crítica da reprodução social capitalista em outros contextos particulares. De qualquer forma me interessava entender um processo. Um processo que tenta se afirmar como ascensão social, como produto de modernização e desenvolvimento. Em vista disso procurei observar as formas de reprodução social do que eu estava entendendo como da pobreza, quais eram seus sentidos, determinações, fetichismos... num claro exercício particular de identificação pessoal e sobretudo tensão. Dadas as condições da viagem, em que estava sozinha, com pouco dinheiro, com pouco ou sem nenhum estudo ou planejamento formal prévio dos lugares e do itinerário seguido, não tinha nenhum método ou metodologia em si ou específica em mente que me orientasse no sentido de um enquadramento nos termos de um rigor científico quanto ao momento do trabalho de campo. Mas, é preciso dizer, que as experiências de *deriva* na metrópole de São Paulo⁴ foram fundamentais para o levantamento de perguntas e tensões entre os fenômenos que naquele momento se apresentavam e a coisa pensada.

Em contrapartida, essas mesmas questões que me apareciam ao longo da viagem, tinham um horizonte fundamentado nos questionamentos advindos dos referenciais teóricos dos quais eu estava me aproximando e estudando, sobretudo, como dito anteriormente, as obras de Marx e Kurz. Perguntas relativas à forma social capitalista, aos “sujeitos monetarizados sem dinheiro” (KURZ, 1993) e suas formas de reprodução atual no contexto do colapso da modernização. Muitas das questões iniciais se desdobraram e outras irão aparecer claramente ao longo dessa pesquisa.

⁴ No 1º semestre de 2006 tive a oportunidade de cursar a disciplina de graduação “Trabalho de Campo I”, ministrada pela professora Amélia Damiani, no curso de Geografia da FFLCH – USP. Nele, pudemos discutir e nos aproximarmos da experiência e situações de *deriva*, principalmente em bairros periféricos da zona Sul de São Paulo.

A presença do crédito e a incerteza de sua solvência apareceram em diversos momentos da reprodução social e de vida das várias pessoas com as quais me relacionei direta e indiretamente. Foi quase como um grito, que às vezes saía e outras vezes apenas o pressentia no calado resignado das demandas do cotidiano. A minha própria demanda monetária e financeira nesse contexto foi um momento de reflexão contraditória e sofrida. Em território brasileiro, esse movimento me pareceu mais evidente, expressando-se de maneira diversa tanto na Venezuela quanto na Bolívia⁵. Todavia, foi na Bolívia que um senhor boliviano, dono de um *Pub*⁶ em Uyuni, me fez uma pergunta que embora na hora não tivesse dado muita importância, posteriormente orientou toda uma nova inversão na forma de exposição dessa pesquisa, a saber, “Mas o que é pobre pra você?”⁷ e continuou depois de umas desajeitadas tentativas minha de definição: “Não quero saber o que é pobre para os dados oficiais, nem pra fulano, o que você entende como pobre?”⁸.

Os desdobramentos desse diálogo, junto a outros que tive com pessoas mais próximas, me remeteram à questão levantada em minha qualificação de que eu teria que me posicionar, sob o risco da crítica virar uma “agonia”. Teria que me posicionar, mesmo que contraditoriamente, negando os fenômenos e o meu olhar sobre eles, para que assim a pesquisa pudesse se objetivar nos termos do que é a pesquisa científica hoje, assumindo que mesmo esta se pretendendo crítica negativa, não escapa à forma social fetichista e reificada. Teria que me posicionar em relação a essa questão na tentativa de deslocar a crítica moral e polarizadora que costumeiramente se faz em relação à considerada pobreza. Acho que talvez não tenha conseguido.

Essa nova inversão em minhas reflexões foi alimentada também pelas discussões que tenho frequentemente com uma grande amiga socióloga, que mora no Rio de Janeiro e que é bastante acostumada a fazer trabalhos e trabalho de campo em favelas, sobretudo as cariocas. Lembro-me

⁵ Embora tenham sido importantes momentos para pensar a universalidade da reprodução crítica do capital fictício, as particularidades do processo de *financeirização* e ficcionalização da reprodução crítica social no caso desses dois países não serão abordadas na presente pesquisa.

⁶ Bar estilo inglês.

⁷ O senhor falava em Castelhana, evidentemente.

⁸ No desenrolar da conversa, esse senhor, após alguns argumentos meus acusou-me de ter uma visão demasiadamente “urbana” das coisas e ainda me revelou que, de acordo com seu ponto de vista, a pobreza não existia (!).

principalmente de uma conversa que tivemos em que ela se queixava de um determinado trabalho realizado na favela da Mangueira na qual algumas pessoas desse grupo de atividade agiam “como se fossem o Estado”, e que, segundo ela, “isso era subestimar e no limite subjugar os moradores daquele lugar”. Recordo-me também que na hora, e pouco tempo depois dessa conversa, eu não compreendi de pronto o porquê do desconforto da minha amiga e qual era a questão e os sentidos postos pela personificação do Estado por parte daqueles que estavam estudando e trabalhando em lugares e com pessoas consideradas pobres, uma vez que, diante de situações de dificuldade de reprodução social frequentemente apresentadas nessas circunstância, parece bastante “natural” e “humano” querer ajudá-los, sobretudo nos termos institucionais e formais. No entanto, esse questionamento posteriormente me auxiliou a refletir e retomar a crítica a uma noção muito cara para aqueles que se debruçam sobre a crítica e entendimento do processo social, inclusive para os geógrafos, que é a noção de dominação. Além do que, esse momento também representou a necessidade de olhar para o papel do Estado nesse processo, e realizar a crítica a este, em sua relação com a forma mercadoria e com a reprodução do capital, considerando, inclusive, o Estado se constituindo como forma de consciência, individual e coletiva.

Diante do exposto, me parece imprescindível atentar para dois aspectos que penso que são constitutivos do processo e do momento atual de reprodução crítica do capital fictício: a espetacularização e a violência como formas de reiterar os termos da contradição posta pela crise do trabalho e pelo colapso da modernização.

* * *

O momento empírico dessa pesquisa, além de envolver a análise crítica a alguns relatórios econômicos, reportagens e dados estatísticos, se valeu de um aspecto fundamental: o depoimento de mulheres residentes em algumas periferias de São Paulo. A consideração da fala apenas de mulheres não foi um método *a priori*, pensado enquanto sentido necessário para as reflexões críticas da pesquisa. Entretanto, no decorrer de seu desenvolvimento, a necessidade do encontro com os “entrevistados”, das longas horas de

conversa, do reencontro com a leitura da transcrição de uma primeira parte do depoimento, me colocou diante daquelas que, não estando diretamente vinculadas ao trabalho, isto é, empregadas, tiveram tempo em me receber, contar suas histórias e desdobrar conjuntamente, em outros termos, algumas reflexões sobre a relação de dissociação-valor na reprodução crítica do capital. São elas: Ivete, Irismar (irmãs, moradoras de Heliópolis), Francisca (moradora do João XXIII) e dona Isaura (moradora do Morro Doce). O encontro com elas foi mediado e possibilitado por amigos em comum. A escolha se deu principalmente em função dos locais de residência dessas mulheres e de sua família, pois, conforme afirmamos anteriormente, nosso interesse é criticar e refletir sobre um processo considerado enquanto ascensão social de parte expressiva da população, que deixa de ser considerada pobre para ser classificada como “nova classe média”. Nesse sentido, para entender o que está sendo considerado como processo de ascensão social, eu teria de entender quem estava sendo chamado de pobre e o que aconteceu com ele na última década. Assim, procurei pessoas que residiam em locais, enquanto formas urbanas, através das quais a pobreza é vulgarmente entendida como manifesta: favela, cortiço e bairro de periferia consolidada.

Gostaria de salientar que diversas reflexões aqui presentes são fruto de estudos e elaborações coletivas realizadas em grupo de estudos e conversas com amigos da pós-graduação ou não. Todavia assumo completamente a responsabilidade do que está aqui escrito.

O professor Anselmo, orientador dessa pesquisa, em uma de nossas conversas em que eu falava da ausência de mapas e imagens nela, me alertou para a questão de que, caso houvessem fotos eu iria perceber como a própria forma de exposição da pesquisa seria outra. Tentei argumentar que a foto, enquanto imagem, é espetacular e fetichista, sem muito me convencer de minha própria argumentação. Em vista disso, escolhi uma foto, assumindo que esta, mesmo enquanto aparência fetichista, estática, pode nos auxiliar a criticar o processo considerado. Uma foto talvez não seria suficiente, mas fotos encarecem a impressão da dissertação. Ficamos com essa contradição.

Fonte: Arquivo pessoal. Jardim João XXIII, zona oeste de São Paulo – outubro/2014.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa se constitui como um esforço de crítica. Um esforço de crítica negativa, teórica e social, que se debruça sobre a análise do processo de expansão e abertura das mais variadas formas de crédito às parcelas consideradas *pobres* da população brasileira, fenômeno recente e inédito na história do país que se expressa sobretudo na primeira década do século XXI. O enfoque é dado particularmente ao caso de São Paulo, não sem questionamentos quanto à importância atribuída ao município e à cidade como *locus* e abstração de análise.⁹

A crítica empreendida nesse sentido não poderia estabelecer-se sem passar pela crítica às formas de entendimento produzidas acerca desse fenômeno, notadamente aquelas realizadas pelo Estado, por meio de dados e relatórios oficiais, e pela ciência geográfica, especificamente a que diz respeito a uma atualização da teoria dos *dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* posta para dar conta desse fenômeno o qual é frequentemente tratado nessas pesquisas como *financeirização da pobreza*.¹⁰ Em relação a este último ponto, é preciso dizer que tivemos que retornar à própria teoria dos dois circuitos, formulada primeiramente na década de 1970, para resgatar e debater seus fundamentos, com intuito de acirrar a crítica a esta e a sua forma de atualização e vulgarização na geografia brasileira.

Para tanto, partindo de uma perspectiva do que entendemos como *crítica do valor*, realizada por Marx n' *O Capital*, bem como a crítica ao

⁹ O município de São Paulo foi pensado na presente pesquisa sobretudo enquanto possibilidade de universo empírico formal para nossa análise crítica, acreditando que a análise dessa particularidade em sua contraditoriedade com a totalidade do processo social nos auxilie a pensar a identidade contraditória do capital como universalização da reprodução fictícia crítica capitalista. Adiantamos que, se por um lado a cidade parece se esboroar enquanto unidade coerente da análise estrutural da teoria frente à realidade metropolitana, por outro, a cidade, em sua abstração formal, estatal e jurídica, parece se repor criticamente enquanto espaço burocrático, político administrativo, de gestão dos recursos dessubstancializados que encontram-se engessados no âmbito da municipalidade.

¹⁰ SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009; SANTOS, Kauê Lopes. Uma *Financeirização* da Pobreza? O Sistema financeiro e sua capilaridade no circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo. Trabalho de Graduação Individual – DG - FFLCH - USP. São Paulo, novembro de 2007.; MONTENEGRO, Marina Regitz. O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização. Dissertação de mestrado – DG – FFLCH – USP. São Paulo, setembro de 2006.

fetichismo da mercadoria realizada por este e por outros autores¹¹ que se preocuparam em criticar o processo de modernização e a reprodução da forma social capitalista, escolhemos um caminho que percorre a crítica a determinadas noções e conceitos presentes na teoria, dados e relatórios oficiais que se estabelecem como lugares comuns naturalizados e que podem representar para nós a chave contraditória de acesso a uma crítica não propositiva.

Assim sendo, procuramos perseguir e questionar principalmente noções como *renda, pobreza, modernização, desenvolvimento, acumulação, circulação e trabalho* – noções tão caras à geografia – que são tomadas, por vezes “naturalizadas” e operacionalizadas acriticamente de forma a constituir uma “colagem” entre a linguagem acadêmica denominada crítica (como é o caso da *teoria dos dois circuitos da economia urbana*), sobretudo diante dos processos concernentes a chamada *globalização*, e a dos órgãos oficiais e de planejamento, do Estado, que tratam do assunto em questão sob a perspectiva de *necessidades sociais* e de desenvolvimento nacional. Em vista disso, o primeiro capítulo A *FINANCEIRIZAÇÃO DA POBREZA - CONTRADIÇÃO E CRISE DO CAPITAL* se dedica a uma crítica comparada do entendimento do fenômeno do aumento do consumo e do crédito na última década no Brasil – por parte da população considerada pobre – a partir das leituras dos dados oficiais e relatórios institucionais e do ponto de vista da *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* atualizada.

Na primeira e segunda parte do capítulo 1, uma de nossas fontes de análise foi o Relatório produzido pela FGV- RJ coordenado por Marcelo Neri, “A Nova Classe Média – o Lado brilhante dos Pobres”¹². Embora saibamos que este relatório foi muito criticado em relação à metodologia científica utilizada ou ausência dela no dito *estudo*, escolhemos mesmo assim considerá-lo por conta de sua grande repercussão política na imprensa, em que este relatório serviu de base e fonte para diversas notícias e outros tantos relatórios e estudos produzidos para disseminá-lo e confrontá-lo. É difícil negar o caráter apologético ao governo brasileiro da última década e ao desenvolvimento

¹¹ Consideramos principalmente algumas obras de autores como Robert Kurz (1993) Henri Lefebvre (1969) e Guy Debord (1997).

¹² Disponível em: http://www.cps.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf. Acessado em outubro de 2014.

econômico do Estado Nacional, bem como ao trabalho e ao consumo, que este relatório apresenta. Acreditamos que não por acaso o responsável por esse relatório é hoje o presidente do IPEA (Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada)¹³ e coordena atualmente outros tantos estudos e relatórios sobre a economia do país. Assim, sem querer atribuir nenhuma sobredeterminação, nos termos da constituição de uma superestrutura social, a tal questão, e muito menos realizar a análise no âmbito da personificação, da consideração positiva de sujeitos sociais diante das formas de governo e disputas político-partidárias que ocorrem no país, a escolha dessa fonte foi justamente para alçar à pesquisa o plano do discurso e informações que acreditamos estabelecer-se como aparência do processo econômico-social, como fetichismo que se constitui enquanto linguagem do Estado e de Estado, pensando que, enquanto linguagem, esta detém uma efetividade fantasmagórica, no processo de reprodução crítica fictícia do capital.

Outra fonte com a qual dialogamos no primeiro capítulo é o *Relatório de Inclusão Financeira de 2010 – número 1* produzido pelo Banco Central do Brasil (BCB/BACEN). Acreditamos que este relatório, além de conter informações gerais referentes a dados macroeconômicos, nos dê a dimensão do processo de *financeirização* e *ficcionalização* da economia brasileira enquanto política pública, uma vez que a “promoção da inclusão financeira” se coloca como um dos “objetivos estratégicos” do Banco Central e do Estado brasileiro como “um dos caminhos para cumprir sua missão institucional no tocante a assegurar a solidez e eficiência do Sistema Financeiro Nacional (SFN)”¹⁴. Admitimos que as informações presentes nesse relatório expressam – através de uma linguagem e concepção de economia política reguladora em que a negatividade do processo social não é tensionada – a necessidade contraditória da *ficcionalização* da economia se constituir enquanto política pública para o desenvolvimento e *inclusão social*, enquanto planejamento

¹³ “O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) é uma fundação pública federal vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros. Os trabalhos do IPEA são disponibilizados para a sociedade por meio de inúmeras e regulares publicações e seminários e, mais recentemente, via programa semanal de TV em canal fechado.” Definição disponível no endereço eletrônico governamental do próprio IPEA, acessado em 29/04/2014.

¹⁴ Relatório de Inclusão Financeira, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010, p. 3.

nacional fundamentado na forma de política financeira de desenvolvimento econômico. À noção de inclusão será recuperada e debatida no capítulo 3 - *SOBRE A REPRODUÇÃO CRÍTICA FICTÍCIA DO CAPITAL: O ESPETÁCULO DA INCLUSÃO E ASCENSÃO SOCIAL*, sob o questionamento da noção de igualdade formal e jurídica. Por fim, ainda no capítulo 1 consideramos também o “Comunicado da Presidência número 7”, relatório oficial do IPEA, intitulado de “Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano” – conduzido pela Assessoria Técnica da Presidência em agosto de 2008. Acreditamos que este relatório coloca claramente o desafio estatal como necessidade de uma política distributivista da considerada produção nacional, tendo em vista relativizar a expansão e os efeitos da pobreza que se apresentam concomitante ao crescimento econômico declarado.

Frente a estas fontes documentais anunciadas, partimos para a exposição dos relatórios e dados oficiais em confrontação com a leitura atual da *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* sobre o processo entendido como *financeirização* e ascensão social daqueles tidos até então como pobres, procurando apontar suas coincidências críticas e rupturas entre esses dois momentos de entendimento sobre o fenômeno.

Retomando o entendimento da crítica presente n’O *Capital*, sobre a necessidade da indissociabilidade entre crítica e teoria para se pensar a constituição das formas de ser do mundo moderno, Kurz afirma que Marx

[...] entendia a própria teoria precisamente como oposição ao carácter meramente interpretativo de toda a teoria burguesa, isto é, como *crítica teórica*. Não obstante, crítica é, nesse sentido, algo diferente de interpretação. Em Marx, por um lado ela refere-se à economia política dominante, como expressão teórica da práxis da vida capitalista historicamente específica, ou seja, precisamente como crítica desta; e, por outro lado e em ligação com isto, refere-se ao carácter interpretativo dessa elaboração teórica burguesa, como *mera reprodução das categorias ontologizadas*, as quais, precisamente por esse motivo, já não podem surgir como categorias históricas e conseqüentemente finitas. (KURZ, 2007, grifos do autor, sem paginação).

Enquanto “mera reprodução das categorias ontologizadas”, podemos pensar, segundo Alfredo¹⁵, que na modernidade as formas de consciência constituem-se como parte integrante de um momento totalizante e totalizador do processo de modernização, isto é, o pensamento não escapa desse processo, pois a “*própria elaboração teórica representa um momento ou um campo específico de práxis social no capitalismo.*” (KURZ, 2007, sem paginação). Entender esse movimento entre teoria, ou “práxis teórica”, e “práxis prática” envolve discutir a relação contraditória entre o concreto e o abstrato que se estabelece no processo de modernização capitalista, que por sua vez, requer o retorno às categorias e à lógica do capital, atentando para as contradições imanentes a esse sistema que se manifestam no seu processo de produção e reprodução. Assim, realizar a crítica à sociabilidade que se estabelece na modernidade – no nosso caso atentando para o momento atual de expansão da participação e constituição do capital fictício nesse processo – nos exige o esforço de investigar a abstração pela qual ela se fundamenta, o valor, alargando a crítica à sua relação de dissociação¹⁶, na tentativa de tensionar o “quadro conceitual moderno” (KURZ, 2007,) que permanece enquanto linguagem presente tanto na *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, na geografia, como enquanto dados e relatórios estatísticos para o Estado.

Kurz reconhece o caráter fetichista e androcêntrico da linguagem conceitual moderna. Em vista disso, a crítica empreendida nesse trabalho se desdobra, assumindo a perspectiva desse autor, do capítulo 1 para os demais capítulos, na busca por reconhecer questões que nos levem à crítica a

¹⁵ Parte das reflexões que se seguem foram discutidas ao longo da realização da disciplina “Modernização e Contradições Espaço-Temporais” no segundo semestre de 2011, ministrada pelo professor doutor Anselmo Alfredo, pelo programa de pós-graduação em Geografia Humana da FFLCH-USP, além de algumas reflexões desenvolvidas no grupo de sexta sobre a crítica do valor-dissociação e na disciplina “Reprodução, Espaço e Cotidiano” ministrada pela professora doutora Amélia Damiani, a qual tive a oportunidade de participar como ouvinte no segundo semestre de 2012, também oferecida pelo programa de pós-graduação DG –FFLCH-USP.

¹⁶ Como dissociação, ou ainda cisão do valor, entendemos, segundo Scholz (2009) e Kurz (2008), os momentos da valorização do valor que não participam diretamente do processo, mas que servem a sua reprodução crítica, não podendo assim nunca serem pensados separados do valor. De acordo com esses autores, a dissociação principal, mas não única, é a do feminino na constituição histórica do capitalismo como modo de produção patriarcal. Embora histórica e contraditoriamente determinado pelo desenvolvimento capitalista, entendemos que os momentos de dissociação são frequentemente naturalizados e ontologizados em grande parte das análises marxistas que se debruçam sobre a crítica do processo de modernização capitalista.

momentos da reprodução social que não aparecem no quadro conceitual tecido pelos relatórios considerados e pela teoria dos dois circuitos; momentos dissociados, tidos por vezes como femininos, todavia ainda momentos do capital, de sua afirmação, sendo que este obscurecimento, presente nos dados e relatórios estatísticos oficiais e na forma moderna da teoria espacial, aqui representada pela teoria dos dois circuitos, longe de ser um erro no qual essa pesquisa busca a solução, a complementação ou ainda a elucidação, representa o processo de negação e separação posto como identidade da lógica contraditória do capital que, muitas vezes, enquanto *totalidade social negativa* está apartada de toda teoria social positiva. Nesse sentido, a crítica da dissociação-valor remete para nós à questão do feminino como a cisão fundamental e estruturante, mas não só: sob o esforço de nos aproximar, assumindo os riscos de um possível desvio da crítica da dissociação-valor, admitimos nessa pesquisa que no universo dissociado também podemos considerar aqueles chamados de “excluídos”, bem como uma face da pobreza que não se revela em sua crítica teórica, uma vez que na maioria das vezes ela se apresenta analiticamente como o outro da relação capital, não diretamente identificada à lógica social da reprodução do valor, representada e naturalizada pela ideologia atribuída ao racionalismo acético do MBO (homem branco ocidental) e “compulsoriamente heterossexual” (KURZ, 2007).

A dissociação do feminino não é simplesmente o não-idêntico (mais uma vez ontologizado), mas sim a maneira como momentos do feminino são tornados utilizáveis precisamente através da exclusão. Isto quer dizer que o não-idêntico, por seu lado, deve ser concebido como o Excluído da totalidade concreta, de certo modo material, e por isso mesmo já sempre também como o Incluído, porque co-constitutivo. Por isso trata-se também de pôr em questão os conceitos marxistas anteriores. (SCHOLZ, 2009, sem paginação).

Dessa maneira, a discussão e exposição dos relatórios e dados oficiais além da visão contemporânea da teoria dos dois circuitos, diante do processo de aparente desenvolvimento econômico, aumento da renda da população e possível diminuição da desigualdade social no Brasil, nos conduz, ainda no capítulo 1, para a exposição e discussão da crise de reprodução do capital,

bem como para o caráter contraditório desse modo de produção enquanto crise do *patriarcado produtor de mercadorias*.

No capítulo 2 *A POBREZA E O SUBDESENVOLVIMENTO COMO QUESTÕES* procuramos analisar como essas noções, em seu movimento de conceituação, se estabelecem, sobretudo na geografia, tendo como fundamento a crítica à desigualdade social e espacial e à pobreza como resultado “perverso” e funcional do processo particular de produção e reprodução das relações capitalista no Brasil. Nesse sentido, retomamos principalmente a obra de Francisco de Oliveira, *Crítica à Razão Dualista* (2003), bem como *O Espaço Divido* (2004) e *Da Totalidade ao Lugar* (2008), de Milton Santos, no intuito de debatermos acerca de questões sobre o dualismo teórico e a particularidade da expansão capitalista no Brasil. Procuramos atentar para o movimento de crítica desses autores, isto é, para suas formulações que se constituíram a partir da crítica a determinadas teorias e processos comuns e particulares ao seus contextos acadêmicos. Esse debate nos conduz, ainda no Capítulo 2, à questão da modernização crítica capitalista na periferia sendo entendida, segundo a teoria espacial, sob os pressupostos e categorias advindas das ciências físicas e da natureza que constituem uma linguagem e entendimento teórico do processo social que apaga as contradições postas pela reprodução crítica do capital enquanto valorização do valor. Argumentamos que essa concepção encerra a teoria dos dois circuitos a uma crítica distributivista perene, sem permitir que esta se aprofunde na análise do movimento da contradição entre concreto e abstrato presente na sociedade moderna capitalista.

Temos que ressaltar, mais uma vez, que o caminho da crítica também passa pela crítica a forma e ao processo social que é frequentemente lido e explicado pela teoria espacial, em especial a teoria dos dois circuitos, com noções e conceitos que advêm da física e das ciências da natureza que se desdobram muitas vezes em noções gerais abstratas aproximando a análise de um positivismo lógico. A leitura do processo social sob essa perspectiva, dentre outras questões, esconde o fetichismo social enquanto espetacularização da noção de inclusão – temática nossa concernente ao Capítulo 3 – postas pela generalização e crise da forma mercadoria e do trabalho, como tempo social médio na sociabilidade moderna. A contradição inerente a esse processo é

apagada na forma da teoria espacial, reiterando, dessa maneira, os termos de uma crítica distributivista sob o enfoque de regulação e ordenamento, via Estado, da realidade considerada material. Nesse sentido a crítica passa pelas questões engendradas pela visão estruturalista e sistêmica da realidade social presentes na teoria dos *dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*.

Outro desafio que se coloca também para nós é empreender uma análise estrutural sem ser estruturante, atentando para o limite e mérito da teoria dos dois circuitos em enunciar algo que ela não tinha, isto é, os conteúdos que não cabem na análise sistêmica presente nessa teoria, nessa lógica. Quais são as rupturas, os processos, as utopias que a contemplam? Sem termos condições e muito menos pretensões de encontrar soluções para os questionamentos e para crítica aqui empreendida, a pesquisa caminha então da noção de problemática para a noção de contradição, numa perspectiva de dialética negativa e aberta no reconhecimento de que o próprio pensamento é um momento da contradição e de tratamento da mesma (KURZ, 2007) no contexto da sociabilidade moderna capitalista e de sua crise. A possibilidade desse trajeto de crítica se constrói, no capítulo 2, fundamentada na busca dos sentidos atribuídos à pobreza, tanto por parte de nossos interlocutores como para os relatórios oficiais.

A produção de máquinas como força produtiva e a dispensa de trabalho vivo do processo produtivo leva simultaneamente à constituição de um aspecto da contradição que para nós se apresenta como fundamental para conduzir a crítica empreendida no capítulo 3 - *SOBRE A REPRODUÇÃO CRÍTICA FICTÍCIA DO CAPITAL: O ESPETÁCULO DA INCLUSÃO E ASCENSÃO SOCIAL*: a contradição entre trabalho produtivo e improdutivo, bem como a desproporcionalidade entre os Departamentos da economia, discutidos por Marx (1988) e outros autores, principalmente Mandel (1985) e Oliveira (2003). A questão que emerge em nossa pesquisa e discussão crítica diz respeito às implicações da não consideração do âmbito não produtivo do trabalho em sua relação contraditória com a produção de valor, isto é, com o trabalho produtivo no processo de reprodução do capital. Ademais essa contradição fundamenta o que entendemos da dinâmica de reprodução do capital sob a perspectiva de

dialética do *faux frais*¹⁷ do capital produtivo. Mais do que nos preocuparmos com a definição de trabalho produtivo e improdutivo, o que nos interessa é discutir a relação contraditória entre esses dois termos. Em vista disso, pensar a relação entre esses termos contraditórios da categoria trabalho, obrigatoriamente nos chama a refletir sobre o plano do capital conjunto e de sua reprodução à luz da teoria da circulação desenvolvida no livro *Il d'O Capital* (1988) associada às reflexões desenvolvidas por Kurz em seu texto *Ascensão do Dinheiro aos Céus*, (1995). Desdobraremos essas questões no capítulo 3, conforme dissemos. Porque esse é justamente o movimento que nos conduz à análise crítica da contradição entre a forma preço e a forma valor, que a teoria espacial não considera, repondo dessa maneira o fetichismo da materialidade e da acumulação positiva em termos gerais, não podendo considerar, dessa forma, o processo histórico enquanto dessubstancialização do dinheiro (KURZ, 1995) e das categorias críticas do capital. Mas não só isso: a nossa preocupação se volta para as formas de reprodução social, principalmente dos que são considerados pobres, nesse processo contraditório e cada vez mais recrudescido da modernização. Formas que envolvem necessariamente a espetacularização de diversos momentos do que se apresenta como cotidiano, segundo pudemos observar a partir dos depoimentos das mulheres que tivemos oportunidade de conversar na pesquisa de campo. O espetáculo surge em nossa pesquisa como possibilidade de olhar criticamente para reprodução social do ponto de vista das relações mais imediatas dos indivíduos, na sociabilidade posta pelo aumento de dinheiro e de mercadorias dessubstancializadas, pelo crédito. Em outras palavras, o espetáculo é considerado como possibilidade de acessar uma crítica ao momento dos valores-de-uso, na reprodução fictícia do capital na atualidade.

Contraditoriamente, na tentativa de negar, mas sem abandonar de vista a crítica à desigualdade produzida pelo capital, a crítica presente nessa pesquisa, de maneira geral, se valendo especialmente dos depoimentos realizados, se desdobra no capítulo 3 em dois aspectos inter-relacionados: 1) Como a reprodução crítica do capital fictício constitui fetichistamente o *pobre* e a noção de *pobreza* e de *circuito inferior* como aquele capaz de salvar a

¹⁷ Falsos custos. Discutiremos sobre essa noção no capítulo 3.

reprodução social crítica através da expansão e disseminação de crédito, da promessa de “trabalho”; 2) Como a noção de inclusão e ascensão social em relação à pobreza e a desigualdade articulada a uma linguagem própria à geografia (dualista e desenvolvimentista) significou na teoria dos dois circuitos, bem como nos dados e relatórios oficiais, o apagamento da crise, da sua negatividade, enquanto violência e espetáculo da forma social totalitária do valor e da dissociação em sua reprodução fictícia.

Nossa discussão nos leva a pensar o *capital fictício* e sua reprodução crítica nos dias atuais, sob o *colapso da modernização* (KURZ, 1993) em termos categoriais, isto é, enquanto *ficcionalização* do capital em processo que engendra a *ficcionalização* da reprodução social posta pela crise da produção de valor e desta enquanto crise da sociedade de trabalho. A ficcionalidade ou o caráter fictício de tais categorias se expressam no fato de que estas aparecem como promessa de trabalho, de saldo, de valorização, enfim de realização futura de um capital que se constitui enquanto simultaneidade crítica. Em outras palavras, sem querer realizar uma defesa argumentativa do capital produtivo em detrimento do financeiro, fictício, nos interessa perguntar sobre momentos da reprodução social que não aparecem na forma teoria e nem na forma de constituição dos dados estatísticos e relatórios oficiais, mas que estão associados a essa forma fictícia de reprodução, que repõe criticamente e ficticiamente os momentos de uma economia fundamentada no trabalho, mas que ao mesmo tempo se “dessubstancializa” (KURZ, 1995).

Dessa forma, no capítulo 3, nos perguntamos sobre o caráter *fictício* das categorias do capital na atualidade – atentando para as formas críticas que assumem, de acordo com as nossas observações e depoimentos de campo – enquanto ações empreendedoras individuais, como promessa de remuneração futura, política econômica governamental financeira, processo de constituição e formação permanente e educacional da força de trabalho, etc. que parecem não dar conta da solvência de todo o crédito oferecido e da crise de superprodução atreladas à produção de novas condições de escassez, constantes nessa sociedade. Assim, interessa-nos refletir sobre como esses momentos estão imbricados e por vezes negativamente associados na crise de reprodução da sociedade produtora de mercadorias.

Nesse sentido utilizamos a metáfora “curto-circuito”, pensando o caráter crítico dessa pesquisa em relação à *teoria dos dois circuitos da economia urbana*, não para desqualificar esse ou qualquer outro pensamento teórico, mas na tentativa de tensionar à forma de pensamento e linguagem moderna que cunham e reiteram o aspecto de lógica formal aos conceitos e categorias do capital no movimento de reprodução crítica do sistema produtor de mercadorias. O “curto-circuito” seria representado justamente pela colagem entre essas linguagens e, ademais, entre a noção de teoria e prática, que nesse sentido não reconhece a identidade contraditória posta entre esses termos, impossibilitando a teoria de se aprofundar enquanto crítica. Já o *blackout*, sem querer atribuir a qualidade de um total apagamento da crise de reprodução moderna no qual essa pesquisa visa elucidar, uma vez que o nosso próprio pensamento é obnubilado (KURZ, 2007), pensamos que é uma metáfora interessante para se questionar o fetichismo próprio ao colapso da modernização, que frequentemente é analisado somente sob seu aspecto material.

CAPÍTULO 1 – A *FINANCEIRIZAÇÃO* DA POBREZA – CONTRADIÇÃO E CRISE DO CAPITAL

1.1 – A *FINANCEIRIZAÇÃO* DA POBREZA

1.1.1 - A Pronunciada Redução da Pobreza no Brasil nas Últimas Décadas

Na primeira década do século XXI, mais especificamente durante os anos que compreenderam os dois mandatos do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), de acordo com os principais institutos de estatística e pesquisa em economia do país, o Brasil experimentou, de maneira geral, um avanço de diversos indicadores sociais e econômicos. Percebemos neste período, tanto nos meios de comunicação brasileiros como também em trabalhos científicos em geografia e demais ciências, constantes notícias e estudos a respeito do aumento dos assim chamados padrões de vida e do “poder de consumo”¹⁸, bem como o aumento do número de empregos, principalmente em relação à parcela da população considerada de *menor renda*. São freqüentes as reportagens e indicadores econômicos que demonstram uma espécie de alargamento da classe média no Brasil, também chamada, segundo as classificações mais utilizadas nesses meios e dentre alguns economistas, de “classe C”¹⁹.

Dentre o universo macroeconômico brasileiro, constituiu-se historicamente uma interpretação sobre a desigualdade social própria ao modo de produção capitalista como *classes de renda* ou classes econômicas, as quais foram classificadas, ao final da primeira década desse século, como distribuídas entre as designações A, B, C, D e E, sendo a classe “C” a batizada hoje em dia pela mídia, por alguns setores governamentais e periódicos de economia que circulam no meio virtual como “a nova classe média brasileira”²⁰.

¹⁸ “Indústria descobre classes populares”, in http://sescsp.net/sesc/revistas_sesc/, - acessado em jul/ago 2008.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ Além dessa expressão cunhar a publicação e o estudo – coordenados pelo economista Marcelo Neri (atual presidente do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), do Centro de Políticas Sociais, filiada ao Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro – “A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres” (disponível em http://www3.fgv.br/ibrecps/ncm2010/NCM_Pesquisa_FORMATADA.pdf), ela pode ser encontrada também em sites oficiais do governo federal, como da “Secretaria de Assuntos

Atualmente as *classes de renda* são classificadas a partir do cálculo do PIB brasileiro (Produto Interno Bruto) *per capita*, acrescido de informações advindas do PNAD (Pesquisa Nacional de Amostras a Domicílio) e do PME (Pesquisa Mensal de Emprego), enquanto indicadores utilizados pelos institutos oficiais de pesquisa (principalmente o IBGE e outras fontes como o IPEA, o Banco Central entre outros, que, embora apresentem por vezes outras metodologias para seus cálculos, “bebem” do IBGE como sua principal fonte) para classificar e categorizar a situação da população brasileira, e do mercado de trabalho, bem como a situação e o diagnóstico de sua “qualidade de vida”²¹.

O PIB é o indicador que mais aparece e é divulgado na mídia e em relatórios de diferentes instituições e pesquisas. Entretanto, abstraindo-se por enquanto das contradições que esta fórmula apresenta diante da categoria valor, gostaríamos de chamar atenção nesse momento para a problemática em relação à variação de preços que a consideração do PIB como indicador social nos coloca. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) a definição geral de PIB pode ser entendida como:

Bens e serviços produzidos no país descontadas as despesas com insumos utilizados no processo de produção durante o ano. É a medida total do valor adicionado bruto gerado por todas as atividades econômicas”²²

Ao analisarmos o gráfico 1 referente ao PIB brasileiro, percebemos que, segundo este indicador, o Brasil apresenta constantes índices de crescimento, excetuando o ano de 2009.

O crescimento do PIB que observamos no gráfico 1 a seguir, embora não esteja especificado no título, segundo a própria fonte, diz respeito ao Produto Interno Bruto Nominal do país, ou seja, é o valor dos bens e serviços

Estratégicos da Presidência” (disponível em <http://www.sae.gov.br/site/?p=14293>) e em reportagens e artigo presentes em mídia, impressa e virtual, de grande circulação nacional e sobretudo em São Paulo, como o jornal *Folha de São Paulo* (disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/1214287-fenomeno-da-nova-classe-media-tambem-deve-impactar-classes-a-e-b-veja.shtml>) e o jornal *Estado de São Paulo* (disponível em <http://economia.estadao.com.br/noticias/economia,surge-uma-nova-classe-mediglobal,131579,0.htm>).

²¹ “A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres”. Coordenação Marcelo Cortes Neri. Centro de Políticas Sociais, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 2010, *passim*.

²² Disponível em www.ibge.gov.br, acessado em 15/04/2014

medidos a preços correntes²³. Isso significa que a base de preços da análise é a do ano em questão.

Gráfico 1

Crescimento do PIB Brasileiro (% a.a.)

Fonte: IBGE, elaborado pelo Banco Central do Brasil²⁴

Gráfico 2

Evolução do PIB (R\$ trilhões)

Fonte: IBGE/DPE/COPIS²⁵

²³ SANDRONI, PAULO. Novo Dicionário de Economia. Editora Best Seller, disponível em <http://www.ens.ufsc.br/~soares/dicionario.htm> acessado em 12/14/2012

²⁴ Gráfico extraído do Relatório de Inclusão Financeira, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010, p. 31.

²⁵ Gráfico extraído do Relatório de Inclusão Financeira, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010, p. 70.

A outra variação deste indicador, o chamado PIB Real, diz respeito ao valor dos bens e serviços medidos a preços constantes²⁶, a partir de um ano base. O gráfico 2 apresenta a relação entre as duas variações do PIB, sendo que o PIB Real aparece tendo como ano base 2009. Observamos uma variação de crescimento bem mais modesta em si tratando do PIB Real²⁷. Por enquanto temos que atentar para o fato de que caso se considere o aumento populacional do período demonstrado pelo gráfico, os valores do PIB Real perdem ainda mais importância do ponto de vista social.

A taxa de crescimento do PIB Nominal brasileiro, no período de 2003 a 2009, foi em torno de 2,88% *per capita* ao ano, segundo o relatório conduzido por Marcelo Neri, na Fundação Getúlio Vargas do Rio de Janeiro (FGV-RJ). Entretanto, a PNAD (a qual considera também critérios referentes ao consumo para o cálculo de seu índice), teve um aumento maior do que o PIB *per capita* para o período: cerca de 4,71% ao ano.²⁸ Tendo como fundamento a análise desses dados, sem se aprofundar nas questões postas pela variação de preços, inclusive da moeda nacional, a redução da taxa de pobreza no Brasil e da desigualdade social e de renda no país são os eventos que mais vêm sendo consagrados pelo período nos relatórios oficiais.²⁹

É preciso lembrar que a categoria renda, tal como utilizada na formulação das Contas Nacionais e por outros diversos indicadores econômicos e sociais, inclui “rendimentos” *per capita* de todas as “fontes”,

²⁶ O PIB real “é uma medida mais perfeita do bem-estar econômico, pois leva em conta a produção total de bens e serviços sem a influência da variação nos preços”. SANDRONI, PAULO. Novo Dicionário de Economia. Editora Best Seller, disponível em <http://www.ens.ufsc.br/~soares/dicionario.htm> acessado em 12/14/2012

²⁷ A ausência de gráfico específico sobre o crescimento do PIB real tal qual o PIB nominal neste trabalho está relacionada à ausência do mesmo nos principais institutos de referências de dados econômicos, como o IBGE.

²⁸ “A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres”. Coordenação Marcelo Cortes Neri. Centro de Políticas Sociais, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 2010, p. 10.

²⁹ “Enquanto as desigualdades de renda se agravaram na maioria dos países de renda média, o Brasil assistiu a avanços dramáticos tanto em redução da pobreza quanto em distribuição de renda’ (...) Segundo os indicadores do BIRD, a taxa de pobreza do Brasil caiu de 41% no início da década de 90 para entre 33% e 34% em 1995. Depois de se manter nesse nível até 2003, a taxa de pobreza apresentou declínio constante, caindo para 25,6% em 2006.” Segundo site da BBC-Brasil disponível http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/04/100420_pobreza_bird_brasil_ac_np.shtml.

Em 2009 a taxa de pobreza no Brasil declinou a 15,32% da população. “A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres”. Coordenação Marcelo Cortes Neri. Centro de Políticas Sociais, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 2010, p. 11.

como “renda em trabalho, aluguéis, aposentadoria, programas sociais etc.” além do mais, a distinção da população em classes econômicas, como dito anteriormente, utiliza também dados de outra natureza, como do PNAD, que considera, dentre outros quesitos, o cômputo de bens de consumo (geladeira, máquina de lavar roupas, TVs etc) e o acesso aos chamados “ativos de produção” como educação, internet, telefone entre outros.³⁰ Dessa maneira, podemos observar a importância da aquisição e circulação de mercadorias e outros serviços na análise da ascensão da renda da população brasileira.

Segundo o relatório de Inclusão Financeira, produzido pelo Banco Central do Brasil, a *renda per capita* no país aumentou como um todo no período de 2005 a 2009:

Gráfico 3

Evolução da renda *per capita**

No período considerado, os relatórios produzidos por essas pesquisas apontam para um vultoso crescimento populacional da chamada classe “C”³¹,

³⁰ “A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres”. Coordenação Marcelo Cortes Neri. Centro de Políticas Sociais, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 2010, p. 7. A concepção de “ativos de produção” advém da economia política atual e é aplicada à população, à família e ao indivíduo como forma de calcular a renda média e da projeção do “potencial de consumo e da capacidade de geração de renda” a partir da consideração de bens e dispositivos coletivos, ou ainda, formação escolar (*Ibid.* p. 8).

³¹ A constituição da chamada classe “C”, como dissemos, envolve a consideração da renda *per capita* familiar, que não está ligada somente a renda líquida, em dinheiro, recebidas pelas pessoas, mas outros quesitos que envolvem a própria constituição da renda como categoria da economia política. Entretanto, os relatórios não se furtam em designar um “valor” nominal pra

onde um dos fenômenos mais aclamados envolvendo a expansão dessa considerada *nova classe média* é a ascensão de mais de 29 milhões de pessoas dos estratos de renda considerados mais baixos (D e E), no período de 2003-2010, para esta classe considerada mediana, que em 2010 passou a representar 50,5% da população brasileira³². O gráfico 4 apresenta a mudança, de 1992 a 2009, das consideradas classes econômicas. Além do celebrado crescimento em termos populacionais da classe “C”, o acesso crescente dessa população aos bens de consumo é bastante evidenciado não somente nesse estrato como também nos de renda mais baixas.

Complementado a noção de crescimento e ascensão de renda atribuída a “nova classe média”, outro indicador assumido pelo IBGE para dimensionar a desigualdade social é o índice *Gini*³³, e este aponta, segundo o gráfico 5, que em 2010 o Brasil atingiu o “menor nível de desigualdade de renda desde registros iniciados em 1960”.³⁴

categorizar as classes de renda. No momento dessa pesquisa, segundo o relatório “*A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres*”, de 2010, a classe “C” seria formada por aqueles que detêm uma renda domiciliar total de todas as fontes entre a faixa de R\$1064,00 e R\$4561,00 a preços de São Paulo, em 2010. *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres*. Coordenação Marcelo Cortes Neri. Centro de Políticas Sociais, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 2010, p. 28.

³² *A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres*. Coordenação Marcelo Cortes Neri. Centro de Políticas Sociais, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 2010, p. 12. Uma das conclusões desse estudo é a de que a classe C, dado seu aumento constatado nos anos do governo Lula, torna-se a classe dominante, uma vez que “(...) a nova classe média brasileira não só inclui o eleitor mediano tido como aquele que decide o segundo turno de uma eleição, mas que ela poderia sozinha decidir um pleito eleitoral. Complementarmente, esta também é a classe dominante do ponto de vista econômico, pois concentra mais de 46,24% do poder de compra dos brasileiros em 2009 (...) superando as classes AB estas com 44,12% do total do poder de compra. As demais classes D e E têm hoje 9,65% (...)”, (p. 14)

³³ Índice de Gini: “medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).” – IBGE – disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>. Acessado em 16/04/2014.

³⁴ “*A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres*”. Coordenação Marcelo Cortes Neri. Centro de Políticas Sociais, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 2010, p. 11. “A pobreza no Brasil caiu 50,64% entre dezembro de 2002 e dezembro de 2010, período em que Luiz Inácio Lula da Silva esteve à frente da presidência da República.” Disponível em: www.estadao.com.br/noticias/nacional,indice-de-pobreza-no-brasil-cai-50-em-oito-anos,714372,0.htm. É preciso chamar atenção para o fato de que mesmo com o aclamado avanço mostrado pelas pesquisas no sentido da redução da desigualdade social brasileira, o Brasil permanece entre os dez países com maior desigualdade de renda no mundo. Há que se apontar também que, em termos de crescimento relativo, a classe A e B foram as que mais aumentaram (*ibid.* p. 11-12).

Gráfico 4³⁵

EVOLUÇÃO DAS CLASSES ECONÔMICAS

Fonte: Centro de Políticas Sociais da FGV a partir dos microdados da PNAD/IBGE

³⁵ Disponível no site G1 – Economia e negócios: “A classe C, também chamada de nova classe média, somou 94,9 milhões de pessoas em 2009 e chegou a 50,5% da população, de acordo com a pesquisa ‘A Nova Classe Média: O lado brilhante dos pobres’, divulgada nesta sexta-feira (10) pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e feita com base em dados da última Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD).”. <http://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/09/classe-c-e-50-da-populacao-e-eleitara-decisiva-diz-estudo-da-fgv.html>, acessado em 16/04/2014.

Gráfico 5

Evolução da Desigualdade de Renda no Brasil (Índice de Gini para a renda domiciliar per capita): 1977-2012³⁶

Fonte: PNAD, vários anos.

É importante salientar, nesse momento, que embora grande parte das interpretações quanto aos números e dados, advindos dos indicadores e pesquisas supracitados, sejam unânimes em afirmar uma diminuição da desigualdade social e aumento da renda entre a população brasileira, percebemos uma certa discordância sobre a consideração do elemento de maior importância e determinação desse fenômeno. As interpretações presentes em sites oficiais do governo brasileiro, bem como o estudo conduzido pelo Centro de Política Sociais da FGV-RJ apontam o fator do crescimento da “renda em trabalho”, da produtividade da economia, como o mais importante e qualitativamente significativo dado do crescimento brasileiro³⁷. Entretanto, em documento emitido pelo Banco Mundial “fatores

³⁶ Disponível no site “Brasil, Economia e Governo”: www.brasil-economia-governo.org.br/2013/10/16/a-desigualdade-de-renda-parou-de-cair-parte-i/, acessado em 16/04/2014.

³⁷ “A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres”. Coordenação Marcelo Cortes Neri. Centro de Políticas Sociais, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 2010, p. 44.

como inflação baixa e programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, tiveram papel importante nesse desempenho”.³⁸

Além do aumento do salário mínimo, de programas governamentais de renda mínima e do controle da inflação no Brasil, gostaríamos de chamar a atenção para um fator atrelado a estes que as pesquisas e dados não omitem mas que na maioria dos relatórios e interpretações sobre o assunto acaba aparecendo pouco em grande parte das análises: o acesso e expansão do crédito pessoal como mecanismo e elemento fundamental do aumento de “poder de consumo” e “ascensão social” das famílias consideradas pobres.

1.1.2 - Financeirização enquanto Política Pública?

Segundo dados do Relatório de Inclusão Financeira³⁹ há um aumento considerável das operações de crédito em relação ao PIB (nominal) no período considerado. O gráfico 6 visa expressar essa relação.

Percebemos, segundo o gráfico, que há um aumento considerável das operações de crédito em relação ao PIB. Em menos de cinco anos o aumento percentual do crédito em relação a este indicador foi de quase 100%.

Uma característica do processo atual de aumento do crédito, segundo o mesmo relatório, é o aumento de transações e empréstimos considerados de “baixo valor”⁴⁰. A análise do gráfico 7 nos permite observar a maior quantidade e aumento das operações de crédito que envolvem “valores” menores que R\$ 5.000,00.

³⁸ Segundo site da *BBC-Brasil*, disponível em http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/04/100420_pobreza_bird_brasil_ac_np.shtml

³⁹ Relatório de Inclusão Financeira, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010.

⁴⁰ Relatório de Inclusão Financeira, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010.

Gráfico 6

Comportamento das operações de crédito em relação ao PIB

Fonte: Banco Central do Brasil/DEPEC⁴¹

Gráfico 7

Média mensal da quantidade de operações de crédito por mil adultos no semestre

Fonte: Banco Central do Brasil/SRC e IBGE/DPE/COPIS⁴²

Segundo o Relatório de Inclusão Financeira, operações de créditos com “valores” menores que R\$ 5.000,00 referem-se majoritariamente a transações

⁴¹ Gráfico extraído do Relatório de Inclusão Financeira, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010, p. 70.

⁴² Gráfico extraído do Relatório de Inclusão Financeira, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010, p. 74.

de consumo. Ainda segundo esta fonte, podemos perceber no trecho extraído a seguir, o grande volume de empréstimos concedidos a pessoas físicas.

Os empréstimos concedidos a pessoas físicas somaram R\$692,6 bilhões em junho (de 2010), após expansão de 19,1% em relação a igual período de 2009, representando 45,3% do total de crédito do sistema financeiro. Os créditos a pessoas jurídicas, por sua vez, somaram R\$836,4 bilhões, com incremento de 30,3% em doze meses, equivalendo a 54,7% do total da carteira de crédito. Embora esteja crescendo a taxas expressivas nos últimos anos, o crédito bancário no Brasil ainda se encontra em patamares baixos, relativamente ao que se observa em outros países, o que sugere a existência de elevado potencial de expansão.⁴³

É preciso ressaltar que aumento e expansão do crédito em geral e particularmente o que vem se estabelecendo dentre a parcela considerada pobre da população de São Paulo e do país corresponde, do ponto de vista do Estado, como um dos principais “objetivos estratégicos” do Banco Central do Brasil (BCB) na atualidade, visando a “promoção de inclusão financeira” enquanto “um direito de todos para efetiva inclusão social, melhor qualidade de vida da população e como meio para o fortalecimento do país”⁴⁴. O crédito não é o único “serviço” oferecido a essa população no bojo do processo de “inclusão financeira”. Além dele, são oferecidos uma série de outros “produtos” financeiros como “poupança, (produtos) de pagamentos e de transferências em geral”.⁴⁵ Nesse sentido, para o Banco Central do Brasil:

Os esforços direcionados na divulgação do tema à sociedade e ao sistema financeiro, por sua vez, tiveram foco inicial no microcrédito, depois em microfinanças e, finalmente, sob o espectro da inclusão financeira, vista como um direito de todos para efetiva inclusão social, melhor qualidade de vida da população e como meio para o fortalecimento do país. Por reconhecer a complementaridade entre estabilidade, integridade e inclusão financeira, o BCB avança no aprimoramento do arcabouço regulamentar e na coordenação dos diferentes atores envolvidos na prestação de serviços financeiros. Há, nessa perspectiva, a convicção de que a busca de mecanismos para inclusão financeira é essencial para redução de desigualdades sociais e para maior desenvolvimento econômico, considerados elementos de um círculo virtuoso: a adequada expansão da inclusão financeira viabiliza o acesso à economia formal, contribuindo para mais

⁴³ Relatório de Inclusão Financeira, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010, p. 75.

⁴⁴ Relatório de Inclusão Financeira, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010, p.7.

⁴⁵ Relatório de Inclusão Financeira, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010, p. 18.

crescimento econômico, que, por sua vez, facilita o acesso de mais pessoas à economia e ao sistema financeiro, mobilizando poupança e investimento para o crescimento do setor produtivo.⁴⁶

Assim sendo, alimenta-se a crença estatal que simplesmente o aumento do consumo em geral e da população considerada pobre, ou a promoção de um aumento da demanda por produtos, do consumo, através da abertura do crédito, determinasse um potencial de crescimento produtivo das empresas. A noção de um “potencial de expansão” é constante no argumento. Também se evidencia a preocupação com a “inserção” da população na considerada “economia formal”. O relatório afirma ainda a possibilidade de que conceder crédito e outros produtos financeiros à população, a pessoas físicas – principalmente, no contexto atual, à população considerada pobre – permitiria uma espécie de “autovalorização” do dinheiro emprestado por meio de pequenos “empreendimentos produtivos” que essas pessoas poderiam realizar, trazendo assim fôlego à economia e a possibilidade de expansão dos mercados. Essa segunda visão atrela-se à concepção de microcrédito que vem se difundido largamente em âmbito mundial, sobretudo nas últimas décadas⁴⁷ e aqui no Brasil na forma jurídica do MEI - Micro Empreendedor Individual. Nesse sentido, a noção de *inclusão*, de acordo com a visão estatal expressa neste relatório, ganha destaque positivo enquanto política de desenvolvimento social fundamentada na expansão financeira.

Todavia, em relatório federal anterior ao Relatório de Inclusão Financeira de 2010, o “Comunicado da Presidência número 7”, relatório oficial do IPEA, intitulado de “Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano” – conduzido pela Assessoria Técnica da Presidência em agosto de 2008, que teve como finalidade se dedicar “a observar o comportamento da renda de pobres e ricos nas seis principais regiões metropolitanas do país, pontuando questões que

⁴⁶ Relatório de Inclusão Financeira, v.1, nº1. Banco Central do Brasil, 2010, p. 17.

⁴⁷ O termo *microcrédito* foi criado na década de 1970 por um economista, natural de Bangladesh, chamado Muhammad Yunus, ganhador do prêmio Nobel da Paz em 2006 e fundador do Banco *Grameen* – banco especializado em conceder microcrédito à população mais pobre (especificamente mulheres, mães de família) sem exigir nenhuma garantia e sem quase nenhuma burocracia. Yunus afirma e desenvolve uma teoria e atividade financeira (banco) na tentativa de demonstrar que o microcrédito é um importante instrumento de luta contra a pobreza (YUNUS, 2008).

merecem atenção da sociedade e das autoridades”⁴⁸ – expressa a situação econômica do país da seguinte forma:

A economia brasileira, ao longo dos últimos anos, tem demonstrado um vigor que parece refletir-se positivamente sobre a renda familiar. Em outras palavras, o crescimento produtivo do país veio acompanhado de uma melhora na renda das famílias em todas as faixas, implicando em uma queda no número de pobres no país e mesmo, mais recentemente, em elevação no número de pessoas de alta renda (ricos). [...] Contudo, mesmo com números alvissareiros, é necessário notar que os significativos ganhos de produtividade não estão sendo repassados aos salários, indicando que os detentores dos meios de produção podem estar se apoderando de parcela crescente da renda nacional.⁴⁹

O comunicado o qual foi extraído o trecho acima, realizado no contexto da crise internacional de 2008-2009, anuncia o crescimento produtivo do setor industrial brasileiro e identifica uma problemática econômica nacional posta no plano da distribuição dos ganhos da produtividade em que os salários e a remuneração dos trabalhadores não acompanharam esse crescimento⁵⁰. O trecho aponta ainda uma possível acumulação por parte dos “detentores dos meios de produção”, o que implica uma defasagem salarial dos trabalhadores.

Para chegar a essa conclusão, o comunicado em questão se vale de um indicador chamado de “Custo Unitário do Trabalho” (CUT), “entendido como a razão entre o rendimento real médio por trabalhador ocupado e a produtividade”⁵¹ da considerada indústria brasileira. O gráfico 8 visa expressar essa relação.

⁴⁸Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/080804_comunicadoipea07.pdf, acessado em 16/04/2014.

⁴⁹Disponível em http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/comunicado/080804_comunicadoipea07.pdf, acessado em 16/04/2014.

⁵⁰ “[...] é preciso estar atento para o fato de que o mundo do trabalho ainda não é capaz de repassar ao trabalhador parte significativa dos ganhos obtidos nos últimos anos.” Comunicado da Presidência, nº 7 – Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano – IPEA, agosto de 2008, p.7.

⁵¹ Comunicado da Presidência, nº 7 – Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano – IPEA, agosto de 2008, p.8.

Gráfico 8

Produtividade física da indústria brasileira e CUT, 2001-2008 (nov/2001=100 com ajuste sazonal)

Segundo o mesmo relatório e de acordo com o gráfico 8, o Custo Unitário do Trabalho teve uma queda de 10,2% entre dezembro de 2001 e abril de 2008. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal, outro indicador utilizado pelo Comunicado da Presidência para orientar e compor suas análises, a produção física da indústria, mensurada pelo IBGE, indica que esta aumentou na ordem de 28,1%, com o consecutivo ganho de “produtividade do trabalhador” de 22,6% em que a folha de pagamento à força de trabalho obteve um aumento em termos reais, no mesmo período, de apenas 10,5%.

Uma das conclusões do comunicado em questão é a de que “sem o repasse pleno da produtividade aos trabalhadores, estimula a expansão do estrato superior na distribuição de renda no Brasil”.⁵² Nota-se que a noção de produtividade considerada por esses indicadores está diretamente veiculada à materialidade produzida.

Diante desses dois momentos da concepção do Estado acerca da economia brasileira – em que um ressalta o ganho de produtividade da

⁵² Comunicado da Presidência, nº 7 – Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano – IPEA, agosto de 2008, p. 7.

indústria nacional em detrimento do custo unitário do trabalho, sugerindo assim uma acumulação de renda por parte dos detentores dos meios de produção, e o outro em que a inclusão financeira é considerada um dos objetivos nacionais para “redução de desigualdades sociais” e para a promoção da “estabilidade” e “integridade” do país – podemos levantar algumas questões: 1) Existe uma relação de contradição entre esses dois momentos? 2) Qual é o sentido lógico e social do aumento de produtividade? 3) O que significa, também do ponto de vista lógico, social e histórico, a redução do “custo unitário do trabalho”? 4) A crise estaria no descompasso entre produção e distribuição de renda, ou do capital? 5) A “inclusão financeira” se constitui como política pública necessária frente a uma suposta crise?

É preciso lembrar que desde o Plano Real e a considerada estabilização da moeda brasileira, a partir de 1994, inicia-se no Brasil – por meio de uma série de medidas institucionais e de entrada de capital financeiro no país – um processo de desburocratização às formas de acesso ao crédito e a outros “produtos financeiros”. Esse processo de desburocratização ao crédito e às finanças foi legalmente fundamentado na constituição federal brasileira de 1988, a qual, através da Resolução nº 1524, autoriza a criação de bancos múltiplos ou universais e libera as instituições financeiras para ofertarem diversos serviços financeiros em seus estabelecimentos (SANTOS, K., 2007, p. 14). Esse processo desdobra no mecanismo de securitização dos títulos da dívida externa do país, bem como em acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e com o Banco Mundial na década de 1990. Mas é sobretudo na primeira década do século XXI que esse processo de mobilização de capital aparentemente financeiro se intensifica e começa a contemplar as parcelas consideradas pobres da população, principalmente através de cartões *Private Label*⁵³ e de crédito pessoal, concedido por financeiras, ligadas ou não a grandes conglomerados bancários.

Assim, acreditamos que o aumento e expansão de diversas formas de créditos e operações financeiras destinadas a contemplar a população de

⁵³ Cartões de consumo, geralmente varejista, concedidos por grandes lojas, os quais são válidos somente para o estabelecimento em questão e que permite o parcelamento das compras efetuadas nos mesmos.

menor renda constituem um fenômeno recente no Brasil⁵⁴, que vem engendrando significativas transformações em termos econômicos e sociais no país.

Como esse processo, considerado como aumento de renda e de crédito a uma parcela da população até então considerada pobre do país, é concebido de forma geral pela geografia brasileira, enquanto debate e produção científica?

1.1.3 – As Finanças Enquanto Variável Chave na Concepção Atual da Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos

Atualmente, os desdobramentos econômicos e sociais produzidos pelo aumento e expansão das mais variadas formas de crédito no país são concebidos, no contexto do debate acadêmico geográfico brasileiro, geralmente a luz da *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*⁵⁵. As pesquisas recentes sobre o assunto reconhecem e assumem a perspectiva dos indicadores sociais e relatórios oficiais acerca da tendência de expansão do crédito e das finanças, sobretudo nas últimas décadas, do crédito pessoal, de “baixos valores”, direcionado a pessoas físicas:

Em 2005, cerca da metade do volume de dinheiro emprestado no Brasil correspondeu a créditos a indivíduos. Esse tipo de crédito tem crescido mais do que o crédito para empresas e

⁵⁴ “No ano 2000 existiam 28,466 milhões de cartões de crédito; em 2010 já são 153,375 milhões, correspondendo a uma variação de 438,8%. Quanto aos cartões de débito, existiam 48,045 milhões em 2000, passando para 249,293 milhões em 2010. Isso corresponde a uma variação de 418,87% no período. (...) Os cartões estão divididos em três categorias: crédito, débito e rede/loja. A última categoria apresentou variação de 434,25% saltando de 42,180 milhões, em 2000, para 225,347 milhões em 2010. O total de cartões saiu de 118,249 milhões em 2000, para 628,015 milhões em 2010. Comparando com 2009, a variação de cartões de crédito foi de 378,51% (136,212 milhões).” *“A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres”*. Coordenação Marcelo Cortes Neri. Centro de Políticas Sociais, Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, setembro de 2010, p. 10.

⁵⁵ Teoria desenvolvida de maneira aprofundada no livro de Milton Santos : “O Espaço Dividido – Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos” (2004). Dentre os estudos que se utilizam dessa teoria para a explicação desse fenômeno, é preciso destacar as pesquisas realizadas na Universidade de São Paulo, orientadas pela professora doutora Maria Laura Silveira, as quais se referem sobretudo ao fenômeno na cidade de São Paulo, cuja continuidade e utilização da teoria dos dois circuitos se apresentam com maior dedicação. Ver SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009. A discussão mais aprofundada acerca dos fundamentos e desdobramentos teóricos da teoria dos dois circuitos será realizada no capítulo 2 da presente pesquisa.

autarquias estatais (Contel, 2006, p. 273). Por outra parte, do total de crédito a pessoas físicas em 2005, 49,2% dos créditos eram inferiores a R\$ 5.000. O crédito pessoal no Brasil aumentou significativamente, passando de R\$ 16,3 bilhões em 2000 a R\$ 75,6 bilhões em 2005, o que representa um aumento de 4,6 vezes.⁵⁶

O aumento do crédito atrelado ao aumento do consumo de bens duráveis e não-duráveis, materiais e imateriais, é uma questão presente nas discussões da teoria dos dois circuitos atual. Silveira chama atenção para a busca de liquidez e consumo relacionado ao crédito e outras políticas públicas nacionais:

O crédito tem aumentado significativamente nos últimos anos. Entre 1995 e 2005, as operações de crédito do sistema financeiro nacional se triplicaram. Todavia foram as operações de crédito de pessoas físicas que tiveram um crescimento extraordinário (cerca de 15 vezes numa década). Ainda que boa parte das instituições financeiras seja anterior à década de 1990, o número de agências, de novas instituições financeiras e o volume de dinheiro emprestado cresceram significativamente a partir do Plano Real em 1994. A partir da estabilização da moeda, houve uma explosão do consumo financiado de bens duráveis como geladeiras, fogões, televisões e, inclusive, automóveis, mas também de bens imateriais. (...) Além disso, deve ser assinalado o processo de aquisições e fusões, de obtenção de créditos públicos e outras políticas que favoreceram a busca de liquidez e o consumo.⁵⁷

É preciso ressaltar – adiantando as discussões do capítulo 2 sobre a *teoria dos dois circuitos da economia urbana*, mas sem nos aprofundarmos por enquanto em contradições que consideramos serem fundamentais – que essa teoria, elaborada pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, na década de 1970, sob o contexto de reformulação da geografia brasileira no movimento que ficou conhecido como *Geografia Crítica*, intentou, através de uma “análise sistemática, capaz de conduzir à formulação de princípios gerais”, a realização de uma “teoria do desenvolvimento econômico em sua dimensão espacial” própria para os países subdesenvolvidos (SANTOS, 2004, p. 26). O autor chamava atenção para a necessidade de se entender e estudar a especificidade dos países subdesenvolvidos, em sua dimensão histórica e

⁵⁶ SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009, p. 71.

⁵⁷ SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009.

organizacional, em relação aos países desenvolvidos, de modo que fosse possível compreender os impactos do que o autor chamou de “modernização tecnológica” sobre esses países, sem ter que recorrer a conceitos e perspectivas transplantadas irrefletidamente dos países desenvolvidos (SANTOS, 2004, p. 18).

Segundo Santos, a especificidade dos países subdesenvolvidos “aparece claramente na organização da economia, da sociedade e do espaço e, por conseguinte, na urbanização, que se apresenta como um elemento numa variedade de processos combinados” (SANTOS, 2004, p. 19). Assim, de acordo com os pressupostos dessa teoria, a organização e reorganização do espaço dos países subdesenvolvidos realiza-se “em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial”, cujas forças são seletivas, determinando, dessa forma, uma seletividade espacial “em nível econômico e social” que resultaria no aparecimento – no espaço das cidades dos países subdesenvolvidos – de dois circuitos responsáveis pelo processo econômico e de “organização espacial”: o circuito superior, moderno e rico; e o circuito inferior, pobre e não-moderno (SANTOS, 2004, p. 21-22). De acordo com a leitura atual dessa teoria, que recupera os fundamentos da considerada *seletividade do espaço*,

Os circuitos da economia urbana podem ser vistos como subsistemas do sistema urbano, no qual todas as formas de trabalho estão integradas. Eles têm a mesma origem, ainda que compreendam resultados diretos e indiretos da modernização. Enquanto expressões da clivagem presentes nas cidades dos países mais pobres, os circuitos constituem um retrato da dinâmica da divisão do trabalho. Os circuitos não constituem sistemas fechados em si mesmos, mas estabelecem entre eles relações de complementaridade e concorrência. As atividades de um circuito comandam *inputs* do outro e utilizam algumas de suas atividades e produtos como economias externas. Essas complementaridades não eliminam, porém, a concorrência e as hierarquias. Na realidade, o circuito inferior é dependente do circuito superior – sobretudo dos serviços prestados por atacadistas, transportadoras e fornecedores de crédito – e não podemos considerá-lo isoladamente.” (MONTENEGRO, 2006, p. 11).

Haveria assim uma relação de complementaridade e concorrência entre esses dois circuitos considerados, cuja existência, na perspectiva atual da

teoria, aparece como “resposta a essa discrepância de renda” entendida em relação à dimensão espacial e urbana dos processos econômicos sociais advindos da modernização (SANTOS, K., 2007, p. 74). Haveria ainda uma relação de dominação do considerado circuito superior, considerado rico, moderno, que faz uso intensivo de capital e da técnica, sobre o inferior, considerado pobre, com baixo grau tecnológico e de organização moderna (Montenegro, 2006). O circuito inferior se constituiria justamente como “abrigo e fornecedor de renda” da economia pobre urbana, segundo a visão atual dessa teoria:

O circuito inferior vem se consolidando enquanto abrigo e fornecedor de renda para grande parte da população, ao mesmo passo que se afirma como uma manifestação da pobreza estrutural no país (MONTENEGRO, 2006, p. 31)

Nesse sentido, é possível afirmar de maneira geral que as pesquisas geográficas atuais acerca do processo de expansão e aumento do crédito – da considerada *financeirização* – sobretudo da parcela da população considerada de baixa renda, por meio da utilização da teoria dos dois circuitos, seguem voltando suas preocupações sobre o circuito inferior e o aumento do consumo conjuntamente com as relações de trabalho desse considerado circuito da cidade e de todas as relações que este estabelece com as “variáveis da modernização” no contexto do considerado meio técnico-científico informacional globalizado (MONTENEGRO, 2006). O considerado meio construído degradado das grandes cidades, local e reduto do circuito inferior, representaria um entrave à dinâmica e consolidação plena das variáveis da “modernização tecnológica”. (MONTENEGRO, 2006; SILVEIRA, 2009). Por outro lado, há a preocupação de reafirmar o caráter estrutural da perspectiva teórica dos dois circuitos em relação à perpetuação e manutenção de uma condição de pobreza constante de uma parcela, no caso a maior parte, da população concentrada nas grandes cidades dos países subdesenvolvidos:

Se, no discurso, é considerada como um fato indesejável, na prática, a pobreza é necessária ao funcionamento de um sistema governado por nexos financeiros. Afinal, a divisão do trabalho

nascida do neoliberalismo tem sido produtora de pobreza e dívidas sociais.⁵⁸.

Diante da questão do crédito e expansão do consumo em relação à população e a economia considerada pobre, pertencentes ao chamado circuito inferior, segundo essa teoria espacial, uma das problemáticas que aparecem para as pesquisas realizadas sob essa perspectiva é justamente a relação entre o que se apresenta como uma das variáveis do período moderno e do circuito superior – as finanças – e o circuito inferior, “abrigo e fornecedor de renda” da economia pobre urbana.

Por detrás da análise das finanças como variável central do momento atual, permanece a noção fundamental da economia espacial de que “a finança move a economia e a deforma, levando seus tentáculos a todos os aspectos da vida” (SANTOS, 2000, p. 44), em outras palavras, podemos entender que a finança, para essa teoria, aparece como algo externo, com caráter dominador, diante de uma economia que apresenta um funcionamento quase *espontâneo, equilibrado*. Frente a essa problemática, é importante notar como a noção de *classes de renda* é incorporada à visão acadêmica atual e estrutural da teoria dos dois circuitos em relação à disseminação do crédito e do consumo da população considerada pobre:

Hoje, um denominador comum das políticas dessas empresas comerciais e financeiras é a orientação dos seus produtos para as camadas mais baixas da sociedade. Havendo descoberto os importantes volumes totais do consumo das denominadas classes C, D e E, que, por outra parte, ajudam a criar, as empresas diminuem os umbrais mínimos de renda dos seus clientes. (SILVEIRA, 2009, p. 70.)

Assim, o potencial econômico das consideradas classes de baixa renda, “de repente” aparece para as empresas, nessa perspectiva teórica, mas também na perspectiva estatal enquanto relatório e política pública de “inclusão financeira”, como o pote de ouro revelado pelo arco-íris da economia globalizada. Se por um lado o circuito inferior aparece enquanto meio de

⁵⁸ SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 67, Jan./Abr. 2009.

reprodução e trabalho da economia pobre da cidade, por outro se perpetua a idéia de exploração, agora por meio das finanças, do circuito superior sobre o inferior, em que o consumo de bens por meio de mecanismos financeiros aparece como responsável pela drenagem de renda de um circuito a outro.

Justamente por terem percebido que até mesmo as classes de menor rendimento da população significam um importante nicho de mercado, as financeiras tomaram medidas políticas para viabilizar uma crescente circulação de capital também na economia pobre da cidade. (SANTOS, K., 2007, p. 49)

Dessa maneira, a visão contemporânea da *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, utilizada para realizar a leitura e fornecer as explicações e interpretação da expansão dos mecanismos de crédito e de consumo a uma população até então não contemplada por tal fenômeno, vai afirmar que o sistema financeiro globalizado “capilariza-se na cidade e alcança o circuito inferior”, para que o circuito superior, causa e consequência direta desse sistema, dele possa extrair novas possibilidades de acumulação por meio da drenagem de volumosas quantidades de dinheiro da economia pobre da cidade. (SANTOS, K., 2007, p. 3, 80).

Entretanto, as finanças, enquanto variável chave do período moderno, considerada pela teoria dos dois circuitos, é relacionada como atuante no território nacional como um todo, o que conformaria um processo de “creditização do território” nacional, segundo a visão atual da teoria:

A adoção dos cartões de débito e de crédito pelas microempresas como forma de pagamento na cidade de São Paulo vem se dando especialmente a partir de 2000. A banalização dos cartões de crédito e débito em meio à população de baixa renda faz parte de um processo mais amplo pelo qual o país vem passando: a creditização da sociedade e do território. Conduzido sobretudo pela mídia e por instituições financeiras, este processo vem atingindo também a parcela pobre da população desde o fim dos anos 1990 (Santos e Silveira, 2001, p. 223). O maior acesso aos cartões de crédito e de débito e a “entrada” dos mesmos no circuito inferior aparece, assim, como uma das mudanças na relação desse circuito com uma das variáveis centrais do período atual, ou seja, as finanças. (MONTENEGRO, 2006, p. 154-155)

É importante perceber como esse pensamento se constitui como uma crítica ao considerado processo de *financeirização*, em que o crédito e suas

formas são lidos como mais um tipo de instrumento de “drenagem” de dinheiro da economia pobre para o circuito superior globalizado, que conformaria o caráter estrutural da pobreza, sob um processo de acumulação entendido num contexto de dominação de diferentes “agentes hegemônicos” atuando no território nacional.

Assim, as finanças, conjuntamente com outras variáveis da modernização considerada chaves do momento atual para essa teoria, a técnica e a informação, conformariam uma *capilarização* do território nacional em que o circuito superior teria uma expansão nunca antes vista, tomando mercados tradicionalmente ligados ao circuito inferior, ao mesmo tempo em que o exploraria, com intuito de promover a *fluidez* necessária à expansão da materialidade.

A capilaridade da técnica, da informação e das finanças permite uma expansão social e territorial dos mercados do circuito superior jamais vista, que contribui para evitar tanto a superprodução quanto a capacidade ociosa da indústria, ou ainda o excesso de estoques no comércio, incluindo o problema da obsolescência de certas mercadorias. Mesmo quando algumas grandes firmas se desinteressam por certas parcelas da cidade ou do território, dir-se-ia que o circuito superior não despreza nenhum mercado, ainda mais quando nele pode introduzir sofisticados instrumentos financeiros. A venda de bens de consumo banal, como roupas, materiais de construção, móveis e eletrodomésticos a crédito, mas também de seguros pessoais, residenciais e odontológicos, assim como a concessão de empréstimo pessoal, se orientam a satisfazer – e a criar – uma demanda das classes sociais que antes se vinculavam, pela produção ou pelo consumo, ao circuito inferior. (Silveira, 2009, p. 68)

De acordo com essa concepção, além do impacto das finanças consideradas como variável chave, o processo de *capilarização* torna-se possível graças à informação enquanto publicidade e propaganda que aparecem na teoria dos dois circuitos como também indutoras e determinantes da *financeirização* das consideradas parcelas pobres da população⁵⁹. A

⁵⁹ “Existe uma oferta extraordinária de crédito desburocratizado, realizada por instituições financeiras bancárias e não-bancárias, redes, franquias e *outlet* de eletrodomésticos, roupas e materiais de construção. A complexa organização financeira do circuito superior, apoiada nos atuais sistemas técnicos e na propaganda, permite a expansão social e territorial dos seus mercados, evitando capacidades ociosas e invadindo os mercados tradicionalmente pertencentes ao circuito inferior”. (SILVEIRA, 2009, p. 65)

informação, alçada a essa determinação, segundo essa teoria, ganha o caráter duplo de informar e convencer, sendo que este último aspecto se torna mais presente nos dias atuais, transformando a publicidade em algo que “antecipa a produção” (SANTOS, 2000, p. 39) e que atrai o circuito inferior para o endividamento.

A capilaridade do sistema financeiro carrega consigo uma Ordem Global que transforma e é transformada quando entra em contato com o circuito inferior. A existência de dois circuitos da economia urbana é reforçada graças às volumosas quantias de dinheiro que o circuito superior das finanças drena da economia pobre – o que permite a sua expansão na cidade – enquanto o circuito inferior, atraído pela necessidade e pela publicidade, torna-se cada dia mais endividado, embora seja também dinâmico. (SANTOS, K., 2007, p. 80)

Acentua-se, dessa maneira, o caráter persuasivo para o consumo que a propaganda promove, afirmando o âmbito de determinação desse momento da modernização e de sua constituição como circuitos, em que a informação enquanto publicidade assume o *status* nessas análises de “ativadora do mercado, da sociedade de consumo” (ANTONGIOVANNI, 2001, 2003, p. 402 in SANTOS, 2001). A informação, nesse sentido, aparece como ativadora e o crédito como catalisador das relações de consumo, em que o crédito promove velocidade às transações, visando às necessidades de consumo dessa população, nessa concepção (SANTOS, K., 2007, p. 38). Produção, circulação, distribuição e consumo aparecem na teoria dos dois circuitos como *etapas* do modo de produção capitalista em que o crédito vai conferir maior velocidade à economia. Dada então a consideração das necessidades de consumo crescente da população, o sentido que se estabelece frente ao processo considerado de *financeirização* é que a busca pela maior velocidade de consumo faz com que o circuito superior se capilarize sobre todo território na forma financeira e de crédito, conforme dito anteriormente, inclusive materialmente enquanto bancos e financeiras (SANTOS, K., 2007, p. 73).

Entretanto, o movimento de crítica da visão atual da teoria dos dois circuitos caminha em direção aos processos de endividamento da população considerada pobre e atingida pelo fenômeno da *finaceirização*. As pesquisas realizadas nesse sentido não têm como não reconhecer que a maior parte dos

empréstimos e créditos destinados a essa população se presta ao pagamento de dívidas, “mais de 50%” dos empréstimos tomados em financeiras de São Paulo, para se ter uma idéia, segundo dados das pesquisas atuais (SANTOS, K., 2007, p. 68), o que representaria restrições ao consumo da então considerada “nova classe média”, população pobre cuja ascensão social é afirmada sobretudo na última década, segundo os relatórios oficiais considerados, mas que, através desses mecanismos de endividamento, permaneceriam na condição de pobreza estrutural da qual a teoria dos dois circuitos se fundamenta.

Assim, segundo a concepção recente da teoria, a capilarização das finanças teria se dado a partir de sua relação com as outras variáveis da modernização, como a técnica informacional, segundo Silveira, a qual permitiu a integração com as demais variáveis do período, propiciando “a formação de um verdadeiro sistema técnico com tendência à unicidade” (2009, p. 66), ainda segundo a autora:

Essa mesma técnica fez possível a circulação de uma dada informação que normatiza a forma de trabalhar e, ao mesmo tempo, possibilita e legitima os grandes volumes de dinheiro especulativo. Por fim, as lógicas próprias desse dinheiro em estado puro – que não abandona tal forma por ser a mais rentável – subordinam todas as formas de produção e acumulação. (Silveira, 2009, p. 66)

A difusão da técnica informacional enquanto variável da modernização que permite a unificação do mercado e da economia do território nacional, de acordo com a teoria dos dois circuitos e com os fundamentos da chamada economia espacial, coloca em questão a disseminação de uma racionalidade atrelada a essa forma, que segundo as análises das pesquisas consideradas, são responsáveis por uma normatização das formas de trabalho e por uma economia de trabalho vivo nos sistemas mais modernos. Essa racionalidade, entendida sob o plano da concorrência de mercado e entre os circuitos da economia urbana, vai ser responsabilizada, nessa teoria, pela economia de força de trabalho nos setores modernos, do circuito superior:

O que é mais racional, no processo de tornar-se competitivo, deve ser aplicado, eliminando todo tipo de viscosidades políticas, jurídicas, sociais e culturais. Desse modo, difundem-se sistemas técnicos automatizados para substituírem o trabalho humano, que é sempre considerado mais caro, demandante de pausas e potencialmente criador de conflitos, assim como normas destinadas a reduzir a quantidade de mão-de-obra, ou a transferir à esfera individual um conjunto de condições consideradas anteriormente soluções de civilização. (Silveira, 2009, p. 67)

Diante do exposto, podemos compreender que, segundo a teoria atual dos dois circuitos, a coerência racional posta ao espaço pelas variáveis centrais do processo de modernização tecnológica – a técnica, a informação e as finanças – promovem simultaneamente a racionalização do território, conferindo maior fluidez à circulação material e imaterial no espaço nacional e o desemprego de grande parte da mão-de-obra nacional nesses setores considerados modernos (Montenegro, 2006), a qual vai ser empregada e incorporada ao circuito inferior da economia, como forma de trabalho e consumo. Ao mesmo tempo, as *finanças* capilarizadas do circuito superior parecem “avançar” para todo o território enquanto mercado, inclusive aos tradicionalmente pertencentes ao circuito inferior, provocando, segundo essa teoria, uma drenagem de dinheiro da economia pobre para a economia mundial globalizada, o que acaba por conferir maior velocidade à economia do circuito inferior e endividamento de grande parcela da população, reproduzindo assim, a idéia de pobreza estrutural já analisada por Santos no alvorecer dessa teoria.

Entendemos, nesse sentido, que os dados e discussões presentes nas pesquisas atuais sobre a expansão e disseminação do sistema financeiro nacional e mundial, na mais variadas formas de crédito, na geografia, sob a perspectiva da teoria dos *dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, têm como pano de fundo uma problemática posta pelo processo de modernização e reprodução do capitalismo enquanto sistema, que é tratada principalmente no plano da circulação e realização das mercadorias produzidas atualmente, além de um sentido de dominação de uma variável da economia globalizada, no caso entendida como *finança*, sobre o *território nacional*. Contudo, agora nosso olhar se volta para um âmbito que parece resolvido ou simplesmente esquecido nessas análises: a produção. Quais são os termos de uma problemática, entendida por nós como contradição, postos

no âmbito da produção do capitalismo enquanto modo de produção e reprodução, que são *apagados* na análise da teoria dos circuitos e da generalização das “finanças” como forma de reprodução econômica, social e espacial na atualidade?

1.2 – CONTRADIÇÃO E CRISE DO CAPITAL

1.2.1 – A Forma Mercadoria e seu Caráter Fetichista

Na exposição sobre a forma valor, presente no primeiro capítulo d'O Capital (Marx, 1988), Marx ressalta a necessidade de desvendamento do modo pelo qual essa abstração se constitui: a forma mercadoria e seu caráter fetichista. A forma mercadoria, segundo o autor, se estabelece de maneira fetichista, em que a relação entre os produtores aparece como sendo a forma de uma relação social entre os produtos do trabalho, isto é, uma relação entre coisas e não entre pessoas, postas numa dada sociabilidade. A forma mercadoria se autonomiza do domínio do homem, aparece como sendo externa a ele, mascarando a contradição existente entre seus dois fatores: valor de uso e valor. Dessa maneira, podemos pensar que a forma mercadoria, segundo Marx no primeiro capítulo do primeiro volume d'O Capital (1988), esconde a relação social e lógica que a constitui.

De acordo com a leitura de Lefebvre sobre essa questão, cada mercadoria possui um álibi, que consome o desejo ao consumir o produto, causando assim um mal-estar na civilização em contraposição a um bem estar social (1991). Entretanto, pensamos que o caráter fetichista da mercadoria se estabelece sobretudo pela não revelação da origem e fundamento de seu valor. Segundo Marx, o valor das mercadorias não provém das características físicas e essenciais do objeto, de seu valor de uso, mas sim do processo social que a constitui (MARX, 1988, I, v. I, t. I, p. 71). Na forma mercadoria todo trabalho individual torna-se trabalho social abstrato na medida em que

[...] a igualdade dos trabalhos humanos assume a forma material de igual objetividade de valor dos produtos de trabalho, a medida do dispêndio de força de trabalho do homem, por meio de sua duração, assume a forma de

grandeza de valor dos produtos de trabalho. (MARX, 1988, I, v. I, t. I, p. 71)

Seria essa forma, prenhe da forma valor, o grande mistério da produção capitalista, uma vez que esta esconde a contradição desse modo de produção, principalmente no que diz respeito a sua finalidade: constituída simultaneamente pelo valor de uso e pelo valor, a materialidade do primeiro fator não revela a abstração do valor de troca e da própria forma valor que está por trás de sua constituição e de sua produção, cuja substância é o trabalho abstrato, isto é, trabalho humano igual, em sua forma de tempo de trabalho, destituído de qualquer qualidade específica, proveniente do caráter social peculiar da produção de mercadorias (MARX, 1988, I, v. I, t. I, p. 48). A forma valor carrega a forma abstrata de ser do trabalho e a forma abstrata da equivalência, o que permite que duas mercadorias diferentes sejam trocadas por meio de um fundamento comum, o trabalho, como trabalho simples e abstrato, como tempo de trabalho social médio necessário à produção das mais diferentes mercadorias. Assim, podemos pensar que a materialidade do trabalho abstrato reflete como materialidade (valor-de-uso) algo que é uma abstração, o tempo de trabalho social médio.

Na forma valor, a dialética entre o concreto e o abstrato situa o concreto como aquilo que obscurece as reais determinações que definem a sociabilidade da mercadoria, aparentando o valor como se fosse da natureza da mercadoria. Isso ocorre porque a forma valor constitui-se de uma relação de igualdade entre forma relativa e forma equivalente, sendo que ambos os pólos são representados por uma quantidade determinada de mercadorias, cuja equalização é dada no momento da troca por meio da abstração tempo de trabalho social. O desdobramento da forma simples do valor para sua forma acabada põe o dinheiro como forma equivalente, isto é, como equivalente geral de todas as outras mercadorias, expressando materialmente uma relação metafísica: “(...) a forma dinheiro é apenas o reflexo aderente a uma única mercadoria das relações de todas as outras mercadorias” (MARX, 1988, I, v. I, t. I, p. 83)

Esse processo leva ao fetichismo do dinheiro como fetichismo do capital, uma vez que o trabalho como fundamento da forma valor se constitui numa

abstração, enquanto tempo de trabalho social médio, e não simplesmente como trabalho concreto produtor de materialidade. Justamente essa questão aponta para a determinação negativa do abstrato em sua relação com o concreto. Sob essa determinação, tudo o que se produz vira uma quantidade abstrata de tempo necessária à produção e troca de mercadorias. Marx anuncia o processo de autonomização do dinheiro em relação às mercadorias e ao valor:

A ampliação e aprofundamento históricos da troca desenvolve a antítese entre valor de uso e valor latente na natureza da mercadoria. A necessidade de dar a essa antítese representação externa para a circulação leva a uma forma independente do valor da mercadoria e não se detém nem descansa até tê-la alcançado definitivamente por meio da duplicação da mercadoria em mercadoria e em dinheiro. Na mesma medida, portanto, em que se dá a transformação do produto do trabalho em mercadoria, completa-se a transformação da mercadoria em dinheiro. (MARX, 1988, I, v.I, t. I, p. 81)

Como mercadoria é dinheiro? O dinheiro, como equivalente geral na forma valor desenvolvida, é uma mercadoria excluída do mundo das mercadorias, cujo valor de uso é possibilitar o valor de uso de outras mercadorias por meio da troca. Essa característica aparece independente da relação entre forma relativa e equivalente, aparece como propriedade social da natureza. Assim, o dinheiro parece naturalizar-se. Considerado sob a perspectiva da circulação do capital, o dinheiro como forma apta, ideal para a circulação, isto é, como meio de pagamento e meio circulante constitui-se como equivalente geral que representa a possibilidade de aquisição de qualquer mercadoria enquanto valor de uso (MARX, 1988 I, v. I, t. I).

Entendemos, nesse sentido, a contradição fundamental do capital como a contradição simples da mercadoria, que apresenta um movimento crítico posto pela simultaneidade de seu valor de uso e valor. Essa contradição se desdobra historicamente, tem movimento, sobretudo posto pelo desenvolvimento das forças produtivas, embora resguarde seu caráter de simultaneidade, o que confere um sentido de crise estrutural do capital como crise de valorização do valor.

Lefebvre aponta para o caráter fetichista da mercadoria enquanto constituição de “uma estranha forma de inconsciência” (Lefebvre, 1969) por meio de uma linguagem própria a essa forma e a sua generalização a qual, segundo nossa leitura sobre a interpretação do autor, coloca as relações de produção num status inquestionável, quiçá *natural*, que nos indica o âmbito da objetivação do pensamento moderno, mesmo esse se constituindo como pensamento reflexivo:

A forma da mercadoria introduz na prática social relações caracterizadas pela colocação entre parênteses, “espontaneamente”, do trabalho produtivo e das relações de produção. A forma da mercadoria introduz igualmente “cadeias de significantes” desligados dos significados (necessidades reais e atividades), constituindo a linguagem e o mundo da mercadoria, onde ela povoa as consciências, dá lugar a uma estranha forma de inconsciência. É a própria consciência que é a sede do inconsciente. É a consciência dos objetos que se objetiva tornando-se inconsciência (desconhecimento) dos objetos como produtos em relações de produção. Entre a consciência e a realidade cava-se uma lacuna. (LEFEBVRE, 1969, p. 124)⁶⁰

Nesse sentido, podemos pensar nos termos de uma irracionalidade moderna, engendrada, segundo Marx, pela contradição dos dois fatores da forma mercadoria, em que a forma valor, dada pela contradição desses dois fatores, é o que torna a possibilidade do fetichismo, uma vez que esta forma constitui-se como uma lógica redutora dos aspectos qualitativos e sensíveis dos trabalhos particulares em favor da determinação posta pelo trabalho abstrato, enquanto tempo social médio necessário, isto é, seu aspecto quantitativo. A forma valor carrega o fetichismo da equalização de dois diferentes tempos de trabalho pelo tempo de trabalho abstrato social médio necessário à produção e a troca de mercadorias. Nesse processo abstrato de equalização se reduz os conteúdos sociais que a constituem em relação à predominância da forma. Assim, a abstração do valor de troca significa a abstração do trabalho como tempo de trabalho que abstrai as qualidades deste

⁶⁰ Embora entendamos que este autor está na chave de pensamento da *alienação* como categoria, e em decorrência disso deva ser problematizado, quando ele problematiza e realiza sua análise em relação à forma mercadoria acreditamos que Lefebvre se aproxima das questões referentes ao seu fetichismo e seus desdobramentos, principalmente em relação aos momentos de reprodução do capital e da dimensão do processo enquanto linguagem, que muito nos interessa em nossa crítica.

no processo produtivo. Dessa maneira, Marx se refere à mercadoria como “gelatina de trabalho humano” enquanto reunião homogênea dos mais diversos trabalhos numa única unidade (MARX, 1988, I, v. I, t. I, cap.I). Aquilo que dá validade aos diferentes trabalhos é essa homogeneização. Assim, o trabalho que constitui o fundamento do real é o trabalho nessa forma abstrata, quantitativa, em sua determinação metafísica. É preciso lembrar que o trabalho enquanto abstração não se limita a fábrica, está em todos os momentos da sociedade posto em função de sua reprodução. Isso se constitui como uma irracionalidade, pois o trabalho abstrato é a mediação que se põe como finalidade tautológica da reprodução moderna do sistema produtor de mercadorias (KURZ, 1993).

Assim sendo, à efetivação da reprodução social capitalista constitui uma relação de necessidade a formação da inconsciência como forma de consciência do real, principalmente em decorrência da generalização da forma mercadoria e sua ilusão de estrita concretude. Sob a forma valor, na medida em que o concreto é veículo das abstrações do capital, ele aparece como estritamente concreto. Segundo Alfredo,

[...] o concreto, ainda que posto, é pressuposto para efetivar-se como fetiche de uma sociabilidade determinada por abstrações, por metafísicas. (ALFREDO, 2010, p. 38)

O fetiche então ocorre no sentido de que a objetividade do mundo se concretiza em determinadas formas, que nos termos de um empirismo lógico, são lidas como se fossem somente objetos. Quanto ao seu caráter crítico, Marx revela a possibilidade de crise imanente à própria forma mercadoria, em seu processo de circulação, por meio de suas repetidas e simultâneas metamorfoses ($M - D - M$)⁶¹, isto é, essa forma encerra a possibilidade de crises mesmo quando esta não se constitui essencialmente como circulação de capital, mas em sua aparência de troca simples de mercadorias:

A antítese, imanente à mercadoria, entre valor de uso e valor, de trabalho privado, que ao mesmo tempo tem de representar-se como trabalho diretamente social, de trabalho concreto

⁶¹ Esse movimento é referente à circulação ou troca simples de mercadorias (Mercadoria – Dinheiro – Mercadoria). (MARX, 1988, I, v. I, t. I, p.94).

particular, que ao mesmo tempo funciona apenas como trabalho geral abstrato, de personificação da coisa e reificação das pessoas – essa contradição imanente assume nas antíteses da metamorfose das mercadorias suas formas desenvolvidas de movimentos. Essas formas encerram, por isso, a possibilidade, e somente a possibilidade, das crises. (MARX, 1988, I, v. I, t. I, p. 99).

Entretanto, o que é entendido por Marx como possibilidade de crise, assumirá, no processo de modernização e reprodução ampliada do capital, de acordo com a discussão crítica que estamos aqui propondo,⁶² o caráter de crise imanente a essa forma, bem como ao capital enquanto conceito. Desdobraremos essa questão a seguir.

1.2.2 – Identidade Contraditória entre Acumulação e Crise

Segundo Marx, o sentido do sistema capitalista não é a simples produção de mercadorias, mas sim a produção de valor, ou ainda, a valorização deste no processo produtivo por meio de extração de mais-valia (MARX, 1988, I, v. I, t. I, p. 148). A fórmula geral do capital, $D - M - D'$ ⁶³ expressa o dinheiro e a mercadoria funcionando “apenas como modos diferentes de existência do próprio valor, o dinheiro o seu modo geral e a mercadoria o seu modo particular, por assim dizer apenas camuflado, de existência”. A passagem contínua do valor de uma forma a outra na circulação, atentando para a simultaneidade posta pela circulação dos diferentes capitais particulares, confere ao valor um caráter de “sujeito automático”, em que o movimento de adição de mais-valia é seu próprio movimento de autovalorização. (MARX, 1988, I, v. I, t. I, p. 126)

Esse sentido pode ser considerado uma tautologia que se impõe aos indivíduos e à sociedade como lei cega de valorização, pois, o capital, dado seu caráter circulante, necessita para se estabelecer enquanto tal, passar por suas distintas formas (mercadoria, relações de produção, dinheiro etc.)

⁶² Estamos nos fundamentando sobretudo na leitura do contexto crítico atual mundial fornecida por Robert Kurz e pelo grupo EXIT, principalmente nos últimos 20 anos, e pelas correntes de pensamento de crítica do valor.

⁶³ A fórmula $D - M - D'$ representa: Dinheiro – Mercadoria – Dinheiro acrescido de mais-valia. Segundo Marx, “O valor originalmente adiantado não só se mantém da circulação, mas altera nela sua grandeza de valor, acrescenta mais-valia ou se valoriza. E esse movimento transforma-o em capital.” (MARX, 1988, I, v. I, t. I, p. 124)

constituindo assim momentos de sua circulação formal, lógica, na medida em que cada forma seja determinada pelo sentido sem sentido da produção de valor. Cada um dos momentos do capital é uma totalidade deste. O capital circula independentemente do tempo que leva (MARX, 1988, II, v. III, cap. VII). Desse ponto de vista é possível levar em consideração o capital enquanto simultaneidade.

Nesse aspecto, a produção de mais-valia, enquanto movimento de valorização do valor, enquanto $D - M - D'$, apresenta-se como movimento tautológico de fim em si mesmo, em que o trabalho, como categoria moderna, igualmente apresenta-se com a mesma finalidade sem sentido posta para reproduzir a sociedade fundamentada no valor, nessa relação de abstração:⁶⁴

O valor, na forma da mais-valia, que nunca antes constituía uma relação de produção, não aparece aqui simplesmente como forma socialmente mediada dos valores de uso concretos; porém, ao contrário, passa a referir-se de forma tautológica *a si mesmo*: o fetichismo tornou-se auto-reflexivo, estabelecendo assim o trabalho abstracto como máquina que traz em si sua própria finalidade. O processo de produção deixou de "extinguir-se" no valor de uso, apresentando-se como *automovimento do dinheiro*, como transformação de certa quantidade de trabalho morto e abstracto em outra quantidade maior de trabalho morto e abstracto (mais-valia) e, com isso, como movimento de reprodução e auto-reflexão tautológico do dinheiro, que somente nessa forma se torna capital, e, portanto, um fenómeno moderno. Nessa forma de existência do dinheiro, como capital, o dispêndio de trabalho desprende-se do contexto da criação de valores de uso sensíveis e transforma-se naquela actividade abstracta que traz em si sua própria finalidade. O trabalho vivo aparece apenas como expressão do trabalho morto que tornou-se independente, e o produto concreto, sensível, como expressão da abstracção inerente ao dinheiro. (KURZ, 1993, p. 27-28)

⁶⁴ Nesse sentido, concordamos com Kurz quando este realiza a crítica à ontologia do trabalho, chamando atenção para o carácter moderno do trabalho enquanto categoria abstrata e actividade tautológica do modo de produção capitalista: "Pois o trabalho como tal, considerado dessa forma seca e abstracta, não é nada supra-histórico. Em sua forma especificamente histórica o trabalho nada mais é do que a exploração económica abstracta, em empresas, da força de trabalho humana e das matérias-primas. Nesse sentido só faz parte da modernidade (...). Mas o trabalho, nessa estranha forma abstracta, pode ser definido também como actividade que, de maneira igualmente estranha, traz sua finalidade em si mesma. É precisamente esse carácter, de finalidade inerente, que igualmente caracteriza o sistema burguês do Ocidente e o movimento operário moderno: revela-se no "ponto de vista do trabalhador" e no *ethos* de trabalho abstracto aquela idolatria fetichista do maior e mais intenso dispêndio possível de força de trabalho, além das necessidades concretas subjectivamente perceptíveis." (KURZ, 1993, p. 21-22)

Assim, gostaríamos de acentuar que o “movimento de reprodução e auto-reflexão tautológico do dinheiro” próprio ao capital e ao mundo moderno, enquanto sentido da forma valor, está posto sobretudo enquanto relação de produção, em que o *trabalho vivo* constitui-se como expressão do *trabalho morto* autonomizado que o domina.

[...] é impulso imanente e tendência constante do capital aumentar a força produtiva do trabalho para baratear a mercadoria e, mediante o barateamento da mercadoria, baratear o próprio trabalhador. (MARX, 1988, I, v. I, t. I, p. 242).

Dessa maneira podemos pensar que Marx nos coloca frente à crítica ao desafio do desenvolvimento capitalista que faz deste um sistema auto-revolucionário colapsado: O desenvolvimento das forças produtivas estabelece uma contradição, quanto mais produtivo é o trabalho, mais mercadorias são produzidas em menos tempo e menor é a quantidade de valor em cada mercadoria. Daí decorre a constante necessidade de expansão do consumo concomitantemente à produção, na tentativa de realizar a mais-valia produzida através da produção e venda de quantidades cada vez maiores de mercadorias. Isso se coloca como sentido da reprodução ampliada do capital.

É possível afirmar que, dada a concorrência entre os diversos capitais – que põe a necessidade de reduzir o preço da mercadoria a fim de baratear o valor das mercadorias para serem mais competitivas frente a outras mercadorias e para baratear o valor da reprodução da força de trabalho enquanto custo de produção das mercadorias – se constitui uma tendência do capital produtivo de investir cada vez mais em capital constante, sobretudo o fixo (com um conseqüente aumento de materialidade posto para produzir e reproduzir a sociedade produtora de mercadorias) e diminuir os investimentos em capital variável (força de trabalho), movimento que se torna evidente a partir da grande indústria. Ao analisar a acumulação do capital como sentido lógico do mesmo, nos deparamos com uma questão: a criação de valor se dá por meio da extração da mais-valia, no momento em que a relação entre capital constante e variável, a chamada composição orgânica do capital, (Marx, 1988), proporciona uma taxa de lucro que permite a *reprodução ampliada* do capital

em seus próprios termos, isto é, a partir da exploração abstrata da força de trabalho. Marx procura expor as possíveis situações em que o capital, ao desenvolver suas forças produtivas, aumentando assim a extração de mais-valia relativa, desenvolve sua capacidade de explorar mais trabalho em relação ao tempo de trabalho necessário à reprodução do trabalhador, ou seja, extrair muito mais do que este receberá em forma de salário (MARX, 1988, I, v. I, t.I). Isso vai se configurar num astronômico aumento na quantidade de mercadorias, isto é, um aumento da massa de valor, mas relativamente menos valor por mercadoria produzida, o que conduz a crises de superprodução.

Em vista disso, podemos pensar que existe uma contradição posta no plano da produção do capital, que se desdobra simultaneamente para uma contradição em sua reprodução, em que, dada a pressão da concorrência, os diferentes capitais se vêem impelidos a desenvolver sua maquinaria (capital fixo, parte do capital constante), mas não só, desenvolver toda uma série de medidas *estruturais* a fim de economizar *trabalho vivo* e reduzir os custos de produção, barateando as mercadorias e a força de trabalho. Esse processo leva à constante expulsão de trabalhadores do processo produtivo (Marx, 1988). Nesse sentido essa contradição pode ser entendida como crise imanente do capital uma vez que esse movimento engendra outras contradições, simultâneas a esta, no plano da circulação e reprodução do capital como um todo, do capital em geral.

Embora os termos da contradição posta pelo capital, ao se configurar como uma relação entre o concreto e o abstrato, entre a forma social e a forma pensada, se constituam numa simultaneidade, Kurz (2007) chama atenção para a necessidade de se considerar, sob o movimento histórico das categorias críticas do capital, seu processo de reprodução, que conformaria não só uma “contradição em si” como também uma forma historicamente dinâmica, uma “contradição em processo” conduzindo para o limite absoluto desse modo de produção:

[...] a reprodução capitalista pré-formada pela matriz *a priori*⁶⁵ também é uma “contradição em processo” (Marx); uma

⁶⁵ A questão da “matriz a prior fetichista” constitui-se numa discussão realizada por Kurz – principalmente no texto *Cinzenta é a Arvore Dourada da Vida e Verde é a Teoria* (2007) –

“contradição em si” não apenas conforme sua própria dinâmica progressiva, que constantemente volta a tornar obsoleta a “velha forma” do capitalismo, mas ao mesmo tempo uma *autocontradição* elementar, da qual resultam as crises periódicas e, por fim, o “limite interno” absoluto (Marx). Por esse motivo, “práxis teórica” e “práxis prática” sempre já estão igualmente imbricadas na autocontradição capitalista em constante processo. Esta última tem de ser reflectida como interpretação teórica e manuseada como interpretação prática. (KURZ, 2007, grifo do autor, sem paginação).

Em vista disso, gostaríamos de atentar para a dialética das duas formas de tempo, desenvolvida por Postone e retomada pela crítica da dissociação-valor empreendida por Kurz e Scholz (SCHOLZ, 2009), em que o tempo no capital é simultaneidade abstrata e ao mesmo tempo, aparece como tempo enquanto sucessão, posto pelo desenvolvimento das forças produtivas em que o valor-de-uso da mercadoria vai mediar o fetiche do tempo como desenvolvimento:

Na “tensão entre a indiferença quanto aos conteúdos e a abstracção do ‘trabalho’ e do valor, por um lado, e o ‘desenvolvimento’ de conteúdos materiais promovido pelo próprio processo de valorização, por outro, é que se funda a dialéctica das duas formas de tempo. O espaço-tempo abstracto da economia empresarial não conhece qualquer ‘desenvolvimento’. Aqui uma hora é sempre uma hora de tempo independente, sem conteúdo, sem qualidade, homogêneo. Este tempo corresponde à dimensão de valor da reprodução, ao tempo abstracto e, com ele, à objectividade de valor da matéria, portanto ao valor de uso como fetiche social de produção e realização de mais-valia. O conteúdo materialmente indiferente com ele transportado, porém, transforma-se, é determinado sempre de novo, e na realidade não em simples mudança aleatória, mas com crescentes cientificização e produtividade, num processo histórico concreto. Nesta referência ao conteúdo, indiferente ao fim em si da valorização do valor, mas que se valida na prática, uma hora não é sempre a mesma hora, mas é sim progressivamente preenchida de novo, transformando-se em tempo de algo diferente, em tempo de ‘desenvolvimento’” (Kurz 2004, p. 124 apud. SCHOLZ, 2009, sem paginação).⁶⁶

sobre as formas fetichistas pré-estruturadas de pensamento e ação que se efetivam no mundo moderno sob a generalização crítica da forma mercadoria.

⁶⁶ Sobre a relação da dialética entre as duas formas de tempo e a crítica marxiana, é possível entender, segundo Postone que a “*determinação feita por Marx da magnitude do valor supõe uma teoria socio-histórica da formação do tempo matemático absoluto, como realidade social e como conceito (...). Por outras palavras, o plano do pré-conhecimento estruturado, que para Kant é uma condição a priori do conhecimento, é aqui tratado como socialmente constituído. A teoria de Marx da constituição social procura suplantat o que Hegel percebera como o círculo*

Tomando como referência a dialética das duas formas de tempo problematizada por esses e outros autores⁶⁷ podemos nos questionar sobre as formas em que o aumento do consumo de mercadorias e da cientificização crescente presente nas mesmas e nas formas de troca e mediação de sua circulação, são lidas enquanto *desenvolvimento* nacional, econômico e social pela teoria dos dois circuitos e pelos relatórios considerados.

Assim, a expansão do capital e do capitalismo como modo de produção poderia estar associada à acumulação capitalista e simultaneamente a crise dessa acumulação, representada, dentre outros aspectos, pela crise do trabalho e pela possibilidade da não realização da massa de mais-valia produzida em forma de mercadoria. Dessa maneira podemos nos questionar a respeito de uma possível necessidade lógica de expansão e disseminação das mais variadas formas de crédito, donde essa forma parece constituir-se, sem horizonte de superação, como forma crítica do capital se reproduzir na forma D – D', isto é, aparentemente sem a necessidade de passar pelo processo produtivo, pela relação capital-trabalho. A não consideração dessa contradição em movimento do processo social não permitiria às concepções advindas da economia política enquanto relatórios e dados estatais e enquanto teoria na geografia, vislumbrar a contradição estrutural do pensamento e os limites estruturais do capital e do capitalismo enquanto modo de produção. Não estamos totalmente seguros disso. De que forma a análise da materialidade, no âmbito da precificação, presente na teoria dos dois circuitos se relaciona com a contradição entre o concreto e o abstrato posto pela forma valor? Quais são os termos da crítica e da contradição nessa concepção? Essas questões abrem nossas discussões para muitos caminhos, mas o que mais nos interessa nesse

fechado da epistemologia transcendental kantiana – a pré-condição do conhecimento é poder conhecer (a faculdade de conhecimento) – sem contudo recorrer à ideia hegeliana de conhecimento absoluto. A teoria de Marx analisa a condição para o autoconhecimento implicitamente como social (ou seja, para conhecer explicitamente é preciso já se ter conhecido) (...) A crítica de Marx, portanto, não implica qualquer epistemologia em sentido próprio, mas sim uma teoria da constituição de formas sociais historicamente específicas, que são formas simultaneamente de objectividade e de subjectividade social” (Postone, loc. cit., p. 332 sg apud. Scholz, 2009, sem paginação.)”

⁶⁷ Anselmo Alfredo (2010), por exemplo, tem como um dos principais sentidos críticos de seus estudos a questão do tempo enquanto simultaneidade abstrata e o fetichismo, inerente e necessário, do tempo enquanto sucessão, no movimento de reprodução crítica do capital.

momento, e que vez por ora retomaremos em nossa escrita, diz respeito à produtividade do trabalho, entendida enquanto produção de valor.

1.2.3. – Crise de Valorização, Colapso da Modernização

Tendo em vista o processo histórico capitalista, sem perder de vista a dimensão do movimento simultâneo da contradição posta pela identidade negativa de seus termos, é possível considerar que a partir da segunda metade do século XX, o desenvolvimento das forças produtivas impulsionada, dentre outros fatores, pela concorrência, atinge níveis exorbitantes. Segundo Kurz, esse período pode ser considerado como o apogeu fordista do capital, onde há a intensificação da extração de mais-valia e um amadurecimento deste modo de produção para o sistema mundial total (KURZ, 1993, p. 85):

A concorrência, depois de alcançar um grau mais alto de desenvolvimento e de libertar-se da economia de guerra e de crise, impeliu, sob a égide da *Pax Americana*, a novos surtos enormes de desenvolvimento das forças produtivas e a penetração das ciências, até a introdução mais recente da micro-eletrônica e dos computadores com seus potenciais de automatização antes inimagináveis em todos os setores da reprodução social. (KURZ, 1993, p. 85).

O que num primeiro momento representou um *boom* fordista, com expansão dos mercados e intensificação da produção de mais-valia em dimensões nunca antes vista, em poucas décadas, principalmente após a grande crise mundial, no decorrer da década de 1970, o nível de desenvolvimento das chamadas forças produtivas científicas alcançaram, por parte do próprio capital, a “beira da supressão” da substância de trabalho empregada de forma produtiva, que culmina numa crise de valorização e crise do próprio trabalho enquanto categoria contraditória do capital.

Mas com a decadência do boom fordista e o desenvolvimento de forças produtivas completamente novas, da racionalização e automatização, foram também estabelecidas novas condições irreversíveis da rentabilidade, nas quais começou a manifestar-se, pela primeira vez, o limite lógico inerente ao movimento de exploração abstrata da força de trabalho. (KURZ, 1993, p. 191)

Assim sendo, estamos assumindo que o trabalho enquanto categoria moderna apresenta uma crise no sentido de que cada vez mais se perde a capacidade de empregá-lo de maneira produtiva, o que conseqüentemente leva a uma crise de reprodução ampliada do capital, dado o aumento necessário de sua composição orgânica.

Admitindo que a substância da mercadoria é o tempo de trabalho social médio nela materializado e a quantidade de trabalho abstrato necessário à produção de mercadorias no atual estágio do capitalismo é cada vez menor, podemos supor que as mercadorias assim como o dinheiro estão cada vez mais dessubstancializados de sua forma essencial, o valor. Kurz (1995) também chamou a atenção para esse problema, pouco discutido entre os marxistas, da perspectiva dos limites internos da lógica do capital, que insistiam em enxergar sua expansão ilimitada. Assim, de acordo com esse autor (1995):

A "composição orgânica do capital" (Marx), que historicamente aumenta com a crescente cientificização e que, no cálculo capitalista, aparece como aumento da intensidade de capital, isto é, como aumento dos capitais necessários para cada emprego, aponta para um movimento em sentido contrário no interior do processo de criação de valor (e, portanto, de produção da mais-valia) (KURZ, 1995, sem paginação).

Nesse sentido, podemos pensar que a forma de expressão e medida do valor, a forma preço e seu correspondente dinheiro, se autonomizam em relação a sua substância tempo de trabalho social médio, isto é, cada vez mais o dinheiro ganha uma expressão autônoma em relação àquilo que logicamente o constitui (KURZ, 1995).

A questão que emerge no contexto do debate dessa pesquisa é que essa incongruência entre preço e valor se radicaliza no momento atual de crise de valorização a ponto de produzir bolhas financeiras que geram crises pontuais e intensas cada vez mais frequentes e em diversas partes do mundo, que nos dão a dimensão do *colapso* dos fundamentos e termos do capitalismo e do processo de modernização. Mas não só, além da reposição crítica do trabalho dessubstancializado, a violência e a espetacularização das relações sociais se generalizam como forma de reprodução crítica e fictícia do capital. Abordaremos essas questões sobretudo no capítulo 3 dessa pesquisa.

Diante do processo de expansão do crédito no contexto brasileiro das últimas décadas, é possível considerar que o Capital nesse período, que pode ser considerado como pós-fordista (Kurz, 1993), “passa a se reproduzir na forma de Capital Fictício”, aliena-se o porvir na esperança de valorização, mas o dinheiro provindo desse Capital não tem o conteúdo de uma riqueza real, produto de tempo de trabalho aplicado ao processo produtivo.⁶⁸

Já que as formas do sistema produtor de mercadorias subsistem incólumes, perdendo porém de mês para mês uma parte da substância ‘produtiva’ em comparação ao nível mundial, desenvolve-se uma fome insaciável pela entrada de capital monetário, que já não pode ser satisfeita mediante a substância de valor existente. (KURZ, 1993, p. 187-188)

A pergunta sobre a relação entre dinheiro e mercadoria se recoloca: Como dinheiro é mercadoria? Marx, sob a revisão e complemento analítico de Engels no capítulo XXV do livro III d’O Capital, aborda a questão do crédito e do capital fictício de forma a compreender estes relacionados “ao desenvolvimento do comércio de dinheiro” enquanto função particular da “administração do capital portador de juros ou do capital monetário” concentrada pelos comerciantes de dinheiro, no caso, os bancos (1986, III, v. IV, t. I, p. 303), sobretudo como adiantamentos presentes na circulação do capital e de sua forma monetária entre Inglaterra, Índia e China no século XIX. Sobre a questão da concentração do capital monetário nas mãos do banco, Marx afirma:

Tomar dinheiro emprestado e emprestá-lo torna-se seu negócio especial. Aparecem como intermediários entre o verdadeiro prestamista e o mutuário de capital monetário. Em termos gerais, o negócio bancário sob esse aspecto, consiste em concentrar em suas mãos o capital monetário emprestável em grandes massas, de modo que, em vez do prestamista individual, são os banqueiros, como representantes de todos os prestamistas de dinheiro que confrontam os capitalistas industriais e comerciais. Tornam-se os administradores gerais do capital monetário. Por outro lado, eles concentram, perante todos os prestamistas, os mutuários, ao tomar emprestado para todo o mundo comercial. Um banco representa, por um lado, a centralização dos mutuários. Seu lucro consiste, em geral, em tomar emprestado a juros mais

⁶⁸ DAMIANI, Amélia Luisa (orga.). O Futuro do Trabalho. Elementos para a Discussão das Taxas de Mais-Valia e de Lucro, p. 20.

baixos do que aqueles a que empresta. (MARX, 1986, III, v. IV, t. I, p. 303)⁶⁹

Nesse sentido, a análise caminha para a questão de que inúmeros adiantamentos e trâmites realizados entre bancos e comerciantes deste contexto circulavam na forma autonomizada de títulos bancários, funcionando praticamente como dinheiro, não sendo estes saudados frente à realização do capital contido nas mercadorias contra as quais haviam sido emitidos tais títulos, o que talvez tenha permitido a Engels qualificar essa situação e algumas dessas negociações de títulos bancários como *fraudulentas* (Marx, 1986). Assim, podemos entender que o movimento do capital monetário tornado *fictício* em direção a *autonomização* de sua atividade e gestão, na circulação, nas mãos dos bancos, se configura enquanto negócio lucrativo aparentemente independente do processo produtivo, mas que “tinha necessariamente de acabar numa a saturação em massa dos mercados e num colapso” (Marx, 1986, p. 308).

1.2.4. – A Contradição como Coerência

Diante do até agora exposto, nos interessa perceber como o movimento do pensamento teórico, no caso da leitura atual da teoria dos *dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, mas não só, bem como o próprio processo social, tanto como *práxis teórica* quanto como *práxis prática*, se realizam enquanto crítica determinada, em geral positiva e propositiva, que se estabelecem não como questionamento ou superação das categorias do capital, mas antes como *tratamento da contradição* (KURZ, 2007), digestão da sociabilidade contraditória, engendrada pela produção e reprodução do capital, constantemente sob novas formas críticas e ainda mais recrudescidas. Sob esse processo, a crítica a forma social dessubstancializada, a forma fetichista

⁶⁹ “À primeira de minhas perguntas me respondeu que os governantes já não mandavam nada. Quem manda, então? – perguntei. *Os grandes poderes financeiros. Já não é o cachorro que abana a cauda, mas a cauda que balança o cachorro.* – E você diz isso aos chefes de Estado e aos presidentes com os quais se reúne? *Sim.* – E o que eles dizem? *Me dão razão, mas olham para o outro lado. Cultivam a ilusão de voltar a serem presidentes, não se atrevem a enfrentar o inimigo. Dissimulam, mas a verdade é que somos marionetes.*” Entrevista com o atual presidente do Uruguai, *Pepe Mujica*. Disponível em <http://outraspalavras.net/mundo/americ-latina/o-estranho-mujica-no-desconcertante-uruguai/>, acessado em 29/05/2014.

da reprodução social crítica fictícia no país e mais especificamente numa grande metrópole como São Paulo são obnubiladas da forma teoria. Nesse sentido, embora não se possa negar que exista uma crítica teórica ao processo social ligado à disseminação das *finanças*, sobretudo entendida como mais um mecanismo de drenagem de dinheiro e empobrecimento do chamado circuito inferior na teoria dos dois circuitos, essa crítica não chega a tensionar o “quadro conceitual moderno” (KURZ, 2007), no sentido de um questionando a respeito dos fundamentos da relação capital que põe as finanças como questão ou problemática a ser analisada. Sob esse aspecto, podemos nos perguntar em que medida também o próprio projeto de “inclusão financeira” declarado pelo Estado representaria uma forma de *tratamento da contradição*, isto é, uma tentativa deste de repor as categorias do capital que se encontram em crise na reprodução do mesmo. Em outras palavras, uma crítica possível seria considerar como o Estado, juntamente com outras instituições financeiras privadas, procura “valorizar” ou ainda justificar formal e juridicamente a circulação de um dinheiro que a muito se desvinculou da produção real e que agora tramita sob a lógica do que Marx chamou de *Capital Fictício* (Marx, 1986). Ademais convém atentar sobre como a crise de reprodução do capital e a *ficcionalização* de suas categorias são lidas como questões postas no âmbito de uma *economia política espacial*, enquanto problemas de planejamento, de escolha política interesseira e interessada ligadas ao processo de globalização, que resultam numa crítica distributivista e moral do capital que não considera a contraditoriedade de seu desenvolvimento. A crítica presente na visão atual da teoria dos dois circuitos, que põe acento sobre as *finanças* como mais uma forma ou mecanismo de drenagem de renda e empobrecimento da população, mais especificamente do circuito inferior⁷⁰, é possível de ser entendida como crítica afirmativa que apaga, esconde, ou ainda, relega a crise do trabalho e a contradição da sociedade moderna produtora de mercadorias à ficção científica da ineficiência política da tecnocracia do Estado Nacional, na qual a academia e a ciência parecem encontrar-se, reclamando por empregos e desenvolvimento técnico. Ademais, a crítica atual da teoria dos dois circuitos

⁷⁰ Embora não apareça nesses termos, podemos considerar que está posta por trás da análise sob a perspectiva teórica dos *dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* uma questão de classes. Desdobraremos essa questão no capítulo 2.

segue afirmando que esses países encontram-se num patamar técnico inferior e sujeitados aos desmandos e domínio da economia entendida como globalizada, no limite, a favor da acumulação externa.

Nesse sentido a pobreza e o subdesenvolvimento surgem como questões à teoria na geografia, em que a busca por respostas e soluções, a exigência da práxis, por dentro das categorias fetichistas do capital, não possibilita, de acordo com o nosso entendimento, um aprofundamento crítico das questões pela teoria dos dois circuitos. Ademais, conforme anunciamos na *INTRODUÇÃO*, a forma da teoria moderna tende a naturalizar os momentos que não servem diretamente à valorização do valor, atribuindo-lhes um caráter de externalidade a tais processos ou ainda simplesmente subsumindo-os da análise.

Esse último aspecto encontra-se no cerne da crítica da dissociação-valor empreendida por Kurz e Scholz no contexto das discussões sobre a forma social fundamental capitalista (2009). Na tentativa de um aprofundamento da crítica do valor, considerando o processo de desenvolvimento contraditório das categorias do capital – enquanto simultaneidade posta sob a prerrogativa abstrata e contraditória de valorização do valor – a crítica da dissociação-valor chama atenção para a questão do simultâneo processo de reprodução social que envolve necessariamente momentos dissociados, que historicamente foram legados como feminino, mas não somente, e que são instrumentalizados para reproduzir a lógica da valorização e, desse modo, não são externos a ela:

[...] a contradição básica da socialização através da forma-valor, de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher (dimensão sensível, emotividade, etc.). Há muito essa conexão é tematizada na literatura feminista como o mecanismo da *cisão*, embora até onde sei nunca tenha sido referida à constituição negativa da socialização pelo valor, no sentido de uma crítica do valor e do trabalho. (SCHOLZ, 1992, sem paginação)

Enquanto “constituição negativa da socialização pelo valor” entendemos o processo em que momentos da reprodução social são dissociados da análise teórica assim como da constituição lógica racional e formal da produção de

valor sendo, no entanto, co-originários e necessários a essa relação capital, o que caracteriza historicamente o desenvolvimento do modo de produção capitalista enquanto *patriarcado produtor de mercadorias*.⁷¹

[...] a dissociação é “co-originária” à relação de trabalho abstracto, isto é, ela não consiste num aspecto secundário nem derivado. Constitutivos do capitalismo são não apenas as formas político-económicas com aparência sexualmente neutra do moderno sistema produtor de mercadorias, mas também, num sentido mais amplo, a relação de dissociação-valor como *Sexo do Capitalismo* (Scholz 2000), ou patriarcado produtor de mercadorias. (KURZ, 2007, sem paginação).

Gostaríamos de chamar atenção para aparência sexualmente neutra além da aparente neutralidade como um todo que assume as formas político-econômicas capitalistas a que a crítica da dissociação-valor nos remete. Neutralidade aparentemente óbvia nas teorias sistêmicas e estruturais que servem de fundamento à teoria dos *dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Em vista disso, acreditamos que essa crítica nos auxilie a pensar sobre a dialética posta pela expansão e reprodução do capital, que em diversos estudos, sobretudo na teoria dos dois circuitos, assume as feições de uma oposição entre o externo – representado pelos processos da “globalização”, de modernização, ligado ao grande capital e aos “vetores verticais” (SANTOS, 2008) – e o interno – representado pelo local, considerado como não moderno, com pouca organização técnica e atrelado aos “vetores horizontais” (SANTOS, 2008) –, quanto à consideração da especificidade do desenvolvimento capitalista na periferia. Estamos longe de querer com isso encontrar uma adequação entre as teorias ou ainda uma forma mais elaborada de interpretação do real, até porque entendemos a dissociação-valor sobretudo como uma crítica à forma social (e nessa perspectiva consideramos que esta se estabelece como uma crítica da forma valor e dos momentos da totalidade concreta que a negam e a constituem) e como uma possibilidade de autocrítica, isto é, dessa crítica teórica se voltar contra si mesma como forma de objetivação e reprodução capitalista, não como forma metodológica.

⁷¹ Scholz realiza essa discussão em alguns de seus escritos, como em *O Valor é o Homem*, 1992 e *Forma Social Fundamental e Totalidade Concreta*, 2009. Retomaremos essa questão no capítulo 3.

É importante salientar que em relação à abordagem e apropriação da crítica ao valor-dissociação, estamos lidando com uma perspectiva que não se apresenta necessariamente nesses termos nos escritos de Scholz e Kurz. Portanto, estamos assumindo um possível desvio dessa crítica ao questionar em que medida o valor, ou a racionalidade e fetichismo postos pela expansão contraditória de sua lógica, além da dissociação fundamental do feminino, dissocia também aqueles que se apresentam como os “outros”, estranhos ao universo de relações de falsa universalidade assente na matriz fetichista do “MBO” *homem branco, ocidental e “compulsoriamente heterossexual”* (Kurz, 2007, Scholz, 2009).

[...] toda a história da teoria desde o Iluminismo, incluindo o marxismo, está confinada no quadro de uma falsa universalidade assente na relação obnubilada de dissociação. A linguagem moderna da teoria, com seu aparelho conceptual, está ligada a esse quadro, ou seja, move-se num horizonte de conceptualização androcentricamente universalista. (KURZ, 2007).

Acreditamos que esse horizonte de “conceitualização androcentricamente universalista”, a que se refere o autor, relaciona-se com a forma necessariamente universal e, aparentemente “universalista”, que assume a reprodução crítica do capital, a qual constitui uma forma de representação social abstrata que parece e pretende abarcar, por meio de uma linguagem coerente e totalizadora, a totalidade e pura identidade do que é entendido como *humano*. Na tentativa de abordarmos o fetichismo dessa análise, pensamos que talvez a crítica da dissociação-valor nos permita aproximar nossa crítica de uma dialética entre forma-conteúdo social, considerando os processos de subjetivação enquanto momento particular de objetivação fetichista contraditória da forma social, assumido pelos indivíduos enquanto “sujeitos”.

A importância da análise crítica do movimento e consideração desse “plano subjetivo” como momento empírico reside na questão de que a forma parece constituir-se como o conteúdo contraposto. Estamos querendo dizer com isso que acreditamos que a forma valor é inerente a ela, o fetichismo, se constitui como um processo essencialmente quantitativo, que transforma,

subjuga o qualitativo das relações pessoais e sociais à equidade vazia e fetichista da forma mercadoria e da troca. Assumimos, então, que essa forma de constituição fetichista da modernidade sob a forma valor veicula-se e constitui-se diretamente sob a noção abstrata de *ser humano*, no devir crítico histórico do patriarcado produtor de mercadorias. Essa questão nos remete às discussões advindas da transcendentalidade do sujeito, da relação sujeito-objeto, no desdobrar do debate kantiano.

Sem desdobrar esse debate nos termos kantiano, mas problematizando o que significa pensar a abstratidade do caráter *humano* ou da *transcendentalidade do sujeito*, consideramos que o dissociado, enquanto feminino não é simplesmente o *não-idêntico*, nos termos de Adorno (1969), o que escapa ao pensamento ou o abstraído na problemática da “coisa em si”: a questão que se coloca para nós na presente pesquisa é de como este foi e segue sendo tornado prática e teoricamente utilizável para a reprodução do capital, se constituindo como “força reprodutiva” crítica do moderno, na identidade contraditória entre crise e acumulação do capital. Entretanto esse movimento é histórico e de forma alguma ontológico, onde pudemos perceber no contexto de nossa pesquisa, como as mulheres não ocuparam o tempo todo o lugar do dissociado, embora este tenha se constituído como pressuposto de sua relação capital, em que, sob o colapso essa relação implode e se repõe, sob novas contradições.

Portanto podemos entender que criticar o capital é criticar todas as suas categorias que se articulam numa relação de necessidade que se efetiva enquanto crise categorial.⁷²

⁷² Nesse sentido, consideramos que Foucault nos oferece uma pista para pensarmos sobre a relação entre essas formas dissociadas do valor e suas respectivas leituras teóricas, ao chamar atenção para o fato de que a forma econômica característica do que ele chama de neoliberalismo norteamericano, bem como a sua generalização, engendra uma “grade de inteligibilidade” a qual irá servir como forma de explicação e entendimento de fenômenos que envolvem relações sociais econômicas ou não, isto é, uma espécie de grade de entendimento que naturaliza uma determinada “economia política” em todas as dimensões da vida. “(...) a generalização da forma econômica do mercado no neoliberalismo americano, além das próprias trocas monetárias, funciona como princípio de inteligibilidade, princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais. O que significa que a análise em termos de economia de mercado, em outras palavras, em termos de oferta e procura, vai servir de esquema que se pode aplicar a campos não-econômicos. E graças a esse esquema de análise, a essa grade de inteligibilidade, vai ser possível revelar, em processos não-econômicos, em relações não-econômicas, em comportamentos não-econômicos, um certo número de relações inteligíveis que não teriam sido reveladas assim – uma espécie de análise economista do não-econômico”. (FOUCAULT, 2008, p. 334)

Nesse sentido nos importa pensar a forma como os conteúdos sociais, histórico-concretos, estando contrapostos em relação à forma social fundamental do valor e de maneira alguma externos e apenas explorados por ela, aparecem nas teorias modernas, principalmente nas teorias espaciais, também em função de sua linguagem, como externalidades subordinadas ao sistema globalizado que, por meio de uma leitura ontológica do trabalho e sistêmica do real, ou não são tematizadas ou são consideradas frequentemente na situação de essencialidade humana ou social, que apaga a violência formal relacionada ao processo de reprodução capitalista, sob uma leitura quase romântica do real, em contraditoriedade à secura abstrata formal dos dados estatísticos.

Em vista disso, mais do que a simples consideração da exploração da relação capitalista sobre o que se apresenta como o seu “outro”⁷³, nos interessa discutir e criticar a negatividade da forma instrumentalizada e necessária dessa dissociação – da teoria e dos relatórios enquanto linguagem universalista e androcêntrica – para a reprodução crítica do capital, a qual é histórica e concretamente dinâmica e que portanto, ao nosso ver, não apresenta nenhum resto “não-reificável” ou mesmo resíduo ontológico a ser resgatado ou necessariamente preservado. A crítica negativa avança então nesse caso no sentido de pensar como o processo de autonomização das categorias do capital (lembrando que estamos entendendo autonomização como um processo que opera no plano da aparência fetichista e que, portanto, sem estar desligado da forma social fundamental do valor e da mercadoria, se efetiva negativa e contraditoriamente em relação a esta), reproduz e produz novas formas de dissociações.

Considerando o obscurecimento e falsa alteridade posta pelo mecanismo de cisão próprio à forma valor, podemos pensar que a contradição entre o concreto e abstrato na modernidade capitalista remete à contradição entre sujeito e objeto, e das formas de pensamento que conformam e fazem a leitura dessa relação. É possível identificar na literatura marxista essa questão aparecendo sob a forma e a noção de alienação ou ideologização na/da sociedade e do indivíduo modernos. Discutiremos com algumas dessas

⁷³ Chamado também frequentemente de “não-capitalista”.

análises e noções nos próximos capítulos na medida em que elas nos forneçam elementos para se pensar esse movimento do fetiche em relação à forma social fundamental do *patriarcado produtor de mercadorias* e sua reprodução crítica. Começaremos pelas noções que têm veiculado grande parte dessas análises: pobreza e subdesenvolvimento.

CAPÍTULO 2 – A POBREZA E O SUBDESENVOLVIMENTO COMO QUESTÕES

2.1 – A POBREZA COMO QUESTÃO

2.1.1 Introdução: O Caráter Quantitativo e Material da Pobreza

Aí no final do ano eles pedem a documentação pra isenção e esse ano eu fui negada, eles negaram. Mas só que a funcionária de lá (escola SESI) me ligou e pediu pra eu mandar novamente o pedido, aí eu mandei e to aguardando, se eu vou ser (isenta)... Eles pedem carteira profissional, conta de água, luz e telefone, declaração de isenção de imposto, ou se você declara, no caso nós não declaramos, declaração de próprio punho de salário, essas coisa assim, e uma declaração de atestado de pobreza⁷⁴. Aí ela (assistente social do SESI) falou pra mim, que eu acho que é assim, a minha irmã mora comigo há 14 anos e eu mandei a documentação dela e eu acho que faltou uma página da carteira profissional, como agora ela é empreendedora, micro, o último registro dela tinha que ter uma página da página seguinte em branca e essa página em branca não foi, só por isso?! A moça me falou que tinha sido, que eu acho que lá na observação tava falando de documentação incompleta. Certeza eu não tenho. Eu entrei com um novo pedido de isenção. Não veio ainda a resposta se eu vou ser isenta ou não. Se eu for negada aí vai vir o carnezinho. Então, eu vou ter que ver, a gente vai apertar se não for aceita (...) E pra falar a verdade eu nem sei quanto que vai ser, que ele tá na classe de não beneficiários então já é um pouquinho mais (...). Aí eu falei pra ela (assistente social do SESI), no caso, a minha irmã mora comigo e, tipo assim, ela mora comigo esse tempo todo é até engraçado quando eu falo pras pessoas que as pessoas às vezes acham que eu to brincando, mas assim, ela não ajuda na renda em casa. Ela não ajuda, então assim, o que ela ganha eu não posso incluir como renda, entendeu, porque ela não ajuda. Se ela ajudasse nas despesas de mercado, água, luz, telefone essas coisas aí eu

⁷⁴ “O Atestado ou Declaração de pobreza é um documento usado para comprovar que uma pessoa não tem condições de pagar os custos exigidos para ter acesso a alguns serviços como: assessoria jurídica e segunda via do RG, entre outros. Não é necessário apresentar nenhum documento junto com a Declaração de Pobreza. Garantir que as informações presentes na Declaração são verdadeiras é responsabilidade do declarante.” Definição disponível em <http://www.guiadedireitos.org/>. Acessado em setembro de 2014.

poderia colocar a renda, o valor que ela contribuía, mas ela não contribui com nenhum valor. Trecho do depoimento de Ivete, moradora de Heliópolis, São Paulo.

O relato acima é de Ivete, moradora de Heliópolis, São Paulo, sobre o pleito de isenção de mensalidade escolar para seu filho, para que este assim continue seus estudos no colégio SESI⁷⁵. Seu filho conseguiu uma vaga nessa instituição, logo no primeiro ano escolar, por conta do antigo trabalho de Ivete na indústria metalúrgica, o qual saiu a três anos, permanecendo sem nenhum tipo de ocupação remunerada desde então. De acordo com o seu depoimento, esse era o terceiro ano que estava pleiteando a isenção de mensalidade escolar para seu filho, teve sucesso em anos anteriores, mas todo ano precisa passar por esse processo burocrático, uma vez que ela não é mais funcionária da indústria, mas seu filho se caracterizaria como caso de vaga e isenção de mensalidade escolar nessa instituição devido a sua situação de baixa renda familiar.

É importante analisar não só como aparece aqui, na pesquisa de campo, a exigência burocrática de formalização da situação de pobreza, ou ainda, a relação entre renda e pobreza, mais especificamente da pobreza como expressão de pouca ou baixa renda, mas como esta relação também é estabelecida na caracterização da situação do pobre para o Estado, de acordo com o *Comunicado da Presidência, nº 7*:

Como pobre define-se todas as pessoas com renda *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo [...]. Da mesma forma, são consideradas pessoas em condição de indigência aquelas com renda *per capita* igual ou inferior a um quarto do salário mínimo [...]. Já pessoas ricas definiu-se como aquelas pertencentes a famílias cuja renda seja igual ou maior do que 40 salários mínimos [...].⁷⁶

⁷⁵ “O Serviço Social da Indústria de São Paulo (Sesi-SP) tem uma das maiores redes de ensino particular, composta por 175 escolas, presentes em 111 municípios do Estado. Acessível para os filhos dos trabalhadores e para os próprios trabalhadores da indústria do Estado de São Paulo, a rede escolar Sesi-SP está presente na vida de seus alunos desde a infância até a formação profissional.” Definição disponível em: <http://www.sesisp.org.br/educacao/educacao-no-sesi-sp/rede-escolar-sesi-sp>

⁷⁶ Comunicado da Presidência, nº 7 – Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano – IPEA, agosto de 2008, p. 4.

Nesse sentido, a definição de pobreza enquanto classificação oficial do Estado está atrelada a assim chamada renda, medida em relação ao salário mínimo⁷⁷, em que o pobre e o indigente seriam aqueles com ganhos inferiores a esse mínimo estabelecido. Dessa forma, oficialmente a pobreza ganha à possibilidade de ser definida quantitativamente através da renda. A definição e constituição da renda como categoria das contas nacionais e da Economia Política de modo algum se estabelece como um lugar comum, como um conceito definido, variando segundo determinadas concepções, metodologias e finalidades, tanto para teoria quanto para a composição de estatísticas governamentais⁷⁸. No caso do *Comunicado da Presidência*, nº 7 que estamos considerando aqui, a determinação da renda faz parte de um cálculo das contas nacionais que compreende a somatória, seguida da divisão *per capita*, de alguns fatores econômicos. Segundo esse mesmo documento:

A renda utilizada na análise corresponde ao total dos rendimentos do trabalho e aposentadorias (90,7% da renda familiar), somados à pensão, doação e aluguel (7,2%) e juros, dividendos e Bolsa Família (2,1%). Ou seja, trata-se fundamentalmente do rendimento advindo das atividades laborais, acrescida ainda daquela derivada da aposentadoria oriunda também do trabalho.⁷⁹

No trecho acima a respeito da definição da renda podemos perceber a preocupação estatal de atrelá-la ao trabalho, às “atividades laboriais”⁸⁰.

⁷⁷ É possível encontrar outras classificações de faixas de renda da população e pobreza que não se encontram necessariamente vinculadas ao salário mínimo, como por exemplo o relatório do IPEA “A Nova Classe Média: O Lado Brilhante dos Pobres”, o qual apresentamos no capítulo 1 (ver nota 30, capítulo 1)

⁷⁸ Exemplo disso é a constante mudança de concepção e metodologia na forma dos cálculos estatísticos das Contas Nacionais obtidos e tratados pelo IBGE, sobretudo nos últimos 20 anos (ver <http://www.ibge.gov.br>). Pensamos que essas constantes mudanças não são contingenciais e podem indicar a dificuldade, ano a ano, de estabelecer uma estatística sócio-econômica coerente frente à crise de desvalorização e as constantes novas contradições engendradas pelo colapso da modernização.

⁷⁹ Comunicado da Presidência, nº 7 – Pobreza e Riqueza no Brasil Metropolitano – IPEA, agosto de 2008, p. 4.

⁸⁰ Entendemos que, para Marx, a renda corresponde à parte da mais-valia socialmente produzida, àquela que o autor chamou de “fundo de consumo”, já que a mais-valia, uma vez produzida se dividiria em fundo de acumulação (para reinvestimento em capital) e em fundo de consumo (consumo do capitalista e do proprietário de terra, no caso da renda da terra, uma vez que essas são as figuras do capital que se apropriam da mais-valia social no processo de valorização do valor). Assim, o salário, enquanto ganho provindo do trabalho produtivo, produtor de mais-valia, corresponderia ao capital variável e não à renda enquanto mais-valia gerada e distribuída no processo social. (MARX, 1988, I, v. II, t.II, p. 169)

Segundo o DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), o rendimento mensal médio familiar nas principais metrópoles brasileiras, em 1999 e 2010, pode ser apresentado da seguinte forma:

**Rendimento mensal médio familiar e por quartis
Regiões Metropolitanas – 1999 e 2009 (em R\$ de nov/2010)**

Indicadores	Belo Horizonte		Distrito Federal		Porto Alegre	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
25% mais pobres ganham até	536	751	643	820	669	838
50% mais pobres ganham até	1.097	1.396	1.671	1.637	1.374	1.441
25% mais ricos ganham acima de	2.113	2.671	4.084	4.262	2.573	2.511
Média	1.857	2.320	3.405	3.536	2.144	2.131

Indicadores	Recife		Salvador		São Paulo	
	1999	2009	1999	2009	1999	2009
25% mais pobres ganham até	364	487	375	489	770	776
50% mais pobres ganham até	807	757	844	995	1.623	1.449
25% mais ricos ganham acima de	1.677	1.393	1.913	2.036	3.258	2.542
Média	1.571	1.204	1.687	1.719	2.845	2.236

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego

Elaboração: DIEESE

Obs: (a) Inflatores utilizados: IPCA/BH/Ipead; INPC-DF/IBGE; IPC-Iepe/RS; INPC-RMR/IBGE/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

(b) O rendimento familiar corresponde ao total de rendimentos provenientes do trabalho, pensões, aposentadorias e seguro-desemprego dos membros da família (chefe, cônjuge, filho, outro parente e agregados)

Percebemos uma queda de rendimentos nesses dez anos em três das seis metrópoles consideradas, sobretudo na paulistana em relação aos ganhos dos 50% mais pobres. Os considerados 25% da população mais rica também teriam rendimentos inferiores em 2009 do que em 1999, o que contraria o cenário da metrópole de São Paulo com as expectativas econômicas e sociais declaradas alcançadas pelos estudos e relatórios oficiais, conforme apontados no capítulo 1, de aumento geral dos rendimentos da população brasileira. Analisando essa situação nos próprios termos em que a renda como indicador quantitativo coloca e através da comparação dos dados apresentados nas diferentes metrópoles, segundo informações dessa tabela, é possível afirmar que a população da região metropolitana de São Paulo empobreceu nos últimos dez anos.

Entretanto, a renda como categoria fundamental e também como o cálculo de uma quantidade determinada de dinheiro recebida mensalmente por cada indivíduo ou pela unidade familiar, utilizada para definir e classificar o que é a pobreza, parece não convencer a ninguém⁸¹. A questão do dimensionamento da renda familiar e a necessidade de comprovação formal da condição de pobreza não aparecem como um problema somente para Ivete, enquanto condição de redução de custos da formação educacional e reprodução social de sua família, e de grande parte das famílias brasileiras, mas antes repõe um longo debate na geografia e nas ciências sociais a respeito das causas e conseqüências da pobreza no Brasil, entendida principalmente no contexto de discussões sobre a especificidade do desenvolvimento capitalista nos países de Terceiro Mundo, também chamados

⁸¹ A renda como cálculo da pobreza não convence principalmente às atuais “celebridades filantropas” como, por exemplo, o escritor Paulo Coelho que assim como um grupo de pessoas consideradas “públicas” e ricas se dizem adeptos do “empreendedorismo social”. Segundo Yunus, um dos expoentes dessa crença econômica (ver nota 47 do capítulo 1) “(...) os economistas interpretam o capitalismo de maneira equivocada. Acreditam que a felicidade se mede em cifrões de dólares. São eles os culpados pelo fato de todos estarmos usando lentes pelas quais vemos o mundo como uma espécie de máquina de dinheiro. Se tirarmos essas lentes só por um momento, constataremos que este mundo tem outra cara. Se eu puder influenciar positivamente a vida de uma pessoa, a alegria que isso proporciona não se mede em dólares. Se eu estiver em condições, darei tudo o que puder para tornar isso possível. O motivo para é simples: as pessoas são egoístas, mas, ao mesmo tempo, todas as pessoas são altruístas. São os dois lados da mesma medalha. Mas os economistas fundamentam suas teorias somente no lado egoísta das pessoas. Eu digo: ‘Não se esqueça de seu outro lado, e aproveite-no’”. (Versão reduzida de uma entrevista à Muhammad Yunus e Paulo Coelho, publicada no *Krankfurter Rundschau* em novembro de 2010 e reproduzida pela revista *Humboldt 103*, Goethe-Institut – 2011). Interessante atentar para o fato de que a crítica à felicidade medida em dinheiro, de maneira alguma pretende superar ou ainda questionar essa forma de socialização necessariamente mediada pelo dinheiro no contexto de crise de valorização. Pelo contrário, e isso não vale apenas para esse senhor. Suas críticas à visão do mundo como “máquina de dinheiro” não impediram, ao invés disso vêm alimentando, o enorme crescimento do *Grameen Bank*, do qual é fundador e diretor, em Bangladesh com sua nova política de emprestar dinheiro para mendigos, sem juros, a partir de um “fundo de empreendedorismo social”: “Em vários países estamos montando os chamados fundos de empreendedorismo social (*social business funds*). Trata-se de fundos que disponibilizam o capital inicial para pôr em prática essas ideias de negócios sociais. Em parte são alimentados por dinheiro de impostos que de outra forma iriam para programas sociais, dinheiros que empresas lucrativas disponibilizam para ações de responsabilidade social ou meios disponibilizados por filantropos ricos. No Japão, neste momento está sendo criado um fundo por parte do Estado. Em Mônaco já existe um fundo desses criado pelo príncipe Albert e pessoas físicas ricas. Na Índia existem dois fundos que contam com apoio financeiro particular, e em breve também haverá apoio para o empreendedorismo social em Wiesbaden, até a prefeitura vai participar. Portanto você vê: o dinheiro espera, o que faltam são as ideias. E qualquer um pode desenvolver uma ideia para o empreendedorismo social. Disso estou convencido. E o dinheiro acaba aparecendo automaticamente.” (*Ibid.*) Só se for em seu bolso, de banqueiro, em que seu lado “altruísta” em relação aos pobres em nada parece ter alterado a quantidade de seus ganhos. Os nexos entre a pobreza e a noção de “empreendedorismo social” serão discutidos no capítulo 3.

de países subdesenvolvidos. Sobre esse temática, nas ciências sociais, destacam-se sobretudo os debates travados no âmbito dos estudos do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento), principalmente nas décadas de 1960 e 1970, cujas teses, inseridas nas discussões sobre os processos de industrialização e urbanização do país, de certa forma se contrapunham à visão Cepalina desenvolvimentista e às “teorias da modernização” que se situavam sob uma perspectiva dualista de desenvolvimento nacional.⁸²

Na geografia, Milton Santos, em seu livro *A Pobreza Urbana* (1978) realiza uma série de críticas e afirmações em relação à pobreza e às formas pelas quais ela foi sendo tratada estatística e teoricamente, bem como sua associação à noção de marginalidade, setor informal, terciário, que assume o entendimento desse fenômeno na cidade, no contexto do que o autor chamou de “sistema urbano” (SANTOS, 1978). Sua crítica se inicia atacando os problemas advindos da estatística produzida pelos países subdesenvolvidos que muitas vezes se apresenta de forma inadequada, incompleta e fundamentada em conceitos e teorias transplantadas irrefletidamente da Europa e da América do Norte. Para este autor então, o problema da estatística é, em verdade, o problema da “elaboração teórica”, principalmente, na “definição de emprego, de desemprego e de subemprego.” para os países subdesenvolvidos (SANTOS, 1978, p. 6), os fatores que aparecem justamente como as tais “atividades laborais” na determinação da renda como indicador da pobreza, levantados pelo *Comunicado da Presidência*.

Santos expõe, ainda nessa obra, as dificuldades referentes às explicações sobre a pobreza no contexto de formulação de teorias sobre o desenvolvimento e subdesenvolvimentos que estavam comprometidas com políticas de “correção de desigualdades entre indivíduos, regiões ou países”, isto é, com o planejamento estatal (SANTOS, 1978, p. 10). Acusa essa instrumentalização como uma das causas “para atrasar a pesquisa das causas reais da pobreza” (1978, p. 11). Dessa maneira, sua crítica se volta, mais uma vez entre tantas outras ao longo de sua vasta elaboração teórica, para não consideração das realidades locais por parte da teoria:

⁸² Dentre esses estudos, destaca-se o livro “Crítica à Razão Dualista” de Francisco de Oliveira (2003), obra com a qual iremos debater no item 2.2 do presente capítulo.

O crescimento era, sem discussão, o objetivo do planejamento, ainda que o sentido do crescimento fosse obscuro. As teorias do crescimento especificavam necessidades que eram julgadas essenciais e o planejamento era aplicado para racionalizar a organização e a utilização dos recursos, sem levar em conta as realidades locais. (...) As explicações estavam intrinsecamente contaminadas, porque eram precedidas de uma definição de objetivos: equivalia a pôr o carro à frente dos bois. (SANTOS, 1978, p. 11)

Assim sendo, a crítica do autor se realiza em relação à determinação externa *a priori* de necessidades básicas da população a serem supridas pelo *crescimento* econômico. A própria concepção de população, nesses estudos e pesquisas destinados ao planejamento nacional, dado seu caráter de atualização da literatura norte-americana sobre o assunto, aparece atrelada a noção de padrões de consumo e rendimentos. Entretanto, sem realizar a crítica aprofundada quanto à noção de renda adotada pelas pesquisas e teorias que versavam sobre o crescimento e desenvolvimento nacional no pós-guerra, Santos segue afirmando que a definição de pobreza é historicamente determinada, devendo ser ao mesmo tempo relativa e dinâmica, dada a dinâmica do crescimento, dos recursos e das necessidades de cada sociedade em determinado momento. (SANTOS, 1978, p. 9).

A única medida válida é a atual, dada pela situação do indivíduo na sociedade a que pertence. Segundo Bachelard (1972) é mais importante compreender um fenômeno do que medi-lo. A medida da pobreza é dada antes de mais nada pelos objetivos que a sociedade determinou para si própria. É inútil procurar uma definição numérica para uma realidade cujas dimensões – agora e no futuro – serão definidas pela influência recíproca dos fatores econômicos e sociais peculiares a cada país. Além do que, um indivíduo não é mais pobre ou menos pobre porque consome um pouco menos ou um pouco mais. A definição de pobreza deve ir além dessa pesquisa estatística para situar o homem na sociedade global a qual pertence, porquanto a pobreza não é apenas uma categoria econômica mas também uma categoria política acima de tudo. Estamos lidando com um problema social. (SANTOS, 1978, p. 9-10)

Podemos perceber que o autor se aproxima, na passagem acima, da crítica à forma quantitativa e material da pobreza que não considera o contexto social e político da condição do pobre e da sociedade “a qual pertence”.

Todavia a ideia de que a medida da pobreza está associada aos “objetivos que a sociedade determinou para si própria” revela assim o próprio desconhecimento do autor em relação à objetividade cega da valorização do valor, posta atualmente como crise de valorização, a que estão submetidos os indivíduos e os capitais no processo de produção e reprodução crítica da sociedade produtora de mercadorias. Por outro lado, esse trecho aponta também para a “colagem” dos termos e das próprias concepções de sua teoria com o planejamento estatal, com suas “metas” e posição metodológica, as quais, embora sejam com razão alvo de crítica por parte do autor, este não consegue superar ou tensionar a linguagem e as determinações contraditórias que a pesquisa da pobreza enquanto política pública de planejamento e redistribuição de renda coloca para o Estado.⁸³ Enquanto representante acadêmico de uma teoria espacial própria aos países subdesenvolvidos o autor procura encontrar respostas para a questão da pobreza na cidade. Embora critique o planejamento, não chega a criticar seu sentido e fundamento enquanto “tratamento da contradição” (KURZ, 2007) posto pelo processo de modernização crítica, sem poder se aproximar, nesse aspecto, da discussão dos “terríveis limites de uma práxis intervencionista”⁸⁴, sob a socialização moderna crítica do valor.

O fundamento de sua crítica em relação ao planejamento consiste em entender que a pesquisa, nos termos de uma determinação externa das

⁸³ “O raciocínio tecnocrático pesquisa, acumula dados, dilemas por vezes verdadeiros, mas está fadado a não ter respostas quanto ao sentido, às direções dos processos históricos-sociais, e muito menos quanto a abrir novas perspectivas.” (SEABRA, O., A insurreição do uso, p. 72. *apud*. MARTINS, J. S. org, Henri Lefebvre e o Retorno à Dialética, São Paulo, 1996)

⁸⁴ “No capitalismo, a separação entre reflexão teórica e acção prática que, segundo o entendimento corrente, é criticada na *Tese sobre Feuerbach*, não é de maneira alguma uma separação absoluta e externa, mas uma separação que paradoxalmente se alojou num processo de práxis sobrejacente [übergreifend] do “sujeito automático” (Marx) e da dissociação sexual a ele associada. (...) A reprodução capitalista é práxis social abrangente na qual entra a reflexão teórica. Com isso, elaboração teórica no capitalismo não é nenhum “baixar os braços”, mas um agir, ainda que seja um agir *sui generis* que pode ser entendido como “práxis teórica”. Esta constatação, surpreendente e paradoxal para o senso comum quotidiano capitalista e também para o de esquerda, já é um *tópos* na reflexão da crítica social, por exemplo em teóricos como Adorno e Althusser, que em outros aspectos são tão antagônicos. Aqui o conceito de “práxis teórica” geralmente confunde-se com as próprias exigências da crítica social. Para se poder elaborar a diferença distintiva entre crítica e afirmação, é preciso em primeiro lugar determinar o estatuto da “práxis teórica” em sua imanência capitalista. Nessa medida, um aspecto essencial é o entendimento de que a *própria elaboração teórica representa um momento ou um campo específico de práxis social no capitalismo*.” (KURZ, 2007)

necessidades de consumo da população, é a perspectiva teórica que serve de argumento para a entrada de capital estrangeiro no país, o que para o autor se constitui como uma das principais causas do problema da pobreza urbana nacional.

[...] a planificação regional e urbana tornou-se um exercício extremamente útil não apenas à penetração mais fácil do imperialismo e do capital no Terceiro Mundo, mas também um veículo privilegiado das teorias subjacentes. (SANTOS, 2008, p.56).

Não temos dúvida do caráter fomentador e legitimador da planificação regional e urbana quanto à entrada de capitais estrangeiro e veículo de modernização capitalista operado pelo Estado brasileiro. Entretanto pensamos que existem questões críticas mais profundas. A questão da concepção da pobreza não se coloca como um problema para Santos por aparecer necessariamente associada a níveis e padrões de consumo, mas pelo fato das necessidades enquanto consumo aparecer previamente e determinadas “externamente” (pelos países considerados centrais), nas pesquisas que visam o planejamento. Pensamos que essa perspectiva leva o autor a um dualismo entre o que se apresenta como interesse interno e interesse externo, uma vez que não há um aprofundamento teórico quanto à natureza contraditória capitalista do que aparece como sendo esses “interesses”⁸⁵. Pensamos também que esse dualismo tem como pano de fundo a questão da dominação/exploração dos países periféricos pelos países centrais, questão cara aos geógrafos sobretudo a partir da década de 1970, com a renovação do pensamento na geografia pelo movimento conhecido como Geografia Crítica.

⁸⁵ “A redução da história humana a uma luta infinita por “interesses” e “vantagens”, travada por sujeitos imbuídos de um árido egoísmo utilitário, simplesmente abrevia ou distorce muitos dos fenômenos reais para que possa pleitear um decisivo valor explicativo. A idéia de que tudo o que não se resolve no cálculo utilitário subjetivo é mera *roupagem* de “interesses” sob formas religiosas ou ideológicas, instituições ou tradições, torna-se ridícula quando o gasto real com essa pretensa roupagem supera em muito o núcleo substancial do suposto egoísmo. Muitas vezes se tem antes de dizer o contrário: que os pontos de vista do egoísmo, se é que podem ser reconhecidos, representam uma mera roupagem ou uma mera exterioridade de “algo diverso” que se manifesta nas instituições e tradições sociais.” (KURZ, 1993b). Assim, esse “algo diverso”, de forma alguma se constituiria como o estrangeiro, o externo ao nacional, mas antes refere-se ao processo cego da reprodução e modernização crítica capitalista em que o autor procura apontar e posteriormente se aprofundar nas discussões sobre a autonomização do capital na forma dinheiro e a novas formas fantasmagóricas que esse movimento implica. Abordaremos mais sobre o assunto no próximo item.

Seguindo essa linha e por vezes até retrocedendo nas reflexões de Santos sobre o assunto, as pesquisas atuais que atualizam a *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* – se debruçando principalmente sobre São Paulo enquanto objeto de análise – parecem não conseguir ir além nesse debate sobre a pobreza, pelo contrário: mesmo reproduzindo a crítica de Santos quanto ao problema da concepção e dimensionamento da pobreza relacionada somente a termos materiais de sobrevivência, e à estatística enquanto indicador estritamente monetário⁸⁶, não conseguem se furtar das arapucas da definição quantitativa do fenômeno, repondo o entendimento da pobreza sob uma forma apenas melhorada em relação à definição estatal da renda:

A questão do dimensionamento da pobreza é um tema bastante controverso. A formulação de linhas de pobreza, bastante comum no Brasil, tende a não levar em consideração nem as variações locais do custo de vida, nem as formas não-monetárias de rendas e serviços entre os grupos sociais mais pobres (Marques, 2005a, p.39). Todavia, a elaboração de linhas de pobreza que captem suas múltiplas dimensões para os diferentes lugares e estratos da população (Rocha, 2003a) pode nos auxiliar, em certa medida, na caracterização do fenômeno em questão. Ainda assim, compartilhamos a idéia de que “a pobreza não pode ser definidas apenas em termos de níveis materiais de sobrevivência, mas tem de considerar aqueles indivíduos que, apesar de conseguirem sobreviver acima do mínimo, não têm acesso aos mais importantes benefícios das sociedades urbanas modernas, como educação, saneamento básico, cultura e integração social. (MARQUES, 2005a, p.40 *apud*. MONTENEGRO, 2006, p. 68)

Mesmo questionando o status da quantificação material para a definição de pobreza, a autora em questão não desiste da consideração de “estratos da população” enquanto diferenciação quantitativa da situação de consumo da população, persistindo no argumento que clama pela consideração do acesso dos indivíduos aos “benefícios” possíveis no espaço urbano, numa concepção que negligencia o fato desses serviços, tidos como básicos, se encontrarem também na forma mercadoria, sendo portanto portadores da contradição

⁸⁶ A questão da renda como indicador monetário e o cômputo dos bens de consumo adquiridos pela população em seu cálculo já foi apresentada no item 1.1- *A Pronunciada Redução da Pobreza no Brasil nas Últimas Décadas* do Capítulo 1 da presente pesquisa, sobretudo com o relatório do IPEA intitulado “A Nova Classe Média – O Lado Brilhante dos Pobres.”.

fundamental entre valor de uso e valor⁸⁷. A pobreza, nesse sentido, continua sendo entendida como ausência, como falta ou ainda carência, além de material, também de acesso aos serviços “básicos” e formativos do processo de modernização capitalista, tal como educação, saúde, saneamento-básico etc, aspectos alçados ao status de benesses e necessidades sociais abstratas e gerais⁸⁸. Assim, a pobreza acaba, mais uma vez entre tantas outras ao longo das diversas tentativas de aprofundamento de seu entendimento, se passando por falta de integração ou participação dos resultados da sociedade urbana moderna.

Tendo em vista a questão da pobreza enquanto desigualdade de renda e de acesso direto aos “bens” produzidos pelas “modernizações”, associada à forma material e moral com que esse fenômeno é frequentemente interpretado sob a perspectiva do planejamento urbano e territorial, é possível pensar que a *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* aparece hoje nas pesquisas em geografia do país como representante de uma teoria espacial do “desenvolvimento desigual” a partir da noção de organização do espaço:

Trata-se de uma teoria que se propõe a entender a organização do espaço urbano nos países do Terceiro Mundo através dos impactos desiguais das modernizações técnicas incidentes no território, responsáveis na formação de dois circuitos econômicos na cidade que, apesar de distintos, estabelecem diversos tipos de interação. (SANTOS, K., 2007, p. 9)

Entendemos que a crítica à pobreza, enquanto teoria espacial estabelecida pela teoria dos dois circuitos e suas releituras, tem como perspectiva teórica o “desenvolvimento desigual”, enquanto desigualdade social e espacial. Santos estava na chave de pensar, seguindo a tradição de Pierre George, uma distribuição mais igualitária dos recursos produzidos

⁸⁷ “As mercadorias têm que realizar-se, portanto, como valores, antes de poderem realizar-se como valores de uso.” (MARX, 1988, I, v. I, t. I, p. 80)

⁸⁸ Não estamos com isso querendo negligenciar a importância do acesso da população a esses serviços, mas antes procurar compreender a constituição desses como necessidades sociais negadas, buscando a identidade contraditória entre efetivação e ao mesmo tempo a negação desses serviços e mercadorias. Além disso, estamos buscamos outras perguntas sobre esse processo, sobretudo sobre a produção. É de se notar como os considerados *bens* e *serviços básicos urbanos* são pouco ou nada questionados nas pesquisas em geografia, enquanto formas lógicas do capital, mas sim naturalizados e exigidos na forma do pensamento positivo de caráter tecnocrático. Retomaremos essa questão no capítulo 3.

socialmente. Para Santos (1980) esse autor de tradição da geografia humana francesa estabeleceu o “(...) esforço em abarcar a dinâmica dos sistemas sócio-econômicos com as estruturas de produção” na explicação geográfica, o que colocava, segundo o geógrafo brasileiro, o marxismo como “ideologia coerente seguida discretamente por alguns geógrafos.” (SANTOS, 1980, p. 82)

A preocupação com a distribuição dos recursos sobre o território e entre os considerados diferentes “agentes espaciais”, por sua vez, constitui-se como crítica à “Teoria das Localidades Centrais” de Christaller (1933), no movimento da *Geografia Ativa* que afirmava a necessidade da intervenção da ciência geográfica na construção de teorias que tratassem da questão das desigualdades a partir de uma perspectiva prática e positiva quanto ao caráter específico do espaço dos países subdesenvolvidos, para que dessa maneira fosse possível “desenvolver teorias que tenham sentido tanto para os geógrafos como para os cidadãos.” (SANTOS, 1980, p. 88-89). A efetivação desse processo de desenvolvimento dos países considerados subdesenvolvidos, de acordo com a visão deste movimento do pensamento geográfico, deveria ser impulsionada pelo Estado.

É preciso lembrar que as teorias como as de Christaller, representam um segundo momento de quantificação na geografia, na medida em que consideram o tempo espacializado enquanto formas geométricas, uma abstração também ligada à planificação e às demandas do Estado nazista. Essa abstração, enquanto formas geométricas, representa um desdobramento de modelos matemáticos, em sua forma algorítmica. Nesse sentido as reflexões de Santos não estavam totalmente desligada à crítica aos processos de quantificação e abstração presentes na chamada *Geografia Teorética Quantitativa*, ou ainda *Nova Geografia*, estabelecida principalmente na década de 1950. É possível verificar como “A teoria das localidades centrais”, bem como outras contemporâneas a esta que com ela dialogam, exerce ainda hoje grande influência no modo e concepção metodológica dos dados estatísticos brasileiros, como, por exemplo, a elaboração do REGIC (Regiões de Influência das Cidades), enquanto delimitação da rede urbana do país baseada na constituição de hierarquia entre os centros urbanos, os quais são estudados e divulgados pelo IBGE.

Embora as reflexões presentes na teoria dos dois circuitos se constituam no movimento de crítica à abstração matemática e material do espaço, os esforços analíticos voltados para a questão da distribuição dos recursos parecem repor o problema da quantificação e da materialidade na consideração do fenômeno da pobreza, justamente por obscurecer o sentido da pobreza como processo crítico, posto atualmente enquanto crise do trabalho, em seu caráter contraditório e simultâneo de crise de valorização e colapso da modernização. Entretanto, esse obscurecimento não se apresenta como um simples hiato entre a tentativa de crítica do fenômeno e as amarras do positivismo lógico que prendem a teoria dos dois circuitos às concepções estatais enquanto discurso e política pública: é possível compreender que a construção da teoria espacial, *i. e.*, a consideração do espaço como objeto teórico, sob a perspectiva de sua organização, se constitui como o fetichismo que amalgama e obscurece a contradição do processo de modernização e reprodução crítica fictícia do capital nos países periféricos. Entendemos que esse fetichismo somente é possível ao identificar os diferentes momentos e formas do capital com as formas espaciais, as autonomizando, a partir de um pensamento explicativo que irá se aproximar da física, da mecânica. A aproximação da teoria espacial a concepções físicas associa-se à perspectiva sistêmica de cidade, enquanto “sistema urbano”, que acaba por repor, em diversos momentos dessa reflexão teórica, o estruturalismo como forma de análise, em detrimento da dialética, mesmo esta sendo afirmada como método⁸⁹. Nesse sentido, a renda vai ser assumida pela teoria espacial como categoria da economia política e tentará ser explicada em função da localização do indivíduo no espaço:

(...) nos países subdesenvolvidos, a possibilidade de consumo dos indivíduos varia muito. O nível de renda também é função da localização do indivíduo, o qual determina, por sua vez, a situação de cada um como produtor e como consumidor. (...) O comportamento do espaço acha-se assim afetado por essas enormes disparidades de situação geográfica e individual. (...) Essa seletividade do espaço, no nível econômico assim como no

⁸⁹ “O método dialético é adequado para um contexto onde múltiplas forças externas e internas; passadas e presentes; políticas, econômicas e sociais, enfrentam-se constantemente.” (SANTOS, Milton. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. In: Reflexões sobre a Geografia. Edições AGB - Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção São Paulo. 1980, p. 89)

social, é, a nosso ver, a chave da elaboração de uma teoria espacial. (SANTOS, 2004, p.21)

A desigualdade vai ser interpretada pela teoria dos dois circuitos através da noção de “seletividade espacial”. O autor fala de disparidades individuais e geográficas, de renda, a qual irá determinar a separação no espaço entre produtores e consumidores. Segundo Marx, a população é uma abstração se não se considera as classes que a constitui e os elementos em que se baseia, tais como trabalho assalariado, capital, meios de produção, que por sua vez supõem troca, divisão do trabalho, preço etc. (MARX, 2011, p. 54) Não que Santos não considere esses momentos, mas ao que parece, sua concepção espacial, além de autonomizar o consumo da produção, obscurece ainda a questão clássica ao marxismo da luta de classes, de que aqueles que são tidos como “produtores”, na grande maioria dos casos, não são os proprietários dos meios de produção, do capital produtivo com os quais produzem. E o trabalho, enquanto mercadoria força de trabalho, que precisa ser vendida como forma de acesso do trabalhador ao dinheiro⁹⁰ e deste como mediação para seu consumo? Onde e em que termos se encontram as contradições postas pelo processo de modernização na teoria dos dois circuitos? De que forma esse momento fundamental entra na análise da desigualdade enquanto “seletividade espacial”?

Pensamos que as concepções de segmentação social em classes de renda só são possíveis diante da crise do trabalho presente na sociedade atual. A crítica que se estabelece diante de tais concepções não poderia ser outra que não a crítica distributivista, sob os mais variados matizes que tratam do problema em termos de “distribuição de renda” de forma mais justa, mais igualitária, etc. Certamente esse é um dos fetichismos da circulação com o qual teremos que lidar até o final de nossa pesquisa. E por que fetichismo da circulação? Porque as questões da desigualdade e da pobreza aparecem justamente como sendo um problema exclusivo ao âmbito da circulação do

⁹⁰ Pensamos que a divisão da sociedade entre produtores e consumidores, dentre outras questões, além de desconsiderar a identidade contraditória e negativa existente entre produção e consumo, repõe o fetichismo da mercadoria enquanto fetichismo do dinheiro, principalmente por ignorar sua dialética como mediação das relações de troca, sem falar que essa visão obscurece também a exploração da força de trabalho empreendida pelo capital produtivo. Trataremos desse assunto no próximo item.

capital, enquanto distribuição do capital produzido, em que aqueles que produzem – os trabalhadores – não podem se apropriar do produto. Não temos dúvidas de que em certo nível certamente isso é uma realidade, no entanto gostaríamos de chamar a atenção para a contradição própria ao capital como modo de produção, a qual deve ser desdobrada a fim de analisar seus limites e particularidades negativas de seu desenvolvimento histórico contraditório, inclusive em relação à pobreza enquanto categoria moderna. A questão da desigualdade de renda se coloca inclusive como o problema e desafio anunciado pelo Estado brasileiro, conforme abordamos no capítulo 1. Essas concepções que dividem a população em “classes de renda”, além de serem recolocadas pelo pensamento científico, ainda são instrumentalizadas como alimento para o arcabouço teórico que serve ao planejamento urbano e territorial, o qual, principalmente na última década no Brasil, aparece como política pública de “inclusão financeira”, conforme tratamos no capítulo 1 e que será retomado nas discussões do capítulo 3.

A exposição do fenômeno da pobreza sob a perspectiva dos rendimentos esconde assim a crise do trabalho, projetando uma cisão entre produção e consumo que não discerne o chamando sobreproduto nacional⁹¹, em sua forma material de mercadoria, e mesmo em sua forma fictícia, dos ínfimos rendimentos relativos ao montante nacional e mundial, da maioria da população brasileira. Essa análise ainda conduz a questão da pobreza de modo a obscurecer a relação contraditória entre o montante de capital fictício – que é criado e que circula nos mercados secundários, de títulos e ações de dívidas, propriedade e *commodities* como busca de investimentos do capital a juros – e sua atuação em empreendimentos improdutivos, espetaculares, bélicos, sem falar da produção de mercadorias improdutivas, isto é, sem valor, apenas precificada.

Nesse sentido, a teoria espacial consegue aproximar a análise da circulação do capital nacional de uma leitura da circulação simples de mercadorias ao considerar a divisão espacial da sociedade entre produtores e

⁹¹ “O mais-produto material não pode mais ser definido como objeto de apropriação para uso e proveito de uma pessoa qualquer: ele se autonomizou à vista de todos como monstruoso fim em si mesmo. A capitalização do mundo e os pululantes projetos abstratos de utilidade ganham uma desesperada semelhança com a construção das pirâmides no limiar da civilização, mesmo que sob relações sociais inteiramente diversas (mercadoria e dinheiro).” (KURZ, 1993), Dominação sem sujeito - (Robert Kurz; Krisis 13 - 1993).

consumidores. Ademais é possível perceber como o âmbito da produção vai cada vez mais sendo posto de lado das análises, com o “passar do tempo” e com o recrudescer das contradições do processo de modernização capitalista, na teoria dos dois circuitos, em favor do plano da circulação e distribuição, entendido sobretudo como “fluxos”, o que inevitavelmente guia essas análises para os desdobramentos do que estamos chamando de fetichismo da circulação.

Assim, a perspectiva da pobreza interpretada como carência, ausência, ou ainda falta de integração social e política, em outras palavras, a crítica da pobreza enquanto desigualdade social e espacial, reposta atualmente enquanto economia política do espaço urbano pela *teoria dos dois circuitos da economia urbana nos países subdesenvolvidos* nos conduz para a retomada crítica aprofundada das discussões em relação à contradição entre capital e trabalho no processo de constituição e modernização capitalista. Tentaremos abordar alguns aspectos e desdobramentos do que entendemos da pobreza como processo crítico a seguir.

2.1.2 – A Pobreza como Necessidade Lógica Crítica e Produção Histórica Contraditória do Capitalismo

Aqui em Heliópolis eu to desde o dia 25 de janeiro de 1997, tem 17 anos, né? Eu sou piauiense, de uma cidade bem pequenininha, Sigefredo Pacheco, ela tinha acabado de ser emancipada, tava começando, quando eu vim pra cá. Eu vim trabalhar e era solteira ainda, conheci meu marido aqui, aí a gente formou família. Eu vim sozinha. Nordestino, a maioria do pessoal, vem pra São Paulo em busca de alguma coisa assim melhor, como que eu poderia te falar, sobreviver melhor, né?! Porque lá, agora tá um pouco melhor, mas quando saí as coisas eram bem precárias. Eram bem precárias e pelo jeito continuam, eu vejo bastante coisa que a minha sobrinha que mora lá posta na internet. Minha prima morava aqui há algum tempo, eu escrevi pra ela, a gente nem se conhecia direito, nós somos primas assim de 4º grau talvez, bem distante, ela falou que eu podia vir. Eu tive apoio dela, da casa dela, porque eu não conhecia nada aqui. Fiquei na casa dela e comecei a trabalhar logo, ela era casada, tinha acabado de se separar. Tava separada, só com um filhinho e ela até gostou da idéia, que eu vinha fazer companhia. Aí eu

vim, cheguei aqui ela me deu apoio, porque eu acho que o mais difícil é a moradia. Antigamente o mais difícil era você conseguir a moradia. Agora não, como já têm bastante nordestino, as pessoas que vêm já não tem tanto problema porque você tem como dar um suporte. Nós morávamos na Estradas das Lágrimas, aí essa criatura que eu moro hoje, o “Bagaceira”, a gente se conheceu e resolveu vir morar aqui. Eu vim pra essa casa, mas antes eu morava na Estrada e eu nem lembro mais o número, acredita? Era próximo ao que é hoje a Drogaria São Paulo, era mais ou menos ali, naquele quarteirãozinho. Aqui hoje mora eu, meu marido, meu filho e minha irmã. E minha prima também não mora mais lá, ela mora na rua Solemar. Essa rua não é do lado da favela, já é do lado do São João Clímaco... a gente morava do lado da favela, agora ela saiu.

Depoimento de Ivete, moradora de Heliópolis – São Paulo.

* * *

Eu tenho 30 anos. Eu moro em Heliópolis há 14 anos, vim morar com a minha irmã aqui. No começo é tudo muito difícil, muito estranho, mas aí depois acostumei. Hoje, graças a deus que eu to aqui, e não tenho saudade de lá (Sigefredo Pacheco), não tenho muita vontade de voltar não. Só voltei pra passear. Depois que minha mãe faleceu então eu perdi totalmente o encanto por lá. Faz 7 anos que ela faleceu, desde então fui uma vez só pra lá pro casamento da minha irmã e depois não fui mais. Quando eu cheguei aqui eu estudei, aí eu comecei a trabalhar, estudava e trabalhava, aí depois quando eu terminei o colegial, só trabalhando.

Depoimentos de Irismar, moradora de Heliópolis – SP.

* * *

Eu vim pra São Paulo em 2002. Eu vim com meu sobrinho, pra fazer um tratamento. Ele passou dois meses aqui e a gente voltou (para Paraíba). Só que em seguida eu voltei pra cá (SP), pra casa da minha irmã e comecei a trabalhar. Passei três anos trabalhando, em seguida eu engravidei conheci meu marido, paraibano também, de Tataíra. Engravidei, continuei trabalhando e agora to aqui e tenho o Pedro, de nove anos. Quando eu vim pela primeira vez eu fiquei na casa da minha irmã, Neide. Ela já era casada, trabalhava em casa de família, e tava aqui desde 1998. O meu sobrinho que veio pra cá foi o

filho da minha irmã mais velha, ele tinha um problema no nariz que tinha que fazer cirurgia, carne esponjosa. Só que com medicamento ele ficou bem, nem precisou. Aí ele voltou, eu voltei junto com ele pra Paraíba e depois voltei de novo pra cá, pra São Paulo. Não deu pra segurar mais lá. A gente quando vem passear e que gosta de um lugar, a vontade é de voltar praquela lugar, né?! Aí eu voltei, pra trabalhar, meu sonho era trabalhar, aí eu voltei e comecei a trabalhar. Eu nunca tinha trabalhado lá (em Tataíra, na Paraíba), só tinha estudado e nada mais.

Depoimento de Francisca, moradora do João XXIII – SP

* * *

Eu tenho 67 e nem lembro há quantos anos que moro aqui, a Elvira sabe, muitas coisas eu lembro, outras não, cabeça. Sou do Piauí, de Canto do Buriti. Eu vim a primeira vez (para São Paulo) solteira, depois voltei, casei, aí meu marido veio pra cá, depois mandou me buscar, aí eu vim, morava em Osasco, aí ele comprou esse terreno aqui, a gente construiu e veio embora pra cá. Graças a deus, né?! Nunca trabalhei fora, sempre em casa.

Depoimento de Dona Isaura, moradora do Morro Doce – SP

* * *

A história de vida das mulheres com as quais tivemos oportunidade de conversar durante essa pesquisa, segundo seus próprios relatos, embora resguardem importantes particularidades, nos revela uma trajetória análoga: a vinda – de outras regiões do Brasil, principalmente do nordeste do país – para São Paulo e, uma vez nessa cidade, a relação contraditória de cada uma com o mundo do trabalho.

A constituição do modo de produção capitalista, de acordo com o que temos tentado explorar nessa pesquisa, pressupõe, segundo Marx (1988 I, v. I, t. I), um sentido histórico moderno para a categoria trabalho, enquanto produção de valor: além de possuir começo, meio e fim, como o sentido histórico contraditório de produção de mais-valia que efetiva uma divisão social do trabalho, ainda assenta-se sob a unidade negativa que se estabelece devido

a uma cisão fundamental entre capital e trabalho, na posição dos indivíduos como sujeitos da troca. Esse autor procurou demonstrar, sobretudo no capítulo XXIV do volume I d'O *Capital* (1988), como a polarização entre capital e trabalho na Inglaterra se constituiu a partir de relações de expropriação (da base fundiária e de meios de produção) e exploração dos camponeses, principalmente nos séculos XVI ao XVIII, que os transformou em força de trabalho do capital industrial nascente, no processo que chamou de acumulação primitiva, processo que rompeu as últimas amarras do modo de produção feudal no país. Esse movimento histórico contraditório e violento corresponde, para o autor, à constituição do trabalhador como homem livre (Marx, 1988 I, v. II, t. II, p. 252).

Com essa polarização do mercado estão dadas as condições fundamentais da produção capitalista. A relação-capital pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições de trabalho. Tão logo a produção capitalista se apóie sobre seus pés, não apenas conserva aquela separação mas a reproduz em escala sempre crescente. Portanto, o processo que cria a relação-capital não pode ser outra coisa que o processo de separação do trabalhador da propriedade das condições de seu trabalho, um processo que transforma, por um lado, os meios sociais de subsistência e de produção em capital, por outro, os produtores diretos em trabalhadores assalariados. A assim chamada acumulação primitiva é, portanto, nada mais que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. (MARX, 1988 I, v. II, t. II, p. 252).

Sem entrar, por enquanto, na discussão polêmica sobre em que momento se constituiu ou não o processo de acumulação primitiva no Brasil⁹² nos termos de Marx, percebemos um processo análogo em nossa pesquisa, de mobilização de força de trabalho, isto é, de pessoas que, sem nada que as

⁹² Para Kurz, na década de 1970, com o processo de *boom* fordista, foi o momento em que se constituíram os processos de acumulação primitiva nos países de Terceiro Mundo, principalmente na América Latina (1993). Não estamos em posição de concordar com essa afirmação e tampouco discordar uma vez que reconhecemos que esse debate nos exigiria aprofundamento em outras questões que não foram contempladas na presente pesquisa. Alfredo, por sua vez, acredita que houve apenas um momento de acumulação primitiva, com caráter universal, que foi o ocorrido na Inglaterra e descrito por Marx n'O *Capital*, em que o capitalismo, já se organizando como sistema mundial, impunha processos contraditórios de extração de excedente nas colônias enquanto proletarizava e depauperava grande parte da própria população dos países centrais. Assim, os movimentos de modernizações periféricas ocorridos no Brasil no século XX teriam sido mobilizados pela crise na produção e reprodução capitalista dos países do centro, em sua forma *Imperialista* (LENIN, 1979), sendo que o capital transferido e constituído em países como o nosso já se apresenta fundamentado no movimento de crise e ficcionalização do capital mundial e endividamento nacional.

prendessem materialmente, saíram de seus locais de origem para vender sua força de trabalho na principal metrópole do país, ou, em momentos em que não venderam diretamente sua força de trabalho, participavam das atividades cindidas na reprodução social capitalista, função logicamente necessária e historicamente delegada às mulheres na constituição do sistema produtor de mercadorias enquanto patriarcado⁹³.

Gaudemar descreveu muito bem o que seria essa liberdade do trabalhador: Segundo o autor, o trabalhador como portador da mercadoria força de trabalho detém uma dupla liberdade:

Liberdade positiva: a força de trabalho é uma mercadoria que pertence, como bem particular, ao trabalhador, que pode dela dispor à sua vontade: o trabalhador é então considerado como ator da sua própria liberdade. Liberdade negativa: o trabalhador não tem diante de si outra hipótese que não seja vender ou não a sua força de trabalho; não tem mais nada para vender, e na prática ou vende sua força de trabalho para viver, ou não a vende e morre. (GAUDEMAR, 1977, p. 189-190)

Assim sendo, Marx, ao afirmar que a produção capitalista, uma vez estabelecida, reproduz as condições de produção de maneira sempre ampliada, chama a atenção para o processo de acumulação por parte do capitalista e ao mesmo tempo a incapacidade de acumulação, nesse processo, por parte do trabalhador. O trabalhador se constituiria, enquanto força de trabalho, como capital variável, na figura do capital que apenas possui a sua própria força de trabalho para vender⁹⁴. Mas a força de trabalho, embora apresente características de uma mercadoria qualquer, detém como valor de uso justamente a capacidade de criar mais valor do que é lhe é pago em salário, do que seu valor de troca, que corresponde ao valor necessário para reproduzir o indivíduo enquanto trabalhador. Dessa maneira, a forma da troca, como troca de equivalentes, entre o possuidor da mercadoria força de trabalho

⁹³ “Esta dissociação (proteger, cuidar, ‘amor’) constitui o reverso da dimensão do valor instrumentalmente orientada. Esta última, precisamente por causa da sua abstracção, remete para a dissociação. Assim percebida, a dissociação do feminino é apreendida como condição fundamental das próprias relações abstractas (de valor) e tudo menos oposta a estas em sentido ontológico.” (SCHOLZ, 1992, p. 15)

⁹⁴ Portanto o capital “[...] só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial. O capital anuncia, portanto, de antemão, uma época do processo de produção social.” (MARX, 1988, I, v. I, t. I, p. 137)

e o capital que o emprega constitui um dos principais, mas não o único como dissemos anteriormente, fetichismo da circulação, como aparência desta, uma vez que a equivalência dessa troca no mercado de trabalho obscurece, mascara a produção de valor por meio da exploração do trabalho vivo no processo produtivo⁹⁵:

O intercâmbio de equivalentes, que apareceu como operação original, se torceu de tal modo que se troca apenas na aparência, pois, primeiro, a parte do capital que se troca por força de trabalho nada mais é que uma parte do produto alheio, apropriado sem equivalente, e segundo, ela não somente é repostada por seu produtor, o trabalhador, como este tem de repô-la com novo excedente. A relação de intercâmbio entre capitalista e trabalhador torna-se portanto mera aparência pertencente ao processo de circulação, mera forma, que é alheia ao próprio conteúdo e apenas o mistifica. A contínua compra e venda da força de trabalho é forma. O conteúdo é que o capitalista sempre troque parte do trabalho alheio já objetivado, do qual se apropria incessantemente sem equivalente, por um quantum maior de trabalho vivo alheio. (...) A propriedade aparece agora, do lado do capitalista, como direito de apropriar-se de trabalho alheio não-pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se de seu próprio produto. A separação ente propriedade e trabalho torna-se consequência necessária de uma lei que, aparentemente, se originava em sua identidade. (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 157)

Embora na passagem acima Marx afirme que o conteúdo da contínua venda e compra da força de trabalho “é que o capitalista sempre troque parte do trabalho alheio já objetivado (...) por um quantum maior de trabalho vivo alheio”, procuramos chamar a atenção para a questão de que, segundo o mesmo autor, uma vez estabelecido o sentido do modo de produção capitalista, como o processo de acumulação e também de centralização do capital, o desenvolvimento das forças produtivas, sobretudo como desenvolvimento da

⁹⁵ Podemos pensar novamente na forma em que as Contas Nacionais, enquanto análise da renda, fetichiza esse processo capitalista. Nas palavras de Marx: “A representação de mais-valia e valor da força de trabalho como frações do produto-valor – um modo de representação que decorre, de resto, do próprio modo de produção capitalista (...) – esconde o caráter específico da relação capital, a saber, o intercâmbio do capital variável com a força de trabalho viva e a correspondente exclusão do trabalhador do produto. Apresenta-se, em seu lugar, a falsa aparência de uma relação associativa na qual o trabalhador e o capitalista partilham o produto conforme a proporção de seus diferentes fatores constituintes.” (MARX, 1988, II, v. II., t. II, p. 119). Segundo o autor, as relações de cooperação antagônicas capitalistas são assim transformadas “quimericamente em formas livres de associação”.

maquinaria, impõe a expulsão do trabalho vivo do processo produtivo como necessidade lógica contraditória de reprodução do capital⁹⁶. Com os constantes processos de expropriação e mobilização da força de trabalho, movimento de produção e reprodução capitalista, é produzida assim uma população supérflua adicional, isto é, uma “superpopulação relativa” que se estabelece como pano de fundo da superfície social da oferta e procura de força de trabalho, no mercado de trabalho. (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 190)

Se os meios de produção, ao crescer em volume e eficiência, se tornam meios de ocupação dos trabalhadores em menor grau, essa mesma relação é modificada de novo pelo fato de que, à medida que cresce a força produtiva do trabalho, o capital eleva mais rapidamente sua oferta de trabalho do que sua demanda de trabalhadores. O sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva, enquanto, inversamente, a maior pressão que a última exerce sobre a primeira obriga-a ao sobretrabalho e à submissão aos ditames do capital. A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretrabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social. (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 194)

A manutenção dos salários dos trabalhadores ao mínimo possível é garantida, dessa forma segundo o autor, pelo estabelecimento da “superpopulação relativa” que constantemente é, ora expulsa, ora incorporada ao processo produtivo, compondo assim, enquanto “exército industrial de reserva”, uma massa de pessoas constantemente submetida às necessidades de valorização do valor e reprodução crítica do capital. Longe de ser uma população simplesmente sobrando, de acordo com Marx, existe uma relação estrita entre a constituição da “superpopulação relativa” e as condições de pobreza do trabalhador: o salário pago à força de trabalho seria determinado pelos movimentos de expansão e contração do “exército industrial de reserva” bem como a migração de trabalhadores de uma esfera à outra da produção, atraídos pelo acúmulo de capital adicional e por salários momentaneamente

⁹⁶ “Toda a forma do movimento da indústria moderna decorre [...] da constante transformação de parte da população trabalhadora em braços desempregados ou semi-empregados.” (MARX, 1988, II, v. II, t. II, p. 150)

mais altos pagos pelos capitais de maior acumulação (Marx, 1988, I, v. II, t. II, p. 195-196).

A elevação do preço do trabalho permanece [...] confinada em limites que não só deixam intocados os fundamentos do sistema capitalista, mas também asseguram sua reprodução em escala crescente. A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização dos valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador. assim como na religião o ser humano é dominado pela obra de sua própria cabeça, assim, na produção capitalista, ele o é pela obra de sua própria mão. (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 184)

Marx, ao discutir os processos concernentes a constituição da superpopulação relativa, de acordo com a lei geral da acumulação capitalista, afirma que esta “existe em todos os matizes possíveis” (Marx, 1988, I, v. II, t. II, p. 197), mas que possui continuamente três formas: líquida latente e estagnada. De maneira resumida é possível afirmar que a forma líquida seria a forma fluente em que

[...] nos centros das indústrias modernas (...) trabalhadores são ora repelidos, ora atraídos em maior ou menor proporção, de modo que, ao todo, o número de ocupados cresce, ainda que em proporção sempre decrescente em relação à escala de produção. (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 198)

Nesse caso, Marx cita a substituição de força de trabalho masculina adulta, também graças a inovações na maquinaria que simplificam o trabalho, por jovens, crianças e mulheres, cujos salários são menores. Já a forma latente da superpopulação relativa estaria relacionada ao processo de industrialização do campo, em que o trabalhador expelido da agricultura mecanizada não se transforma imediatamente em proletariado urbano, a não ser quando há condições “favoráveis” a essa transferência. Segundo o autor “O trabalhador rural é [...] rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo.” (MARX, 1988, I, v. II, t. II p. 199)

Por fim, à superpopulação relativa estagnada seria, segundo o autor, “o mais profundo sedimento da superpopulação” a qual “habita a esfera do pauperismo” (MARX, 1988, I, v. II, t. II p. 199). Para o autor, além dessa forma ser composta pelo *lupemproletariado* “propriamente dito” – “vagabundos, delinquentes, prostitutas” (*Ibid.*, p. 199) – ainda deteria três categorias: os aptos para o trabalho; órfãos e crianças indigentes (essas duas categorias, ou componentes ou potencialmente componentes do “exército industrial de reserva”) e por último os “degradados, maltrapilhos e incapacitados para o trabalho”, *i. e.*, aqueles que não se podem mais vender como força de trabalho (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 200).

O pauperismo constitui o asilo para inválidos do exército ativo de trabalhadores e o peso morto do exército industrial de reserva. Sua produção está incluída na produção da superpopulação relativa, sua necessidade na necessidade dela, e ambos constituem uma condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. Ele pertence ao *faux frais*⁹⁷ da produção capitalista que, no entanto, o capital sabe transferir em grande parte de si mesmo para os ombros da classe trabalhadora e da pequena classe média. (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 198)

Embora Marx faça essa distinção de formas diante do que se apresenta como a superpopulação relativa, é presente em sua exposição à possibilidade e o relato de diversos casos em que o trabalhador, mesmo empregado, não tem possibilidades de sair da condição de pobreza, uma vez que a acumulação de pobreza, por meio dos processos concernentes à superpopulação relativa, é a condição de existência da produção e acumulação de riqueza do capital. Em determinado momento de suas formulações, Marx chega a falar ironicamente que pobre nada mais é do que a “expressão artística” de trabalhador (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 170). Em vista disso, podemos pensar que a reprodução das relações de produção capitalista, enquanto sentido tautológico de produção de mais-valia, a partir da exploração produtiva da força de trabalho, impõe uma identidade contraditória existente entre riqueza e pobreza, em que, o enriquecimento e acumulação capitalista, por um lado, implicam na pobreza e

⁹⁷ Falsos custos. Desdobraremos essa noção, para nós importantíssima, no capítulo 3.

empobrecimento do trabalhador⁹⁸ por outro, e esse, segundo Marx, é o caráter antagônico da produção capitalista: o desenvolvimento das forças produtivas acaba por empobrecer o trabalhador, barateando os meios de subsistência, mas ao mesmo tempo barateando o salário por vezes abaixo do valor necessário para a força de trabalho se reproduzir enquanto tal.

Quanto maiores a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e a energia de seu crescimento, portanto também a grandeza absoluta do proletariado⁹⁹ e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é desenvolvida pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva cresce, portanto, com as potências da riqueza. Mas quanto maior esse exército de reserva em relação ao exercito ativo de trabalhadores, tanto mais maciça a superpopulação consolidada, cuja miséria está em razão inversa do suplício de seu trabalho. Quanto maior, finalmente, a camada lazarenta da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior o pauperismo oficial. *Essa é a lei absoluta geral, da acumulação capitalista.* (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 200)

Nesse sentido, a pobreza descrita por Marx é entendida num contexto de exploração produtiva do trabalho, de valorização do valor por meio de criação de mais-valia. Assim, podemos entender que a pobreza se constituiu historicamente como expropriação dos indivíduos de seus meios de subsistência e da terra para a exploração de sua força de trabalho enquanto processo de valorização do valor. O desenvolvimento histórico dessa contradição capitalista, bem como a realidade atual do contexto de nossa pesquisa, nos leva a pensar, não na funcionalidade da pobreza enquanto condição de produção e reprodução do capital, mas nos limites estruturais que esta, enquanto categoria contraditória do capital, impõe à própria reprodução ampliada do capital. Ademais, nos interessa observar como as análises sobre o processo de modernização e constituição das relações contraditórias de produção e reprodução capitalista no Brasil procuraram encontrar uma

⁹⁸ “A acumulação da riqueza num pólo é, portanto, ao mesmo tempo, a acumulação de miséria, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no pólo oposto, isto é, do lado da classe que produz seu próprio produto como capital”. (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 201)

⁹⁹ “Por ‘proletariado’ só se deve entender economicamente o assalariado que produz e valoriza ‘capital’ e é jogado na rua assim que se torna supérfluo para as necessidades de valorização de ‘Monsieur Capital’”. (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 179)

resposta fundamentada na exploração de classe, ou ainda na exploração nacional pela economia global mundializada, para isso que aparece como o principal malefício do desenvolvimento capitalista: o caráter desigual da constituição e reprodução do capital.

Em que medida a crítica da desigualdade, enquanto crítica da separação capital - trabalho, realizada a partir da concepção da constituição das classes sociais no processo histórico, nos permite criticar os limites do próprio processo crítico de valorização do valor e da constituição fetichista do capitalismo enquanto sistema patriarcal produtor de mercadorias? Como são compreendidas as particularidades desse processo de separação no Brasil? Aprofundemos tais questões.

2.2 – QUESTIONAMENTOS SOBRE A PARTICULARIDADE DA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO CAPITALISTA NO BRASIL

2.2.1 – Crítica ao Dualismo Teórico: o Caráter Funcional da Pobreza

A temática a respeito da particularidade¹⁰⁰ da constituição e reprodução do modo de produção capitalista no Brasil e nos países considerados

¹⁰⁰ Particularidade que é frequentemente entendida como especificidade do desenvolvimento e reprodução capitalista nos países tidos como subdesenvolvidos, como considera, por exemplo, Santos (2004). Em relação à noção de especificidade da modernização dos países subdesenvolvidos, Oliveira a problematiza afirmando sua tese de que se trata da expansão do capitalismo, o qual coloca como sentido sistêmico a realização do lucro. Assim, se trataria de uma “especificidade particular” em que a expansão capitalista não ocorre de maneira idêntica ao modelo “clássico” ocidental ocorrido nos países centrais, mas não seria desvinculada das determinações universais do capital (Oliveira, 2003, p. 61). Sem querer entrar em discussões semânticas do termo, gostaríamos de chamar a atenção para a relação que o contexto da modernização capitalista brasileira, enquanto modernização periférica, estabelece diante do que consideramos como a totalidade negativa da reprodução crítica capitalista como sistema mundial. Nesse sentido entendemos que totalidade enquanto categoria deve ser tomada como negativa, em que os universais têm de ser problematizados enquanto formas autonomizadas no processo histórico e contraditório de desenvolvimento do capital, dada a teleologia de seu sentido. O movimento da totalidade constitui-se então como uma simultaneidade crítica e aberta, mas as articulações das escalas geográficas aparecem como não simultâneas: eis aí uma de nossas questões, além de haver outra articulada a essa e não menos importante: a posição de quem fala sobre a totalidade é histórica estruturalmente masculina. Nesse sentido, assumimos o termo particularidade, onde procuraremos desviar, dessa maneira, dos fetichismos de análises que consideram a realidade nacional como um todo em separado do sistema produtor de mercadorias em sua universalidade. É preciso lembrar que a preocupação com o entendimento da totalidade não é recente na geografia: desprovida ainda de seu cunho marxista e universalizante, aparece com o desdobramento da geografia La Blacheana, que voltava seu olhar para os *pays* franceses e posteriormente com a noção de meio na *Ecologia Urbana* de Sorre.

subdesenvolvidos, conforme anunciamos no subitem 2.1.1 dessa pesquisa, foi largamente debatida por diversos pensadores nas ciências sociais e também na geografia. Em relação a esse assunto, pensamos que uma “rica” discussão está posta, no início da década de 1970, na obra “Crítica à Razão Dualista” de Francisco de Oliveira (2003). Grandes foram os esforços, em relação a essa questão, para se compreender o “subdesenvolvimento” como a “produção da expansão do capitalismo”, estabelecido nos países periféricos. (OLIVEIRA, 2003, p. 32)

De maneira geral, podemos entender que o subdesenvolvimento para Oliveira se constituiria na articulação da produção da dependência internacional do país, atrelada à divisão internacional do trabalho e aos interesses da burguesia nacional. O autor retoma o argumento de Furtado e de Marx de “18 de Brumário” (2011) para afirmar a política não como externalidade, mas como estruturante na relação e reprodução do capital enquanto sistema (OLIVEIRA, 2003, p. 128).

Considerando a relação de totalidade engendrada pela expansão mundial do capital, atentando para a relação entre a dependência nacional e a forma de desenvolvimento interno e externo do modo de produção capitalista, os países subdesenvolvidos se constituiriam, para esse autor, como “reserva de acumulação primitiva do sistema global” (OLIVEIRA, 2003, p. 33). Oliveira assim critica um ranço de evolucionismo contido em diversas teorias marxistas sobre o subdesenvolvimento, pois essa noção não comportaria a consciência, ou ainda, o âmbito de ações políticas orientadas com sentido determinado de classe (OLIVEIRA, 2003, p. 126).

O subdesenvolvimento assim, não se inscrevia numa cadeia de evolução que começava no mundo primitivo até alcançar, através de estágios sucessivos, o pleno desenvolvimento. Antes, tratou-se de uma singularidade histórica, a forma do desenvolvimento capitalista nas ex-colônias transformadas em periferia, cuja função histórica esteve em fornecer elementos para a acumulação de capital no centro. Essa relação, que permaneceu apesar de intensas transformações, a impediu, precisamente de “evoluir” para estágios superiores da acumulação capitalista, vale dizer, para igualar-se ao centro dinâmico, conquanto lhe injetou reiteradamente elementos de atualização. O marxismo, dispondo do mais formidável arsenal de crítica à economia clássica, tem uma teoria do desenvolvimento capitalista na própria teoria da acumulação de capital, mas falhou em especificar-lhe as formas

históricas concretas, sobretudo em relação à periferia. Quando o tentou, obteve alguns dos grandes resultados de caráter mais geral, com a "via prussiana" e a "revolução passiva". Mas por muito tempo, um "evolucionismo" marxista esteve em larga voga, o que resultou numa raquítica teoria sobre a periferia capitalista, dentro das etapas de Stálin, do comunismo primitivo pré-classes ao comunismo pós-classes. No caso latinoamericano esse etapismo levou a equívocos de estratégia política, e a teoria do subdesenvolvimento era considerada "reformista" e aliada do imperialismo norteamericano. (OLIVEIRA, 2003, p. 126)

Nesse sentido, percebemos uma aproximação entre a crítica de Oliveira, nas ciências sociais, e a de Santos, na geografia, em relação a noções e teorias formuladas sobre o subdesenvolvimento¹⁰¹, uma vez que ambos se debruçavam sobre os desafios que a formulação considerada histórica do subdesenvolvimento representava aos pensadores brasileiros¹⁰². (SANTOS, 2008, p. 23).

Reconhecemos que a construção das reflexões de ambos os autores, nesse momento, tinham como base questões e críticas postas por interlocutores comuns, como os pensadores da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) e principalmente as discussões sobre o subdesenvolvimento realizadas por Celso Furtado (1965), (1966). Todavia, Santos (2004) parte do contexto desses questionamentos para formular uma teoria espacial sobre a economia urbana, representada pela divisão do espaço em dois circuitos, conforme anteriormente anunciamos.

Confrontando as discussões realizadas pelos pensadores da CEPAL, bem como as formulações clássicas da teoria da dependência, Oliveira acusa essas análises de carregarem noções reformistas em relação a descobertas importantes, como por exemplo, a denúncia feita por Prebisch "sobre os mecanismos do comércio internacional que levam à deterioração dos termos

¹⁰¹ "Seria mais honesto substituir essa aplicação irrefletida de conceitos ocidentais e essa obsessão de comparação com as situações do mundo desenvolvido por uma dimensão mais justa, a histórica que leve primeiro à compressão do processo de subdesenvolvimento." (SANTOS, 2004 p. 18)

¹⁰² "O estudo da história dos países hoje subdesenvolvidos permite revelar uma especificidade de sua evolução em relação às dos países desenvolvidos. Essa especificidade aparece claramente na organização da economia, da sociedade e do espaço e, por conseguinte, na urbanização, que se apresenta como um elemento numa variedade de processos combinados." (SANTOS, 2004 p. 18)

de intercâmbio em desfavor dos países latinoamericanos”¹⁰³. Em vista disso, para Oliveira, era necessário criticar o modelo considerado dualista desenvolvido pela concepção cepalina, o qual afirmava que o processo de industrialização no Brasil efetivou um setor “moderno” referente às formas urbano-industriais de acumulação deixando o outro “atrasado”, que carregava ainda as características de uma economia agrário-exportadora primitiva, enquanto característica fundamental do subdesenvolvimento (OLIVEIRA, 2003, p. 48):

No plano teórico, o conceito do subdesenvolvimento como uma formação histórico-econômica singular, constituída polarmente em torno da oposição formal de um setor "atrasado" e um setor "moderno", não se sustenta como singularidade: esse tipo de dualidade é encontrável não apenas em quase todos os sistemas, como em quase todos os períodos. Por outro lado, a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado "moderno" cresce e se alimenta da existência do "atrasado", se se quer manter a terminologia. (OLIVEIRA, 2003, p. 32)

Embora Oliveira tenha reconhecido a identidade interna entre o que se apresentava como o “moderno” e o “atrasado”, sua crítica parece se constituir a partir de uma concepção orgânica e sistêmica do capital, em que a sua reprodução, embora apresente constantes entraves e contradições, apresenta o sentido positivo dos termos da dialética social capital. Em vista disso, acreditamos que Oliveira avança em pensar na contradição do capital posta pela dualidade entre o “atrasado” e o “moderno”, pensando na simultaneidade dos termos, embora prossiga levando a cabo uma noção de desenvolvimento que se sustenta com base na visão da exploração orgânica de um setor pelo outro. Em certo sentido, suas análises parecem negligenciar parte do dinamismo do movimento da contradição entre concreto e abstrato que se realiza histórica e concretamente, e que alça essa relação a um patamar crítico, sobretudo após a considerada Terceira Revolução Industrial, a partir da década de 1970 (KURZ, 1993) a qual exigiria também um movimento

¹⁰³ “Prebisch espera que os países Industrializados ‘reformem’ seu comportamento, elevando seus pagamentos pelos produtos agropecuários que comprem da América Latina e rebaixando o preço dos bens industriais que vendem, que é em essência, o espírito das conferências ‘UNCTAD’. A proposição é altamente ética e igualmente ingênua.” (OLIVEIRA, 2003, p. 32)

qualitativo na forma de pensar as contradições postas por esse novo momento de internacionalização do capital enquanto totalidade mundial. Não podemos esquecer que Oliveira escreve sua “Crítica à Razão Dualista” em 1972, imerso no contexto do considerado “milagre econômico” brasileiro (1969-1973) e enquanto tal, mergulhado no turbilhão de questões que a noção de desenvolvimento colocava nesse momento aos pensadores brasileiros como devir histórico.

Dessa maneira, a principal crítica de sua obra em relação à razão dualista consiste em reconhecer que aquilo que era considerado como atrasado, relações não-capitalistas de produção ou ainda as formas mais precárias e empobrecidas da reprodução da classe trabalhadora no campo e nas grandes cidades brasileiras, não era fruto de relações arcaicas de produção, mas antes representaria a forma funcional de exploração do desenvolvimento moderno capitalista, *i. e.*, a sua forma moderna de acumulação nos países subdesenvolvidos. Portanto as condições de pobreza para Oliveira eram funcionais ao desenvolvimento capitalista acelerado e nada mais errado para o autor do que tratá-las como um “corpo estranho” ao processo de acumulação. Em vista disso é possível reconhecer nesse autor um projeto político onde afirma que os pobres não podem ser abandonados à própria sorte sob pena de barrar o desenvolvimento; segundo Schwarz, sobre os escritos de Oliveira, seria necessário um projeto de modernização integrada de modo a alçar os pobres à condição de cidadania, em que a “superação da pobreza” era a chance histórica do país para conquistar uma “nova situação internacional” (SCHWARZ *apud*. OLIVEIRA, 2003, p. 18-19).

É possível reconhecer os fundamentos dessa crítica na elaboração da *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, na qual Santos afirma que há uma relação de dependência e exploração do chamado circuito inferior pobre, pelo circuito superior global:

Assim, não há dualismo: os dois circuitos têm a mesma origem, o mesmo conjunto de causas e são interligados. Contudo, é necessário precisar que, apesar de sua aparente interdependência, o circuito inferior aparece como dependente do circuito superior, do mesmo modo que as atividades rurais tradicionais dependem das atividades modernas [...]. (SANTOS, 2004 p. 56)

Assim, podemos considerar que tanto este autor como Oliveira apresentam uma mudança qualitativa sobre a análise da produção e reprodução do capitalismo nos países postos como periféricos ao questionar o dualismo que se apresentava como forma clássica de análise, o qual atribuía aos setores tidos como “atrasados” os problemas do subdesenvolvimento. Entretanto, Santos em sua obra “O Espaço Dividido” (2004), sob o pano de fundo de constatações próximas as de Oliveira acerca do dualismo cepalino, não só questiona o caráter teórico que versava sobre a situação histórica econômica e social do país como também se preocupava com a constituição de uma teoria espacial que expressasse concretamente essa especificidade dos países subdesenvolvidos e a relação de dominação exercida pela economia dos países centrais¹⁰⁴.

Os espaços dos países subdesenvolvidos caracterizam-se primeiramente pelo fato de se organizarem e reorganizarem-se em função de interesses distantes e mais frequentemente em escala mundial. Mas não são atingidos de um modo maciço pelas forças de transformação, cujo impacto, ao contrário, é muito localizado e encontra uma inércia considerável a difusão (Santos e Kayser, 1971). Por outro lado as forças da modernização impostas do interior ou do exterior são extremamente seletivas, em suas formas e em seus efeitos. As variáveis modernas não são acolhidas todas ao mesmo tempo nem têm a mesma direção. Trata-se de uma história espacial seletiva. A cada modernização, novos pontos ou novas zonas são conquistadas ao espaço neutro e tornam-se uma nova porção de espaço operacional. Mas o impacto dessas forças não é o mesmo para as diversas variáveis, cuja combinação dá a característica do lugar. Disso resulta uma grande instabilidade na organização do espaço com repetidos desequilíbrios e ajustamentos. (SANTOS, 2004, p. 20-21)

Ao se ater ao espaço enquanto categoria explicativa da realidade, essa teoria constitui-se a partir de termos e lógica provenientes da física: força, impacto, inércia, pontos, direção, sem falar que o próprio espaço parece ser considerado em sua acepção newtoniana, e, nesse sentido, absoluto; espaço neutro que pode ser moldado e construído objetivamente segundo os diferentes “interesses” que se expressam como forças potenciais que

¹⁰⁴ A crítica à dominação econômica e territorial exercida pelos países centrais se desdobrará, após a década de 1970 nas análises de Santos, para a crítica à economia globalizada e ao neoliberalismo enquanto orientação da política econômica brasileira (SANTOS, 2008).

encontrarão mais ou menos resistência, forças de “inércia” à sua organização ou reorganização.

Gaudemar alerta para o fato de que essa concepção de espaço esteve muito presente na ciência econômica clássica, que frequentemente aplicava princípios da termodinâmica e das leis da gravitação para explicá-lo e construir modelos de crescimento econômico (GAUDEMAR, 1977, p. 176). Afirma, ainda, que esta concepção esteve frequentemente atrelada à noção de diferenciação espacial, a qual tratava sobretudo de deslocamentos de fatores de produção segundo uma aceção de fluxos de ajustamento numa realidade que supostamente tende ao equilíbrio, configurando, dessa maneira, um discurso econômico desenvolvimentista que, dentre outros aspectos, serviam de apologia à reprodução do capital (GAUDEMAR, 1977, p. 173).

[...] parece importante desmistificar o discurso econômico como discurso portador de uma disciplina, mostrar como ele cala ou até esconde os conceitos que poderiam explicitar os seus traços, produzindo desse modo outros conceitos pretensamente neutros, pelos quais todos os processos de poder são reduzidos à dimensão de uma mecânica abstrata. (GAUDEMAR, 1977, p. 51).

Nesse sentido, podemos perceber como a análise do processo de modernização sob a perspectiva da materialidade do espaço, em Santos (2004), conduz a explicações físicas e mecânicas do movimento contraditório do capital. Todavia, mesmo sendo uma linguagem proveniente da física, esta forma já se constituía como universo de entendimento da economia em relação à população, conforme atenta Gaudemar. A seletividade do espaço, segundo Santos, se dá em função da densidade técnica e informacional apresentada por ele. A informação e a técnica analisadas, bem como a perspectiva da divisão social do trabalho, são transformadas em recursos que definem materialmente se um espaço será atingido diretamente pela modernização ou não. (SANTOS, 2004, p. 33)

O processo de modernização, considerado pela teoria dos dois circuitos, é assim entendido, sob o “impacto de novas variáveis” que provocaria uma forma de “especialização espacial” impondo, dessa maneira, uma “hierarquia de lugares”, o que levaria a uma “tendência em direção à polarização em torno de pontos privilegiados através do território” (SANTOS, 2008, p. 105). Esse

processo, para o autor, conformaria o sistema urbano a partir desta hierarquização do espaço, enquanto território nacional.

Estabelecendo os laços com a economia política pensada por Furtado nas décadas de 1950 e 1960 (FURTADO, 1965), a teoria dos dois circuitos afirma que as novas formas de produção e comércio, resultado da modernização tecnológica, provocam uma “deformação na estrutura de consumo” (SANTOS, 2008, p. 95). Dessa forma, mantém-se a ideia de que poderia existir um nível ou qualificação ótima de consumo, (segundo a noção de padrão de consumo, presente nas estatísticas norte-americanas sobre a população) partindo de uma noção que tem como pano de fundo a concepção de equilíbrio, de sistema equilibrado. Assim, o desdobramento dessas reflexões para a realidade das décadas seguintes conduz o autor à crítica da globalização enquanto movimento de uma totalidade sistêmica:

Trata-se de nova fase da história humana. Cada época se caracteriza pelo aparecimento de um conjunto de novas possibilidades concretas, que modificam equilíbrios preexistentes e procuram impor sua lei. Esse conjunto é sistêmico: podemos, pois, admitir que a globalização constitui um paradigma para a compreensão dos diferentes aspectos da realidade contemporânea. (SANTOS, 2008, p. 145)

A descrição do processo de globalização nesses termos reitera a ideia de uma ordem natural oculta atribuída ao espaço que é perturbada com “forças” e “vetores seletivos” das variáveis modernas, perturbações que levam a desequilíbrios e instabilidades, necessitando de regulação e ordenamento (técnico – estatal, em outras palavras, tecnocrático) para seu restabelecimento.

Todavia Oliveira apresenta um desvio fundamental em relação à visão dualista do subdesenvolvimento, acerca do sentido do desenvolvimento capitalista, que não aparece na teoria dos dois circuitos e que pode nos ajudar a compreender a inversão fetichista que a análise do processo de modernização realizada a partir de noções da física promove. Para Oliveira (2003), concordando com a crítica de Marx, o desenvolvimento capitalista – ao contrário do que afirmava a concepção cepalina e a compreensão físico-mecânica do processo de modernização – não estava baseado na expansão

do consumo, enquanto necessidades que orientam o processo produtivo¹⁰⁵, mas sim na acumulação capitalista (2003, p. 49). Nesse sentido é que essas relações não são resquícios de um passado arcaico, mas antes fruto das relações modernas de exploração capitalista, em que a riqueza enquanto acumulação é constituída por meio da expropriação e exploração da força de trabalho de uma classe pela outra. Embora a contradição capitalista, para esse autor, pareça não se situar necessariamente ao nível categorial dos termos da acumulação – isto é, a acumulação como categoria constitutiva do capital não traria, de acordo com a nossa leitura sobre sua obra, seu sentido negativo posto pela crise – Oliveira reconhece a impossibilidade histórica da reprodução da acumulação capitalista em seus próprios termos, atribuindo essa mudança nos termos da acumulação a uma escolha, ou antes, a um conluio entre a burguesia urbana industrial e o Estado, após a década de 1930.

Para o autor, a pobreza na qual se apresentava as condições de trabalho e reprodução social da maior parte da população brasileira era produto de péssimas condições de trabalho e arrocho salarial total, enquanto baixo custo de reprodução da mão-de-obra nacional, em que se assentava a acumulação interna capitalista, processo iniciado na década de 1930 no país.

O processo descrito, em seus vários níveis e formas, constitui o modo de acumulação global próprio da expansão do capitalismo no Brasil no pós-anos 30. A evidente desigualdade de que se reveste que, para usar a expressão famosa de Trotsky, é não somente desigual mas combinada, é *produto antes de uma base capitalística de acumulação razoavelmente pobre para sustentar a expansão industrial e a conversão da economia pós-anos 30, que da existência de setores "atrasado" e "moderno"*. Essa combinação de desigualdades não é original; em qualquer câmbio de sistemas ou de ciclos, ela é antes uma presença constante [...] Nas condições concretas descritas, o sistema caminhou inexoravelmente para uma concentração da renda, da propriedade e do poder, em que as próprias medidas de intenção corretiva ou redistributivista — como querem alguns — transformaram-se no

¹⁰⁵ Pensamos que essa noção fomenta a utilização da “teoria da difusão” e do “efeito-demonstração”, as quais se aproximam da teoria da informação e da comunicação, utilizada por Santos na elaboração de sua teoria espacial a partir das teses de Furtado (1965, 1966), como artifício teórico para se compreender o consumo do ponto de vista das necessidades, o que, a nosso ver, apaga completamente o caráter crítico da produção capitalista como produção de valor. Oliveira afirma que a tese sobre a política de “substituição de importações”, mesmo explicada empiricamente, está fundamentada nessa concepção invertida do processo de desenvolvimento capitalista.

pesadelo prometeico da recriação ampliada das tendências que se queria corrigir. (OLIVEIRA, 2003, p. 59-60, grifo do autor)

Percebemos nessa passagem que, segundo o autor, o sentido do processo capitalista como acumulação de capital põe como questão a ser analisada a concentração do capital em seu processo de desenvolvimento. Nesses termos, o desafio analítico e crítico posto à pesquisa se estabelece como a questão da distribuição e apropriação da riqueza socialmente produzida. A mudança na forma de acumulação brasileira, segundo Oliveira, ocorreu principalmente após os anos 1930 devido a uma “correlação de forças sociais” que dependia de uma “uma realização parcial interna crescente” do produto nacional (OLIVEIRA, 2003, p. 35), *i. e.*, da formação do mercado interno, em que o Estado brasileiro teve papel fundamental nesse processo ao efetivar, por meio da regulamentação dos fatores de produção no conjunto da economia global, a impulsão das relações entre capital e trabalho de modo a favorecer a acumulação urbano-industrial em detrimento da agrária-exportadora que vigorava até então. Nessa transmutação na forma de acumulação nacional, coube ao Estado, portanto, o papel de “institucionalizar as regras do jogo” (sua destruição e criação)¹⁰⁶, por meio da conformação de um processo que promoveu, dentre outras medidas, a equalização do preço da força de trabalho, instituída pelas leis trabalhistas que estabeleceram o “salário mínimo” e a consequente formação constante de um “exército de reserva”¹⁰⁷, que representou, para o autor, a criação das bases necessária para que a acumulação capitalista industrial pudesse se reproduzir no Brasil a partir de uma acumulação interna (OLIVEIRA, 2003, p. 38-40). Roberto Schwarz, o qual escreveu o prefácio da obra de Oliveira, insiste em colocar acento na análise do autor sobre o pacto firmado entre o Estado e a elite urbana industrial como a

¹⁰⁶ “A destruição das regras do Jogo da economia agrário-exportadora significava penalizar o custo e a rentabilidade dos fatores que eram tradicionalmente alocados para a produção com destino externo, seja confiscando lucros parciais (o caso do café, por exemplo), seja aumentando o custo relativo do dinheiro emprestado a agricultura (bastando simplesmente que o custo do dinheiro emprestado à indústria fosse mais baixo)”. (OLIVEIRA, 2003, p. 30-31)

¹⁰⁷ Segundo o autor, a implantação do salário mínimo foi um importante fator para debilitar a consciência de classe uma vez que, em comparação aos ganhos do campo, o salário mínimo da cidade alimentava os anseios da migração de contingente populacional e de integração nacional. (OLIVEIRA, 2003, p. 39)

forma orientada da acumulação e dominação capitalista no país que acabava por relegá-lo a uma “posição internacional medíocre”, mesmo à custa da exploração crescente das massas empobrecidas de trabalhadores:

Contra as explicações automáticas pelo interesse material imediato ou pela tradição, o acento cai no aspecto consciente das escolhas, dotadas de certa liberdade, o que aliás só lhes agrava o teor. Para o período do subdesenvolvimento, Francisco de Oliveira insiste na *opção* das classes dominantes por formas de divisão do trabalho que preservassem a dominação social corrente, ainda que ao preço de uma posição internacional medíocre. (SCHWARZ *apud*. OLIVEIRA, 2003, p. 13)

Oliveira recorre, portanto, ao âmbito político para desdobrar a questão a partir do que chamou de mudança na forma de acumulação nacional. Aponta para o populismo, enquanto uma série de medidas trabalhistas firmada pelo Estado, como uma das formas da “especificamente particular” da expansão do sistema no Brasil. É possível verificar como o populismo para o autor assume o *status* de determinação do processo, sobretudo como forma de consciência que terá um papel fundamental na legitimação e conformação, entre a classe trabalhadora, da nova forma de acumulação considerada. O populismo, segundo o autor, se estabelece como forma de alienação, isto é, como a forma política de consciência do “pacto estrutural” firmado entre classes, que possibilitou à adequação das relações entre o arcaico e o novo promovendo novas formas de relação capital trabalho, base para a fonte interna de acumulação.

Esse “pacto estrutural” preservará modos de acumulação distintos entre os setores da economia, mas de nenhum modo antagônicos, como pensa o modelo cepalino. Nesta base é que continuará a crescer a população rural ainda que tenha participação declinante no conjunto da população total, e por essa “preservação” é que as formas nitidamente capitalistas de produção não penetram totalmente na área rural, mas, bem ao contrário, contribuem para a reprodução tipicamente não-capitalista. Assim, dá-se uma primeira “especificidade particular” do modelo brasileiro, pois, ao contrário do “clássico”, sua progressão não requer a destruição completa do antigo modo de acumulação. (OLIVEIRA, 2003, p. 64)

Essas formulações caracterizavam os questionamentos de Oliveira sobre particularidade do que este considerava como o processo de

acumulação primitiva no Brasil, acentuando diferenças desse processo do ocorrido nos países centrais, principalmente em relação à necessidade de produção e reprodução de formas tidas como arcaicas, precárias e não-capitalistas de produção, tanto no campo como nas cidades, como forma dessa acumulação. Nesse aspecto, a crítica de Oliveira coincide em certo ponto com a crítica de Santos sobre o Estado, ao afirmar sua ação atrelada aos interesses do processo do capitalismo enquanto sistema mundial. O Estado, de acordo com a interpretação da teoria dos dois circuitos, se colocaria como o “intermediário privilegiado entre os agentes de inovação e as realidades nacionais”. (SANTOS, 2008, p. 113). Segundo o autor, o circuito superior receberia apoio e ajuda governamental enquanto o circuito inferior não receberia e, ao contrário, ainda seria fruto de perseguições por parte deste, como no caso, por exemplo, dos vendedores ambulantes. Ainda de acordo com Santos, o circuito inferior estaria relacionado à integração e relações com o local, enquanto que o superior estaria integrado ao âmbito da realidade nacional e desta com o exterior (SANTOS, 2008, p. 103).

A pergunta de nossa pesquisa sobre a constituição histórica e lógica contraditória da pobreza no Brasil parece se recolocar: Se o sentido da acumulação no Brasil se estabeleceu tal qual nos descreve Oliveira, a pobreza no país seria uma questão de classe, isto é, de classes sociais surgidas e reproduzidas no processo de constituição do capitalismo como modo de produção? Uma questão de luta, enfrentamento e/ou acordos entre as classes? Ou a pobreza seria uma questão de necessidades consideradas básicas não satisfeitas pelo Estado?

2.2.2. – O Consumo e a Satisfação de Necessidades como Sentido Fetichista da Produção Capitalista

Para Oliveira, um dos principais problemas da compreensão da satisfação de necessidades, enquanto sentido da modernização capitalista posto pelo consumo, se constituía na formulação de modelos explicativos em que a crítica teórica se voltava para a consideração de formas de consumo de luxo, que comprometeria a acumulação capitalista por parte dos indivíduos e, ao mesmo tempo, esse consumo por ser considerado pouco volumoso, implicaria na

produção de capacidade ociosa, graças à adoção de “técnicas *capital-intensives*” que diminuem o número de empregos. Em longo prazo esse processo geraria, segundo essa visão, uma queda da taxa de crescimento econômico devido a deterioração das taxas de lucro e de inversão do capital (OLIVEIRA, 2003, p. 49).

O estilo de interpretação ao qual se acostumou associar a industrialização, tanto na América Latina quanto no Brasil, e que fornece as bases para uma tímida teoria da integração latinoamericana privilegia de um lado as relações externas das economias capitalistas da América Latina e, nesse diapasão, transforma a teoria do subdesenvolvimento numa teoria da dependência. Parece, assim, que a industrialização substitutiva de importações funda-se numa necessidade do consumo e não numa necessidade da produção, *verbi gratiae*, da acumulação; além disso, as formas de consumo impostas de fora para dentro parecem não ter nada que ver com a estrutura de classes, com a forma da distribuição da renda, e são impostas em abstrato: começa-se a produzir bens sofisticados de consumo, e essa produção é que cria as novas classes, é que conforma o padrão de distribuição da renda, é que “perverte” a orientação do processo produtivo, levando no seu paroxismo à recriação do “atrasado” e do “moderno”. (OLIVEIRA, 2003, p. 48)

‘ Relacionando a crítica de Oliveira à formulação da teoria dos dois circuitos, podemos perceber como Santos, diferentemente do primeiro, não consegue criticar a noção de necessidades enquanto determinação do processo de desenvolvimento capitalista, negligenciando a contradição posta como sentido tautológico do capital¹⁰⁸, de modo a apartar da análise o momento do consumo e da produção, colocando-os como momentos espacialmente separados e sucessivamente cindidos no tempo, todavia articulados através de uma funcionalidade sistêmica: os dois circuitos. Nesse sentido compreendemos que é a funcionalidade sistêmica que confere a consideração da totalidade enquanto perspectiva de análise do processo de modernização para o autor. Santos, além de afirmar a separação e as diferentes “funcionalidades” existentes entre o que considera como esses dois

¹⁰⁸ “[...] as necessidades sensíveis e os desejos humanos não fazem surgir nenhum mercado ou, em outras palavras, nenhuma *capacidade aquisitiva produtiva*. Esta pode apenas nascer da exploração em empresas de força de trabalho humana, realizadas no nível mundial da produtividade. Mas essas condições prévias do próprio sistema são sistematicamente ignoradas nos condescendentes sermões dominicais dos especialistas e ideólogos ocidentais.” (KURZ, 1993, grifo do autor, p. 166)

circuitos, o processo de modernização e a existência dessa divisão parecem derivar do plano das necessidades subjetivas da sociedade e dos indivíduos, principalmente em relação ao consumo de bens modernos (SANTOS, 2003):

Na medida em que novos gostos são difundidos em escala nacional e que subsistem gostos tradicionais, a organização econômica é forçada a se adaptar tanto a novas realidades como a realidades herdadas, bem como à necessidade de modernização dinâmica. Isto é verdadeiro tanto para os meios de produção como para os meios de distribuição. Assim, são criados nas cidades dois circuitos econômicos responsáveis não apenas pelo processo econômico urbano, mas também pelo processo de organização espacial, dois subsistemas, o 'circuito superior ou moderno' e o circuito inferior, podem ser isolados e identificados (SANTOS, 2003, p. 126)

O consumo, apartado das determinações da produção pela análise espacial, é constantemente analisado partindo da idéia de “difusão de inovações” e ganha, assim como a noção de “organização do espaço” para Santos, a forma polarizada entre o que se apresenta como os elementos e fatores nacionais (internos) e internacionais (externos) ¹⁰⁹ (2008, p. 58). Olhar para as realidades locais é a forma que o autor encontrou de lidar com a questão da totalidade, mas esta se torna a única forma da relação entre o que ele considera como a especificidade e a totalidade, não há outra relação entre os termos de sua análise, não há descoberta dos termos da contradição, somente a crítica da dominação de classes, enquanto dominação de um sistema pelo outro, parece se repor segundo seu argumento. Reconhecemos o esforço de Santos ao elaborar a teoria dos dois circuitos no sentido de procurar superar uma visão fragmentada dos momentos de circulação, distribuição, produção e consumo do capital. Entretanto, pensamos que sua análise, na forma de circuito, autonomiza justamente os momentos do capital que detém uma identidade negativa, uma relação de necessidade lógica crítica simultânea. Segundo Marx,

¹⁰⁹ “Quanto ao consumo, os velhos laços da América Latina com a Europa facilitaram a aceitação de modelos ocidentais desde a sua primeira grande vaga de difusão entre o fim do século XIX e começo do século XX. Era então um consumo nobre, restrito a parcelas limitadas da população vivendo nas cidades. Só recentemente, com a segunda vaga de difusão, propiciada pelas novas condições de difusão da inovação, é que os modelos ocidentais puderam espalhar-se mais facilmente”. (Santos, 2008, p.58).

Não só a produção é imediatamente consumo e o consumo, imediatamente produção; nem tampouco a produção é apenas meio para o consumo e o consumo, finalidade para a produção, *i. e.*, cada qual fornece ao outro o seu objeto: a produção, o objeto externo do consumo, o consumo, o objeto representado da produção; cada um deles não apenas é imediatamente o outro, nem tampouco apenas o medeia, mas cada qual cria o outro à medida que se realiza. O consumo só termina o ato da produção na medida em que realiza o produto como produto, o dissolve, consome a sua forma de coisa autônoma; na medida em que eleva à destreza, pela necessidade da repetição, a disposição desenvolvida no primeiro ato de produção; o consumo, portanto, não é apenas um ato conclusivo pelo qual o produtor devém produto, mas também o ato mediante o qual o produtor devém produtor. Por outro lado, a produção produz o consumo na medida em que cria o modo determinado do consumo e, depois, o estímulo ao consumo, a própria capacidade de consumo como necessidade. Esta última identidade (...) é muitas vezes ilustrada na Economia na relação entre oferta e demanda, entre objetos e necessidades, entre necessidades socialmente criadas e naturais. (MARX, 2011, p. 48)

Nesse sentido entendemos que separar produção de consumo significa retirar o caráter de co-determinação interna entre esses termos. Ao pensá-los separadamente diante do processo de modernização do país, entendemos que Santos localiza o consumo como finalidade que aparece fora da economia, como objeto de uso, apropriação, e promessa no âmbito do vivido. Todavia diferencia o consumo consumptivo, o qual corresponderia ao consumo que descrevemos, do produtivo, que ocorreria nas áreas rurais:

[...] o consumo no Brasil é ampliado. A gama de artigos de consumo aumenta enormemente. A expansão do consumo da saúde, da educação, do lazer, é paralela à do consumo das batedeiras elétricas, televisores, e de tantos outros objetos; do consumo das viagens, das idéias, das informações, do consumo das esperanças, tudo isso buscando uma resposta concentrada que leva à ampliação do fenômeno da urbanização, sobretudo, porque ao lado do consumo consumptivo, que se esgota com ele próprio, criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo. Quer dizer, ao consumo consumptivo que se ampliou, corresponde, também, uma ampliação do consumo produtivo, através dessa incorporação de ciência, técnica e informação ao território rural. A conjunção desse consumo consumptivo e produtivo amplia a escala de urbanização. (SANTOS, 2008, p. 125-126).

Nessa passagem podemos perceber a relação que Santos estabelece entre a expansão do consumo no país e a urbanização enquanto fenômeno. Sobre a noção de consumo produtivo, podemos perceber certa fisiocracia no pensamento do autor ao afirmar que este consumo se daria no campo, no “mundo agrícola”, sem mencionar o consumo produtivo da indústria, enquanto a forma da unidade produtiva capitalista.

No entanto, gostaríamos de chamar a atenção para o caráter determinante da produção, enquanto condicionante das formas do capital como modo de produção, em que a distribuição, como momento determinado, aparenta se constituir como esfera autônoma que se interpõe entre a produção e o consumo:

A articulação da distribuição está totalmente determinada pela articulação da produção. A própria distribuição é um produto da produção, não só no que concerne ao seu objeto, já que somente os resultados da produção podem ser distribuídos, mas também no que concerne à forma, já que o modo determinado de participação na produção determina as formas particulares da distribuição, a forma de participação na distribuição. (MARX, 2011, p. 50)

Em vista disso, entendemos que pensar a distribuição ou o momento da circulação do capital como determinante no processo de modernização periférica seria incorrer em outro fetichismo de circulação na análise. Assim, os diferentes momentos do capital, enquanto processo de valorização do valor, constituem, para Marx, a totalidade negativa do capital como unidade internamente diferenciada. O autor insiste na noção de que cada momento do capital é também um momento de sua produção:

O resultado a que chegamos não é que produção, distribuição, troca e consumo são idênticos, mas que todos eles são membros de uma totalidade, diferenças dentro de uma unidade. A produção estende-se tanto para além de si mesma na determinação antitética da produção, como sobrepõe-se sobre outros momentos. É a partir dela que o processo sempre recomeça. É auto-evidente que a troca e o consumo não podem ser predominantes. Da mesma forma que a distribuição como distribuição dos produtos. No entanto, como distribuição dos agentes de produção, ela própria é um momento da produção. Uma produção determinada, portanto, determina um consumo, uma troca e uma distribuição determinados, bem como *relações*

determinadas desses diferentes momentos entre si. (MARX, 2011, p. 53)

Retornando à crítica à teoria dos dois circuitos, podemos observar como a constituição dessa teoria é orientada pela noção da necessidade de consumo das diferentes classes sociais ou de renda consideradas. Essa análise então irá afirmar a existência de dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos *em função* da distinção do consumo e das possibilidades de acesso às mercadorias e bens modernos. Dessa maneira, da mesma forma em que o circuito superior se referiria a processos mais modernos de produção e distribuição, o circuito inferior surgiria para atender, principalmente nas grandes cidades, as necessidades da população mais pobre ou que ainda não dispõe de acesso a esses bens:

A presença de uma massa populacional com salários muito baixos, dependendo de trabalho ocasional para viver, ao lado de uma minoria com altos salários, cria na sociedade urbana uma distinção entre os que têm permanente acesso aos bens e serviços oferecidos e os que, mesmo apresentando necessidades similares, não podem satisfazê-las. Isto cria ao mesmo tempo diferenças qualitativas e quantitativas de consumo. Estas diferenças são, ambas, causa e efeito da existência, isto é, da criação ou manutenção, nestas cidades, de dois sistemas de fluxo que afetam a fabricação, a distribuição e o consumo de bens e serviços. (SANTOS, 2008, p. 95).

Além da diferenciação das formas de consumo na cidade, condicionada pela variação dos salários, segundo esta teoria, o que fundamenta a diferenciação de um circuito para o outro é o “grau de organização do capital” presente em cada um deles. Analogamente, podemos pensar que a noção de “organização do espaço” do autor foi utilizada para analisar o que chamou de economia espacial urbana, a partir da noção de circuitos da economia, em que o grau de “organização do capital” como determinante para a diferença e identidade entre os dois circuitos poderia resultar num apagamento, na teoria espacial, da produção como determinante do processo de modernização capitalista.

O circuito inferior aparece então como aquele que contempla e oferece a possibilidade de reprodução econômica aos mais pobres, bem como o

atendimento de suas necessidades socialmente produzidas. Para além do cunho dualista e hierárquico das noções de superior e inferior, percebe-se assim como essa concepção atribui um sentido externo à pobreza, às “relações de trocas”, e ao “consumo popular” que são postos como contingenciais, como externalidades, produto indireto dos interesses hegemônicos, para num segundo momento serem percebidos como atraentes pelo circuito superior e pela economia globalizada¹¹⁰.

Esta massa de pobres que a capital abriga, assim como uma classe média de funcionários públicos, de pessoal administrativo das empresas privadas e de pequenos empresários de reduzidas rendas, explica o dinamismo do circuito inferior paralelamente à expressão do circuito superior. O papel essencial do circuito inferior é o de permitir que as classes menos favorecidas tenham acesso, por formas específicas de comercialização, aos produtos fabricados no circuito superior, bem como o de produzir, ele mesmo, os bens de tipo moderno ou tradicional que comercializa através de seu aparelho próprio. (SANTOS, 2003, p. 92)

Pensamos que a relação de simultaneidade crítica do processo social é aí apagada para dar sentido a um movimento histórico que se aproxima de uma abstração físico-material. A idéia de superior e inferior fetichiza a forma de desenvolvimento, onde o que é lido como superior além de representar o estágio e o modelo a ser impossivelmente alcançado pelo inferior, para esta teoria, representa a forma da dominação econômica do local, do inferior pelo superior, estrangeiro. Assim, formas de reprodução que não passariam imediatamente pelo dinheiro e pelas relações de valorização do valor, mas por este enquanto tempo social médio, foram totalitariamente classificadas sob a insígnia opaca do circuito inferior, linguagem da teoria moderna, funcionalizada e estrutural. Nesse sentido, o circuito inferior aparece como sinônimo de pobreza (SANTOS, 1978). Porém temos que reconhecer que a determinação do consumo – enquanto satisfação de necessidades – na teoria dos dois circuitos, de forma alguma foi resultado de uma não discussão da produção por parte de seu idealizador. Antes, a produção e o capitalismo como modo de

¹¹⁰ Conforme tratamos no primeiro capítulo, as pesquisas atuais que retomam a teoria dos dois circuitos para entender a expansão do crédito no país afirmam que as finanças, enquanto variável da modernização, atuam no circuito inferior no sentido de drenar dinheiro para o circuito superior, uma vez que as grandes empresas parecem ter descoberto um grande mercado consumidor na exploração das reduzidas rendas dos mais pobres.

produção se apresentaram ao debate acerca da constituição da teoria espacial de Santos.

2.2.3 – O Espaço como Segunda Natureza

Podemos compreender, a partir das discussões de Santos sobre método na geografia na década de 1970, que este autor se inseriu num debate categorial considerando a categoria marxista de *Formação Econômica e Social* (FES) como central para suas reflexões sobre espaço, totalidade e produção. (SANTOS, 2008, p.22) ¹¹¹. É partir dessa categoria que Santos desenvolve na geografia a noção de *Formação Sócio-Espacial*. Para esse autor a geografia até então teria dado demasiada atenção à forma das coisas em detrimento de sua formação. Acreditava que partir “das coisas já cristalizadas” consistia em partir de uma “imagem invertida que impede a apreensão da realidade se não se faz intervir a História”. (SANTOS, 2008, p.23). Assim sendo, afirmava a importância dessa categoria para a geografia:

Daí a categoria Formação Econômica e Social (FES) parecer-nos a mais adequada para auxiliar a formação de uma teoria válida do espaço. Esta categoria diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação com as forças externas de onde mais frequentemente lhes provém o impulso. A própria base da explicação é a produção, isto é, o trabalho do homem para transformar, segundo leis historicamente determinadas, o espaço com o qual o grupo se confronta. Deveríamos até perguntar se é possível falar da Formação Econômica e Social sem incluir a categoria do espaço. Trata-se, de fato, de uma categoria de Formação Econômica, Social e Espacial mais do que de uma simples Formação Econômica e Social, tal qual foi interpretada até hoje. Aceitá-la sem levar em conta o espaço levaria a aceitar o erro da interpretação dualista das relações Homem-Natureza. Natureza e Espaço são sinônimos, desde que se considere a Natureza como a natureza transformada, uma Segunda Natureza, como Marx a chamou. (SANTOS, 2008, p.22).

¹¹¹ É possível encontrar esse debate no livro “Da Totalidade ao Lugar” (SANTOS, 2008), assim como em outros artigos presentes na obra “Economia Espacial” (SANTOS, 2003) e ainda no artigo “Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento” (SANTOS, Milton. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. p. 81 - 96. In: Reflexões sobre a Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB – Seção São Paulo. 1980.).

A produção é considerada a base da análise e corresponderia ao trabalho historicamente determinado do homem na transformação do espaço. Podemos perceber que o autor parece pensar o caráter abrangente da produção, sem no entanto relacioná-lo à produção de mercadorias ou de valor. A consideração do espaço como categoria fundamental, bem como a “formação de uma teoria válida do espaço” pressupõe, para Santos, como podemos observar na passagem acima, o espaço como sinônimo de natureza, mas da segunda natureza tal qual escreveu Marx. Essa noção nos apontaria para o sentido do espaço como fetichismo, segundo a própria leitura de Santos, na perspectiva do desdobramento do fetiche da mercadoria para o fetiche do capital? Justamente o caráter fetichista da Segunda Natureza, como bem apontou Marx (1988, v.I, t. I), parece ser completamente esquecido da análise.

Nota-se a importância que a produção assumia nesse momento para os questionamentos acerca do espaço e da formação das estruturas sociais na geografia. Entretanto, percebemos a dificuldade que a análise sistêmica-estrutural impõe para se pensar dialeticamente a realidade a partir de produção e consumo, capital e trabalho. O espaço se torna ontológico, e a Segunda Natureza, nessa discussão proposta pelo autor, aparece unicamente como materialidade, como meio construído em que a pergunta da teoria espacial nascente volta-se para o papel que esta natureza, enquanto espaço, enquanto “inércia dinâmica”, exerce na reprodução da sociedade. (SANTOS, 2008, p.34)

Segundo Kurz, retomando a obra de Marx, o processo de emancipação dos indivíduos dos desígnios imediatos daquilo que se apresenta para nós como natureza (como “primeira natureza”) vai estabelecer a constituição da sociedade fundamentada em leis que são ao mesmo tempo sociais, objetivas e por isso cegas, onde os indivíduos não sabem como produzem e como se efetivam, atribuindo um caráter natural a elas. Esse processo põe as leis da produção capitalista fetichistamente como leis eternas e naturais. Assim sendo, elas se apresentam como inquestionáveis, da natureza, constituindo uma naturalização daquilo que foi histórico e socialmente produzido. Isto é o que Marx chama de segunda natureza, o aprisionamento dos indivíduos a leis sociais cegas e naturalizadas. (KURZ, 1993b).

[...] à medida que as forças produtivas, mediante a industrialização e penetração das ciências, rompem a coacção e a prisão da "primeira natureza", passam a ser presas numa coacção social secundária, inconscientemente produzida. A forma de reprodução social da mercadoria torna-se uma "segunda natureza", cuja necessidade apresenta-se aos indivíduos igualmente insensível e exigente como a da "primeira natureza", apesar de sua origem puramente social. (KURZ, 1993b, sem paginação)

Dessa forma, torna-se próprio ao fetiche a necessidade de distinguir a natureza como fora de nós. Isso põe a necessidade de discutir certa fisiocracia do pensamento nos debruçando sobre os sentidos das chamadas abstrações reais (KURZ, 2002), ou, segundo Lefebvre, abstrações concretas (LEFEBVRE, 1969) próprias á sociedade moderna. Para Kurz essas abstrações reais corresponderiam às categorias do capital, tais como dinheiro e mercadoria. Já para Lefebvre, além dessas categorias, o próprio espaço constitui-se como uma abstração concreta. De que forma Santos considera o espaço como abstração, ou a abstração do espaço, enquanto momento crítico da reprodução capitalista?

Percebemos na teoria dos dois circuitos como a leitura dos processos sociais fundamentados nas leis da segunda natureza se faz por meio de noções e conceitos advindos das ciências físicas e da natureza em que seus princípios são aferíveis, constituindo uma estrutura circular de pensamento que se limita aos próprios fenômenos enquanto pressupostos de verdade. Enquanto aferíveis, são inquestionáveis. A verdade coincide com a noção de exatidão. Tão mais exato, mais perfeito o ser.

A noção de verdade nas ciências da natureza comporta uma noção de absolutidade do pensamento em relação à coisa pensada, conformando assim um pensamento fechado em si, culminando num processo social em que sociedade e ciência se preocupam em reafirmar-se o tempo todo através da reafirmação de seus enunciados. Entendemos que o pensamento constitui um momento da forma de ser do objeto, mas não é a sua totalidade. A consciência material, a materialidade, se apresenta como forma de consciência inconsciente para determinar a reprodução da sociabilidade dada pelo capital. Ao refletir sobre a relação entre sociedade e espaço, onde os dois termos se afirmam independentes um do outro, a teoria espacial se afasta da dialética,

aproximando, dessa forma, a análise do positivismo próprio às ciências da natureza. Assim sendo, a sociabilidade sem sentido da modernidade, não dá passagem à alteridade, o que constitui uma tautologia real. A teorização do processo social sob a perspectiva das ciências da natureza, segundo Kurz,

Falha nesse caso completamente a analogia à experiência das ciências naturais, cuja veracidade é confirmada pela repetibilidade ilimitada. As "leis" da "segunda natureza", economias de fetiche, cujo caráter de processos tem outra dimensão que a história natural, são essencialmente diferentes. Pois nesse caso estão mudando os fundamentos no decorrer do processo e chegam por fim a suprimir-se a si mesmos. A ilusão referente ao sujeito, que domina o pensamento iluminista, ao contrário, equipara de forma irrefletida a "primeira" e a "segunda natureza". Mas dentro da socialização na forma-mercadoria não existe nenhum modelo certo a ser verificado por experiências empíricas, pois a própria estrutura, em oposição à "primeira natureza", está sujeita ao processo histórico, não podendo ser restringida a seguir suas leis internas. (KURZ, 1993, p. 163)

. Nesse sentido, compreendemos que as abstrações mantêm-se como elos de ligação entre os indivíduos na modernidade e sob o colapso da modernização, mas elas têm uma dimensão que se torna mais complexa na medida em que, ao mesmo tempo que são a mediação e o fim, como valorização do valor enquanto tautologia própria ao sistema produtor de mercadorias, esse sentido se destitui categorialmente no processo histórico. Assim, compreendemos que a sociedade contemporânea se constitui numa irracionalidade. A realidade contemporânea não se efetiva pela dimensão somente concreta, não efetiva uma coerência sistêmica. A discussão sistêmica sobre a *Formação Econômica e Social* leva Santos a pensar a forma e o conteúdo associadamente, o que inevitavelmente conduz sua análise filosófica à relação moderna entre concreto e abstrato. Dessa maneira, o autor chega a uma conclusão surpreendente para nossa crítica, do ponto de vista da perspectiva do espaço enquanto forma material e social e de sua relação com a estrutura e com a história:

As modificações do papel das formas-conteúdo – ou simplesmente da função cedida à forma pelo conteúdo – são subordinadas, e até determinadas, pelo modo de produção tal como ele se realiza na e pela formação social. Assim, o

movimento do espaço suprime de maneira prática, e não somente filosófica, toda possibilidade de oposição entre História e estrutura. As defasagens da evolução das variáveis particulares opõe-se a simultaneidade de seu funcionamento no interior de um movimento global, que é o da sociedade. Daí a unidade dos processos sincrônicos e diacrônicos (SANTOS, 1974 apud. Santos, 2008, p.31).

Assim pensamos que a noção do autor de supressão das oposições ou ainda das contradições entre estrutura e história posta pelo espaço, poderia estar relacionada ao caráter fetichista moderno da passagem da forma para a forma, entretanto não estamos querendo dizer com isso que a forma seja estritamente a forma material ou ainda espacial nos termos do autor. Estamos falando da forma mercadoria e das outras formas do capital, as abstrações reais ou concretas, em que a sua materialidade, enquanto valores-de-uso, dotados de funcionalidade, esconde, não revela sua forma abstrata, o valor, enquanto momento tautológico do movimento crítico de reprodução ampliada do capital. No entanto, em nenhum momento o autor critica essa característica de “supressão das oposições” que atribui ao espaço, pelo contrário.

Dessa maneira, argumentamos que a reprodução da sociedade moderna produtora de mercadorias confere a passagem da forma para forma, fetichistas, em que a contradição do capital enquanto modo de produção vai sendo constantemente apagada justamente por seu caráter material objetivado, reificado. A perspectiva físico material traçada pela leitura espacial do modo-de-produção e da *Formação Econômica Social* implica relegar a lógica contraditória da reprodução histórica do modo de produção capitalista à análise de variáveis físicas, articuladas pela funcionalidade de uma visão sistêmica-estrutural que trata dos sentidos do processo de modernização a partir das noções de “forças” e “vetores”. Pensamos que na oposição entre estrutura e história para o autor, a análise do espaço mata a história, a estrutura a engole, em outras palavras, a fetichiza como processo positivo das categorias consideradas. Entretanto, ao se aprofundar nessas reflexões, Santos não pode deixar de considerar o sentido da produção capitalista, mesmo considerando esta somente enquanto produção industrial, como um processo de “concentração acumulativa”. Ao mesmo tempo, não se detém profundamente

nesse aspecto, seu olhar se volta para a “distorção do consumo” e para o consumo enquanto vetor do capitalismo.

A produção, sobretudo a produção industrial, não corresponde às necessidades nacionais e está sujeita a uma concentração acumulativa; ao mesmo tempo, distorce-se também o consumo, que passa a ser utilizado como o melhor vetor do capitalismo internacional para a ocupação do território nacional. (SANTOS, 2008, p.47).

Nesse sentido, é possível considerar que a concepção do espaço enquanto conciliação de estrutura e história, pensada por Santos, deixa de considerar as rupturas e a negatividade do processo social, considerando-os como simples erros, distorções ou ainda luta por interesses, sobretudo políticos, internos *versus* externos. Os processos sociais como contradição movente, se negam o tempo todo e o momento negativo dessa contradição frequentemente é lido teoricamente como externalidade, questão que precisa ser consciente e cientificamente gerida pelo Estado nacional, segundo o autor.

A perspectiva espacial anunciada por essa teoria busca compreender o território como território usado, em que o circuito inferior se afirma, agora mais do que nunca, como abrigo de trabalho para a população mais pobre através de relações de “complementaridade e concorrência” que vão conformando o “espaço banal”, o “espaço de todos” (MONTENEGRO, 2006, p. 50). Essa visão parece um tanto conciliadora quanto aos termos da reprodução do processo de modernização, onde a crise toma feições positivas e a determinação crítica, como imposição do trabalho abstrato, como tempo social médio, no limite como “coação muda” (MARX, 1988) é totalmente resolvido no esquema sistêmico. O caráter social da divisão do trabalho é aí apagado dando lugar a simples “divisão do trabalho”, ou ainda como “divisão territorial do trabalho” em que o social como tempo médio de trabalho é subsumido. Ao que parece, esse caráter social, sob a preocupação com a espacialização da teoria, é lido apenas como uma hierarquização de lugares postas pelos “atores hegemônicos”, apoiados em recursos técnicos e políticos (MONTENEGRO, 2006, p. 51,52).

A dominação fetichista da coisa mercadoria e do dinheiro é simplesmente conformada no todo funcionalizado, ganhando apenas ares de

crítica moral, sobretudo ao consumo, reiterando dessa forma o dualismo entre externo *versus* interno quando se pensa a questão da produção. A simultaneidade posta pelo fetichismo, entre valor de uso e valor, toma, na teoria espacial, a forma de aspectos ideológicos, como dado político, apartado das próprias coisas enquanto mercadorias:

Quando se fala de modo de produção, não se trata simplesmente de relações sociais que tomam uma forma material, mas também de aspectos imateriais, como o dado político ou ideológico. Todos eles têm uma influência determinante nas localizações e tornam-se assim um fator de produção, uma força produtiva, com os mesmos direitos que qualquer outro fator. (SANTOS, 2008, p.32).

Podemos nos questionar sobre a possibilidade de uma noção de alienação subjacente à teoria espacial? Interessante perceber como esse é um dos únicos momentos das reflexões teóricas de Santos sobre o espaço em que a noção de força produtiva aparece. Aparece atrelada a “aspectos imateriais” entendidos como “dado político ou ideológico”, todavia apartada da noção de técnica, tão cara ao autor. Assim, podemos pensar que Santos nesse momento estava na chave de questionamento acerca da relação entre a materialidade e imaterialidade do que considera como espaço, bem como a consideração de sua influência sobre os processos sociais, sem com isso conseguir chegar à relação contraditória entre concreto e abstrato posta pela forma mercadoria e pelo processo crítico de modernização periférica. Portanto, podemos pensar, diante do exposto, que o espaço, posto enquanto problemática do conhecimento para Santos e para aqueles que deram continuidade a sua teoria, vai ser considerado como fundamento teórico para se analisar a conformação do modo de produção capitalista partindo do próprio automatismo conferido pela forma social aos sujeitos, naturalizando, enquanto lógica sistêmica, o processo que passa “a suas costas” (MARX, 1988), inclusive à forma teórica.

[...] o espaço impõe a cada coisa um conjunto particular de relações porque cada coisa ocupa um dado espaço. Repetimos, com Sartre (1963): “Se o *prático-inerte* rouba minha ação [...] ele impõe frequentemente uma contrafinalidade”. Quando se trata do espaço humano, a questão não é mais de *prático-inerte*, mas de inércia dinâmica. A representação é também ação e as formas

tangíveis participam do processo enquanto atrizes [...]. (SANTOS, 2008, p.34).

Segundo essa perspectiva, as “formas tangíveis” corresponderiam a uma “acumulação de tempos” (SANTOS, 2008, p.63), em que o pleno conhecimento é considerado possível por meio da ciência do espaço porque a forma, enquanto forma geográfica, espacializada, corresponderia, para a teoria espacial, à objetivação do tempo enquanto sucessão. Sobre a relação entre tempo e espaço:

Tempo e espaço conhecem um movimento que é, ao mesmo tempo, contínuo, descontínuo e irreversível. Tomado isoladamente, tempo é sucessão, enquanto o espaço é acumulação, justamente uma acumulação de tempos. (SANTOS, 2008, p.63).

No contexto dessa análise, os considerados “fluxos”, materiais e imateriais, ganham grande importância, devido principalmente à intencionalidade mercantil que Santos afirma que os objetos, enquanto formas, assumem. Assim Santos define o que entende por espaço:

Consideramo-lo como algo dinâmico e unitário, onde se reúnem materialidade e ação humana, o espaço seria o conjunto indissociável de sistema de objetos, naturais ou fabricados, e de sistemas de ações, deliberadas ou não. A cada época, novos objetos e novas ações vêm juntar-se às outras, modificando o todo, tanto formal quanto substancialmente. (SANTOS, 2008, p. 146)

De lógica metafísica, a mercadoria entendida como objeto, parece não ser produzida já como esse duplo, que envolve abstração e concretude, mas apenas assumir uma intencionalidade externa, dada pelo modo de produção, que acaba por promover a “tendência a fluxos mais numerosos e qualitativamente diferentes” (SANTOS, 2008, p. 122). Pensamos que considerar a materialidade do espaço descolada de seu caráter social fetichista de mercadoria conduz Santos a relativizar a produção e a determinação da forma da indústria, ou da industrialização, na constituição das cidades e das metrópoles. Dessa maneira o autor também relativiza a concorrência nos processos de conformação do que chamou de circuitos espaciais da produção:

É difícil, pois, continuar afirmando que, no Brasil, o espaço é estruturado a partir da indústria. O território passa a ser comandado a partir da capacidade de informação e são os fluxos de informação que são estruturadores do espaço, superpondo aquilo que, à maneira de Marx, chamo de círculos de cooperação dos circuitos espaciais da produção. Os circuitos espaciais da produção criam movimento de matéria e os circuitos de cooperação criam fluxos de informação, que são os novos estruturadores do espaço. (SANTOS, 2008, p. 128).

O fenômeno entendido como “desconcentração industrial”, “desmanche”, ou ainda “dissolução da metrópole” (SANTOS, 2008, p. 131), marcado pela saída e encerramento de algumas indústrias da principal metrópole brasileira, São Paulo, principalmente nas décadas de 1980 e 1990, pode ser um dos motivos, podemos pensar, que faz com que as análises sobre o espaço passem a desconsiderar as determinações da produção e de sua contradição nos processos sociais¹¹². Assim, a organização, a logística, a estruturação da circulação aparecem nas análises como determinação dos fluxos informacionais, autonomizados na “organização do espaço”.

A metrópole informacional assenta sobre a metrópole industrial, mas já não é a mesma metrópole. Prova de que sua força não depende da indústria é que aumenta seu poder organizador ao mesmo tempo em que se nota uma desconcentração da atividade fabril. (SANTOS, 2008, p. 132).

Considerando essa análise, é possível argumentar que Santos tinha em vista as transformações da forma capitalista de produção e reprodução, reconhecendo em certa medida, a crise qualitativamente nova posta, segundo Kurz, pela chamada terceira revolução industrial a qual estabelece o colapso da modernização como impossibilidade do capital continuar se reproduzindo sob seus próprios termos. Todavia o desenvolvimento da microeletrônica e da cibernética, enquanto formas de comunicação e informação, não são vistas em seu caráter de força produtiva que acentuam a crise de reprodução do capital

¹¹² Entendemos a falência e encerramento de grande parte das empresas e indústrias nacionais no período considerado como a impossibilidade de reprodução produtiva das mesmas diante dos níveis de produtividade e concorrência postos mundialmente que estabeleceram, entre outros processos, o colapso da modernização como crise das dívidas dos países de Terceiro Mundo na década de 1980, taxas de inflação galopante seguida de processos de destruição e centralização do capital (KURZ, 1993).

necessariamente como economia de trabalho vivo no processo produtivo, o que distancia a análise da teoria espacial em relação à contradição histórica posta pela valorização do valor. Santos reconhece a crise, entretanto a coloca como período, como momento histórico posterior a década de 1970 (passagem da década de 1980 para 1990) e esta parece ser “ajustada” no plano de uma “solidariedade” “administrada” em nível mundial:

Algumas idéias de base parecem, desde logo, importantes. A primeira é a questão da crise, da crise não apenas como transição entre períodos, mas da crise como período. Durante a história dos países subdesenvolvidos, dentro do sistema capitalista, esta é talvez a primeira ocasião na qual estamos diante do momento de crise e que também se caracteriza como um período, na medida em que as variáveis que definem essa crise são também as variáveis que chegam para ficar, dando um novo caráter às realidades que nos cercam. [...] Um outro dado a sublinhar é o fato de que, agora, mais que em qualquer outro momento da história da humanidade, graças à mundialização capitalista, há uma solidariedade das mutações em plano mundial; e essa solidariedade é, em grande parte, administrada. A administração da solidariedade, seja como colaboração entre países e firmas ou como nova forma de dependência, é um dado fundamental no entendimento do que se passa, sobretudo nos países subdesenvolvidos. (SANTOS, 2008, p. 120).

A questão da dependência e da dominação assume, com a noção de período, o caráter de dominação entre os espaços, de um território sobre o outro, no limite, de um sistema sobre os “subsistemas”¹¹³, sobretudo entre cidades (sendo a metrópole de São Paulo representada como o “topo” da hierarquia urbana nacional), em que, em nenhum momento da análise a questão da propriedade privada é tensionada, e muito menos o dinheiro como elo social. Não se discute sobre a dominação da coisa mercadoria, do dinheiro sobre os homens, que tendem a tornar, cada vez mais, prescindível o trabalho

¹¹³ “Cada período é caracterizado pela existência de um conjunto coerente de elementos de ordem econômica, social, política e moral, que constituem um verdadeiro sistema. Cada um desses períodos representa uma *modernização*, isto é, a generalização de uma *inovação* vinda de um período anterior ou da fase imediatamente precedente. Em cada período histórico assim definido, as regiões ‘polarizadoras’ ou centros de dispersão do poder estruturante dispõem de energias potenciais diferentes e de diferentes capacidades de transformá-las em movimento. A cada modernização, o sistema tende a desdobrar sua nova energia para os subsistemas subordinados. Isso representa uma pressão para que, nos subsistemas atingidos, haja também modernização. No sistema “dominado”, aqui chamado subsistema, as possibilidades de inovação estão abertas, assim, às mesmas variáveis que foram objeto de modernização no sistema dominante.” (SANTOS, 2004, grifo do autor, p. 31)

humano para se reproduzir produtivamente enquanto capital, mas que, ao mesmo tempo, não permite outra forma de socialização que não passe pelo trabalho, enquanto forma imposta pela sua negatividade, pela forma dinheiro. Segundo Santos, estaríamos vivendo o quarto momento “do ponto de vista do papel e significação das metrópoles” (SANTOS, 2008, p. 131):

[...] o quarto momento, o atual, conhece um ajustamento à crise desse mercado único, mas segmentado; único e diferenciado, um mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras que comandam o território com o apoio do Estado. Não é demais lembrar que mercado e espaço, mercado e território, são sinônimos. Um não se entende sem o outro. (SANTOS, 2008, p. 131).

Assim, segundo o próprio autor, a metrópole corresponderia a uma simultaneidade, em que o lugar seria “funcional à sociedade como um todo” e cada lugar seria funcionalmente central (SANTOS, 2008, p. 131). Em vista disso, podemos pensar como a crise, do ponto de vista da constituição de uma teoria espacial urbana, específica aos países subdesenvolvidos, é vista logo como ajustamento na metrópole, sendo suas determinações negativas apagadas na coerência sistêmica da rede urbana, sobretudo com a noção de “solidariedade” e “cooperação” que aparecem como categorias desvinculadas da produção de valor. Em vista disso, o mercado como sinônimo de espaço, de território, retira o caráter contraditório da produção e reprodução do sistema patriarcal produtor de mercadorias. O espaço das metrópoles considerado enquanto simultaneidade e instantaneidade por Santos (2008, p. 131, 132) impõem uma nova relação entre espaço e tempo, que o autor entende da seguinte forma:

A simultaneidade entre os lugares não é mais apenas a do tempo físico, tempo do relógio, mas do tempo social, dos momentos da vida social. Mas o tempo que está em todos os lugares é o tempo das metrópoles, que transmitem a todo o território o tempo do Estado e o tempo das multinacionais e das grandes empresas. Em cada outro ponto, nodal ou não, da rede urbana ou do espaço, temos tempos subalternos e diferenciados, marcados por dominâncias específicas. (Santos, 2008, p. 132).

Dessa maneira entendemos que Santos percebe a relativização do tempo em relação a sua abstração sucessiva, e considera o tempo social, em certo sentido, como o tempo da produção aproximando suas formulações do que seria um “tempo social médio” (MARX, 1988). A caracterização do momento atual enquanto globalização permite o autor aproximar a sua concepção de tempo enquanto simultaneidade, instantaneidade. Entretanto, Santos não faz a crítica desse caráter simultâneo da atualidade, embora realize uma crítica a esse processo como “globalização perversa”. (SANTOS, 2008, p. 146) Todavia apesar de estabelecer identidades entre mercado e espaço, mercado e território, não estabelece a identidade contraditória entre produção e consumo na reprodução do capital, em que produção é também a produção do consumo, tal como discutimos no item anterior. Diante do exposto, Santos busca uma explicação, uma conformação, na teoria espacial, sobretudo urbana, que dê conta da interpretação e leitura da totalidade, posta principalmente enquanto totalidade nacional. Os aspectos de seletividade, hierarquização, difusão, ganham importância em suas análises e passam a ser repetidas, reproduzidas *ipsis litteris* pelas leituras atuais da teoria dos dois circuitos. Grande parte das pesquisas e análises teóricas atuais sobre os dois circuitos admitem variáveis centrais que constituem o período atual: a técnica, a informação, o consumo, a publicidade e as finanças. (MONTENEGRO, 2006, p. 07). Podemos perceber, de acordo com essa idéia, que o âmbito da produção foi praticamente subsumido das pesquisas atuais, diferentemente de quando essa teoria foi elaborada, onde a pequena produção poderia ser um fenômeno visível e próximo a realidade de então:

A existência, ao lado do circuito moderno, de um circuito econômico não moderno, que compreende a pequena produção manufatureira frequentemente artesanal, o pequeno comércio de uma multiplicidade de serviços de toda espécie (SANTOS, 1979, 2004b, p. 197)

O que se constitui como “pequena produção manufatureira” nos dias atuais? Pensamos que não é a toa que o âmbito da produção desapareceu nas análises atuais sobre os dois circuitos. O que significa dizer hoje “produção não moderna” de mercadorias, principalmente no contexto da cidade de São Paulo? E mais, fazendo o exercício de pensar o “nível de organização do capital” o que

significa considerar e analisar a presença das máquinas de crédito e débito, isto é, o desenvolvimento das forças produtivas no âmbito da circulação do dinheiro, presentes hoje na grande maioria dos pequenos comércios e estabelecimentos da cidade de São Paulo?

As pesquisas atuais se debruçam sobre o fenômeno entendido como *financeirização*, onde a informação, a publicidade e a técnica, apartada de seu caráter de força produtiva, vêm ganhando força como momentos explicativos positivos, o que aproxima essas análises de uma economia política “espacial” distributivista, que volta seu olhar para a circulação, naturalizando a contradição posta pela produção capitalista enquanto momento sistêmico.

Na própria concepção de sistema urbano, específico aos países de Terceiro Mundo, segundo a teoria espacial, haveria cidades, como as cidades locais, que seriam frutos do aumento do consumo e necessidades sociais e da população¹¹⁴ enquanto que as metrópoles seriam o “resultado dos novos modelos de produção.” (SANTOS, 2008, p.88-89). Mais uma demonstração dos resultados de uma análise que separa espacialmente a produção do consumo, colocando acento na determinação do último em detrimento das relações de produção.

Não obstante, Santos aponta a possibilidade de “curto-circuito”: este se estabeleceria num sentido espacial, do ponto de vista da rede urbana, em que cidades e aglomerações médias e intermediárias seriam transpostas em favor das metrópoles, para satisfazer as necessidades dos indivíduos de cidades menores, das consideradas “cidades locais”:

Como o país avança em direção à sua industrialização ou ao aperfeiçoamento de seu sistema de comunicação interno, ocorre um verdadeiro fenômeno de “curto-circuito”. Algumas aglomerações de nível inferior não necessitam mais transpor as cidades que estão num nível imediatamente superior, mas recorrem diretamente às cidades mais importantes. Evidentemente, custos de transporte, o tempo requisitado e o modelo de distribuição espacial do equipamento público e social

¹¹⁴ “Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (Santos, 2008, p.88); “Estas (as cidades locais) não dependem mais, como no período anterior, das condições de produção, mas acham-se preferencialmente ligadas ao consumo que se torna generalizado para um sem-número de produtos”. (SANTOS, 2008, p.91)

têm uma importante relação com a escolha do consumidor. (SANTOS, 2008, p. 112).

Essa noção explicaria, por exemplo, porque as pessoas, como as mulheres que consideramos em nossa pesquisa, ao saírem de suas cidades, que são bem pequenas do interior do nordeste brasileiro, migraram para a metrópole paulistana ao invés de ir para cidades médias mais próximas ou ainda para metrópoles locais.

Embora essa análise apresente um ajuste empírico ao teorizar sobre o processo de modernização, gostaríamos de chamar a atenção para a questão de que a consideração de um circuito inferior, atualmente retomado como recurso teórico pelas pesquisas em geografia no país, na tentativa de entendimento do processo de expansão do crédito institucional entre uma população até então não contemplada com tal recurso, ensejaria uma contradição da qual quiçá nem seus próprios autores tem em conta: ao mesmo tempo que o circuito inferior se constituiria como “abrigo e fornecedor de renda” para a população mais pobre, se estabeleceria como fator estrutural de “perpetuador da pobreza”, ou seja, “abrigo” e mantendo as condições de “baixa renda” para essa população. Assim o circuito inferior seria responsável por fornecer renda aos mais pobres e ao mesmo tempo em retirar-lhes, na medida em que é explorado pelo circuito superior, por meio da incursão das consideradas variáveis da modernização nas realidades locais: as finanças, as técnicas e a propaganda, resultando na drenagem de dinheiro, da poupança popular, conforme tratamos no capítulo 1. A crítica à pobreza como processo, se volta, nessa perspectiva, para as estruturas de circulação e para os produtos importados que são considerados “perversamente” propagandeados para serem consumidos:

Nas cidades do Terceiro Mundo, o aumento das favelas em número, em superfície e em população está em relação com a pobreza urbana e os modelos de consumo importados. O dinheiro líquido é coisa rara, e, em vez de gastá-lo no aluguel de uma casa, as pessoas são induzidas a preferir outros tipos de consumo, que entraram nos hábitos através de um grande reforço da publicidade, e que são pagos à vista ou a crédito, em prejuízo de outros consumos essenciais, como o da alimentação (...). No orçamento deficitário dos pobres e de uma boa parte das classes médias, há uma verdadeira competição para o uso do dinheiro líquido disponível. (SANTOS, 2004, p. 194)

Compreendemos que a expressão do entendimento na forma de circuito, de fluxo, retira o caráter crítico do processo: não tem crise do trabalho na aparência desse movimento do capital lido “espacialmente”, deixando no lugar uma crítica moral dos efeitos injustos do ponto de vista *humano* e social do consumo e do sistema. Segundo essa perspectiva, “as diferenças entre os lugares são o resultado do arranjo espacial dos modos de produção particulares” (SANTOS, 2008, p.28). Noções como arranjo, ordem, organização e principalmente função emergem para dar sentido ao que o autor reconhece como totalidade. Em vista disso o espaço toma feições newtonianas em suas análises, onde o processo de modernização é frequentemente encarado como uma “força” que vem do centro e que não atinge a periferia no mesmo momento. Como o autor em suas análises está na perspectiva de entendimento da totalidade e não de crítica a esta, a questão posta pela contradição do desenvolvimento capitalista, enquanto contradição interna e identitária ao sistema, aparece como um problema que a geografia deve tratar sob a noção de escala, onde as variáveis atuam segundo o nível (do espaço) considerado. O problema para a pesquisa em geografia na perspectiva do autor seria então o de desvendar as relações entre forma, função e estrutura do espaço, atrelando, dessa maneira, a lógica contraditória da acumulação e do processo de modernização capitalista a uma explicação e nomenclatura que se assemelha à mecânica dos fluidos e das leis da termodinâmica¹¹⁵.

Sem dúvida, aquelas variáveis formadoras do espaço e suas combinações, as quais originam as diferenças entre os lugares, são universalmente as mesmas. O problema é descobrir se estas combinações se manifestam espacialmente e se sua manifestação é a mesma no centro e na periferia do sistema mundial. Neste sentido, pelo menos três aspectos são essenciais: 1) aquelas forças que promovem a modernização e que operam no centro do sistema não alcançam a periferia ao mesmo tempo;

¹¹⁵ “Do ponto de vista estritamente físico, os fluidos apresentam como característica mais importante a tendência a adotarem a forma do recipiente que os contém. A distinção entre gases, líquidos e sólidos, no que diz respeito a essa e a outras propriedades, como a elasticidade, a viscosidade etc., fundamenta-se na diferença de intensidade entre as forças de coesão e repulsão que mantêm unidas as moléculas das substâncias. O estudo da estrutura molecular, contudo, foge ao objetivo da mecânica dos fluidos. As propriedades físicas que interessam a esse ramo da ciência são analisadas em três áreas fundamentais: a hidrostática, a hidrodinâmica e a aerodinâmica.” Definição disponível em: www.biomania.com.br/bio/conteudo.asp?cod=1429, acessado em 06/10/2014.

existe um efeito decrescente definido da distância. Isto poderia explicar historicamente a acumulação do capital no sistema capitalista, as variações entre países e as desigualdades regionais dentro dos países; 2) alguns pontos no espaço são alcançados por novas forças, enquanto outros não recebem tais impactos. Sem dúvida, esses impactos não se dão ao acaso, sendo dirigidos do centro do sistema em termos de máxima produtividade. A história do espaço é assim de tipo seletiva; 3) as forças emitidas dos centros (pólos) mudam à medida que alcançam a periferia. Ainda que se possa encontrar isomorfismo, o valor do fenômeno é diferente. Por exemplo, a noção de 'cidade-primada' na França, ou de 'metrópole incompleta' nos Estados Unidos e Alemanha, não pode ser interpretada da mesma forma nos países subdesenvolvidos. (SANTOS, 1980, p. 89)

Em relação às análises concernentes à periferia, podemos perceber que há uma noção de força, tal qual utilizada na física que pressupõe a periferia como lugar das classes inferiores, ou ainda, no caso da *teoria dos circuitos da economia urbana*, como um circuito inferior por movimentar uma quantidade menor de dinheiro e de “meios técnicos”, constituindo assim, uma relação polarizada de forças sob a qual se erigirá a noção de desenvolvimento geograficamente desigual, que não estabelece a negatividade como identidade simultânea dos processos sociais. A crítica, dessa maneira, permanece restrita e prejudicada pela estruturação positiva do pensamento. Lefebvre contribui para nossa crítica ao romper com essa visão física considerando a periferia como um momento da reprodução do capitalismo, como forma de ser negativa da centralidade. (LEFEBVRE, 1969)

Entendemos que Lefebvre, em sua obra “Posição: Contra os Tecnocratas” (1969) considera o *Sistema* como uma estratégia de classe, cuja característica fundamental é que este apareça como o inteligível, como a transparência que atravessa naturalmente o pensamento:

A valorização do Sistema é um fenômeno sociológico e a negação da história um fenômeno histórico (...). Esse conceito recebe tamanha prioridade e primazia que quase ninguém pensa contestá-las e por conseguinte explicá-las. Tudo se torna evidente. O Sistema é algo claro e distinto; é aquilo que se comunica e que se compreende; é aquilo que se localiza, se repete e se imita (ou reproduz, segundo critérios assegurados pelo intelecto e assumidos por ele). O Sistema é a coerência e a coesão na transparência. Portanto, é o Inteligível. É também a seriedade. (...) Não há pensamento sem um sistema que se dá por absoluto. “Conjunto de relações” que persistem

“independentemente das coisas que ligam”, o Sistema é uma forma pura; a fim de apreendê-lo, pode-se eliminar a definição e mesmo a natureza de seus elementos variáveis e perecíveis. É preciso também deixar de lado a procura da essência e do sentido. O Sistema, forma decantada, não tem substância, portanto nada que se oponha à sua completa pertinência ao intelecto. Essa ausência (de substancialidade, de objetividade no sentido tradicional) não é mais considerada como falha, mas sim como privilégio. O Sistema não resiste, assim como o objeto da filosofia não resiste ao “sujeito” dos filósofos. Conjunto de relações, sua análise e sua apreensão global são completas. Não sobra resíduo algum. (LEFEBVRE, 1969, p. 68-69)

Em vista disso, o valor (enquanto tempo de trabalho socialmente necessário), a contradição, a crise e as rupturas vão dando lugar, na análise espacial de Santos, a uma linguagem que visa identificar e interpretar o todo visto como sistematizado e articulado, a partir de suas “formas espaciais”. A consideração do *Sistema*, enquanto forma sem substância, “cola” coerentemente com a análise da realidade atual empreendida pela teoria dos dois circuitos. Entendemos que, sob a crise de valorização do valor, a tentativa de leitura do social por meio dessas “formas espaciais” resulta na reposição de uma perspectiva polarizadora, dualista, entre os termos da contradição que vão aparecer conciliados na forma de circuito, onde a exploração da força de trabalho dá lugar à noção de dependência entre sistemas, na forma de fluxos. .

Nesse sentido, a pobreza, enquanto categoria e processo social que deveria ser criticada, acaba por aparecer na teoria dos dois circuitos e em suas atuais leituras como solução de si mesma, expressando aparentemente uma racionalidade perfeita ao capital e da reprodução social sob a perspectiva da *organização do espaço*. A pobreza enquanto categoria, que deveria ser um problema, alvo de crítica, é assim adequada na teoria, em que a crítica distributivista tende a transformá-la numa questão política e moral. As pesquisas atuais sobre os dois circuitos, além de reproduzirem acriticamente essa noção funcional da pobreza enquanto sistema social, ainda transformam essa noção em crítica a ineficiência estatal, em prover as necessidades básicas à população, por meio da articulação entre capital e trabalho:

No período atual, o circuito inferior mantém assim seu papel fundamental de provedor de ocupações à população pobre. Não obstante, reafirma-se, ao mesmo passo, seu papel de perpetuador da pobreza diante da crescente limitação do Estado em prover

empregos e satisfazer as necessidades mínimas de grande parte da população brasileira (MONTENEGRO, 2006, p. 163)

É possível afirmar que as preocupações de Santos em discutir os processos de formação sócio-espaciais, bem como o debate estabelecido entre o autor e as categorias marxistas da produção capitalista na década de 1970 desaparecem quase que completamente no movimento de disseminação e vulgarização atual de sua teoria, deixando “espaço” somente às questões postas pelo consumo, circulação e distribuição do capital, que repõem, dessa maneira, questões já criticadas no âmbito da economia política, principalmente em relação à determinação do consumo e das necessidades no processo de modernização capitalista.

Segundo Santos, a segmentação presente na sociedade urbana dos países subdesenvolvidos em relação às possibilidades de satisfação de necessidades cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo, as quais, por sua vez, são a causa e o efeito da existência de diferentes circuitos de produção, de distribuição e consumo. Enquanto o circuito superior constitui o resultado direto das modernizações que atingem o território, o circuito inferior compreende as formas de fabricação não-capital intensivo, os serviços não modernos fornecidos a varejo e o comércio de pequena dimensão, voltados sobretudo ao consumo dos mais pobres. Enquanto o circuito superior alimenta-se da aceleração contemporânea global, o circuito inferior é moldado pelos tempos e formas do lugar. (MONTENEGRO, 2006, p. 10-11)

Assim o sentido econômico do circuito inferior não surge como a acumulação, segundo essa análise, mas sim como a garantia de sobrevivência econômica e social dos mais pobres.

No circuito inferior, a acumulação de capital não é de interesse primordial, ou nem mesmo interessa. A tarefa primordial é a de sobreviver e assegurar a vida familiar diária, bem como participar, o quanto possível, de certas formas de consumo peculiares ao moderno modo de vida. (SANTOS, 2008, p. 102).

Nesse sentido a análise do processo se aproxima da concepção de circulação simples de mercadorias, em que a cidade aparece necessariamente como “máquina de subsistência”. Porém a circulação simples é apenas a forma da aparência necessária à reprodução ampliada do capital, a qual mascara,

segundo Marx, o movimento de valorização do valor pois, enquanto circulação simples, a transação se passa entre equivalentes (MARX, 1988, I, v. I, t. I, p. 128) . Aprofundaremos essa questão no próximo capítulo. Podemos adiantar dessa discussão, que a concepção ontológica de técnica, ou ainda de “sistemas técnicos”, além da consideração do espaço como segunda natureza, promovida pela análise e teoria espacial proposta por Santos, nos coloca frente a questões fisiocráticas do pensamento, principalmente ao pensar na suposta “produtividade espacial”.

Na aurora da história, havia tantos sistemas técnicos quanto eram os lugares. A história humana é igualmente a da diminuição do número de sistemas técnicos, movimento de unificação acelerado pelo capitalismo. Hoje, observa-se por toda parte, no Norte e no Sul, no leste e no Oeste, a predominância de um único sistema técnico, base material da mundialização. A instantaneidade da informação globalizada aproxima os lugares, torna possível uma tomada de conhecimento imediata de acontecimentos simultâneos e cria, entre lugares e acontecimentos, uma relação unitária na escala mundo. E, como já não é possível medir a mais-valia, esta, tornada mundial pelo viés da produção e unificada por intermédio do sistema bancário, constitui o motor primeiro. É aí que se situa a base da mundialização de todos os indivíduos e de todos os lugares. O mundo oferece as possibilidades, e o lugar oferece as ocasiões. Não se trata aqui de um “exército de reserva” de lugares, senão de produção raciocinada de um espaço, no qual cada função do território é chamada a revestir características específicas em função dos atores hegemônicos, cuja eficácia depende doravante de uma produtividade espacial, fruto de um ordenamento intencional e específico. (SANTOS, 2008, p. 146-147)

Interessante notar como pouco aparece a noção de mais-valia ao longo de sua obra; por outro lado, mesmo voltando sua atenção para o consumo e para as formas de difusão do que considera como variáveis modernas, o autor não deixa de afirmar a mais-valia, em sua positividade, como motor do processo de modernização capitalista, sempre acentuando a dificuldade de estabelecer sua medida: Nesse sentido, a consideração de uma mais-valia mundial corrobora para as reflexões de Santos acerca do tempo e das formas que este assume diante da concorrência mundial. Entretanto, podemos observar sua confusão em relação a este conceito quando Santos se vale da afirmação de outro autor, Guy Caire (1971 *apud*. Santos, 2008), para falar da

interpretação apropriada quanto as estatísticas de subemprego e desemprego dos Países de Terceiro Mundo, onde considera a mais-valia a partir de uma perspectiva de método:

[...] quando aplicados ao países de Terceiro Mundo, exigem uma reinterpretação e que as medidas gerais ou específicas deixam muito a desejar, por exemplo, o *método da mais-valia* (diferença entre a quantidade de trabalho disponível e a quantidade de trabalho socialmente necessário, o que exige consequentemente a escolha arbitrária de uma norma de produtividade) ou o *método da renda* (número de trabalhadores de tempo integral, real ou potencial, que possuem recursos abaixo de um determinado nível, o que leva a considerar o trabalho produtivo a longo prazo, curto prazo ou prazo indeterminado). Convém acrescentar que é precária a adaptação dos coeficientes de emprego ativo, determinados pelos recenseamentos, aos empregos tradicionais e às numerosas atividades organizadas em torno das unidades familiares de trabalho” (SANTOS, 1978, p. 6-7)

Oliveira tensiona essa concepção estanque da mais-valia e do processo de acumulação e reprodução do capital nos países subdesenvolvidos, a partir do desenvolvimento teórico de José Serra e Maria da Conceição Tavares, afirmando que poderia haver conjuntamente, a extração de mais-valia absoluta e relativa, *i. e.*, aumento da exploração do trabalho em horas trabalhadas, com a inserção de maquinaria e decréscimo absoluto de salários, aumento da capacidade ociosa e, ao mesmo tempo, aumento da taxa de lucro e de rentabilidade (OLIVEIRA, 2003, p. 77). Entendemos que essa discussão apresenta um primeiro descolamento da análise da modernização e do lucro, da estrita materialidade.

Em vista disso, desdobrando o que entendemos da crise como identidade lógica do capital nesse momento histórico, retomamos nosso entendimento sobre a questão do aprofundamento da contradição estrutural entre crise e acumulação do capital engendrada pela Terceira Revolução Industrial, principalmente na década de 1970, na era pós-fordista, que estabelece a crise do capital enquanto crise de valorização do valor, com a redução absoluta de postos de trabalho produtivo graças a níveis altíssimos de produtividade estabelecida pela microeletrônica e pela robótica, conforme apresentamos no capítulo 1. Essa análise, em relação à crise de valorização, de forma alguma coincide com a concepção desenvolvida por Oliveira, e muito menos por

Santos, bem como para a maioria dos autores brasileiros de tradição marxista, em que esse processo aparece antes como uma abertura desmedida à exploração do capital sobre o trabalho, resultando em um aumento grandioso da produção de mais-valia e não no limite de sua produção global, que se realiza como colapso da modernização.

A outra vertente pela qual ocorrerá o esforço de acumulação é a do *aumento da taxa de exploração da força de trabalho*, que fornecerá os excedentes internos para a acumulação. *A intensa mobilidade social do período obscurece a significação desse fato, pois comumente tem sido, identificada com melhoria das condições de vida das massas trabalhadoras, que ao fazerem-se urbanas comparativamente à sua situação rural, estariam melhorando.* Não há dúvida que o resultado desta comparação é correto, mas ela não diz nada no que respeita às relações salário real-custo de reprodução urbano da força de trabalho, que é a comparação pertinente para a compreensão do processo, nem tampouco às relações salário real-produtividade, parâmetro este que no período começa a crescer, em termos reais: o diferencial entre salário real-produtividade constitui parte do financiamento da acumulação. (OLIVEIRA, 2003, p. 78, grifo do autor)

Assim sendo, o fenômeno expresso pelo salto dado pelo aumento das forças produtivas não constituiria para Oliveira uma crise em relação à produção global da massa de valor, ou ainda à crise do trabalho que se caracterizaria por uma dificuldade crescente e estrutural do capital em explorar trabalho abstrato social de forma produtiva, mas antes, o aumento da produtividade em relação ao salário pago revelaria para o autor o aumento da exploração e da acumulação capitalista. Não temos dúvidas que esse movimento representou um aumento desmesurado da extração da taxa de mais-valia, mas o que questionamos é justamente a capacidade de aumento global da massa de mais-valia. A diferença do questionamento está em atentar para a forma como, diante da impossibilidade atual de valorização do valor, o capital se ficcionaliza a partir de relações que implicam na circulação e distribuição de “dinheiro sem valor” (KURZ), ficcionalização do trabalho, aumento da concorrência, não só entre os capitais, como entre os trabalhadores e em todos os âmbitos da vida do indivíduo, aumento do consumo, formação escolar, técnica e científica como promessa de ascensão social, entre outros momentos críticos da reprodução social entendidos como

desenvolvimento. É interessante notar os parâmetros e categorias com as quais Oliveira considera para analisar a relação de acumulação: custo, salário real, produtividade, lucro etc, bem como a relação entre esses termos. E o valor? Embora o autor faça uma análise bastante aprofundada entre as leis trabalhistas, relações salariais e produtividade, chegando assim a desenvolver categorialmente a mais-valia, não há diferenciação desta com o lucro, nem diferença categorial entre preço e valor, e essa diferença muito menos existe na teoria dos dois circuitos. O que essa não diferenciação implica para as análises sobre a particularidade da produção e reprodução do capital no Brasil e para a crítica à pobreza enquanto fenômeno?

Esses questionamentos conduzem nossa crítica a dois momentos inter-relacionados que se mantêm como pano de fundo dos desdobramentos de nossa argumentação a seguir: 1) A concepção teórica de todas as atividades e ocupações realizadas em nossa sociedade como *trabalho produtivo*, incluindo tanto as diversas formas de trabalho que categorialmente não participam diretamente da produção de valor, isto é, o âmbito do trabalho improdutivo (atividades comerciais, de serviços, entre outras), bem como atividades constante e historicamente legadas como femininas (cuidar da casa, educar os filhos, cozinhar), que mesmo não se constituindo diretamente como trabalho abstrato, servem à reprodução crítica deste e da forma social capital. 2) A não consideração da diferença entre preço e valor conduz Oliveira, assim como Santos na *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, ao fetichismo do dinheiro enquanto desdobramento do fetichismo da forma simples do valor e do capital, o qual repõe a consideração da riqueza social nessa forma abstrata monetária, sem passar pelo questionamento da crise de valorização, entendida também como dessubstancialização do dinheiro em relação ao valor. (KURZ, 2004).

Procuraremos desdobrar essas questões no capítulo a seguir:

CAPÍTULO 3 – SOBRE A REPRODUÇÃO CRÍTICA FICTÍCIA DO CAPITAL: O ESPETÁCULO DA INCLUSÃO E ASCENSÃO SOCIAL

3.1 – DISCUSSÃO SOBRE A REPRODUÇÃO CRÍTICA DO CAPITAL

3.1.1 – Crise entre o Departamento I e o Departamento II da Economia

Diante do exposto até agora gostaríamos de retornar à questão da crítica distributivista posta pelos autores com os quais discutimos e pelo próprio Estado na forma do Comunicado da Presidência, apontada no item 1.2 – *Financeirização enquanto Política Pública?* – a respeito da constatação do não repasse dos ganhos obtidos com o aumento da produtividade da indústria brasileira nos últimos anos aos salários dos trabalhadores. Segundo os termos contraditórios da produção de valor e da reprodução das relações capitalistas de produção pensados por Marx, seria impossível repassar na íntegra ou ao menos boa parte do pronunciado ganho obtido com o aumento da produtividade ao trabalhador, quando o sentido lógico e histórico crítico do processo nos coloca justamente diante de seu oposto: o aumento da produtividade se constitui necessariamente como dispensa de trabalho vivo do processo produtivo e o conseqüente barateamento das mercadorias e da mercadoria força de trabalho. Isso se coloca como o sentido contraditório de desenvolvimento das forças produtivas, em que a mais-valia gerada nesse processo, do ponto de vista do capital em geral, destina-se majoritariamente a reprodução ampliada do capital enquanto aumento de inversões em capital constante, como aumento da composição orgânica do capital (relação entre o capital constante e o capital variável). Essa questão foi debatida teoricamente por Marx n' *O Capital* (1985, II, cap. XXI) e nas *Teorías Sobre la Plusvalia* (1969) frente à crítica ao pensamento fisiocrático e da Economia Política clássica, sobretudo representada por Adam Smith (MARX, 1969).

Segundo Marx, o capital variável corresponde à força de trabalho, e é chamado de variável porque é a forma do capital que valoriza o valor no processo de produção de mercadorias. Já o capital constante corresponde as demais formas necessárias à produção de mercadorias, tais como matérias-primas, maquinaria, ferramentas etc.. São chamadas de capital constante

porque apenas transferem seu valor à mercadoria, mantendo seu valor constante no produto acabado. (MARX, 1988, I, t. I, cap. VI). Além dessa distinção das formas do capital, Marx ao longo de sua obra estabelece outras importantes para mover dialeticamente suas categorias. Podemos dizer, resumidamente, segundo Mandel (1985), que:

Ele (Marx) agrupa todas as firmas em duas categorias, as que produzem meios de produção (Departamento I) e as que produzem bens de consumo (Departamento II). Todos os produtores à disposição da sociedade, que se vêem obrigados a vender sua força de trabalho, são analogamente repartidos por essas duas esferas. A mesma divisão é aplicada à massa de meios de produção de que dispõe a sociedade, sejam fixos (máquinas, construções) ou circulantes (matérias-primas, fontes de energia, elementos auxiliares)¹¹⁶. (MANDEL, 1985, p. 16)

A reprodução ampliada do capital enquanto capital constante e fixo, nesse debate, coloca, dentre outras questões, a contradição posta pela impossibilidade do lucro e dos salários anuais comprarem todas as mercadorias produzidas anualmente, uma vez que tanto a mais-valia, enquanto lucro, como o capital variável, enquanto salário – dado o caráter simultâneo do capital em que cada momento deste se constitui como o capital como um todo – comportam o capital constante e a necessidade contraditória de reproduzi-lo ampliadamente. (MARX, 1969). Nesse sentido, o desenvolvimento das forças produtivas se institui como lógica contraditória inevitável graças, principalmente, ao poder da concorrência e à necessidade de aumentar a extração de mais-valia relativa.

Considerando essa distinção do capital enquanto momento analítico, Oliveira (2003) discute sobre o processo que engendrou a constituição dos dois departamentos da economia no Brasil atrelada, conforme discutimos até então, não às necessidades de consumo da população, mas à necessidade da acumulação capitalista interna:

¹¹⁶ É preciso lembrar que o próprio capital variável é considerado, por Marx, como capital circulante. Além disso o caráter fixo e circulante do capital estão em relação negativa com a materialidade do objeto, já que o que determina se um componente é um ou outro é o valor que este transmite à mercadoria no processo produtivo por meio da exploração de trabalho vivo. O capital fixo transfere apenas parte de seu valor a cada mercadoria em cada processo produtivo, *i. e.*, a parte que foi desgastada no processo. Já o valor do capital circulante entra todo no valor da mercadoria a cada ciclo produtivo. (MARX, 1988, I. II). Marx também estabelece diferenciações internas entre esses departamentos, como subdepartamentos I e II, os quais não pudemos nos aprofundar nessa pesquisa.

[...] a industrialização sempre se dá visando, em primeiro lugar, atender às necessidades da acumulação, e não às do consumo. Concretamente, se existe uma importante massa urbana, força de trabalho industrial e dos serviços, e se é importante manter baixo o custo de reprodução dessa força de trabalho a fim de não ameaçar a inversão, torna-se inevitável e necessário produzir bens internos que fazem parte do custo de reprodução da força de trabalho; o custo de oportunidade entre gastar divisas para manter a força de trabalho e produzir internamente favorece sempre a segunda alternativa e não a primeira. No Brasil também foi assim: começou-se a produzir internamente em *primeiro lugar* os bens de consumo não-duráveis destinados, primordialmente, ao consumo das chamadas classes populares (possibilidade respaldada, além de tudo, pelo elenco de recursos naturais do país) e não o inverso, como comumente se pensa. O fato de que o processo tenha desembocado num modelo concentracionista, que numa segunda etapa de expansão vai deslocar o eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis, não se deve a *nenhum fetiche ou natureza dos bens*, a nenhum "efeito-demonstração", *mas à redefinição das relações trabalho capital, à enorme ampliação do "exército industrial de reserva", ao aumento da taxa de exploração, às velocidades diferenciais de crescimento de salários e produtividade que reforçaram a acumulação*. Assim, foram as necessidades da acumulação e não as do consumo que orientaram o processo de industrialização: a "substituição de importações" é apenas a forma dada pela crise cambial, a condição necessária porém não suficiente. (OLIVEIRA, 2003, p. 48-51, grifo do autor)

Dessa forma percebemos como o autor vai explicar o processo de modernização periférica como uma mudança na forma de acumulação e produção brasileira associada à necessidade de reduzir os custos de reprodução da classe trabalhadora, uma vez que produzir internamente as mercadorias necessárias à reprodução do trabalhador, desenvolver as forças produtivas internas, enquanto capacidade de extrair mais-valia relativa, segundo Oliveira, favoreceria a redução dos custos e a acumulação dos capitais industriais nascentes no país. Sem negar completamente esta concepção pensamos, não obstante, que o autor desconsidera a identidade contraditória do capital posta entre crise e acumulação enquanto sistema mundial produtor de mercadorias, isto é, ao considerar o Brasil e os países subdesenvolvidos como "reserva de acumulação primitiva do sistema global" (OLIVEIRA, 2003, p. 33) o autor obscurece a expansão capitalista associada à crise de reprodução do capitalismo nos países centrais. É de se notar como as análises do autor estavam bastante comprometidas com uma crítica marxista

que tem como fundamento a luta de classes, reconhecendo a dialética que se põe entre essas, e não só, apontando para a questão estrutural da produção e reprodução capitalista nos países como o Brasil. Segundo o autor, a dinâmica do desenvolvimento no país terá sua complexidade redobrada, com o Estado como articulador de todo processo, dado o caráter mundial do capitalismo como sistema. Todavia, a crise como identidade lógica do capital é obscurecida pelo sentido de acumulação considerada positiva pelo autor. Frente a essa questão desenvolvida em sua análise, problemas aparecem em relação ao comércio mundial e à necessidade de entrada de divisas e de capital no país.

Oliveira discute sobre a problemática referente aos dois departamentos da economia, do ponto de vista nacional e da constituição do que chamou de poupança, entendido como “capital ocioso”, nos termos de Mandel (1985). Em suas análises mostra como o departamento I no Brasil não é incrementado nesse processo, sendo que a formação do departamento II dependeu de importações de capitais dos países centrais, como necessidade interna do modo de produção e acumulação no Brasil. Contraditoriamente, o departamento II, segundo o autor, necessita exportar as mercadorias aqui produzidas para pagar os investimentos da industrialização obtidos por meio de empréstimos com o exterior, o que representa uma inversão da tendência anterior considerada como mecanismo de “substituição de importações”. (OLIVEIRA, 2003, p. 103)

Em condições de poupança crescente, ampliação do "exército industrial de reserva" e salários reais urbanos deprimidos, o sistema encontra seus limites *se não transforma essa poupança em acumulação real*. Para tanto, é necessário que a velocidade de crescimento das relações interindustriais entre os departamentos 1 e 2 da economia seja mais alta que a velocidade de crescimento da poupança; caso contrário, o sistema tende a "afogar-se" em excedente. Aqui, entra em cena um dos fatores limitantes do incremento das relações inteirindustriais, que se configura como uma "dessubstituição de importações" de bens de produção. Explicitemos a questão. A retomada do crescimento, ocupada a capacidade ociosa gerada pela recessão dos anos 62/67, exige, imediatamente, um aumento da produção de bens de capital, a fim de aumentar a capacidade produtiva instalada. Esses novos requerimentos de bens de produção são os que vão alimentar o crescimento do Departamento I da economia ou mais precisamente da indústria; entretanto, seja pela recessão anterior, seja pela orientação da política econômica, a capacidade de

produção do referido departamento não foi incrementada no período anterior, e esses requerimentos ou são satisfeitos mediante o recurso às importações ou o crescimento é bloqueado. O recurso às importações foi a condição necessária para evitar o bloqueio do crescimento: entre 1966 e 1970, as importações de bens de capital destinados à inversão interna passaram de US\$ 405,6 milhões para US\$ 1.073,9 milhões, isto é, cresceram 1,6 vezes, velocidade muito maior que a do crescimento do PNB e que o crescimento do próprio produto do setor industrial como um todo. Em outras palavras, o coeficiente de importações do produto da indústria cresceu, invertendo a tendência anterior; por essa forma, boa parte do impulso gerado pelo crescimento do Departamento II (bens de consumo) não se transmitiu ao Departamento I (bens de produção), com o que não se internalizou totalmente a potencialidade de crescimento. A longo prazo, o resultado é o de que a possibilidade de manter alta a taxa do crescimento dependerá *mais e não menos* do crescimento das exportações, que é a forma escolhida de abastecimento dos bens de capital requeridos pelo crescimento das demandas do Departamento II. (OLIVEIRA, 2003, p. 103-104, grifo do autor)

Interessante perceber como, para este autor, a forma da relação entre os dois departamentos aparece como uma questão de escolha política em que esta vai continuamente encerrando seus argumentos, conforme discutimos anteriormente. O não repasse do “impulso gerado pelo crescimento do Departamento II” ao Departamento I, de acordo com a citação e com os argumentos de Oliveira, aparece como a “forma escolhida” para solucionar o aumento das necessidades de acumulação do Departamento II da economia nacional. Assim como Oliveira, Mandel (1985) parte da perspectiva do desenvolvimento desigual e combinado pensada por Trotsky para compreender o processo de expansão capitalista. Todavia, pensamos que, diferente do primeiro, Mandel se aproxima da contradição estrutural e histórica da produção de valor, ao estabelecer uma discussão a partir do que chamou de “capitalismo tardio” e sua relação de simultaneidade e necessidade diante do processo crítico de desenvolvimento das contradições nos países do centro do capitalismo.

Podemos pensar, segundo a discussão realizada por Marx no livro II d’O *Capital*, sobre seu processo de circulação (1985) que uma das formas de desdobramento da contradição lógica da reprodução capitalista seria uma crise marcada pela desproporcionalidade entre os dois departamentos da economia. Isso ocorreria porque o departamento I, uma vez que se trata da produção de

mercadorias enquanto bens de produção, para poder realizar a mais-valia que produziu e se apropriar dela no processo de circulação do capital, deve necessariamente passar pela expansão de indústrias de bens de consumo, do departamento II, que se realiza mediante a venda direta aos consumidores, sobretudo à força de trabalho. Esse processo, segundo Mandel, levaria à superprodução de máquinas, de bens de produção, com a tendência ao aumento da composição orgânica de todos os capitais.

Um aumento da composição orgânica do capital [...] determina, entre outras coisas, um crescimento mais rápido do Departamento I do que no Departamento II. Pode-se ir ainda mais longe, e afirmar que as rupturas de equilíbrio, isto é, o desenvolvimento irregular, são características da própria essência do capital, na medida em que este se baseia na concorrência – ou, nas palavras de Marx, na existência de “muitos capitais”. Dado o fato da concorrência, o “anseio incessante por enriquecimento”, que é um elemento distintivo do capital, consiste na realidade na busca de um superlucro, de um lucro acima do lucro médio. Essa procura conduz a tentativas permanentes no sentido de revolucionar a tecnologia, conseguir menores custos de produção que os concorrentes e obter superlucros, o que é acompanhado por uma composição orgânica do capital mais elevada e, ao mesmo tempo, por uma taxa crescente de mais-valia. (MANDEL, 1985, p. 17)

Com esse argumento, Mandel parece desconstruir a noção de equilíbrio posto pela economia espacial, com a qual discutimos anteriormente (SANTOS, 2004). Ademais, sinaliza em suas análises, como a questão da desproporcionalidade entre os departamentos não se constituiria como uma crise de subconsumo e sim de valorização do valor, na forma de crise de superprodução de todos os fatores do capital dado pelo desenvolvimento histórico dessa contradição, tal como pressentiu Oliveira na forma do “afogar-se em excedentes” (OLIVEIRA, 2003, p. 104).

Nesse sentido, podemos pensar que as análises de Oliveira, mesmo representando um salto qualitativo em relação à visão dualista do subdesenvolvimento – que via a acumulação e desenvolvimento capitalista associado estritamente à produção física de mercadorias, com a expansão de materialidade – parece não conseguir avançar na crítica a esse fetichismo no sentido de, diferente por exemplo de Mandel (1985), não reconhecer a formação da taxa de lucro como categoria fetichista da aparência. Isso porque,

em suas análises, assim como na *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, não existe diferenciação categorial entre preço e valor.

Segundo Marx a taxa de lucro é calculada com base na relação entre a mais-valia e o capital total investido ($I' = \frac{m}{c} = \frac{m}{c+v}$), já a taxa de mais-valia é calculada baseada na relação entre a mais-valia produzida e o capital variável empregado no processo ($m' = \frac{m}{v}$) (1986, III, v. IV, t. I, p. 33). Nesse sentido, entendemos que uma das determinações que constitui o lucro enquanto categoria fetichista é o fato deste representar a forma de consciência do capitalista que calcula seus ganhos em relação ao seu investimento total gasto em cada ciclo produtivo, em capital constante e variável, e não em relação somente a seu capital variável, na medida em que explora trabalho, embora uma coisa não esteja separada da outra. Entretanto, do ponto de vista do capital global e de sua reprodução geral, a determinação do processo recai sobre a produção de mais-valia, sobre a relação de exploração de trabalho vivo que, segundo o autor, em certo nível de desenvolvimento das forças produtivas e aumento da composição orgânica do capital, se expressa – como desdobramento histórico da contradição simples da forma valor e da reprodução do capital – na forma da queda tendencial da taxa de lucro. (MARX, 1986, III, v. IV, t. I, cap. XIII)

Como a massa de trabalho vivo empregado diminui sempre em relação à massa de trabalho objetivado, posta por ele em movimento, isto é, o meio de produção consumido produtivamente, assim também a parte desse trabalho vivo que não é paga e se objetiva em mais-valia tem de estar numa proporção sempre decrescente em relação ao volume de valor do capital global empregado. Essa relação da massa de mais-valia com o valor do capital global empregado constitui, porém, a taxa de lucro, que precisa, por isso, cair continuamente. (MARX, III, v. IV, t. I, p. 164)

Ao discutir o papel da concorrência na reprodução ampliada crítica do capital como valorização do valor, a partir do estudo da obra de Marx, Kurz (1995) chama atenção para a contradição capitalista que decorre no âmbito da produção da mais-valia relativa e de sua apropriação, na esfera da circulação,

pelos diferentes capitais. Essa contradição se estabelece em função da constituição de uma base de produtividade social média que irá determinar uma transferência de mais-valia aos capitais mais produtivos (MARX, 1986, III, v. IV, t. I, cap. IX). Assim, o processo de valorização e reprodução do capital se realiza mediado pela concorrência entre os mais diferentes capitais, em que os capitais menos produtivos, os que detêm menor composição orgânica do capital e que portanto produzem com uma taxa menor de mais-valia, mas uma quantidade relativamente maior de mais-valia por unidade de mercadoria, transferem, no momento da circulação, parte de sua mais-valia aos capitais mais produtivos, que produzem com taxas maiores de mais-valia, porém com menor quantidade de mais-valia por unidade de mercadoria produzida (MARX, 1986, III, v. IV, t. I, cap. IX). Esse processo é possível na metamorfose do valor da mercadoria para a forma preço, no momento da circulação do capital.

Entendemos, nesse sentido, que o valor das mercadorias é determinado em seu processo produtivo, no entanto, é na circulação, onde todas as mercadorias e capitais se confrontam, que vai ser formado o preço a partir de uma média social entre esses capitais. O apagamento desse processo advém do próprio fetichismo do dinheiro, enquanto fetichismo do capital, que na circulação precifica todas as formas e tempos sociais de produção na forma da mercadoria e do tempo social médio:

Como ao dinheiro não se pode notar o que se transformou nele, converte-se tudo, mercadoria ou não, em dinheiro. Tudo se torna vendável e comprável. A circulação torna-se a grande retorta social, na qual lança-se tudo, para que volte como cristal monetário. (...) Como no dinheiro é apagada toda diferença qualitativa entre as mercadorias, ele apaga por sua vez, como *leveller*¹¹⁷ radical todas as diferenças. (MARX, 1988, I, t. I, p. 111)

Na transmutação do valor em preço, no mercado, na circulação, é formada a taxa de lucro média a partir da formação do tempo social médio necessário à produção de mercadorias, com a confrontação de diferentes capitais com diferentes composições orgânicas, que produziram as mercadorias em diferentes tempos sociais. Assim, a taxa de lucro, bem como a taxa de juros, embora apareçam como determinantes para a efetivação de um

¹¹⁷ Nivelador (N. dos T.,- MARX, 1988, I, t. I, p. 111).

capital, de um empreendimento, se formam *a posteriori* do processo produtivo. Esse processo, enquanto formação de um tempo médio social, torna improdutivos os capitais que não se encontram no tempo social médio, capitais com composições orgânicas inferiores, sendo esse o caráter cego da produção e reprodução capitalista. A média social, enquanto tempo médio necessário à produção de mercadorias, é estabelecida no momento da circulação e da realização do capital, em que os diferentes capitais não têm como se certificarem na produção se se encontrarão nessa média, esperando apenas uma remuneração de acordo com o capital total investido.

Esse é o caráter do “salto mortal da mercadoria” (MARX), a qual, uma vez na circulação, não tem garantia que será realizada, dependendo para isso, que seu tempo de produção esteja em conformidade com o tempo médio social. Assim, a capacidade de realização da mercadoria e da mais-valia nela contida dependeria não da capacidade de consumo da classe trabalhadora, mas se a mercadoria foi ou não produzida no tempo médio social, o que garantirá a reprodução ampliada desse capital. Entendemos que esse é um aspecto da discussão lógica que está posta n’*O Capital* (MARX, 1985,1988).

Uma das grandes questões que se coloca para a crítica empreendida nessa pesquisa é que tanto na constituição dos dados e relatórios oficiais quanto na teoria dos *dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, e na *Crítica à Razão Dualista* (2003) de Oliveira como apontamos, não há diferenciação analítica e nem categorial entre preço e valor. As análises de um e de outro se estabelecem na dimensão do preço, que toma o lugar do que reflete e ganha o nome do refletido, isto é, do valor, apagando, dessa maneira, a relação contraditória entre esses dois termos. Segundo Marx,

O preço é a denominação monetária do trabalho objetivado na mercadoria. Por isso, a equivalência da mercadoria e do quantum de dinheiro, cuja denominação é o preço dela, é uma tautologia, como a expressão relativa de valor de uma mercadoria por si é sempre a expressão da equivalência de duas mercadorias. Mas se o preço como expoente da grandeza de valor da mercadoria é expoente de sua relação de troca com o dinheiro, não se segue, ao contrário, que o expoente de sua relação de troca com o dinheiro seja necessariamente o expoente de sua grandeza de valor. (MARX, 1988, I, v.I, t. I, p. 91)

O autor aponta para a forma monetária como terceiro momento simultâneo em relação ao valor e a mercadoria. O valor, enquanto tempo de trabalho socialmente necessário, como tempo de trabalho abstrato, para se realizar precisa passar por suas diferentes formas: forma mercadoria, forma monetária etc. no processo de circulação do capital. O preço, enquanto expressão da forma monetária, pode imputar – no processo de circulação do capital – a qualquer forma, objeto, ação, a forma mercadoria, pois tudo acaba tendo um preço, mesmo que não tenha valor. Entretanto é inerente a sua forma a possibilidade de não coincidência entre o preço e aquilo que ela reflete: a grandeza de valor:

Com a transformação da grandeza de valor em preço, essa relação necessária aparece como relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria monetária, que existe fora dela. Mas essa relação pode expressar-se tanto a grandeza de valor da mercadoria como o mais ou o menos em que, sob dada circunstâncias, ela é alienável. A possibilidade de uma incongruência quantitativa entre preço e a grandeza de valor ou da divergência entre o preço e a grandeza de valor é, portanto, inerente à própria forma preço. Isso não é um defeito dessa forma, mas torna-a, ao contrário, a forma adequada a um modo de produção em que a regra somente pode impor-se como lei cega da média à falta de qualquer regra. (MARX, 1988, I, v.I, t. I, p. 91)

Assim, podemos afirmar que é da natureza do preço a possibilidade deste não coincidir com o valor da mercadoria a qual representa. Na exposição lógica sobre a diferenciação entre preço e valor, Marx anuncia a possibilidade de autonomização entre esses dois termos, que mantém negativamente sua relação de necessidade lógica.

A forma preço, porém, não só admite a possibilidade de incongruência quantitativa entre grandeza de valor e preço, isto é, entre grandeza de valor e sua própria expressão monetária, mas pode encerrar uma contradição qualitativa, de modo que o preço deixa de todo de ser a expressão do valor, embora dinheiro seja apenas a forma valor das mercadorias. Coisas que em si e para si, não são mercadorias, como por exemplo consciência, honra etc., podem ser postas à venda por dinheiro pelos seus possuidores e assim receber, por meio de seu preço, a forma mercadoria. Por isso, uma coisa pode, formalmente, ter um preço, sem que tenha um valor. A expressão do preço torna-se aqui imaginária, como certas grandezas da Matemática. (MARX, 1988, I, v.I, t. I, p. 91-92)

Podemos pensar que o preço se constitui como um dos âmbitos, se não o principal, da linguagem das mercadorias. O dinheiro na forma preço, se expressa como a riqueza social e abstrata do sistema produtor de mercadorias, possibilitando a constituição de uma visão estrutural a respeito do plano econômico da sociedade que não comporta a crise e contradição imanente entre essa forma e a forma valor. Em sua crítica ao valor, Marx reconhecia o caráter fantasmagórico do dinheiro, em que o fetichismo dessa forma é, em verdade, o fetichismo da mercadoria tornado visível e ao mesmo tempo ofuscante:

As mercadorias encontram, sem nenhuma colaboração sua, sua própria figura de valor pronta, como um corpo de mercadoria existente fora e ao lado delas [...]. Daí a magia do dinheiro. A conduta meramente atomística dos homens em seu processo de produção social e, portanto, a figura reificada de suas próprias condições de produção, que é independente de seu controle e de sua ação consciente individual, se manifestam inicialmente no fato de que seus produtos do trabalho assumem em geral a forma mercadoria. O enigma do fetiche do dinheiro é, portanto, apenas o enigma do fetiche da mercadoria, tornado visível e ofuscante. (MARX, 1988, I, v.I, t. I, p. 84,85)

A não consideração da produção de valor como processo contraditório em relação à forma preço, e a sua expressão em dinheiro poderia conformar, nesse sentido, uma crença na expansão ilimitada do capital enquanto modo de produção, numa concepção do processo de acumulação *ad infinitum*, por parte da constituição da visão estatal expressa nos relatórios e para a teoria dos *dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Em outros termos, podemos pensar que sem a consideração da contradição entre dinheiro e valor, como mediação, todas as trocas entre produtores e consumidores parecem possíveis e evidentemente postas. Entretanto, o excedente monetário poderia expressar justamente, de acordo com a nossa discussão sobre a contradição capitalista, a não valorização do valor, a crise de valorização do capital, que apresenta contraditoriamente, como forma de expressão dessa crise, a superprodução (e porque não acumulação?) de todos os seus fatores: mercadorias, dinheiro, força produtiva, força de trabalho, etc. em contraposição

a não acumulação de valor, a impossibilidade de sua valorização, segundo seus próprios termos.

A análise da competição entre os diversos capitais – monetário, produtivo e mercadoria – na busca pela realização e apropriação da mais-valia socialmente produzida é substituída na teoria espacial pela idéia de circuito, fundamentado na ideia de “cooperação” e “solidariedade” (SANTOS, 2008, p.128), uma vez que não há diferenciação analítica entre estes capitais em sua formulação, nem a consideração de uma circulação formal do capital. A preocupação com a totalidade, na teoria espacial, se debruça sobre a questão das escalas diferentemente consideradas: a cidade, o Estado-Nação, e o chamado Sistema-Mundo, formas que autonomizam analiticamente a totalidade negativa do capital enquanto produção, circulação, distribuição e consumo. Considerados enquanto variáveis, esses momentos de produção, realização e reprodução do capital, momentos simultâneos, assumem na teoria dos dois circuitos feições físicas que servem de explicação positiva e reiterativa da contradição apagada da modernização, aparecendo como progresso dos sistemas técnicos, de telecomunicações, etc. apartados de seu caráter de força produtiva. Os diferentes capitais, assim, aparecem agrupados em cada um dos circuitos, de acordo com seu “nível de organização de capital”, constituindo duas circulações paralelas, em que há uma drenagem de dinheiro do circuito inferior para o superior e um fluxo de mercadorias no “sentido oposto”:

Suas ligações funcionais (*do circuito inferior*) com o circuito superior da economia lhes atribuiu particularmente uma função de correia de transmissão para os produtos modernos e mais geralmente um papel de coletor da poupança popular, reenviada para o circuito moderno nacional ou estrangeiro por intermédio de atacadistas e, depois, dos bancos. (...) Com efeito, a circulação do capital é assimétrica: para baixo ela é fraca mas é substituída pela circulação dos bens; para o alto a circulação do capital é importante depois que as mercadorias revendidas a preço muito mais elevados asseguram uma taxa de lucro excessiva aos intermediários. (SANTOS, 2003, p. 99)

A questão da reprodução do sistema produtor de mercadorias em nível mundial e as contradições que engendra não aparecem, pois o enfoque é dado à circulação de dinheiro e mercadorias em sua dimensão espacial-material.

Frente ao exposto, gostaríamos de nos ater nesse momento para a relação entre os dois departamentos do ponto de vista das relações internacionais. Oliveira está atento à lógica interna de acumulação e reprodução do capital no Brasil a partir da década de 1930, porém não chega a afirmar esse processo como crise de superprodução do departamento I dos países centrais, que necessitam exportar capitais, na forma de capital a juros, na forma monetária, mas também na forma de máquinas e outros bens de capital como forma de mover sua contradição e crise interna, que impõe o desenvolvimento do capitalismo no Brasil desse modo particular, relacionada à forma chamada de *Imperialista* por Lenin. (1979):

O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação dos capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se pôs termo à partilha de todo o território do globo, entre as maiores potências capitalistas. (LENIN, 1979, p. 88)

Nesse sentido, a formação de monopólios, segundo o autor, seria “conseqüência da concentração da produção” (LENIN, 1979, p. 20) e da reunião necessária destes com o capital bancário, enquanto centralização do capital financeiro tornado disponível aos empreendimentos do capital industrial nos países centrais, que passam a exportar capitais aos países de Terceiro Mundo na busca de um aumento da taxa de lucro e juros (LENIN, 1979, p. 30), ou ainda, na busca de um “superlucro” do capital monopolista (MANDEL, 1985). Entendemos que a queda da taxa de lucro é um momento fundamental deste processo.

No processo de centralização do capital, segundo Marx, os capitais maiores derrotam os menores. (1988, II, t. II, p. 283). A concorrência opera no sentido de arruinar diversos capitais menores e que se transferem para os maiores, ou ainda, se destroem. O crédito tem importância fundamental nesse movimento do capital:

[...] com a produção capitalista constitui-se uma potência inteiramente nova, o sistema de crédito que, em seus primórdios, se insinua furtivamente como modesto auxiliar de acumulação, levando por fios invisíveis recursos monetários, dispersos em

massas maiores ou menores pela superfície da sociedade, às mãos de capitalistas individuais ou associados, mas logo se torna uma nova e temível arma na luta da concorrência e finalmente se transforma em enorme mecanismo social para a centralização dos capitais (MARX, 1988, I, t. II, p. 188).

O autor ainda ressalta que a centralização é um processo muito mais rápido do que a acumulação, a qual se apresenta efetivamente mais lenta para os termos do capitalismo de sua época, e que, graças a esse primeiro processo, foram dados inúmeros saltos tecnológicos, principalmente mediante as sociedades por ações. Entendemos que isso nos poderia fornecer uma pista para compreender e criticar o processo atual, sob a crise de valorização do valor, sob a perspectiva de concorrência entre os mais diversos capitais, uma vez que o movimento de centralização, segundo o autor, prescinde do crescimento positivo do capital social:

À medida que se desenvolve a produção e acumulação capitalista, na mesma medida desenvolve-se concorrência e crédito, as duas mais poderosas alavancas da centralização. [...] Mas, embora a expansão relativa e o ímpeto do movimento centralizador sejam determinados até certo ponto pela grandeza já atingida da riqueza capitalista e pela superioridade do mecanismo econômico, o progresso da centralização não depende, de nenhum modo do crescimento positivo da grandeza do capital social. E especialmente isso diferencia a centralização da concentração, que é apenas outra expressão para a reprodução em escala ampliada. A centralização pode ocorrer por meio de mera mudança da distribuição de capitais já existentes, mediante mudança simples do agrupamento quantitativo dos componentes do capital social. O capital pode crescer aqui numa mão até formar massas grandiosas, porque acolá ele é retirado de muitas mãos individuais. (MARX, 1988, I, t. II, p. 188)

Longe da centralização do capital corresponder a processos de solidariedade e cooperação, Marx indica que potencialmente a tendência ao processo de centralização dos capitais – como meio de expropriação dos capitalistas pelos próprios capitalistas, em que expropriadores viram expropriados – poderia se encerrar somente quando todo capital estivesse reunido nas mãos de um único capital individual. Nesse sentido, entendemos que os efeitos da centralização sobre a força de trabalho se constituem no sentido de aprofundar sua crise, uma vez que o processo de centralização

acelera a renovação do capital que se coloca sempre num patamar de maior composição orgânica dentre os diferentes ramos produtivos.

Segundo Lenin (1979), o capital monopolista, enquanto concentração e centralização do capital financeiro, define uma taxa de lucro e juros monopolistas justamente por controlar os preços de toda cadeia produtiva. Em vista disso, os bancos detêm o conhecimento de todo processo produtivo e passam a investir nos capitais que aparentemente possuem capacidade de pagar os juros de monopólio a partir de superlucros obtidos. Dessa forma, a fusão de capital bancário e industrial se torna uma necessidade. A união se concretiza nos empréstimos bancários e diversos diretores dos bancos, por vezes o próprio banco, como instituição financeira, passam a ser os mesmos diretores das empresas monopolistas. Assim, para se reproduzir o capital industrial é necessário se reproduzir o capital bancário, em que a concorrência entre esses capitais, posta pela reprodução do capital financeiro, leva à concentração do capital em poucos bancos. A concentração do capital nas mãos de poucos bancos conduz Lenin a realizar a crítica à burguesia enquanto oligarquia financeira e monopolista que vive de rendimentos mas que, ao mesmo tempo, ocupa funções de gestão dos reinvestimentos dos ganhos em capital produtivo (1979, p. 46). Não obstante, o autor, mesmo fazendo a crítica à luta de classes e à oligarquia financeira, não deixa de reconhecer o âmbito da determinação crítica da relação entre o aumento da concentração do capital e a necessidade de obtenção de lucro na reprodução ampliada capitalista:

Se os capitalistas partilham o mundo, tal sucede não em virtude de sua particular maldade, mas porque o grau de concentração já atingido os obriga a comprometerem-se nesta via a fim de obterem lucros; e partilham-no “proporcionalmente aos capitais”, “segundo as forças de cada um”, porque, em regime de produção mercantil e de capitalismo, não poderia existir qualquer outro modo de partilha. (LENIN, 1979, p. 74)

Mandel em sua obra *O Capitalismo Tardio* (1985) apontou para a questão da expansão capitalista em países subdesenvolvidos enquanto processo marcado sobretudo pela acumulação de capital monetário, caracterizando uma forma de “subdesenvolvimento unilateral”, tendo em vista a

simultaneidade do capitalismo enquanto sistema mundial produtor de mercadorias.

O que determinou o “subdesenvolvimento” unilateral do chamado “Terceiro Mundo” não foi a má-vontade dos imperialistas, nem qualquer incapacidade social – e muito menos “racial” – de suas classes dominantes nativas; foi um complexo de condições sociais e econômicas que, enquanto promovia a acumulação primitiva de capital monetário, tornou a acumulação de capital industrial menos lucrativa – e, de qualquer maneira, menos segura – (...), para não mencionar a colaboração com o imperialismo na reprodução ampliada do capital metropolitano.(MANDEL, 1985, p. 37)

Em vista disso, pensamos que o desenvolvimento das forças produtivas do departamento I, impulsionado principalmente pela concorrência entre os capitais, conduz a uma crise de superprodução em que o consumo e desenvolvimento das forças produtivas do departamento II não conseguem acompanhar. Podemos pensar que essa desproporcionalidade leva ao *imperialismo* em sua forma de capital expandido extra-territorial, pois o departamento II dos países periféricos teria que realizar a mais-valia do departamento I dos países centrais, sobretudo na forma de pagamentos dos juros da dívida externa por parte das indústrias do departamento II de países como o Brasil. Conforme aponta Oliveira, existe a necessidade interna de exportar as mercadorias produzidas no país a fim de adquirir divisas para pagar o financiamento da considerada industrialização nacional (2003, p. 105). Longe desse processo se constituir como um ajuste em favor dos países centrais – tal como afirma em outros termos a teoria dos dois circuitos, em relação a forma da dominação externa – ele aprofunda a crise de reprodução do capital como um todo, resultando em crises pontuais cada vez mais graves, desemprego estrutural crescente e na própria crise e desmonte do estado de bem estar social nos países centrais, como formas de expressão do *colapso da modernização* (KURZ, 1993). Paralelamente o Brasil e os demais países subdesenvolvidos que enfrentaram um processo de modernização periférica, na década de 1980, se vêem diante da crise da dívida, do conseqüente decreto de moratória em 1985 e, nesse contexto, da expansão histórica da pobreza no país.

3.1.2 – Modernização Periférica como Modernização Retardatária

Além do processo de modernização no período do Estado Novo (1930-1945), pensamos que o Brasil enfrentou outros momentos intensos de modernização (guardada suas particularidades) sobretudo no período do “Plano de Metas” (1956-1961) e do chamado “Milagre Econômico” (1968-1973). Kurz (1993) nos oferece um sentido para pensar os processos de modernização periférica, ao olhar para os processos de industrialização dos países de Terceiro Mundo, chamando-os de “modernização retardatária”, no sentido de que, mobilizados pela crise imanente e concorrência perene que o processo de acumulação capitalista estabelece mundialmente, os diferentes capitais e países se vêem impelidos a desenvolver suas forças produtivas e seguir na “corrida” da concorrência. Os capitais dos países de Terceiro Mundo, dada a impossibilidade histórica em atingir os níveis de produtividade dos países centrais, seguem correndo, concorrendo, por vezes na frente de outros países e capitais, mas sempre nessa forma retardatária. Dessa maneira o termo “modernização recuperadora” utilizada por alguns pensadores não caberia à realidade desses países, já que com a crise de valorização o capital perde continuamente a possibilidade rentável de explorar trabalho prescindindo da ficcionalização do capital (KURZ, 1995).

A nova fase do capitalismo, enquanto capital monopolista financeiro, não suprime a concorrência, já que, como observou Lenin (1979) o monopólio nunca é absoluto e acaba por travar uma luta concorrencial contra ele mesmo, contra a queda na taxa de lucro que tende a se estabelecer passado o primeiro momento de constituição aparentemente próspera do monopólio fundamentados em superlucros do processo produtivo. Ademais, Mandel, atento à contradição posta entre produção e realização do valor, afirma que a constituição de superlucros não se dá necessariamente pelo aumento da produção de valor com o aumento da produtividade das empresas monopolistas, mas que passa por um processo de transferência de mais-valia no momento da circulação, momento esse que não gera valor algum:

O processo de nivelamento das taxas de lucro resulta necessariamente numa transferência de valor, uma vez que a

soma dos preços de produção é igual à soma dos valores (visto que o nivelamento, isto é, a concorrência, isto é, os movimentos na esfera da circulação, não podem “criar” por si mesmos um único átomo de valor adicional). Portanto, se um ramo se apodera de parte da mais-valia produzida em outros ramos, isso só pode significar que esses outros ramos devem vender as mercadorias que produzem abaixo de seu valor. Marx expressamente enfatizou esse aspecto. Toda a transformação de valores em preços de produção se baseia numa transferência de mais-valia, isto é, de valor. Em outras palavras, baseia-se no fato de que mercadorias produzidas sob condições capitalistas geralmente não são vendidas por seus valores. (MANDEL, 1985, p. 66-67)

Segundo Oliveira, o aumento extremado da taxa de lucro, em nível monopolístico, foi necessário para promover a expansão nos termos capitalistas. (OLIVEIRA, 2003, p. 101) Para ele, isso representou uma mudança qualitativa que encobriu uma mudança quantitativa: o monopólio como condição *sine qua non* de expansão capitalista, também na forma de conglomerados. Entretanto, de acordo com autor, concordando com Lenin (1979), essa tendência não se totaliza, pois outras empresas – menores, em outros setores – também vão elevar sua taxa de lucro, principalmente através da intermediação do sistema financeiro e do mercado de capitais. Ainda segundo o Oliveira, a inversão do excedente, gerado pelo aumento da taxa de lucro, irá para a poupança e para papéis do mercado financeiro, que por sua vez, passa a ter controle sobre outras áreas e setores da economia competindo com as inversões no setor produtivo. (OLIVEIRA, 2003, p. 102)

Para Oliveira, a *financeirização* enquanto necessidade lógica do capital monopolista estava ligada ao aparecimento de um superexcedente, enquanto dinheiro, de extração de mais-valia, dado os salários baixos pago pelas empresas monopolistas em relação à exploração extremamente aumentada da força de trabalho do país. Em vista disso, o problema para o autor aparece como sendo de subconsumo e não de crise de reprodução do capital sob seus próprios termos.

Sem embargo, a repressão salarial é um fato. Onde vai parar, pois, o superexcedente arrancado aos trabalhadores e a que fins ele serve dentro do sistema? Aqui se pré-esboça sinteticamente a resposta: o superexcedente, resultado da elevação do nível da mais-valia absoluta e relativa, desempenhará, no sistema, a *função de sustentar uma superacumulação, necessária esta última para que a acumulação real possa realizar-se*. Levado inicialmente pelas exigências da aceleração dos anos 57/62 a

aumentar a taxa de exploração do trabalho, a fim de financiar internamente a inversão, o sistema caminhou para um conflito entre relações de produção e forças produtivas, cujo desenlace conhecido foi aprofundar, como condição política de sua sobrevivência, aquela exploração; assim, em primeiro lugar o superexcedente tem uma *função política de contenção*, para o que, necessariamente, reveste-se de características repressivas. Isto é, torna-se indissociável a política da economia, porque a contenção da classe trabalhadora se faz, principalmente, pela contenção dos salários. No entanto, isto seria apenas uma "morbidez" do sistema, se não fosse um requisito estrutural. Este requisito estrutural já aparece no movimento do período 57/62: faz-se necessário aumentar a taxa de lucros, para ativar a economia, para promover a expansão. (OLIVEIRA, 2003, p. 100, grifo do autor)

O Estado vai empreender, segundo o autor, uma série de políticas na passagem da década de 1960 para 1970 que visam não deixar cair a taxa de lucro, tais como a adoção de um câmbio flexível, promoção de preços externos mais baixos do que os internos, dentre outras formas de subsídios, promovendo o que o autor entende como "esterilização do capital", a qual aparecerá para ele como lucro das empresas. (OLIVEIRA, 2003, p. 104). A hipótese da superacumulação do autor alia-se à necessidade de constituição de monopólios e à problemática da formação da taxa de lucro aumentada. Pensamos que dessa forma, Oliveira (2003) não discorre sobre a necessidade lógica contraditória da constituição dos monopólios, para além das estratégias de classe e desejos políticos de manutenção da estrutura social. Assim sendo, para Oliveira, a contradição engendrada pela reprodução do capitalismo parece se resolver com sua expansão para os países subdesenvolvidos:

Em que sentido caminhou o sistema, na sua re-posição? Longe de haver cortado os "nós górdios" da acumulação primitiva, ele parece continuar explorando-os [...]. A resolução das contradições entre relações de produção e nível de desenvolvimento das forças produtivas é "resolvida" pelo aprofundamento da exploração do trabalho. A estruturação da expansão monopolística requer taxas de lucro elevadíssimas e a forma em que ela se dá (via mercado de capitais) instaura uma competição pelos fundos de acumulação (pela poupança) entre a órbita financeira e a estrutura produtiva que esteriliza parcialmente os incrementos da própria poupança; um crescente distanciamento entre a órbita financeira e a órbita da produção é o preço a ser pago por essa precoce hegemonia do capital financeiro. O sistema evidentemente se move, mas na sua re-criação ele não se desata dos esquemas de acumulação arcaicos, que paradoxalmente são parte de sua razão de

crescimento; ele aparenta ser, sob muitos aspectos, no pós-64, bastante diferenciado de etapas anteriores, mas sua diferença fundamental talvez resida *na combinação de um maior tamanho com a persistência dos antigos problemas*. Sob esse aspecto, o pós-64 dificilmente se compatibiliza com a imagem de uma revolução econômica burguesa, mas é mais semelhante com o seu oposto, o de uma contra-revolução. Esta talvez seja sua semelhança mais pronunciada com o fascismo, que no fundo é uma combinação de expansão econômica e repressão. (OLIVEIRA, 2003, p. 105-106, grifo do autor)

Oliveira aponta em suas análises para um descolamento entre o capital financeiro e produtivo que conformaria sua hipótese de constituição necessária de uma superacumulação financeira para a realização da acumulação real produtiva. Nesse sentido, a contradição posta entre essas duas formas de capital – que de acordo com a discussão de nossa pesquisa leva à dessubstancialização do valor das formas do capital – aparece para o autor como a forma politicamente condicionada da acumulação interna capitalista, sob a repressão da classe trabalhadora. Entretanto, Kurz (1995) discute essa questão do ponto de vista de uma crise de reprodução, em que o aumento do custo prévio com adiantamento de capital, dada o nível de competitividade mundial do sistema, tornaria o capital a juros uma necessidade crítica de reprodução do capital produtivo.

Esse destaque do sistema creditício pode ser descrito como uma crescente desproporção estrutural, entre o capital fixo cientificizado e a massa de trabalho que ainda é possível utilizar rentavelmente; o aumento à escala secular da intensidade do capital (que, em Marx, figura como "incremento da composição orgânica" do capital) exige um emprego cada vez maior de capital monetário, que todavia pode mobilizar cada vez menos trabalho por cada unidade de capital. Este facto exprime-se também no plano monetário: trata-se da crescente importância já descrita do capital que rende juros. Por outras palavras: o real capital empresarial "actuante", que utiliza trabalho abstracto na efectiva produção de mercadorias, deve recorrer cada vez mais ao capital monetário, tomado de empréstimo ao sistema bancário, para poder continuar a valorizar o valor. Dessa forma, a chamada quota do capital social caiu drasticamente a longo prazo; (...). Isso significa simplesmente que o real capital empresarial, para poder continuar a produzir na situação actual, tem de hipotecar antecipadamente quantidades cada vez maiores de trabalho a utilizar no futuro (ou seja, futuros ganhos). (KURZ, 2008)

Assim, a questão discutida, sobre a possibilidade da redução das desigualdades no Brasil com base nesse esquema monopolístico de superacumulação, tal qual ocorrida nos países centrais com a consolidação do sistema capitalista, não se confirma, segundo Oliveira, uma vez que, de acordo com os dados de sua pesquisa e de suas análises, a desigualdade no Brasil somente aumentou. De acordo com o autor:

Os estudos empíricos demonstram não haver qualquer automaticidade no sistema que o leve a redistribuir, uma hipótese aliás que sempre esteve teoricamente formulada. Dois fatores, apenas, podem se opor à tendência concentracionista quase inerente ao sistema capitalista: o primeiro é a escassez de trabalho, que conduziria à elevação dos salários reais, gerando, por sua vez, todo o ciclo capitalista clássico que leva às inovações poupadoras de trabalho, à acumulação, ao progresso técnico e outra vez à elevação dos salários reais; mas as evidências empíricas reduzem o poder de explicação dessa dialética econômica *quando ela está* desligada da organização da classe trabalhadora, da sua demanda por melhores condições de vida e de trabalho e da possibilidade de que, politicamente, possam fazer-se ouvir e respeitar. Melhor dizendo, não se pode pensar um sistema capitalista em expansão sem essa contradição fundamental, que é, assim, estrutural ao mesmo. A pressão das classes trabalhadoras gerando a legislação social de coibição dos excessos da exploração do trabalho *explica mais* que a pura dialética econômica da acumulação- escassez de trabalho, no fenômeno da elevação dos salários reais. (OLIVEIRA, 2003, p. 111-112, grifo do autor)

Nessa passagem, a contradição para Oliveira assume a face política entre a expansão capitalista e a pressão das classes trabalhadoras contra os excessos da exploração do capital. Receamos que essa crítica obscureça o questionamento da objetividade posta pela constituição e concepção da riqueza, a qual se apresenta necessariamente presa a essa forma social contraditória que identifica o processo de produção de valor imediatamente com o processo de produção de mercadorias, sem reconhecer seus limites estruturais e históricos.

Entendemos que Marx procura demonstrar nos livros II e III d'*O Capital* que a forma mais eficaz do capital poupar gastos é substituir a força de trabalho (capital variável) por força produtiva. Para o capital manter sua taxa de lucro ele deve investir em força produtiva e explorar cada vez mais o trabalho, até atingir o momento de redução da força de trabalho (capital variável) em

todos os capitais, o que constitui a crise do trabalho que engendra o momento atual como *colapso da modernização*, conforme procuramos desenvolver até então (KURZ, 1993). Embora os lucros se mantenham, há um aumento incrível de exploração de mais trabalho. Quando há uma redução relativa e absoluta da força de trabalho e aumento do capital constante há queda na taxa de lucro. Ao mesmo tempo em que há um aumento das forças produtivas e da taxa de mais-valia estas representam um elemento impeditivo do aumento da taxa de lucro. Quando começa a se igualar o lucro com a taxa de lucro, tem-se investimento em capital improdutivo, ou ainda no mercado de capitais, temática que vamos discutir no próximo item. Em vista disso, o capital financeiro vai se estabelecendo como dominante nas relações entre capital - trabalho.

Marx desenvolve sua discussão sobre a queda tendencial da taxa de lucro, demonstrando que esta surge quando há a redução da força de trabalho no processo produtivo e aumento do capital constante (1986, III, v. IV, t. I, cap. XIII). Assim, mesmo e por causa dos investimentos em forças produtivas, em capital constante, o capital não consegue evitar a queda tendencial da taxa de lucro, já que a taxa de lucro, enquanto categoria fetichista da aparência, não coincide com a taxa de mais-valia, sendo calculada com base no capital total investido, diferentemente da taxa de mais-valia que se constitui em relação ao capital variável empregado, conforme afirmamos anteriormente, segundo nossa leitura d'*O Capital*. Nesse sentido, a queda da taxa de lucro não significa que não há lucro, mas que se perde historicamente a capacidade de expandi-lo. No movimento histórico de concorrência entre os capitais, a formação de monopólios, trustes etc., como necessidade lógica do capital revela que os investimentos produzidos para explorar trabalho não compensam a queda tendencial da taxa de lucro, daí o ganho de importância do capital especulativo fictício.

Mandel (1985) demonstra como a expansão capitalista para países considerados periféricos, ou de capitalismo tardio (como o Brasil) estava associada à busca, empreendida pelos capitais ociosos produzidos nos países centrais, por maiores lucros e juros que se apresentavam em queda tendencial em seus países de origem. Ademais, se preocupa em discutir como a constituição desse superlucro passa por processos de redução de custos da produção do capital.

O superlucro que um capital individual realiza numa esfera especial da produção [...] provém, se afastarmos desvios fortuitos, de uma redução no preço de custo, nos custos de produção. essa redução resulta, por um lado, da circunstância de se empregar capital em quantidades superiores à média, com o que se reduzem os *faux frais*¹¹⁸ da produção, enquanto as causas gerais que podem fazer aumentar a produtividade do trabalho (cooperação, divisão do trabalho) podem se tornar efetivas em grau superior, com maior intensidade, por ter aumentado seu campo de atividade; por outro lado, deve-se ao fato de que, excetuando o montante de capital em funcionamento, são empregados melhores métodos de trabalho, novas invenções, maquinaria aperfeiçoada, segredos químicos de fabricação etc. – em resumo, meios e métodos de produção novos e mais perfeitos, superiores ao nível normal. (MARX, v.3, p. 644 *apud*. MANDEL, 1985, p. 52)

Em sua reprodução ampliada o capital passa necessariamente por processos de concentração e centralização em que a relação capital - trabalho é ampliada. Esse movimento pode ser entendido a partir da expansão do capital industrial na esfera global, reproduzindo a lógica de explorar trabalho e produzir para se expandir, para desenvolver a acumulação capitalista, tal como compreende Oliveira. Entretanto, entendemos que o capital expande justamente porque reduz sua capacidade de acumulação, dada a crise de valorização posta enquanto queda tendencial da taxa de lucro. A expansão da massa de lucro aparece em decorrência à redução da taxa de lucro, pois desenvolver as forças produtivas é reduzir a capacidade de explorar produtivamente trabalho. O excedente de capital variável é a impossibilidade de sua reprodução sob seus próprios termos, bem como o excedente e superprodução de todos os termos do capital, inclusive na sua forma monetária, enquanto capital ocioso. O desdobramento desta crise, como dissemos, leva à expansão do capital na forma *imperialista*, em busca de taxas de lucro mais elevadas. O pressuposto teórico subjacente de diversos estudos é a de que a expansão capitalista na forma imperialista estaria resolvendo as contradições da reprodução do capitalismo e dos departamentos I e II. No entanto, para nossa pesquisa importa nos questionarmos como a periferia expressa as contradições da reprodução ampliada do capital e não como ela as resolve. Se há uma queda tendencial da taxa de lucro, como o capitalismo se

¹¹⁸ Falsos custos. Sobre essa noção, nos aprofundaremos no próximo item.

reproduz? Pensamos que a discussão que Lefebvre (1969) elabora sobre o “neo-capitalismo” e cotidiano advém dessa problemática como questão central na perspectiva de reprodução capitalista no século XX. Atentemos para o depoimento das mulheres com as quais conversamos nessa pesquisa:

3.2 – O ESPETÁCULO DA INCLUSÃO E ASCENSÃO SOCIAL

3.2.1 – Faux Frais e o Endividamento Familiar

Eu vim assim na incerteza, porque não tinha nenhuma definição profissional, aí eu cheguei aqui, entrei na área gráfica, eu trabalhava nessa área, fiquei um tempo na área depois eu fui trabalhar no departamento de vendas, aí eu fui pulando em vários... Aí eu optei por ficar em casa, né, pra ficar com meu filho, foi uma opção minha mesmo, entendeu?! Eu trabalhei na área gráfica, depois eu fui pro departamento de vendas, fui pro departamento de segurança, na área de segurança, depois voltei pra área metalúrgica aí saí da área metalúrgica por opção mesmo. Eu conversei com meu marido porque meu filho tem 12 anos hoje e você sabe que onde a gente mora, né, a criminalidade como é que é... Ele ficava praticamente sozinho o dia inteiro. Ele ia pra escola, ele ficava a parte da manhã sozinho, a tarde ia pra escola, e a minha vizinha ficava dando uma olhada nele, pedia pra ela ajudar nas refeições, por na perua, pegar. Só que como ele é filho único ele é muito solitário aí ele começou a reclamar. E como eu não tinha nenhuma definição profissional, tipo assim, eu to parada, se eu resolver trabalhar eu não tenho uma área definida, né?! É o que aparecer, aí eu conversei com meu marido e a gente optou que eu ficasse em casa cuidando dele, melhor, pra eu dar uma assistência pra ele do que deixar ele largado aí... que nem, muitas coisas acontecem exatamente por isso, a gente vê as mães fora o dia inteiro até por que elas são obrigadas. Elas não têm uma opção. Eu tive a opção de ficar em casa, meu marido bancar e eu dar uma assistência melhor pra ele.

(...)

Meu último emprego foi na metalúrgica, faz 3 anos que eu sai. Essa metalúrgica é lá na Padre Arlindo, do lado do parque Bristol, aqui em São Paulo. Tem algumas metalúrgicas pequenas, boas, acho que as maiores são pros lados de São Bernardo. Aqui na Carioca mesmo, tem algumas. Não é muito longe daqui (Heliópolis) não, é rapidinho, se for assim de condução

própria é uns 10, 15 minutos. Como eu tinha que pegar ônibus eu gastava uns 40 minutos, se eu pegasse trânsito na Anchieta, uma hora, uma hora e meia, às vezes eu tinha que descer e vir a pé, travava tudo. Aí eu chegava às vezes tarde aqui e ele (filho) começou reclamar que ficava muito sozinho, que era ruim... aí... Eu entrava às 7h e saía às 5h (17h), às vezes precisava que eu ficasse até mais tarde, né?! Às vezes eu ficava, às vezes eu ficava até as 10h (22h)... era bem puxado mas não era todos dias, mas tinha dia que precisava, aí eu ficava. Eu preferia que eles me pagassem em banco de horas, eu preferia porque quando eu precisasse sair pra resolver alguma coisa, ir ao banco, eu tinha hora na casa. Se não fosse alguma coisa que abonasse, eu tinha hora na casa, daí eu preferia. Ou então quando eu tinha muita hora acumulada eu tirava em descanso, sempre preferi porque hora extra pra mim, eu sempre pensei, pra mim não era vantagem, porque não era uma coisa fixa, a hora extra, eu sempre gostei de me programar naquilo que eu ganho, exato, não nas coisas que meses vem bastante, no outro não vem...

(...)

Meu marido trabalha de motorista de caminhão, com produtos químicos, trabalha por conta, ele é autônomo, o caminhão é dele. Ele faz esse transporte. Agora, esses dias ele tá trocando de empresa e eles estão adaptando o caminhão, porque vai ter que trocar o tanque, essas coisas, aí ele vai ficar uns 20 dias em casa. Então ele tá esperando a adaptação do caminhão pra trocar de empresa. É umas férias forçadas e pra quem é autônomo, nem é legal. Essa adaptação foi exigência da empresa. Não sei te explicar direitinho, porque é assim, o tanque que ele transportava o produto não servia pra essa empresa. Aí a empresa mesmo fornece o tanque, o outro era dele, daí ele vendeu o tanque dele e eles vão colocar o tanque da empresa que é próprio para o transporte do produto de lá.

(...)

Porque foi assim, ele investiu, ele tinha um caminhão mais velho, o que aconteceu, ele falou que foi numa empresa aí e o cara falou pra ele que ele tava muito, que o salário dele tava muito defasado, e ele tava ganhando pouco, então foi um estalo, ele falou “Olha, o cara falou que eu to num...”. Ele se sentiu bem inferior, ele se sentiu bem acabado, tanto que ele falou “Eu vou trocar meu caminhão, o que você acha?” eu falei, ele sempre pergunta assim pra mim “Ah, Zé, não sei, se você vai trocar, você vai financiar uma parte, né?! E vai ficar assim bem alta a prestação”. Ele falou: “Mas a gente vai

passar fome?”, eu falei “não, dá pra pagar, só que não vai sobrar.” E ele “mas você acha que dá pra pagar assim tipo com o salário antigo e a gente não passar necessidade?” eu falei “dá, eu faço umas continhas aí, a gente deixa isso, deixa aquilo, tem que fazer alguns sacrifícios, né?!” aí ele falou assim: “quando eu entrar na outra empresa aí beleza, dá pra pagar tranquilo.” Tanto que, até o mês que vem a gente vai pagar a prestação bem assim no limite. Então a gente tá com a dívida do caminhão, que é o financiamento. Ele falou assim “não, eu vou trocar, eu vou trocar porque o rapaz falou que eu to muito atrasado, eu quero ganhar mais, eu preciso me estabelecer...” entendeu, ele ficou assim, meio tantã, ficou assim na neurose “eu quero porque quero!” aí ficou trabalhando, pagando essa prestação e entrou nessa empresa agora como eu to te falando, não sei se a troca valeu... ele ainda vai trabalhar bastante pra pagar essa dívida, financiou em 48 vezes, só que assim, como com esse serviço anterior ele tava pagando no limite eu falei pra ele fazer essa prestação que quando ele entrasse nessa empresa, se der, eu vou pagar sempre a do mês e mais uma, a do final, até elas se encontrarem. Eu vou fazer isso. Mas aí a gente só vai saber isso quando ele tirar esse mês, que a gente vai saber se vai dar pra fazer isso. A gente ainda não conseguiu fazer isso. Porque eu não gosto de dívida longa. Foi 48 vezes de R\$ 1.739,00 o financiamento total. Dá dinheiro pra caramba. Faltam ainda 41 prestações pra pagar. Ta faltando isso. Já pagamos sete parcelas. Bastante coisa, mas ele tinha que fazer. Ele tem acho que só até o quarto ano (primário) e ele se sentiu também bem acabado porque ele foi na firma fazer a ficha e ele não conseguiu preencher todos os campos, aí a moça ligou pra ele e falou assim, “Ó, Zé, você precisa voltar aqui porque teve uns campos que você não preencheu” aí ele explicou pra ela que ele não sabia, aí ele perguntou se poderia me levar, eu falei “Zé Airton, eu acho que não, ficha de empresa você não tem que levar pessoas pra preencher, tem que ser individual.” Aí ela (funcionária da empresa) falou assim: “Ah, então você vem aqui que eu te ajudo, eu te auxilio.” Aí ele também ficou assim um bagaço, eu falei pra ele “Ó, você poderia até estudar, né?!”. Mas que horas? Como?

(...)

Vai fechar o mês no dia 10. No dia 10 nós vamos saber se valeu a pena ou não a troca de emprego dele (marido). De imediato pra mim não valeu porque ele fica muito tempo fora de casa. Ele tá viajando muito, ontem ele estava no Rio (RJ), hoje ele foi pra Paulínia que é interior de SP, aí ele vai pra outro interior de SP que é Ribeirão Preto e amanhã só deus sabe se ele vai vir pra

casa ou não e ele saiu no domingo, 7 horas da manhã. Ele ficou com a gente só no sábado. No outro trabalho raramente ele viajava, e quando ele viajava ele ficava um dia ou dois. Tipo, ele ia hoje pro Rio, aí dormia e dependendo do horário que ele descarregava lá ele chegava amanhã. Que não é o caso agora nesse serviço. Então eu falei pra ele: “Vamos ver se vale a pena os números”, porque em termos de assistência em casa já cheguei à conclusão de que não tá valendo a pena porque ele não vai ficar com a gente, não vai ter como vencer com a família. E eu penso o seguinte, mesmo que seja pouco menos o salário, mas que esteja em casa, né?! Pelo menos jantar, a gente gosta de sentar e jantar todo mundo junto e isso daí agora é difícil, vai ser difícil acontecer isso.

(...)

Durante esses três anos eu planejei abrir um negócio próprio, aí o que eu conversei com Zé Airton, como eu não quero pagar aluguel, eu pedi a ele a garagem (da casa em que moram), pra eu colocar alguma coisa, aí ele “mas o que que você quer colocar?” Aí eu pensei em roupa, não sei, aí eu falei “me dá o espaço que eu vou estudar alguma coisa”, porque assim, eu não quero ir mais para as fábricas, não quero mais ir pras fábricas pra não deixar o Igor (filho) a vontade.

Depoimento de Ivete, moradora de Heliópolis – São Paulo

* * *

Retomando primeiramente o depoimento de Ivete, moradora de Heliópolis, cujo primeiro trecho de seu depoimento iniciou as discussões do capítulo 2, percebemos toda a complexidade que envolve a dinâmica de reprodução social familiar sob as contradições postas pela reprodução crítica ficcionalizada do capital. Atualmente Ivete não trabalha, dedicando seu tempo aos afazeres domésticos, às finanças da casa e aos cuidados com o filho, em idade escolar, situação que foi possibilitada pelos ganhos do marido e pela sua atual “indefinição profissional”, segundo seu relato. Entretanto, Ivete não vê uma situação estável diante de seu contexto dissociado em relação ao mundo do trabalho e negocia há um tempo com o marido a possibilidade de abrir um negócio próprio na residência da família, o que exigiria uma reforma e

investimentos para transformar o local. Frente ao imperativo do trabalho como forma de sociabilidade moderna, em outro momento de seu depoimento afirma:

A gente tá pensando nisso porque faz três anos que eu não ganho 1 centavo, entendeu?! Uma mulher nova tem que trabalhar, né?! Tem que ter alguma coisa, não dá pra você parar. Aí nesses três anos eu tentei concurso e não passei, inclusive domingo último eu fiz também um do Estado, do Banco do Brasil.

Em relação a seu último emprego numa indústria metalúrgica, Ivete relata a pressão que sofria para realizar horas extras e o problema que isso colocava em seu cotidiano familiar enquanto isolamento e “terceirização” da criação de seu filho, uma vez que seu marido, trabalhando como caminhoneiro, não tinha horário certo de trabalho na época da pesquisa e, devido à mudança de emprego, estava quase sempre ausente de casa.

Podemos pensar que Ivete saiu de um trabalho considerado, a primeira vista, produtivo. Este trabalho na indústria metalúrgica, segundo as discussões que travamos no capítulo 2, possibilitou a entrada e permanência de seu filho (de acordo com os termos de isenção que debatemos naquele momento), no colégio SESI. O trabalho de Ivete na indústria, embora se apresente regulamentado pela legislação trabalhista brasileira, que em relação ao setor metalúrgico é um dos mais fortes do ponto de vista da mobilização política dos trabalhadores, continua impondo ao trabalhador uma rotina extenuante. Em relação à produtividade do trabalho, Marx afirma:

(...) o conceito de trabalho produtivo se estreita. A produção capitalista não é a produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. (...) O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital. Ser trabalhador produtivo não é, portanto, sorte, mas azar. (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 101-102)

O aumento das horas trabalhadas por cada trabalhador, que apareceu na pesquisa como a necessidade do cumprimento de horas extras, constitui, para Marx, à extração de mais-valia absoluta (1988, I, v. I, t. I, cap. VIII). A necessidade histórica de continuidade de extração de mais-valia absoluta está relacionada à constituição da mais-valia relativa, à inserção de maquinaria enquanto força produtiva. A maquinaria, ao mesmo tempo que aumenta a mais-valia relativa, tem necessidade de aumentar a extração de mais-valia absoluta, explorando extensivamente a força de trabalho para pagar a máquina e compensá-la de seu desgaste físico e moral¹¹⁹ posto pela concorrência e constante desenvolvimento de nova maquinaria, como forças produtivas. Portanto quanto mais se explora a força de trabalho e aumenta a jornada de trabalho, mais rápido a máquina se paga. Segundo Marx, a maquinaria enquanto capital constante e fixo,

Como qualquer outro componente do capital constante, a maquinaria não cria valor, mas transfere seu próprio valor ao produto para cuja a feitura ela serve. À medida que tem valor e, por isso, transfere valor ao produto, ela se constitui num componente de valor mesmo. Ao invés de barateá-lo, encarece-o proporcionalmente a seu próprio valor. (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 18)

Entretanto, quanto mais produtiva a máquina, mais diluído estará seu valor no montante crescente de mercadorias e essa é a característica do capital fixo, que transfere seu valor aos poucos para mercadoria em cada processo produtivo, até haver um desgaste total, material ou moral, da maquinaria. O capital fixo, portanto, entra inteiramente no processo de

¹¹⁹ Sobre a depreciação moral da maquinaria e a relação entre mais-valia absoluta e relativa: "(...) além do desgaste material, a máquina sofre um desgaste, por assim dizer, moral. Ela perde valor de troca à medida que se pode reproduzir de modo mais barato máquinas de igual construção ou à medida que surjam máquinas melhores concorrendo com ela. Em ambos os casos, seu valor, por mais nova e vitalmente forte que ainda possa ser, já não é determinado pelo tempo de trabalho de fato objetivado nela mesma, mas pelo tempo de trabalho necessário a sua própria reprodução ou à representação da máquina mais aperfeiçoada. Por isso, ela está mais ou menos desvalorizada. Quanto mais curto o período em que seu valor global é reproduzido, tanto menor o perigo de depreciação moral e, quanto mais longa a jornada de trabalho, tanto mais curto aquele período. Logo que se introduz maquinaria em qualquer ramo da produção, aparecem, passo a passo, novos métodos para reproduzi-la mais barato e aperfeiçoamentos que atingem não só partes ou dispositivos isolados, mas toda sua construção. Por isso, em seu primeiro período de vida, esse motivo especial para o alongamento da jornada de trabalho de modo mais agudo." (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 27-28).

produção, mas em parte no processo de valorização. De acordo com Marx esse processo conduz a tendência à redução do tempo de rotação do capital como um todo¹²⁰, no intuito de transferir mais rapidamente o valor da máquina aos produtos (MARX, 1985, II, v. IV, cap. XV):

Quanto menos valor ela mesma contém, tanto menos valor agrega ao produto. Quanto menos valor transfere, tanto mais produtiva é e tanto mais seu préstimo se aproxima do das forças naturais. (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 17)¹²¹.

No produto da máquina, a parte de valor devida ao meio de trabalho cresce relativamente, mas decresce em termos absolutos. Isso quer dizer que sua grandeza cresce em relação ao valor global do produto. (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 18)

A rotação mais rápida do capital depende exclusivamente do tempo em que ele leva pra produzir e circular suas formas. Quanto mais se investe em forças produtivas, tão mais orgânico se constituem os investimentos em capital constante e não mais em variável. Quanto mais produtivo é o capital, mais rápida é sua rotação. Isso leva a dois momentos atrelados que constitui um movimento simultaneamente concreto e abstrato: a circulação do capital na forma de mercadorias e a transmutação formal do capital (passagem por suas diferentes formas: crédito, mercadoria, força de trabalho etc). A circulação formal do capital não é somente a circulação do capital mercadoria, além disso, também não pode estancar nem nessa e nem em outra de suas formas. Quanto mais se investe em capital fixo mais tempo demora o capital para circular e isso resulta em desenvolvimento das forças produtivas para acelerar a rotação do capital. A determinação deste processo se transformou na geografia numa fenomenologia da compreensão tempo-espço que, conforme discutimos no capítulo 2, aproxima a explicação da reprodução social crítica de noções e conceitos das ciências físicas e da natureza.

¹²⁰ O tempo de rotação de dado capital “é igual à soma de seu tempo de circulação e de seu tempo de produção. É o período de tempo que se inicia no momento em que o valor-capital é adiantado sob determinada forma, e termina com o retorno do valor-capital em processo, sob a mesma forma.” (MARX, 1985, II, v. IV, p. 113)

¹²¹ Para se entender o efeito concreto causado pela introdução e desenvolvimento da mais-valia relativa, da maquinaria enquanto força produtiva, segue o exemplo de Marx a respeito da produção e comércio de algodão e tecido: “Uma libra de fibra de algodão, antigamente produzida a 50 cents, é mais tarde vendida com maior lucro, ou seja, com a inclusão de mais trabalho não-pago, a 10 cents.” (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 19)

A enorme capacidade produtiva do capital é determinada pela necessidade de se investir em capital fixo e a sociedade ter que pagar em forma de consumo. Entretanto, o capital fixo não entra no consumo produtivo direto, tem de passar seu valor aos poucos para a mercadoria. Para pagar a dívida do investimento em capital fixo, deve-se produzir cada vez mais mercadorias e circulá-las com maior rapidez, dessa forma cada mercadoria produzida pelo capital deterá menos valor, o que empurrará a tendência à diminuição do tempo de rotação do capital.

A máquina encarece as mercadorias, mas com a diminuição do tempo de rotação se estabelece a busca pelo aumento da massa pra compensar a redução da taxa de mais-valia enquanto diminuição do trabalho vivo substituído pela máquina. Esse processo, segundo Marx, se constitui como a contradição posta pela reprodução capitalista enquanto capital fixo e circulante. (MARX, 1985, II, v. III, cap. X, XI)

Nesse sentido, podemos pensar que a expansão da massa de lucro (assim como da massa de mais-valia) ocorre simultaneamente à redução da taxa de lucro, embora a taxa de mais-valia permaneça altíssima entre os trabalhos produtivos que restam, dada a expulsão absoluta de trabalhadores dos processos produtivos. A expansão da massa resulta em mais dinheiro que se remunera menos. Assim, cada trabalhador hoje é muito mais explorado do que antigamente. Desenvolver as forças produtivas é a contradição de reduzir sua capacidade de explorar trabalho, explorando trabalho. O excedente de capital variável é a impossibilidade de sua reprodução, que constitui uma crise de superprodução de capital e não só de mercadorias, isto é, superprodução de todos seus termos, constituindo uma ociosidade de capital. A resolução crítica encontrada historicamente foi expandir o capital para o exterior a uma taxa de lucro mais elevada conforme discutimos no item anterior.

O marido de Ivete – embora, não por acaso, em seu relato apareça os termos emprego, salário etc. – possui um caminhão e trabalha como autônomo no transporte de produtos químicos. A mudança de empresa na qual prestara o serviço exigiu a compra e adaptação de um novo caminhão. Podemos perceber como parte dos custos do desenvolvimento das forças produtivas da indústria, do setor químico, ou ainda da indústria de transporte de produtos químicos, foi transferido à família de Ivete, na forma de dívida financiada do caminhão,

enquanto consumo de meio de produção. O próprio caminhão de seu marido possui agora um tanque que é da empresa de produtos químicos. Segundo nossa leitura d'O *Capital* (MARX, 1988, III, v. IV), o trabalho com o transporte de produtos químicos nesses termos poderia se constituir como uma forma autonomizada do *faux frais* da produção.

De acordo com capítulo VI do livro 2 d'O *Capital*, Marx discute como os custos de circulação do capital, na forma mercadoria, em realidade se constituem como *faux frais* (falsos custos) do capital produtivo. (1985, II, v. III, cap. VI). Segundo o autor, sobre a acumulação capitalista enquanto valorização do valor, explica que “o próprio processo de reprodução implica funções improdutivas” (MARX, 1985, II, v. III, p. 97). Nesse sentido, entendemos o *faux frais* como o falso custo do capital produtivo que tem a função de estreitar “o limite negativo da valorização” do capital (MARX, 1985, II, v. III, p. 97)

Força de trabalho e tempo de trabalho precisam, em certa medida, ser despendidos no processo de circulação (enquanto mera transformação de forma). Mas isso aparece agora como gasto adicional de capital; parte do capital variável precisa ser investida na compra dessas forças de trabalho que só funcionam na circulação. Esse adiantamento de capital não gera produto nem valor. Ele diminui *pro tanto*¹²² o âmbito em que o capital adiantado funciona produtivamente. Seria o mesmo se parte do produto fosse transformada numa máquina que compra e vende o restante do produto. Essa máquina ocasiona uma dedução do produto. Não participa no processo de produção, embora possa reduzir a força de trabalho despendida na circulação etc. (MARX, 1985, II, v. III, p. 97-98)

Nesse sentido, entendemos que funções e trabalhos que incidem sobre o capital enquanto forma, seja para dinamizar sua transmutação formal na circulação, seja para conservar os valores de uso na forma de estoque, se constituem como *faux frais* do capital industrial. Marx atenta para a questão de que a própria estocagem, não só de mercadoria, mas do capital em suas mais diversas formas, constitui um momento da circulação do capital (1985, II, v. III, cap. VI). São chamados de falsos custos porque os custos propriamente ditos, enquanto capital constante e variável, compõem o valor das mercadorias, entram na sua formação enquanto valores de uso, sendo que os *faux frais*, ao

¹²² Proporcionalmente.

contrário, representam uma dedução da mais-valia global. Os custos de circulação da indústria de produtos químicos, que para o capital industrial representam falsos custos porque diminuem o tempo em que o capital fica improdutivamente parado na circulação, foi transferido na forma de dívida – no financiamento da compra do caminhão de seu marido – para a família de Ivete. Agora Zé Airton, marido de Ivete, explora a si mesmo trabalhando dia e noite, conforme seu depoimento, na tentativa de pagar as prestações do caminhão e conseguir reproduzir socialmente sua família.

Oliveira está atento à relação entre o crescimento exponencial do chamado setor “terciário”, de comércios e serviços, e a atividade industrial, frisando um crescimento atrelado entre as duas esferas:

Uma segunda "especificidade particular" (da reprodução do capital nos países subdesenvolvidos) é a que se reflete na estruturação da economia industrial-urbana, particularmente nas proporções da participação do Secundário e do Terciário na estrutura do emprego, a questão já discutida da incapacidade ou não do Secundário criar empregos para a absorção da nova força de trabalho e a consequente "inchação" ou adequação do tamanho do Terciário. Em primeiro lugar, conforme já se demonstrou, as variações do incremento do emprego no Secundário são, em boa medida, conjunturais; em segundo lugar, as maiores taxas de incremento do emprego nos serviços de Consumo Pessoal — a "inchação" — se dá exatamente quando o incremento do emprego no Secundário se acelera. Pretende-se haver demonstrado que os crescimentos dos dois setores, nas formas em que se deu no período pós-anos 30, revelam condicionamentos estruturais da expansão do capitalismo no Brasil. (OLIVEIRA, 2003, p. 64-65)

Com essa análise, o autor sinaliza o sentido da reprodução capitalista em relação à necessidade constante e crescente de externalização dos custos de produção, principalmente quando trata da problemática do crescimento do setor terciário intimamente ligado ao secundário, e ainda quando analisa rapidamente o sentido da passagem do escravismo¹²³ para a força de trabalho

¹²³ “Convém recuar um pouco na história brasileira para apanhar um elemento estrutural do modo de produção: o escravismo. Sem pretender refazer toda a interpretação, é possível reconhecer que o escravismo constituía-se em óbice à industrialização na medida em que o custo de reprodução do escravo era um custo interno da produção; a industrialização significará, desde então, a tentativa de "expulsar" o custo de reprodução do escravo do custo de produção. Em outras palavras, ao contrário do modelo "clássico", que necessitava absorver sua "periferia" de relações de produção, o esquema num país como o Brasil necessitava criar sua "periferia"; neste ponto, o tipo de inserção da economia do país no conjunto da divisão

livre, através do que chamou de constituição do trabalho abstrato no Brasil. No entanto, Kurz chama atenção para a questão de que trabalho abstrato não necessariamente se constitui como produtivo, substancial:

Ora, no interior deste sistema, toda a actividade realizada em troca de dinheiro ou que esteja num contexto de valorização do dinheiro é *formalmente* um trabalho abstracto. Mas isso não significa que o seja também num sentido *substancial*. Num sentido substancial, trabalho abstracto, isto é, trabalho cujo dispêndio de energia impulsiona realmente a reprodução capitalista, é apenas aquele trabalho "produtivo" (produtivo de capital), que cria efectivamente mais-valia. (KURZ, 2008)

Entendemos que a própria circulação está posta pela dialética dos *faux frais*, em outras palavras, pela externalização dos custos de produção, sendo este um momento necessário à realização do capital, mas em si, do ponto de vista do capital geral, crítico, não gerador de valor. Os custos de circulação, mesmo como falsos custos do capital, representam, todavia, uma dedução da mais valia global. De acordo com as discussões sobre a identidade contraditória entre produção e consumo estabelecida a partir das noções de Marx (2011), que desdobramos no capítulo 2, entendemos a circulação como momento da produção, bem como o processo de terceirização, enquanto processo de autonomização do capital na reprodução crítica de suas categorias. Em vista disso, todos esses momentos não consistem num processo apartado da produção e reprodução do capital. Constituem-se, antes, como falsos custos de sua produção, como o trabalho improdutivo que é necessário à reprodução do capital como um todo, assim como seus momentos de dissociação sexual, momentos historicamente dinâmicos e contraditórios em relação à forma social fundamental do sistema produtor de mercadorias, mas que se tornam agudos com o processo histórico.

A terceirização no sentido referido até aqui transforma, portanto, ao que parece, trabalho improdutivo em trabalho produtivo,

internacional do trabalho do mundo capitalista é decisivo e, portanto, faz-se justiça a todas as interpretações — particularmente as de Celso Furtado — que destacaram esse ponto. O longo período dessa "expulsão" e dessa "criação", desde a Abolição da Escravatura até os anos 30, decorre do fato de que essa inserção favorecia a manutenção dos padrões "escravocratas" de relações de produção; será somente uma crise ao nível das forças produtivas que obrigará à mudança do padrão." (OLIVEIRA, 2003, p. 66)

através da simples autonomização formal em empresa própria. Mas as coisas são diferentes no plano do *capital conjunto*, que como é óbvio não aparece imediatamente no cálculo dos chamados sujeitos económicos, mas que pode todavia ser reconstruído teórica e analiticamente. Em primeiro lugar, é preciso dizer que as "despesas gerais" improdutivas reaparecem no plano do capital conjunto, ou seja, as externalizações operadas pelas empresas singulares e os reagrupamentos no interior da reprodução conjunta reaparecem nos cálculos. As "despesas gerais" improdutivas podem ser reduzidas, pelos motivos indicados, externalizando-as em empresas autónomas, mas, no plano do conjunto da sociedade, elas são sempre uma subtração da mais-valia conjunta. A representação dos "custos" (da empresa que cria mais-valia) como "ganhos" (da empresa que fornece serviços) desaparece no plano do capital conjunto. Marx demonstrou isso exemplarmente para os custos das transações puramente comerciais (compra e venda, intermediação monetária etc.): uma grande parte do trabalho no comércio a retalho e todo o trabalho no sistema dos bancos, dos créditos e dos seguros, assim como o da "superestrutura" jurídica, é "em si" improdutivo, porque não faz mais que "mediar" as relações mercadoria-dinheiro, sem ser ele mesmo uma produção substancial de mercadorias. É verdade que os assalariados destes sectores criam um ganho empresarial, mas a sua actividade, efectivamente, limita-se a mediar a redistribuição entre os capitais singulares da mais-valia gerada exclusivamente nos sectores produtivos: por meio desse trabalho improdutivo de mediação, o capital comercial apropria-se duma parte da mais-valia conjunta (explicação detalhada nos volumes 2 e 3 de *O Capital*). (KURZ, 1995)

Nesse sentido, argumentamos, segundo Kurz (1995), que a expansão capitalista se efetiva a partir do desenvolvimento das forças produtivas que se põe, ao mesmo tempo, como crise de reprodução se traduzindo em crise social: o capital vai perdendo a capacidade de produzir mais mais-valia, produzindo "tempo livre" (*disposable time*, MARX, 2011) na forma de dispensa de trabalho do processo produtivo, mas que vai ser constantemente posto para reproduzir criticamente a sociedade produtora de mercadorias em sua *totalidade*. Marx, sinaliza como o tempo livre aparece ao capitalista na forma do "esbanjar tempo", mas como, ao mesmo tempo, esse tempo livre que aparece como riqueza e ostentação é posto como forma de reproduzir o capital e obter novos créditos:

[...] o progresso da produção capitalista não cria apenas um mundo de prazeres. Ele abre com a especulação e o sistema de crédito milhares de fontes de súbito enriquecimento. Em certo nível de desenvolvimento, um grau convencional de

esbanjamento, que é ao mesmo tempo ostentação de riqueza e, portanto, meio de obter crédito, torna-se até uma necessidade do negócio para o “infeliz” capitalista. (MARX, 1988, I, v. II, t. II, p. 164).

Podemos pensar que essa foi a mudança qualitativa do capitalismo da grande indústria. A desproporcionalidade entre os dois departamentos da economia capitalista leva ao desenvolvimento do capital fixo que constitui parte do capital constante, gerando uma produção muito além do que se pode realizar em forma de consumo, o que fomenta a existência e produção de capital ocioso, um capital que busca valorização, mas que, diante dos astronômicos custos de produção postos pelo desenvolvimento das forças produtivas científicas, estabelece uma relação negativa, contraditória frente ao processo produtivo. Em relação à crise decorrente desse processo:

[...] para Marx, as crises não são provocadas unicamente por uma desproporcionalidade de valor entre os vários ramos da indústria, mas também por uma desproporcionalidade entre o desenvolvimento de valor de troca e do valor de uso, isto é, pela desproporcionalidade entre a valorização do capital e o consumo. (MANDEL, 1985, p. 22)

Assim, a liberação de trabalhadores para setores marginais, não diretamente vinculados ao processo produtivo, começa a crescer. O próprio desenvolver das forças produtivas se apresenta como possibilidade de libertação do “homem”, para poder desenvolver outras faculdades que não o trabalho. Entretanto, sob a ordem social capitalista o “tempo livre disponível (*disposable time*)” (MARX, 2011), não vai permanecer sob o “controle” do indivíduo e vai se constituir como trabalho improdutivo, seja sob a forma de trabalho nos setores intermediários (comércio, prestação de serviços e outros) ou na forma de realização de pesquisas para o incremento de tecnologias aos setores industriais e de serviços. Esse processo contribui para o desenvolvimento do capital constante, exacerbando a contradição entre capital constante e capital variável, ou ainda, promovendo a formação da classe trabalhadora, tal como aparece em nossa pesquisa, como a necessidade e importância do estudo entre mulheres, filhos e maridos com as quais conversamos, por mais que a qualificação do trabalhador não necessariamente retorne ao processo produtivo como reprodução ampliada. Mandel discute essa

relação atentando para a possibilidade do trabalho presente no setor de serviços, considerado comumente no linguajar econômico e teórico nacional como setor terciário, ter a função não direta da produção de valor, mas influenciar a massa total de mais-valia ao reduzir o tempo de rotação do capital:

O setor de serviços privados do século XIX consistia basicamente na troca entre vendedores privados de uma força de trabalho especializada e rendimentos capitalistas; isso não fazia diferença na determinação da massa total de mais-valia, uma vez que tudo quanto ocorria nessas condições era redistribuição de valores já criados. No capitalismo do século XX [e do século XXI], o setor de serviços na esfera da circulação consiste basicamente na troca entre o possuidor de determinada parcela do capital social agregado, que é gasto de maneira improdutivo, e o possuidor de rendimentos (tanto capitalistas quanto assalariados). Essa troca não participa diretamente da determinação da massa total de mais-valia, mas mesmo assim exerce sobre ela influência indireta importante, pois ajuda a aumentar a massa de mais-valia reduzindo o tempo de giro do capital circulante. O efeito disso sobre a acumulação de capital é a liberação de parte do capital ocioso para participar da distribuição da mais-valia social agregada. (MANDEL, 1982, p. 280)

É preciso reconhecer que Mandel, ao expor analiticamente a relação entre trabalho e massa total de mais-valia produzida, tangencia a questão do limite estrutural interno de expansão do capital geral ao afirmar que as trocas, no âmbito do setor de serviços, não participam diretamente da massa total de mais-valia. Porém o autor chama atenção para a importância da circulação enquanto possível contra tendência desse limite estrutural interno ao influenciar indiretamente a massa de mais-valia reduzindo o giro do capital circulante. Todavia pensamos que a perspectiva advinda do marxismo trotskista da luta de classes do autor conduz essa discussão para a questão da necessidade internacional da tomada do poder pela classe trabalhadora ao invés de um aprofundamento desta questão do ponto de vista do fetichismo da forma social.

Diante do até agora exposto, Francisca, moradora do Jardim João XXIII em São Paulo, nos relata um processo que em certo sentido se aproxima ao vivido pela família de Ivete e que pode nos auxiliar no aprofundamento da análise crítica da relação contraditória entre reprodução e crise, consumo e externalização dos custos de produção:

Quando eu cheguei aqui eu fiquei uns dois anos morando com minha irmã, só. Arrumei um emprego e continuei morando com ela. Depois que eu engravidei eu fui morar em outra casa. Eu trabalhava na doceria do shopping. Meu primeiro emprego foi lá, depois eu arrumei outros e outros. Depois que eu casei eu morava no Boa Vista (bairro da zona oeste de São Paulo) mesmo, vizinha a minha irmã. Depois com o tempo a gente mudou pra cá, com dois, três anos e estamos aqui até hoje. A gente saiu do Boa Vista porque a Neide (irmã) se separou do Marcos e nesse tempo ele (marido de Francisca) bebia bastante e eu não sentia segurança de ficar sozinha com ele. Aí ela arrumou um lugar pra cá e eu vim junto com ela, a gente ficou juntas. Só que ela morava em uma casa e eu morava em outra, encostada. Na época lá no Boa Vista era muito caro, era R\$ 300,00 o aluguel, eu sempre achei lá mais caro do que aqui. Era três cômodos, como essa aqui, há muito tempo atrás isso. Naquela época, mais ou menos 2005, logo que o Pedro (filho) nasceu. Hoje aqui eu pago R\$ 398,00. Então pra época, R\$ 300, 00 era caro.

Depois que eu engravidei, eu trabalhei. Primeiro eu fiquei uns dois anos em casa, cuidando do Pedro e depois teve uma situação aí e eu tive que separar, fui embora pra Paraíba, passei um ano lá. Depois eu voltei, ele (filho) já tinha uns três, quatro anos e comecei a trabalhar e ele ficou na casa de uma mulher, depois colocou na escola o dia inteiro... e agora que me apareceu esse problema, né?! Agora que eu tô em casa.

Quando eu voltei da Paraíba, comecei a trabalhar em restaurante, dentro do Carrefour. Eu trabalhei uns dois anos lá. Aí depois eu saí, porque eu pedi a conta, saí e fui procurar outro porque esse do Carrefour era de domingo a domingo, e fui ver se encontrava outro melhor. Encontrei um de segunda a sexta, fiquei lá e depois saí. Nesse último (trabalho) eu fiquei pouco tempo, porque vendeu e o outro (dono) não soube administrar e então fechou. Fiquei quase nove meses. Agora eu tô parada por conta da doença (Lúpus), mas eu penso em voltar a trabalhar, sim, dependendo... porque assim, depois que a gente tem filho a gente não tem muita opção, ou é ou não é, porque tem que pagar pra ficar com o filho, tem que pagar a perua, porque ninguém vai pegar na escola, então quando a gente vai ver no final do mês o nosso salário vai mais pra pessoa que a gente paga do que pra gente, tem que levar lanche, tem que não sei o que, então vai depender de como vai ser o emprego e como vai ser o salário também, né?! Porque também não adianta você pagar pra trabalhar, aí fica difícil. Ele (marido) já falou muitas vezes assim “Ah, fica

em casa, de boa, que não sei o que...” porque ele também morre de medo de eu ficar doente: “Fica em casa de boa, ninguém vai morrer de fome...” ele fala, mas a gente não só vive de comida.

(...)

Eles deram a previsão de dois anos pra entregar o apartamento. De um ano e meio a dois anos, mas sabe que tá bem assim de caminho andado?! Eu nem acreditei, porque a gente passou lá de frente e já tava construindo, aí Acenildo (marido) falou assim “Nossa tá construindo aqui esses predinhos, vamos entrar aqui?” Aí a gente entrou. Sabe assim?! E aí corretora atendeu a gente tal, e falou assim “Porque vocês não trazem os documentos?” eu falei “Ah, acho que nem vai aprovar é melhor nem tentar” aí Acenildo falou assim “É, mas não custa tentar, vamos levar se aprovar, beleza, se não...” Aí a gente levou. Ela (corretora) falou assim: “Vou mandar pra Caixa e a Caixa vai estudar o salário aqui e se aprovar beleza, se não aprovar eu devolvo a documentação de vocês.” Aí passou, passou... Aí eu falei assim “Acho que nem aprovou porque eles nem ligaram nem nada, né?!”. Aí quando foi um dia ele ligou pra mim todo feliz, falando que o corretor tinha ligado falando que tinha aprovado, pra ir lá assinar, levar outras documentações e tal, nossa, mas eu fiquei muito feliz. Porque é um sonho a gente ter a sua casa, por mais que você vai pagar tipo 15, 20, 30 anos mas você sabe que um dia vai ser sua, né?! E a gente tá muito feliz, graças a deus! Ele deu de entrada o Fundo de Garantia e deu mais um dinheiro lá a parte, que a gente nem tinha guardado, a gente ficou assim, tomou emprestado a um, a outro, tal, não sei o que, acho que deu uns R\$ 30 mil, aí a gente conseguiu emprestado e estamos pagando. Eu nem sei, ele que entende mais assim, mas o total da dívida do apartamento é de R\$ 198 mil. O total, 198. A gente não entrou no “Minha Casa, Minha Vida”, aquilo ali é muito burocrático, demora demais. Aí deu certo esse e a gente tá vendo aí.

(...)

Ele (o marido) trabalha com carteira registrada, faz uns quatro anos na mesma firma. Meu marido tira uns dois mil por mês na empresa de elevador, só que ele também trabalha assim por fora, tipo vendendo ferro velho, essas coisas, que dá um dinheirinho também, é o que mais ajuda. Porque se for esperar pelo o da empresa também, né, só R\$ 2.000,00 pra pagar tudo, tudo, não dá. E ele vende esses negócios de bobina, ferro-velho, essas coisas, é o que dá mais um dinheirinho assim pra viver mais... ele compra em vários lugares, tipo em várias obras, ele vai, alguém liga pra ele, ele vai lá, pega,

sabe?! Vai pra Barueri, vai pra Alphaville, só onde tem obra, aí ele retira e vende em outro lugar, ele retira por um preço e vende em outro lugar por outro preço. Mas aí ele fica horas trabalhando. Então, ele trabalha a noite, ele chegou 5h30, ele dormiu até 7h00 da manhã, aí saiu, chegou ainda agora, almoçou e deitou um pouquinho aí, o cara já tá ligando pra ele ir, ele acordou agora morrendo de dor de cabeça, ele passa muito sono, ele trabalha de dia e de noite, de dia e de noite, sabe?! Pra ver se quita logo, tipo assim, termina de pagar pelo menos uma coisa, tipo carro, pra ficar mais de boa, porque aperta muito pagar o carro, pagar essa prestação, pagar aluguel, e não é só isso, a gente come, gasolina, a gente adocece também, tem que comprar remédio, é o previsto... aí ele trabalha de dia e de noite. Por mês eu tava gastando uns R\$ 70,00 de remédio, porque os outros eu tava pegando no posto, mas como esse mês não tinha no posto eu cheguei a gastar R\$ 150,00, porque não tinha no posto. Tava faltando tudo, aí eu tive que comprar, porque não pode ficar sem tomar, né?! Então, aí tudo isso é despesa, tudo isso tem que por na ponta do lápis. E vem energia, e vem água, e vem telefone, vem... tudo. A água aqui é pra todo mundo, só energia que é separado, a conta de energia vem no nosso nome. Mas a água não. De água a gente gasta uns R\$ 75,00 por mês, um absurdo! Eu fico boba, a dona Marlene fala, “Nossa, Fran, eu gasto muito mais água do que aqui, mora mais gente, e não pago isso.” Esse mês, acho que tá ali o papelzinho, R\$ 75,00. Porque eles pegam tudo e dividem por pessoa, tipo aqui mora, vamos supor, três pessoas, divide por três pessoas. Aqui na casa tem duas pessoas, divide por duas pessoas. Cada pessoa paga x. Na minha conta, por que muda gente direto aí, moram umas 17 pessoas nesse quintal. Tem três casinhas em cima, três aqui, e uma em baixo, sete casas. É um absurdo, por isso é que eu morro de vontade de ter meu lugar, porque assim, você vai saber quanto você vai gastar, você vai economizar, porque eu não tenho a menor auto-estima de “Ai vou lavar esse banheiro e vou economizar água”. Não, pra que economizar, se a gente tá pagando um absurdo? A gente tem que economizar porque tá vendo que agora não tem água mesmo, né? Ainda não tá faltando aqui, mas a gente tá vendo que tá feio... Eu passei um mês fora em dezembro, a conta veio o mesmo valor. Ficou fixo, mas não é fixo, não vem a mesma conta o mesmo mês, nunca isso acontece, mas não adianta discutir, né?

Francisca, assim como Ivete, depois de trabalhar em diversos lugares, estava sem trabalho no período da realização da pesquisa, sobretudo por conta de uma doença descoberta recentemente. Em seu depoimento podemos perceber mais detalhadamente a questão que aparece também para Ivete sobre o problema das longas jornadas, além da baixa remuneração dos trabalhos disponíveis no mercado em relação aos custos altos postos pelo pagamento a outrem de funções que estas exercem como mãe, esposa, enfim, como momentos da dissociação-valor. Nesse sentido, entendemos que em muitos casos, principalmente na família com crianças, sob a crise de valorização, a mulher permanece no papel dissociado da reprodução crítica do capital, uma vez que seus ganhos não são suficientes para reproduzir as atividades familiares estritamente na forma mercadoria. Entendemos que esse processo é repostado pelo ganho social médio inferior das mulheres no mercado de trabalho, o que contribui para a forma da dissociação enquanto feminilização e desvalorização da reprodução crítica do capital¹²⁴. Segundo os dados do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), a diferença de remuneração salarial entre homens e mulheres no sudeste brasileiro se aproxima dos 20%.

¹²⁴ É de se notar como esse processo, transformado em dado analisado pelo DIEESE, tende a naturalizar a função historicamente exercida e atribuída às mulheres na reprodução do sistema produtor de mercadorias enquanto patriarcado: “A estrutura de ocupação das mulheres se mostra diferente da ocupação masculina. No Brasil, em 2009, os setores de atividade econômica que mais empregaram mulheres foram: serviço doméstico (17,0%), comércio e reparação (16,8%) e educação, saúde e serviços sociais (16,7%), o que indica ainda que a mulher tende a reproduzir, no mercado de trabalho, as tarefas que realiza no próprio domicílio, cuidando da família e da casa. Apesar dessa característica, foi expressivo o percentual de mulheres ocupadas na indústria de transformação (12,4%), setor tipicamente masculino, e na agricultura (12,2%). Destaca-se, porém, que grande parte das mulheres que trabalharam em atividades agrícolas não recebia remuneração (30,7% das ocupadas) ou trabalhava para autoconsumo (46,7%). A atuação da mulher no mercado de trabalho e na sociedade tem sido marcada pela busca de igualdade nas relações de gênero, na participação nos espaços de poder, na realização pessoal e profissional. As mulheres que procuram uma colocação no mercado de trabalho, no Brasil e em todo mundo, deparam-se com desafios relacionados às possibilidades de inserção.” DIEESE – (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos), disponível em: www.dieese.org.br/notatecnica/2014/notaTec133Rais.pdf, acessado em 13/09/2014.

Hiato na remuneração média recebida pelas mulheres em relação aos homens ^{(1) (2)} - Brasil e Grandes Regiões, 2000, 2005 e 2009 (em %)

Fonte: MTE. Rais. Elaboração: DIEESE

Nota: (1) Valores monetários corrigidos pelo INPC, em valores reais de abril de 2011

(2) Hiato significa a diferença entre os rendimentos das mulheres e homens, revelada como porcentagem dos rendimentos dos homens

O marido de Francisca é empregado formal de uma empresa de instalação e manutenção de elevadores. Além desse trabalho, ainda exerce outra atividade comercial de compra e venda de “ferro-velho”, segundo Francisca. Recentemente compraram um carro e um apartamento (que ainda está em fase de construção) por meio de financiamento, resultando numa dívida familiar acumulada e programada para os próximos anos. Em vista disso, o marido de Francisca também enfrenta a questão da jornada extenuante de trabalho, no seu caso dupla, uma formalizada e uma autonomamente, ditada principalmente pelo ritmo do endividamento. Aqui, certamente a crítica teria que se voltar para o capital imobiliário, como momento do capital fictício especulativo na reprodução crítica do sistema produtor de mercadorias. Talvez pensar criticamente a “produção do espaço” (LEFEBVRE, 1969), seus termos, e como esta aparece em diversas pesquisas como resolvendo a contradição interna posta pela acumulação capitalista. Todavia não é possível aprofundar essa discussão na presente pesquisa. Aprofundemos então a análise crítica da contradição entre trabalho produtivo e improdutivo.

3.2.2 – Ascensão Social como “Ascensão do Dinheiro aos Céus”¹²⁵

Segundo Marx (1985, II, v. III, cap. XV), podemos pensar que as atividades do comércio, enquanto capital comercial, mesmo podendo explorar força de trabalho na forma de mais-trabalho não pago, não representam atividades que geram valor do ponto de vista do capital em geral, do capital conjunto, mas funcionam também como *faux frais* da produção. O aumento de atividades consideradas do setor terciário, como uma das principais fontes de ocupação da força de trabalho de países como o Brasil, evidencia e aprofunda a crise de valorização, enquanto contradição entre trabalho produtivo e improdutivo na reprodução do sistema produtor de mercadorias. Segundo Kurz,

[...] o carácter do trabalho "em si" improdutivo só pode ser deduzido do processo de reprodução do capital, em que o trabalho abstracto passa por diversas formas de transformação e de representação. Não é preciso que o carácter improdutivo de certos trabalhos seja determinado externamente por definições arbitrárias; antes, ele deve aparecer no próprio cálculo como "custo". As massas de trabalho improdutivo e o seu pagamento aparecem na perspectiva capitalista como "*faux-frais*" (Marx), como custos falsos. Porém, deve distinguir-se o nível de *capital singular* e o de *capital conjunto*. No plano do capital singular, isto é, da empresa, o trabalho improdutivo mas necessário pode facilmente ser indicado na forma de "despesas gerais", por exemplo, despesas com a gestão do pessoal, a contabilidade, a limpeza etc. Estas actividades são indispensáveis, num sentido técnico-organizativo, para o funcionamento geral da empresa; mas não entram na sua efectiva produção de mercadorias (a produção de automóveis ou de piaçabas, por exemplo), ainda que devam naturalmente ser remuneradas, tal como o trabalho da própria produção empresarial das mercadorias. (KURZ, 1995)

Entretanto, mais do que nos preocuparmos com a definição de trabalho produtivo e improdutivo, o que nos interessa é discutir a relação contraditória entre esses dois termos.¹²⁶ Em vista disso, pensar a relação entre esses termos contraditórios da categoria trabalho, obrigatoriamente nos chama a refletir

¹²⁵ “Ascensão do Dinheiro aos Céus” é o título do texto de Kurz (1995) em que o autor discute criticamente “os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global”. Procuramos debater alguns aspectos desenvolvidos por este e outros autores, relacionando a crítica de Kurz ao sentido contraditório do processo enquanto “ascensão social”.

¹²⁶ Kurz. Ascensão do Dinheiro aos Céus, 1995. Pensamos que Kurz faz tal ressalva pois observa o equívoco em operar a exposição de um ponto de vista positivista-definidor, já que as categorias lógicas do capital não se realizam de forma absolutamente positiva. Portanto, há que se desenvolver a análise levando-se em conta a relação contraditória entre os termos.

sobre o plano do capital conjunto e de sua reprodução. É possível observar como na última década no Brasil, sobretudo em São Paulo, as atividades comerciais ganham importância como ocupação da força de trabalho e também na dinamização da circulação de capital, principalmente na forma dinheiro por meio da disseminação e desburocratização do acesso a mecanismos de crédito. Em estudo mais recente sobre o crédito e o circuito inferior, Silveira (2009) aponta para o entrelaçamento do capital financeiro com o comercial em que, além de vender mercadorias à prazo, como por exemplo a empresa C&A, “vende” também dinheiro na forma de empréstimos a juros consideráveis, em detrimento, por vezes, da própria receita com venda de” mercadorias materiais”:

[...] é uma das situações nas quais o capital financeiro substitui o capital comercial e, assim, a empresa é mais autônoma para obter seus lucros pela via de mecanismos financeiros, ainda quando isso signifique, por exemplo, vender menos mercadorias materiais. Gradativamente, a empresa comercial ganha o rosto de uma financeira. (SILVEIRA, 2009, p. 70)

Sem desconsiderar essa afirmação, reconhecemos que a circulação de dinheiro creditício foi possibilitada tanto materialmente, enquanto desenvolvimento das forças produtivas ligadas à circulação da forma monetária (no caso, por exemplo, da disseminação das “maquininhas de crédito”¹²⁷, as quais cobram juros e uma mensalidade para efetivar as transações), quanto legal e burocraticamente por meio da institucionalização de programas sociais de fomento à chamada “inclusão financeira” que promove a expansão e abertura das mais variadas formas e programas de crédito para o Brasil inteiro, segundo o relatório do Banco Central (2010). Não podemos deixar de mencionar a possibilidade de formalização jurídica, enquanto MEI (Micro Empreendedor Individual), por parte de qualquer indivíduo, maior de idade e com o nome “limpo” (sem restrições aos cadastros do Serasa ou SPC –

¹²⁷ Atualmente a tecnologia do próprio celular permite que este se transforme numa máquina de cartão de crédito, bastando que para isso o indivíduo possua apenas uma conta corrente em qualquer banco e um cadastro junto a uma empresa de “pagamentos móveis” como, por exemplo a Payleven, segundo o site da empresa: “A payleven é uma empresa especializada em pagamentos móveis presente no Brasil e em mais de 9 países da Europa. Trabalhamos com a solução de pagamento Chip&Senha, que possibilita transações no débito e no crédito através do seu smartphone ou tablet sem mensalidade”. [//payleven.com.br/](http://payleven.com.br/). Acessado em 26 de outubro de 2014.

Serviço de Proteção ao Crédito). O depoimento de Irismar, moradora de Heliópolis e proprietária de uma loja de roupa nessa localidade, nos auxilia a pensar nessa relação entre dinheiro creditício, formalização do indivíduo como micro empreendedor e o comércio:

Eu me enchi assim de depender dos outros, eu queria assim tomar meu próprio rumo, sem depender de cobranças, essas coisas, então foi quando eu decidi, que eu achei melhor e foi muito rápido assim, eu não tive muito tempo pensando, eu decidi e já abri. Até que não teve muita burocracia, foi muito fácil pra abrir CNPJ. Me pediram só o RG, CPF e comprovante de endereço, só isso, porque eu sou MEI (Micro Empreendedora Individual), então MEI é muito fácil. Isso faz uns três anos, foi em dezembro de 2010. Eu abri esse cadastro no Banco do Povo, levei esses documentos e abriram meu CNPJ. Eu posso ficar nessa categoria de micro empreendedora desde que eu não ultrapasse R\$ 60 mil por ano, de notas, de vendas, se eu ultrapassar isso já tenho que entrar pro Limitado (empresa de sociedade limitada - LTDA). Eu não peguei nenhum empréstimo, eles oferecem, mas eu nunca peguei. Eu tinha um dinheiro guardado, quando eu saí do Extra, no caso, que hoje é Extra, mas que na época era Comprebem. Eu trabalhava como uma função e recebia como outra, então eu entrei na justiça e eu recebi essa indenização. Eu era registrada como operadora de caixa e eu fazia a função de fiscal de caixa e trabalhava na tesouraria. Na época eu recebi R\$ 20 mil. Eu era muito fissurada por roupa, ainda hoje, comprar roupa, comprar, comprar, então aquilo era uma coisa que me atraía muito, então achava que isso era uma coisa que eu ia gostar, por eu gostar de comprar achava que ia gostar de trabalhar. Tem bastante loja por aqui, eu gosto, tem bastante cliente, graças a deus. Desde o começo eu tenho maquininha de crédito, desde quando eu abri, eu já abri com a maquininha, mas a maioria dos clientes não usa ela. Como eu tenho muito cliente assim de família, amigos, então eu faço ficha, eu trabalho bastante com ficha, mas eu uso a maquininha também, pra quem eu não conheço e tal, eu uso a maquininha. A ficha, o pagamento depende da pessoa, de 15 em 15 dias, por mês, varia. Eu tomo de vez em quando uns calotes, mas faz parte, quem trabalha com o público... a gente cobra e tal, né?! Mas quando você recebe um calote é melhor você já colocar nas mãos de deus, quem trabalha com vendas, essas coisas, corre esse risco, né, independente do negócio. Não acho caro ter uma maquininha dessas, eu

pago a mensalidade que é de R\$ 79,00 e tem uma porcentagem sobre as vendas que varia, se é no crédito, no débito, parcelado, aí tudo isso varia. Aqui a gente parcela em até três vezes sem juros. Eu parcelo acima de R\$ 50,00, em duas e acima de R\$100,00 eu parcelo em três. No crédito eles descontam 3.60%, no débito 2.50% e no parcelado 4.30%. A maioria das pessoas parcela, das que pagam com a maquininha. Eu acho que a Marisa aqui do lado não faz muita concorrência, porque ela trabalha muito com marca própria, então dependendo, os clientes não gostam muito, varia também, porque tem gente que gosta, mas pra mim, nunca tive nenhum problema não, com a Marisa, com certeza perco alguns clientes, mas não é nada que me preocupe, no começo lógico, mas depois não, pelo menos os meus clientes mesmos, fixos, que compram todo mês, não deixam de comprar aqui.

Aqui a gente abre das 10h às 7h da noite de segunda a sábado. Eu faço compra pra loja no Brás, nas lojas de atacado. Eu prefiro ir até lá, tem mais opções. Porque eles vem (os vendedores) e trazem o catálogo, só que eu não gosto de trabalhar com catálogo porque às vezes você vê uma coisa e quando vem é outra totalmente diferente. Então nunca gostei de trabalhar com catálogo, eu prefiro ir lá e escolher. Eu compro em várias lojas, onde se vê alguma coisa que chama atenção... eu compro o que as pessoas mais pedem, alguma coisa do meu gosto, mas é difícil. As lojas em geral são abertas, as mais burocráticas são as de jeans, mas as outras não. É atacado, tem uma quantidade de peças, mas se você for lá e atingir as peças pode comprar. Eu costumo pagar essas compras no cartão de crédito porque eu acho que você tem mais tempo pra girar a mercadoria, tem mais tempo pra vender e pagar. Eu gosto de ir ao Brás pelo menos uma vez por semana. Aí eu fecho aqui a loja, porque sou só eu que trabalho aqui.

Dependendo das notas, se atingir uma quantidade, aí tem que pagar (imposto), mas eu nunca paguei, então não tenho noção de quanto é. Porque vai acumulando no sistema conforme vai passando os pagamentos, mas eu nunca paguei nenhum imposto próprio por ser micro-empREENDEDORA. Nunca peguei nenhum empréstimo. A diferença quando você não trabalha por conta é que dia 5 e dia 20 você tem seu salário então você pode fazer aquele compromisso que aquele dia você vai receber, e trabalhando por conta já é mais difícil, você fala: “Meu deus, como que vai ser as vendas, tal” tudo você depende das vendas, então isso é mais preocupante, mas fora isso, é um trabalho igual. A minha renda vem daqui e do aluguel da minha casa, porque

eu moro com a minha irmão mas tenho a minha casa, que eu ia mudar mas como eu vou casar então vou esperar casar pra me mudar, então eu recebo o aluguel da minha casa.

Mas eu ainda não sei se vou continuar com a loja, porque eu vou casar, provavelmente não, mas eu ainda não tenho uma certeza, depende da “carruagem”, às vezes a gente faz uns planos e deus faz outro, então... é a decisão de deus. Eu ia casar agora em março, mas aí teve uns contratemplos e não deu. Eu ainda não marquei uma nova data. Eu penso em passar a loja, não sei, vou passar ao invés de fechar, aí eu trabalharia só com meu esposo, na igreja, porque meu noivo é pastor e eu vou trabalhar com ele na “obra”, como missionária. Depois que a gente casar a gente não tem muito um destino, pra onde o bispo mandar a gente vai. É meio sinistro, né?! É uma mudança de vida radical, digamos. Eu ainda não sei na verdade o que vou fazer como trabalho, eu tenho noção do que é trabalhar na “obra”, ajudar meu esposo, tudo, mas assim exatamente o que vou fazer depois, eu não sei, sei que é cuidar do povo. Eu vou ter uma ajuda de custo pra isso.

Irismar conseguiu abrir sua loja graças à indenização recebida devido a uma ação trabalhista que esta moveu pelas irregularidades a que foi submetida em seu último emprego, em uma grande rede de supermercados. Nesse sentido não precisou de adiantamento creditício para iniciar seu negócio. Entretanto, o sistema de crédito é presente em sua loja desde a abertura, tanto como sistema dito “formal”, por meio da utilização de aparelhos de crédito e débito, como pelo sistema de “ficha”, uma espécie de comércio fiado para conhecidos.

Não há empregados em sua loja, é só ela que trabalha, abre e fecha todos os dias o negócio, menos aos domingos. Irismar afirma que esta não é sua única fonte de renda, pois recebe também o aluguel de uma casa de três cômodos que possui, ali mesmo em Heliópolis. Não obstante, o futuro de seu negócio é incerto, pois ela planeja se casar e se dedicar a exercer atividades junto à igreja, com seu futuro marido pastor, ocupando, dessa forma, momentos teoricamente dissociados da reprodução crítica capitalista.

A condição de MEI transforma o indivíduo numa pessoa jurídica sem grande burocracia para abrir, encerrar ou vender seu negócio, já que o “grande negócio” parece se constituir como os indivíduos enquanto sujeitos

autonomizados da valorização¹²⁸, política e forma jurídica de gestão da crise do trabalho por parte do Estado.

Nesse sentido, pensamos que o *Relatório de Inclusão Financeira* (2010), o qual apresentamos no primeiro capítulo, representa um nível de política pública enquanto gestão crítica de excedentes monetários, em que o Estado apresenta formas de burocratização e desburocratização do acesso ao dinheiro com intuito de que este não se “desvalorize” ainda mais. No entanto o processo conduz à sua ficcionalização. Por um lado, a política econômica empreendida pelo Estado institucionaliza e burocratiza a circulação monetária, “formalizando” os diferentes trabalhos e os indivíduos enquanto MEI no sentido de captar de impostos. Por outro, visa aumentar a liquidez do dinheiro, aumentando sua velocidade de circulação, na tentativa de conter a inflação estrutural posta pela crise de valorização. Assim, o processo de circulação financeira aparece como o grande negócio crítico do capitalismo no colapso da modernização. A crise de valorização e do trabalho redefine e ao mesmo tempo repõe as relações de gêneros na subordinação dos indivíduos ao mundo do dinheiro que se generaliza em várias formas. Não obstante, a violência interna a esse processo não é tida como o objeto da crítica social, ou ainda é considerada como algo “externo” à contradição capitalista desdobrada pela teoria dos dois circuitos e pela noção ontológica do trabalho como produtivo.

Na reprodução ampliada crítica o Estado tem que financiar o consumidor em diversos níveis. Marx discute como a dívida pública se põe como alavanca para o desenvolvimento capitalista, em que os impostos se transformavam em capital como investimento na relação capital - trabalho; além do financeiro bancário. A dívida do Estado era uma categoria do capitalismo industrial, pois a arrecadação de imposto virava capital redistribuído. E a dívida pública no contexto atual, constitui-se como categoria crítica do capital? Kurz nos oferece

¹²⁸ “A partir da Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário passa a ser um Microempreendedor Individual (MEI). Para tanto, necessita faturar no máximo até R\$ 60.000,00 por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. De acordo com Luiz Barretto, diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), já existem mais de 2,5 milhões de empreendedores formalizados e esse número deve continuar aumentando. Segundo estimativas do estudo Perfil do Microempreendedor Individual 2012 (MEI) realizado pela entidade, em 2014 o país terá um maior número de microempreendedores individuais do que micro e pequenas empresas no Simples Nacional.” Disponível em: [//impressaodigital126.com.br/?p=13974](http://impressaodigital126.com.br/?p=13974) acessado em 26 de outubro de 2014.

um caminho crítico para pensar a relação entre dívida pública e reprodução crítica fictícia do capital:

Num nível elevado de cientificização e de intensificação do capital, as despesas gerais e as condições infra-estruturais do processo de criação do valor começam a sufocar a própria criação do valor, o que se torna evidente numa paradoxal inversão da relação entre Estado e sociedade: já não é a sociedade que nutre o Estado, para que este cuide dos "assuntos gerais", mas pelo contrário é o Estado que deve alimentar a sociedade com o "capital fictício", para que esta possa manter-se na sua forma tornada obsoleta de sistema produtor de mercadorias. O processo em que massas cada vez maiores de trabalho futuro são hipotecadas e "capitalizadas", o nutrir-se vampirescamente do futuro, abarca agora tanto a reprodução do capital quanto a reprodução do Estado e as duas formas de dependência do crédito interligam-se. (KURZ, 1995)

É possível observar como cada vez mais pessoas no Brasil e na maior metrópole brasileira que é São Paulo, diante da crise do trabalho e disposição do crédito (nas várias formas, mas principalmente na forma de consumo), devem ser empreendedoras da própria força de trabalho, da própria miséria na crise de valorização do valor e se lançar na “retorta” da circulação (MARX) a fim de sair momentaneamente vencedor frente a tantos outros perdedores no processo de centralização do capital, já que esses diferentes trabalhos empreendidos, em sua maioria, não produzem valor, mas mantêm certos níveis críticos de circulação do capital enquanto disciplinamento/violência, expropriação e concorrência constantes e necessários à reprodução social crítica e fictícia capitalista.

Marx procura demonstrar que mesmo o trabalhador empregado, empobrece uma vez que o que ganha não lhe permite acumular e ainda sempre vai colocá-lo num nível de reprodução social muito aquém em relação aos resultados positivos da produção capitalista, a qual produz constantemente novas desigualdades e expropriações (1988, I, v.II, t. II, cap. XXIII). O mecanismo de produção capitalista cuida para reproduzir a classe trabalhadora como dependente do salário, mas parece que o considerado processo de industrialização no Brasil, bem como a instituição e manutenção do salário mínimo, além de não garantir a reprodução social da força de trabalho, tendo em vista a crise do trabalho, também não garante a reprodução do sistema

enquanto capital produtivo industrial. Talvez por isso seja tão comum, no contexto das metrópoles brasileiras, trabalhadores destinando qualquer forma de acumulação monetária ou acesso a créditos a pequenos negócios, ou ainda, parece que predominantemente na última década, na compra e construção de imóveis para alugar ou vender, com intuito de compor os ganhos individuais e familiares e circular o capital em sua forma monetária.

Não estamos querendo dizer com isso que não haja postos de trabalho nos setores industriais brasileiros, ou ainda outros tidos como produtivos, principalmente em São Paulo, mas que a exploração produtiva do trabalho realizada pelas mais diversas unidades empresariais, dado o nível de produtividade atual, poderia não ser suficiente para repor um novo ciclo produtivo nos mesmos termos, isto é, a partir da exploração abstrata da força de trabalho, tendo que recorrer, em escala cada vez mais crescente, a créditos e à reprodução fictícia do capital. É preciso lembrar que no processo de formação da taxa média de lucro, diversos capitais são também tornados relativamente improdutos por se encontrarem fora do tempo médio social, segundo Marx (1986, III, v. IV, t. I, cap. X).

Do ponto de vista da nossa pesquisa de campo percebemos como a reprodução social familiar e individual se encontra relacionada ao trabalho, improdutivo ou não, e a outras atividades exercidas. A reprodução social enquanto sociabilidade marcada pela crise do trabalho aparece em nossa pesquisa de forma entrelaçada com outras categorias da reprodução do capital, como a cisão do feminino, o crédito, o consumo e à promessa de rendimentos futuros, à formação educacional e a rendas advindas de aluguéis e aposentadorias. Atentemos para o depoimento de Dona Isaura, moradora a muitos anos do Morro Doce, São Paulo, e proprietária de um bar situado junto a sua residência:

Vim pra cá (Morro Doce) casada já e com meus filhos. Tive depois uma filha aqui. Meu marido era maquinista de firma. Depois ele começou a trabalhar por conta, com serralheria, de fazer portão, essas coisas. Aí ele começou a trabalhar aqui em cima, que aqui não tinha casa, aí depois construiu aqui e trabalhava aqui, era o mesmo lote. Aí ele trabalhava aqui e nós morávamos em cima, no mesmo lugar. Aqui virou bar faz muitos anos já, mas foi depois

que meu marido faleceu. Depois que ele foi eu peguei vendi as ferramentas tudo pra um amigo dele e aluguei aqui pro amigo dele mesmo. Ele ficou trabalhando aqui muito tempo. Aí depois ele tirou a serralheria e levou pra casa dele. Depois eu aluguei aqui pra uma mulher que fazia um negócio de escola, foi pouco tempo, foi um mês. Aí depois eu aluguei pra um salão de cabeleireiro, ficou um bom tempo. Aí depois eu aluguei pra um bar. Pra outra pessoa fazer um bar, aí não deu certo pra pessoa e eu fiquei com o barzinho e ainda hoje estou... Faz muitos anos... Deve fazer uns 15 anos que a gente tá com o bar. O bar é da família e a gente mora aqui em cima. Aqui mora minha neta, minha filha, ela(s) comigo. A minha outra filha mora aqui pregado no bar. Tenho só duas filhas e tão tudo aqui. (...) Quando eu aluguei aqui pra bar, o cara não tava me pagando, aí eu tive que ficar com o bar, eu disse: “Você não vai ficar com nada daqui, vai ficar tudo pra mim.” Porque ele não tava me pagando o aluguel, então ele não tinha o direito de tirar nada daqui e foi a época que eu tomei conta. Faz 26 anos que meu esposo é falecido. A barra não foi boa não, viu, porque olha... Jamais eu pensava em ficar sem ele (o marido), nunca pensei, eu achava que eu ia primeiro, só que foi o contrário, foi completamente diferente. Aí essa (filha) começou a trabalhar, depois que cresceu, ela tinha 13 anos quando ele faleceu, e começou a trabalhar quando era de menor ainda, o vizinho arrumou pra ela e ela começou a trabalhar... E eu vendia, eu vendia Avon, eu vendia roupa, tupperware, vendia tudo. Vendia em casa, antes de ter o bar. Então sempre que faltava um dinheirinho eu chegava no vizinho, tomava emprestado... depois aposentei, aposentei como pensionista, né, aí melhorou um pouco, ela (filha) começou a trabalhar também, cedo, aí melhorou, graças a deus, mas a barra foi pesada... (...)

Mas o meu sustento não vem do bar, ajuda um pouco, mas dizer só é daqui, não. Porque eu tenho a minha pensão, graças a deus, ajuda muito, então um pouco de lá, um pouquinho daqui, ajuda muito. Pra mim e minha filha que fica aqui (no bar), ela tem três filhos, então graças a deus dá pra gente viver.

Segundo relato de dona Isaura, a reprodução social de sua família é garantida pela composição de vários rendimentos. Entretanto ela afirma que, depois que seu marido faleceu – embora obtivesse ganhos com o aluguel e com outras atividades como o bar nos últimos tempos e com o trabalho das

filhas, até na forma de ajuda e empréstimos de vizinhos – a situação melhorou somente quando ela conseguiu se aposentar.

Podemos pensar que do ponto de vista da produção de valor, o desenvolvimento das forças produtivas institui o incremento de um “tempo livre” (não para o trabalhador, mas em forma de capital ocioso, principalmente enquanto capital financeiro creditício, conforme dito anteriormente) na qual a sua expansão é determinada por uma crise de superprodução. Isso está se estabelecendo como tempo de não-trabalho, entretanto o tempo disponível passa a inserir o pensamento científico e à reprodução social como forças produtivas constantemente novas. A medida da riqueza da sociedade, retendo seu caráter contraditório, parece que não se constitui mais como a exploração abstrata de trabalho social, mas sim como produção de tempo livre, pois tudo virou uma condição de reprodução do capitalismo, inclusive o não-trabalho, o que, segundo Lefebvre, leva à constituição do cotidiano, um tempo livre que não aparece como desenvolvimento pleno do humano (Lefebvre, 1969). A limitação da crítica à vida cotidiana, segundo o autor, se dá porque todos os indivíduos se encontram ao nível da sobrevivência mediada pelo dinheiro. Entretanto a crise econômica (que entendemos como uma crise categorial do capital) obscurece a crítica à vida cotidiana, pois a crise social não expõe a necessidade de se fazer à crítica a essa dimensão, somente a alcançá-la. A cotidianidade, seus termos, elementos e críticas aparecem assim cindidos e automoventes e os instrumentos são cada vez menos válidos para se realizar a crítica. Nesse sentido, para Lefebvre, a satisfação real, superada em fruição, não ocorre porque não há a superação do trabalho (1991). Todo tempo se torna tempo de produção. Assim, a racionalidade burguesa, seus termos enquanto universalidade, se estende para além do espaço-tempo do trabalho, porque o burguês, para o autor, enquanto *persona*, ou ainda, a moral burguesa, se constitui na moral do Estado e, enquanto normalidade, na moral do trabalho.

Para Lefebvre, o capitalismo encontra-se numa nova fase, que o autor chama de “neo-capitalismo” ou capitalismo de organização (1969). Debord (1997) também realiza a crítica a esse novo momento do capitalismo, chamando a atenção ao processo de fragmentação das formas sociais que vão constituir uma cisão na proximidade.

A origem do espetáculo é a perda da unidade do mundo, e a expansão gigantesca do espetáculo moderno revela a totalidade dessa perda: a abstração de todo o trabalho particular e a abstração geral da produção como um todo se traduzem perfeitamente no espetáculo, cujo *modo de ser concreto* é justamente a abstração. No espetáculo, uma parte do mundo se *representa* diante do mundo, e *lhe* é superior. O espetáculo nada mais é do que a linguagem comum dessa separação. O que liga os espectadores é apenas uma ligação irreversível com o próprio centro que os mantém isolados. O espetáculo reúne o separado, mas reúne-o *como separado*. (DEBORD, 1997, p. 23)

Esse autor reconhece essas formas de cisão do cotidiano como formas constitutivas estruturais. Para ele, a burguesia apresenta um nexo interno com a tecnocracia, e nesse novo momento do capitalismo haveria um desvio, um deslocamento do sentido da propriedade privada da terra: de rendas fundiária ou “dinheirárias” como fragmentos da mais-valia enquanto uma transmutação do sentido da propriedade privada da terra que vai circular como ação, ou fragmento de renda que gira na bolsa de valores. Em vista disso, sua crítica se volta à economia política como ciência dominante e da dominação, que segue um sentido estrutural de análise, negando a idéia de inconsciente e a relação entre esses momentos de reprodução social espetacularizada.

A dominação da mercadoria sobre a economia exerceu-se, primeiro de modo oculto, pois a própria economia, como base material da vida social, era despercebida e incompreendida, a exemplo do parente com quem convivemos e que não conhecemos. Numa sociedade em que a mercadoria concreta é rara ou minoritária, o domínio aparente do dinheiro se apresenta como o de um emissário munido de plenos poderes que fala em nome de uma potência desconhecida. Com a revolução industrial, a divisão fabril do trabalho e a produção em massa para o mercado mundial, a mercadoria aparece efetivamente como uma força que vem realmente *ocupar* a vida social. É então que se constitui a economia política como *ciência* dominante e como *ciência* da dominação. (DEBORD, 1997, p. 30)

A socialização primária promovida pela família, assim como pelo dinheiro nos possibilita pensar nas formas abstratas que atravessam a cotidianidade. Pensar que essas formas de consciência não são necessariamente compósitas, em vista disso há um movimento de uma forma obscurecer a outra, o que conduz a uma “reprivatização” da vida social ao mesmo tempo em que a forma de consciência burguesa estabelece nexos com o Estado, que não

podem ser classificadas como verdadeiras ou falsas. Essa “reprivatização” atravessa tudo e esse fechamento não se explica por si mesmo: a socialização impedida do urbano parece conduzir esse processo enquanto âmbito das crises: do trabalho, da família, do urbano. Debord aponta para a “colonização” da vida cotidiana pelo espetáculo e pela mercadoria, assim, as coisas não se explicariam por elas mesmas, chamando atenção para a natureza do processo que se expressa, mas que ao mesmo tempo se esconde quando lido sistemicamente. A cotidianidade, portanto, apresenta um dilaceramento, se coloca como totalidade cindida que tem uma certa pulsão, mas que deve ser lida negativamente. A realização dessa forma cindida somente se totaliza apresentando-se como total.

Não se sai da lógica formal, do campo da identidade, da igualização. Todo esse movimento é simultaneamente ligado à lógica formal que serve à lógica da mercadoria – lógica tautológica – e esta se generaliza. A reprodução das relações de produção capitalista envolve a reposição dos três momentos em separado do capital: terra, capital e trabalho, em que o discurso estatal enquanto práxis social como política pública procura reunir espetacularmente, *i. e.*, reunir estes momentos como separados, pelo dinheiro dessubstancializado, como forma da crise de valorização. O fetichismo se dá pela prática, isto é, respaldam os próprios conceitos e categorias que alicerçam a prática, que engendram a prática social. Segundo Lefebvre (1990) isso poderia representar um triunfo da lógica formal em detrimento da lógica dialética, em outras palavras, o triunfo da lógica da unidade e da identidade. Nesse sentido, a ideologia poderia se diferenciar do fetiche dado seu caráter de elaboração teórica, de representação, enquanto que o fetiche talvez esteja num nível mais imediato (o fetiche como aquilo que já se põe como mediação na sociedade moderna produtora de mercadorias), como as próprias abstrações concretas que se realizam na prática social. Quiçá este novo momento do capitalismo, que Lefebvre chama de neocapitalismo, ou segundo Kurz, o momento do *colapso da modernização*, pós 3ª Revolução Industrial, precise de outros artifícios para a crítica e criação ou recriação de novas/antigas práticas necessárias à reprodução crítica das relações capitalistas. Não estamos seguros disso.

O fetichismo da mercadoria, como o fetichismo do capital, parece colocar todos os indivíduos sob a mesma dominação do dinheiro e da forma social. A ideia de autonomização do dinheiro e dos diversos momentos do capital, postos pela sua modernização crítica, corrobora também para tensionar o caráter de luta de classe da pobreza, já que o dinheiro e o capital como desenvolvimento das forças produtivas assumem um automatismo tautológico cujas determinações parecem ser difíceis de serem rompidas em âmbito individual, ou mesmo sob a perspectiva de classe. Mais uma vez temos que olhar para o problema de que a consideração da divisão dessa sociedade em classes obscurece a dominação de todos pelo capital enquanto forma social, enquanto objetividade, agora sob os ditames do capital fictício na forma da circulação autonomizada do dinheiro. A centralização e a externalização dos custos dos capitais, sob a crise de valorização, transforma todos em potências capitalistas detentores de formas de consciência burguesa (estatal) mas sobretudo em potenciais perdedores, ou ainda acumuladores de dívidas. A modernidade colapsada no contexto de nossa pesquisa, não rompe com o trabalho, mas antes o mantém como elo dessubstancializado e ficcionalizado de reprodução do sistema produtor de mercadorias.

Podemos pensar, dessa maneira, que produção e reprodução fictícia do capitalismo se entrelaçam já que a crise de valorização do valor, no âmbito da produção, põe todos os momentos da reprodução social como consumo e redução de custo da produção e reprodução crítica capitalista, uma vez que sob o decréscimo de produção de valor, do capital produtivo, tudo parece se colocar efetivamente como custo do capital.

O capital somente se realiza e se reproduz aprofundando e concentrando as contradições, até se tornar praticamente impossível de continuar indefinidamente, pois reduz sua capacidade de acumulação. O capital está mudando de qualidade em seu processo de reprodução ampliada: o capital monopolista, da grande indústria leva a expansão do capital industrial em esfera global a explorar trabalho para produzir e expandir, entretanto, nos parece que sob o colapso da modernização, a necessidade crítica se coloca como o aumento da circulação do dinheiro, na forma de expansão e transferência da dívida através do consumo financiado a crédito pelos indivíduos. O excedente monetário, bem como a superprodução de

mercadorias, como forma de desvalorização do valor aparece para Oliveira, para teoria dos dois circuitos e para os dados e relatórios oficiais, como forma de acumulação capitalista de riqueza.

O tempo de circulação e dos processos de realização da mercadoria e do capital em geral, exige que o tempo de circulação se reduza, tendendo a zero, justamente devido a sua crise de valorização, de exploração rentável de força de trabalho. Acelera-se o processo de circulação do capital e nesse mesmo processo o capital ficcionaliza-se, o dinheiro parece ter um movimento autonomizado em relação aos empreendimentos considerados produtivos, o que fetichiza a crise de valorização atribuindo-se todo esse movimento à acumulação e desenvolvimento da sociedade. Pensamos que no contexto de crise, os indivíduos lutam por mover e consumir as migalhas do processo social crítico do sistema produtor de mercadorias. O próprio consumo dos trabalhadores se faz muito em relação à tentativa de valorização ou ainda de redução de custos e de tempo de sua reprodução social, através da compra de meios de produção superproduzidos pela indústria brasileira, ou ainda de importados.

A dialética que se estabelece entre capital e trabalho fundamenta-se na acumulação e crise de valorização imposta pelo desenvolvimento das forças produtivas, em que massas maiores de mercadorias vão ser vendidas na tentativa de compensar a queda da tendencial da taxa de lucro. No contexto do *colapso*, além da centralização dos capitais, o próprio dinheiro se generaliza como mercadoria a ser comprada e vendida, produzindo, dessa maneira, formas que ficcionalizam o trabalho diante da necessidade de circular do capital. O Estado promove a formalização jurídica necessária para esse processo, não como um sujeito volitivo do processo, mas antes como necessidade determinada pela crise de valorização do valor. Uma vez que, a exploração do trabalho não produz mais valor necessário para reproduzir a sociedade sob seus próprios fundamentos, isto é, a exploração produtiva de trabalho, longe desta implodir como forma social, ao contrário, aparece sob as formas mais extenuante e desgastante possíveis, também na formalização espetacular da figura jurídica do MEI. O mundo da mercadoria e do espetáculo parecem obscurecer a crise e horror da violência da sociedade de trabalho que se entranha como economia política cotidiana.

O crédito, dessa maneira, pode representar uma naturalização da circulação, tendo em vista um custo que parece ser permanente, não se pagar. Assim o crédito se coloca não só como uma questão econômica, mas também social. No limite, pode representar a venda ou a necessidade para a formação de uma unidade, de uma instituição, como a família. Nesse processo é de fundamental importância a formalidade posta também pela forma contratual. Em vista disso, o dinheiro creditício parece conferir uma igualdade formal entre os indivíduos, ao promover o consumo nesses termos, o que implica uma forma fetichista de consciência em que, na crise do trabalho, os indivíduos passam a ser socializados pela absolutidade estrutural da ilusão jurídica. Não se trata mais de ser ou não um trabalhador formal ou produtivo, mas sim de ter ou não crédito na praça, de estar com o nome limpo, porque disto depende a manutenção da vida numa sociedade em que o pressuposto é a socialização pela “exclusão” aparente, dada a forma autoritária de ser da forma mercadoria. Nesse sentido, argumentamos que o pobre, assim como a mulher, o negro entre outras formas postas como “universais”, enquanto formas históricas e fetichistamente vistas como simplesmente excluídas do processo de valorização do valor, sob a crise de valorização, vão ser postas como formas de instituição jurídica de acesso à dívida por meio da política estatal de administração de crise de excedente monetário, que podemos refletir segundo o contexto de nossa pesquisa, como política de “inclusão financeira”.

Scholz realiza essa discussão em alguns de seus escritos, como em *O Valor é o Homem* (1992) e *Forma Social Fundamental e Totalidade Concreta*, (2009). Entre outras questões, a autora critica o processo de constituição do capitalismo enquanto modo de produção posto pela contraditoriedade da forma valor, como forma social fundamental em que a questão do gênero, e de sua cisão, se constitui como co-originária dessa forma. Uma de suas preocupações é debater como historicamente o que se apresentava como o “outro” à lógica e a razão ocidental da valorização do valor, mas que é sempre necessário para sua reprodução, foi sendo legado como feminino, engendrando um processo histórico de retirada das mulheres dos espaços públicos seguido de seu confinamento no espaço privado, no seio da tradicional família burguesa no auge desse desenvolvimento, configurando dessa maneira o sistema enquanto *patriarcado produtor de mercadorias*. Essa condição, assim como as outras sob

o desenvolvimento histórico e contraditório do capital, está em constante transmutação sem vistas à superação, em que, diante do processo de modernização e de seu colapso, não só as mulheres, mas também aqueles tidos historicamente como o “outro” da relação capital (como negros, pobres, homossexuais, ciganos entre outros) aparecem no espaço público chamados para “salvaguardar” a reprodução social capitalista.

A promessa de trabalho e de remuneração através da autonomização jurídica do trabalhador na forma de micro-empendedor individual, bem como a pressão para formação educacional e profissional continuada e ininterrupta da força de trabalho, surgem como formas que o crédito vai assumindo enquanto ficcionalização do trabalho, externalização de custos do processo social e aumento da velocidade de circulação do dinheiro. Assim, a violência e espetacularização, enquanto crise de valorização e colapso da modernização, bem como a crise do trabalho, são momentos apagados da análise dos processos sociais e espaciais. São tidas como o outro, externalidades que podem ser geridas e solucionadas em âmbito político. É a ilusão da crítica distributivista.

A questão quantitativa e material da pobreza e da desigualdade é a questão posta pelo capital. É uma questão posta para sua reprodução e os limites dela enquanto lógica contraditória negativa. A própria pobreza chega a representar um entrave para a reprodução do capital enquanto reprodução social. É a luta por migalhas na destituição da sociedade produtora de valor. E todos estão lutando por migalhas, pelos produtos-fragmentos da sociedade produtora de mercadorias que parece encontrar novas formas de ficcionalizar o trabalho através de relações jurídicas que formaliza o indivíduo como pobre e força de trabalho potencial para que este tenha acesso ao crédito e à dívida como forma de garantia de reprodução do sistema ficcionalizado.

Parece-nos que pobreza e riqueza enquanto polarização da distribuição do valor, determinada pela sua produção, atualmente fictícia, como fundamento social baseado no tempo social de trabalho, estão num movimento de destituição recíproca de seu sentido histórico. A crítica de classes implode sobre seus próprios termos? Não sabemos como responder.

Nesse sentido, o caráter crítico da produção e reprodução capitalista – bem como o fetichismo imposto por este processo enquanto constituição crítica

da forma social capitalista – é apagado da teoria dos dois circuitos em favor da noção de acumulação e luta por interesses na distribuição da considerada produção social nacional. O problema da crítica distributivista para nós, é que, não importa como se adentre ou revire a questão da desigualdade e da pobreza próprias ao modo de produção capitalista, ela parece sempre nos colocar diante da face irônica do dualismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A desigualdade é um termo ou uma noção que dá conta da determinação da pobreza como processo contraditório? A pobreza enquanto categoria do capital se destitui de seus próprios termos segundo o momento e contexto histórico considerado em nossa pesquisa?

Diante do movimento de crítica negativa intentada na presente pesquisa, podemos pensar que somente sob o colapso da modernização e crise de valorização do valor se torna possível, na sociedade atual, a promessa e relativa efetivação da distribuição de dinheiro creditício à massa da população empobrecida brasileira e da cidade de São Paulo, como forma fictícia crítica do capital se reproduzir, transferindo os custos da desvalorização aos indivíduos. Custos que são transferidos na forma de crédito para o consumo de mercadorias dessubstancializadas. Esse processo ocorrido na primeira década do século XXI no país – ao mesmo tempo em que aumenta consideravelmente os níveis de consumo de uma parcela da população até então considerada pobre, que passa a ser denominada pelo Estado como nova classe média, em referência à sua suposta ascensão social – aumenta a velocidade de circulação do dinheiro, dado o processo de dessubstancialização do valor, prendendo seus possuidores, por meio de processos de endividamento, às estruturas formais de reprodução social do capital que ficcionalizam o trabalho e que repõe criticamente essas mesmas estruturas (Estado, família, cisão de gênero, cotidiano). Entendemos que esse processo, que aparece frequentemente somente como questão de escolhas políticas, enquanto política pública, longe de se constituir apenas como uma estratégia de um Estado volitivo modernizador, apresenta-se como uma forma crítica de administração de crise do capital, sob o colapso da modernização, de forma a possibilitar a reposição crítica deste enquanto sistema produtor de mercadorias, agora sobretudo sob o fundamento fictício do trabalho e da ficcionalização de sua reprodução.

Entendemos que embora Santos tenha criticado o planejamento e a instrumentalização do conceito de pobreza, este não consegue se furtar do fetichismo da mercadoria, enquanto fetichismo do dinheiro, no sentido de ainda

buscar uma solução para a questão da pobreza por dentro das categorias críticas do valor, sem criticá-las.

Longe de uma superação, a pobreza parece se repor em outros termos, com aumento do consumo e da circulação do dinheiro entre indivíduos até então não contemplados com tal processo. Estaríamos vivendo formas qualitativamente novas de pobreza? Como essas formas são vivenciadas pelos indivíduos segundo seus contextos particulares? A noção de pobre se fetichiza enquanto forma de consciência atrelada à noção estatal e à teoria dos dois circuitos como possibilidade de investimento produtivo respaldado pela crítica distributivista. Nesse sentido, pensamos, de acordo com nossa pesquisa, que a pobreza como noção e instituição promove hoje o aumento da velocidade de circulação do dinheiro e de mercadorias dessubstancializadas, indo de encontro com a noção conhecida que atribui à pobreza uma ideia de “lentidão” econômica. (SANTOS, 2008). Nos parece que a pobreza enquanto categoria e enquanto momento crítico do desenvolvimento desigual do capitalismo encontra-se necessariamente presa a sua perspectiva positiva dos valores de uso, na perspectiva de formas de aquisição e acesso a este e, assim sendo, está igualmente presa à quantificação e ao fetichismo da mercadoria e do capital postos nessa relação. O prometido se realizou, os pobres têm acesso à materialidade, à possibilidade de reconhecimento, representação jurídica, perspectivas de inclusão, a tão sonhada cidadania? O capital se distribui materialmente?

Poderíamos aproximar então essas análises da ideia dos circuitos de exploração e drenagem de dinheiro que é considerado do circuito “inferior” para o “superior”. Nesse caso, teríamos que reconhecer que a diferença fundamental entre esses chamados “dois circuitos” é apenas quantitativa, em relação à quantidade de investimentos e ao desenvolvimento das forças produtivas e que, dessa forma então nenhuma outra relação qualitativamente diferente ou ainda “não capitalista” se põe ao considerado circuito inferior. Mais grave ainda, de acordo com nossa perspectiva, é a situação das pesquisas atuais que atualizam a teoria dos dois circuitos, uma vez que estas parecem abandonar as inquietações teóricas de Santos acerca da pobreza e reproduzir *ad hoc* a noção e a crítica deste autor irrefletidamente para o contexto atual. Assim, se perpetua nas análises sobre a pobreza um dualismo entre tempo e

espaço, onde as causas desta são encontradas e ditadas por “interesses externos”.

Podemos pensar que a teoria atual dos *dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, enquanto teoria que se quer crítica, busca chegar ao fundamento da racionalidade capitalista, defendendo o *status quo* da reprodução social: defende que o mundo capitalista é uma extensão de racionalidade. Entretanto, entendemos que o mundo moderno funda-se sob a contradição racional – irracional, em que os princípios da razão moderna iluminista estão fundamentados na irracionalidade moderna. Para Marx, esse real é irracional, a contradição, diferentemente do que para Hegel, se constitui na crise do conceito e se realiza negando-se, negando os critérios da racionalidade¹²⁹. Em outras palavras, a autonegação categorial é a forma irracional da razão. Em vista disso, Lefebvre chama atenção para o terrorismo exercido pela linguagem que acaba repondo o mundo presente apesar da crise do moderno, da crise entre significados e significantes, constituindo o reino dos signos (Lefebvre, 1990). O desdobramento desse processo acirra a crise e o romantismo é frequentemente retomado como forma de obscurecer a crise, não só na teoria como nos próprios relatórios oficiais e de seus termos, como em “A nova classe média - O lado brilhante dos pobres”, por exemplo. Esse processo tende a restabelecer de forma totalitária e ficionalizada o mundo “anterior”.

A noção da constituição da periferia do capitalismo esteve muito pautada numa concepção espacial geométrica com relação às forças produtivas, afirmando uma compreensão temporal do capitalismo em que o desenvolvimento chega depois na periferia do sistema, fundamentando a noção de desenvolvimento desigual, ou ainda de “seletividade espacial” (SANTOS, 2004). Essa forma de concepção do desenvolvimento capitalista baseada na noção de expansão de área, física, do capital não nos permite compreender a partir da periferia a desigualdade do movimento de produção e reprodução do capital, porque esses processos ocorrem enquanto simultaneidade, enquanto formas de ser simultâneas que tendem a suprimir, no

¹²⁹ Anotações de discussões realizadas no curso “Modernização e Contradições Espaço-Temporais”, realizado em âmbito da pós-graduação, no Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, no segundo semestre de 2009, ministrado pelo profº drº Anselmo Alfredo.

movimento dos capitais, o tempo como sucessão. Esse processo é frequentemente tratado na geografia como “aceleração do tempo” (SANTOS, 2008). Pensamos que a idéia de que o capital se expande desigualmente no tempo está associada a uma forma fisiocrata de pensar a forma de ser do espaço e da expressão das contradições do capital. Essas análises, então, encobririam a determinação do tempo de rotação do capital, enquanto simultaneidade crítica, na constituição do real.

A concepção de movimento físico, obtida por meio de leituras que a consideram a partir de uma relação matemática de afirmação, positiva, de todos os princípios assumidos, como o espaço, o tempo, a matéria etc., dificulta e obscurece a concepção e movimento dialético. Nesse sentido o desafio que se coloca seria o de pensar uma sociabilidade que não é determinada pela física e sim por uma forma abstrata, daí a importância de se resgatar a negatividade dos processos sociais.

Entendemos que o movimento de crítica, realizada na geografia pela *teoria dos dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*, ocorre, de maneira geral, de forma a substituir da análise o movimento crítico das categorias do moderno por uma nomenclatura própria, construída epistemologicamente por uma disciplina que toma o espaço como objeto. A substituição da análise crítica de uma lógica histórica contraditória pela análise ontológica do espaço considerado enquanto “conjunto indissociável de sistema de objetos e sistema de ações” (SANTOS, 1996) constitui uma externalização da crítica a partir da construção de modelos fundados na materialidade do processo social e em juízos de valor, que por diversos motivos, tratados ou não nessa pesquisa, obscurecem os momentos críticos da análise. Entendemos que acessar a contraditoriedade do movimento real e do pensamento, implica em assumir a crítica à forma sujeito, posta também na figura do pesquisador, e à forma e sentido da ciência moderna, enquanto momentos necessários de crítica à dominação do capital enquanto forma social e totalidade negativa.

Nesse sentido, as “abstrações reais” (KURZ, 1993) são mantidas como elos entre os indivíduos mas agora elas têm uma dimensão complexa na medida em que elas passam a ser a mediação e o fim da sistema produtor de mercadorias. A sociedade contemporânea se constitui, portanto, numa irracionalidade.

Quando se considera o valor de uso e o valor de troca, cada um desses aspectos são imediatamente a unidade contraditória dos dois termos. Não é algo que está posto somente no objeto: a forma social determina o objeto enquanto mercadoria e pensar a mercadoria como simples objeto é o resultado da objetividade do mundo. Assim, a contradição do moderno, na medida em que se coloca como forma de consciência, significa que ela não mantém uma efetividade social a não ser enquanto subjetividade. A objetividade do moderno e da modernização não se dá fora da relação sujeito-objeto. Toda forma objetiva é uma forma de objetivação do mundo. Em vista disso a contradição se externaliza no pensamento e ao fazê-lo necessariamente constitui dois pólos de relação (valor de uso e valor de troca). Há então uma autonomização entre a forma objetiva e subjetiva do ser, da consciência em relação à forma pela qual a sociabilidade moderna se efetiva através da forma valor. A sociedade não sabe como o capital se reproduz e se efetiva, pensamos que isso é uma condição para sua efetividade, para a não realização positiva de seu conceito. A cisão entre sujeito e objeto é a forma pela qual ela se estabelece. Assim sendo, o próprio pensamento tem importância, determinação na forma de efetividade do moderno, na medida em que redefine a relação sujeito-objeto.

O fetiche assim constitui um momento necessário à reprodução social capitalista. Para Marx o pressuposto para a efetividade da sociabilidade capitalista é a destituição de sua forma de ser, o que detém a negatividade como identidade do processo. A negatividade se constitui na coincidência entre a efetividade do conceito e sua destituição. Em vista disso, há uma impossibilidade de um pensamento sistemático fechado no sentido de que o conceito se destitui. Realizar o conceito de capital é realizar sua negatividade, o que confere o caráter de crise imanente do capital. A realidade não é um todo sistêmico, mas sim a unidade contraditória do real. A forma de pensar o capital enquanto conceito que se destitui leva à impossibilidade de pensá-lo enquanto sistema acabado. Ainda é possível dizer que esta é uma contradição posta no trabalho como sentido e finalidade dessa sociabilidade?

A dimensão concreta do real passa a se fetichizar porque se remete aos valores de uso, (às qualidades) das mercadorias, à mercadoria e seu teor abstrato. O valor é a substância da sociedade capitalista que se efetiva como tempo de trabalho social médio. A Física assume então o status de aferição

dessa verdade na realidade, constituindo um percurso tautológico de pensamento. A ciência, o conhecimento, enquanto lógica formal, comporta apenas polarizações sendo tributária de uma filosofia natural que não permite compreender os processos sociais, o que caracterizaria uma redução da capacidade de entendimento da realidade como necessidade do movimento de reprodução crítica do moderno. A noção de verdade dialética dessa maneira se constituiria no sentido de relativizar suas próprias pressuposições através de um movimento de negação. A qualidade das pressuposições não retira a identidade negativa do ser.

Então simplesmente há que se desprezar o caráter físico do movimento e expressão do capital e do desenvolvimento capitalista? Não. Todo o movimento físico sobre o qual identificamos a forma de ser do capital tem importância na medida em que fetichiza a forma e o movimento do capital. Explicar o movimento do desenvolvimento da sociedade de forma física, objetiva e material não nos permite considerar a dialética entre o ser e o parecer ser, ou ainda, o sentido contraditório crítico desse movimento. Entretanto nos permite discutir sobre os sentidos do conhecimento científico que se põe como verdade e que irão procurar repor os termos críticos da reprodução social sob o capital.

Dessa maneira, podemos nos perguntar sobre a materialidade do trabalho abstrato refletindo então como desenvolvimento concreto (valor de uso) e porque não social, algo que é uma abstração em constante transmutação material, física. Na forma valor, a dialética entre o concreto e o abstrato põe o concreto como aquilo que obscurece as reais determinações que definem a sociabilidade da mercadoria, aparentando o valor, como antes mencionado, como se fosse da natureza concreta, sensível da mercadoria. Em vista disso, podemos pensar que no processo de modernização o investimento social destinado a incrementar as forças produtivas, isto é, em desenvolver a maquinaria, aparece como desenvolvimento da sociedade em que a expansão da capacidade de produção de riqueza na forma dinheiro aparece como possibilidade coerente e inesgotável, onde o próprio Estado, por meio de financiamentos e abertura das mais variadas formas de crédito, vira investidor.

Portanto, nada mais atual do que a afirmação, e a nosso ver o desafio, que obviamente não intentamos de forma alguma resolver, mas apenas trazer a tona e revolver sob o desenvolvimento de nossa pesquisa crítica, que Marx lança à sociabilidade moderna no primeiro parágrafo do capital:

A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma “imensa coleção de mercadorias”. (MARX, 1988, t. I, v. I, p.45)

Talvez hoje a mudança qualitativa posta pelo *colapso da modernização*, analisada segundo o contexto de nossa pesquisa, enquanto desdobramento histórico da contradição capitalista, é que não só a riqueza aparece como uma “imensa coleção de mercadorias”, a pobreza também.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Theodor W. Sobre Sujeito e Objeto. 1969, disponível em <http://adorno.planetaclix.pt/tadorno2.htm>, acessado em 03/12/2011.

ALFREDO, Anselmo. Crise imanente, abstração espacial, fetiche do capital e sociabilidade crítica. Revista Terra Livre, São Paulo/SP, ano 26, v.1, n.34, Jan-Jun 2010.

_____. Civilidade, fetichismo totalitário, sob a contradição capital trabalho. Sociedade civil na crise de modernização. Texto elaborado para apresentação em mesa redonda na XX Semana de Geografia da Universidade Estadual de Maringá, 2011.

DAMIANI, Amélia Luisa (orga.); ALFREDO, Anselmo; BAITZ, Ricardo, BRANQUINHO, Evânio dos Santos; SILVA, Flávia Elaine da, GONÇALVES, Jean Pires; MARINI, Luciano, SILVA, Márcio Rufino da, BAITZ, Ricardo, GONÇALVES, Jean Pires de Azevedo; MARINI, Luciano; ROCHA, Alexandre da Souza; SILVA, Flávia Elaine da e SILVA, Márcio Rufino, O Futuro do Trabalho. Elementos para a Discussão das Taxas de Mais-Valia e de Lucro: São Paulo, Xamã, AGB-São Paulo, Labur - DG - USP, 2005.

DEBORD, Guy. A sociedade do espetáculo. Contraponto, Rio de Janeiro, 1997.

FURTADO, Celso. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1965.

_____. Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

FOUCAULT, M. Nascimento da biopolítica. São Paulo, Martins Fontes, 2008.

GAUDEMAR, Jean Paul de. Mobilidade do trabalho e acumulação do capital. Lisboa, Ed. Estampa, 1977.

KURZ, Robert. O Colapso da Modernização. Da derrocada do Socialismo de Caserna à Crise da Economia Mundial, RJ: Paz e Terra, 1993a.

_____. Dominação sem sujeito – Sobre a superação de uma crítica social redutora, 1993b. Disponível em [//obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm](http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm). Acesso em 05/09/2011.

_____. A Ascensão do Dinheiro aos Céus - Os limites estruturais da valorização do capital, o capitalismo de casino e a crise financeira global, 1995. Disponível em [//obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm](http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm). Acesso em 05/06/2010.

_____. O Colapso da Modernização - 15 anos depois. Entrevista à Revista "Reportagem", São Paulo, Outubro de 2004. Disponível em [//obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm](http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm). Acesso em 05/06/2010.

_____. Cinzenta é a árvore dourada da vida e verde é a teoria – o problema da práxis como *evergreen* de uma crítica truncada do capitalismo e a história das esquerdas. Disponível em: [//obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm](http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm). Acesso em 08/10/2011.

LEFEBVRE, Henri. Estrutura social: a reprodução das relações sociais. *apud*. Martins, J. S. e Foracchi, M. (orgs.), Sociologia e sociedade. Rio de Janeiro, Livros técnicos e Científicos, 1977 (p. 219-252).

_____. *Posição contra os tecnocratas*. São Paulo, Ed. Documentos, 1969.

_____. A vida cotidiana no mundo moderno. Lisboa. Ulisseia, 1991.

_____. Mas alla del estructuralismo. Buenos Aires, Ed. La Pleyade, 1990.

LENIN, V. O Imperialismo: Fase superior do capitalismo. São Paulo. Global, 1979.

MANDEL, E. O capitalismo tardio. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

MARX, Karl. O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital, São Paulo, Vol. I, Tomo 1, Livro primeiro, Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe: Nova Cultural, 1988.

_____. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro II (volume III). São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Série “Os Economistas”).

_____. O Capital. Crítica da Economia Política. O Processo de Circulação do Capital, São Paulo, Vol. III, Livro segundo, Editado por F. Engels. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe: Nova Cultural, 1985, 2 ed.

_____. O Capital – Crítica da Economia Política. Livro III, tomo II (volume V). São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Série “Os Economistas”).

_____. Teorías sobre la plusvalia. México. Ed. Ediciones Quinto Sol, S. A., 1969.

_____. Grundrisse. Rio de Janeiro. Ed. Boitempo, 2011.

_____. O 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo, Martin Claret, 2011.

MONTENEGRO, Marina R. O circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo no período da globalização. Dissertação de Mestrado, Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2006.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica à Razão Dualista/ O Ornitorrinco. São Paulo, Boitempo, 2003.

PAULANI, Leda M. e BRAGA, Márcio B. A Nova Contabilidade Social, São Paulo, Saraiva, 2000.

SANTOS, Kauê Lopes. Uma Financeirização da Pobreza? O Sistema financeiro e sua capilaridade no circuito inferior da economia urbana na cidade de São Paulo. Trabalho de Graduação Individual – DG - FFLCH - USP. São Paulo, novembro de 2007.

SANTOS, Milton. Economia Espacial: Críticas e Alternativas. São Paulo. Edusp, 2ed. 2003.

_____. O Espaço Dividido – Os dois Circuitos da Economia Urbana nos Países Subdesenvolvidos. São Paulo, Edusp, 2ed. 2004.

_____. Da totalidade ao lugar. São Paulo. Ed. Edusp, 2008.

_____. Geografia, Marxismo e Subdesenvolvimento. In: Reflexões sobre a Geografia. Associação dos Geógrafos Brasileiros – AGB – Seção São Paulo. 1980.

_____. A Natureza do espaço. São Paulo. Ed. Edusp, 1996.

SCIRÉ, Claudia. Consumo Popular, Fluxos Globais. Práticas e artefatos na interface entre a riqueza e a pobreza. São Paulo, AnnaBlume, 2012.

SILVEIRA, M. L. Finanças, consumo e circuitos da economia urbana na cidade de São Paulo. CADERNO CRH, Salvador, v. 22, n. 55, p. 65-76, Jan./Abr. 2009

SINGER, Paul. Para entender o Mundo Financeiro. São Paulo, Contexto, 2000.

SCHOLZ, Roswitha. O Valor é o Homem. 1992. Disponível em [//obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm](http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm). Acesso em 05/06/2010.

SCHOLZ, Roswitha. Forma Social e Totalidade Concreta. 2009. Disponível em [//obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm](http://obeco.planetaclix.pt/robertkurz.htm). Acesso em 05/06/2010.

YUNUS, Muhammad. O Banqueiro dos Pobres. Trad. Maria C. Cupertino. São Paulo. Ática, 2008.

DEMAIS SITES ACESSADOS

<http://sescsp.net/sesc/revistassesc/pb/artigo.cfm> - Acessado em 10/08/10

<http://zerohora.clicrbs.com.br/zerohora/jsp/> - Acessado em 11/08/10

www.estadao.com.br/ - Acessado em 11/08/10

www.economia.estadao.com.br/noticia - Acessado em 11/08/10

http://www.bcb.gov.br/Nor/relincfin/relatorio_inclusao_financeira.pdf - Acessado em 03/01/2011

<http://www.ibge.gov.br> – Acessado em 03/12/2010.

[http:// www.ipeadata.gov.br](http://www.ipeadata.gov.br) – Acessado em 03/12/2010.

<http://www.ens.ufsc.br/~soares/dicionario.htm> - Acessado em 03/01/2011.